

Sebastião Cerqueira Neto

DO ISOLAMENTO REGIONAL À GLOBALIZAÇÃO

**contradições sobre
o desenvolvimento do
Extremo Sul da Bahia**



**Do isolamento regional à globalização:
contradições sobre o desenvolvimento
do Extremo Sul da Bahia**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

João Carlos Salles Pires da Silva

Vice-reitor

Paulo Cesar Miguez de Oliveira



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Conselho Editorial

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo

Sebastião Cerqueira Neto

**Do isolamento regional à globalização:
contradições sobre o desenvolvimento
do Extremo Sul da Bahia**

Salvador
Edufba
2014

2014, Sebastião Cerqueira Neto.
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA
Feito o depósito legal

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração
Rodrigo Oyarzábal Schlabit

Revisão
Lucas Guimarães Pacheco

Normalização
Ihanna Lee Albiere Rodrigues

Sistema de Bibliotecas / UFBA

Cerqueira Neto, Sebastião.

Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia / Sebastião Cerqueira Neto. - Salvador : EDUFBA 2014.

222 p.

Originalmente apresentada como tese (doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, 2009.
ISBN 978-85-232-1296-4

1. Geografia regional - Bahia. 2. Desenvolvimento econômico - Bahia. 3. Globalização.
4. Bahia. I. Título.

CDD - 910.918142
CDU - 913:332.1 (813.8)

Editora filiada a



EDUFBA
Rua Barão de Jeremoabo, s/n
Campus de Ondina
40.170-115 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3283-6160 / 3283-6164
www.edufba.ufba.br | edufba@ufba.br

Ao meu filho Pedro, minha maior obra.

À Amanda, minha esposa.

SUMÁRIO

Prefácio // 9

Introdução // 11

Capítulo 1

Construção geográfica do Extremo Sul da Bahia // 19

Do Sul ao Extremo Sul: o papel do cacau nesta divisão // 29

Madeireiras e pecuária: capixabas e mineiros colonizam o Extremo Sul baiano // 35

Algumas percepções // 47

Capítulo 2

Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia? // 51

O eucalipto é o novo inferno verde? // 58

O eucalipto tece sua rede // 63

Campo e cidade sob o ciclo do eucalipto // 71

Capítulo 3

Desmistificando o turismo do Extremo Sul da Bahia: uma contribuição para o futuro das cidades // 85

Um turismo perverso // 92

A Costa do Descobrimento ou a Costa de Porto Seguro? // 105

A Costa das Baleias // 119

Capítulo 4

A utopia de uma região una // 123

A cultura como divisão geográfica // 143

Eunápolis e Teixeira de Freitas: as regiões do Extremo Sul // 156

Capítulo 5

A região e a globalização // 177

A crise é interna // 194

Não inventar geografias // 198

Conclusão // 203

Referências // 215

PREFÁCIO

Define-se região como uma unidade social homogênea, visível na estrutura do espaço, o que é inerente à sociedade. A região política ideal, seja grande ou pequena, é aquela que possui o maior número de interesses comuns. (DICKINSON, 1961, p. 26)

Em tempos de globalização acelerada, a questão regional se requalifica e se impõe pelos seus relevantes desafios, ao contrário do que pensam alguns estudiosos que imaginam que vivemos em um mundo totalmente homogêneo, em função, sobretudo, do papel das novas tecnologias de informação. Por conseguinte, neste novíssimo mundo, as questões relativas às variações espaciais e seus aspectos decorrentes, não teriam maior importância.

De fato, a intensificação, em uma escala global, dos processos econômicos, sociais, políticos e ambientais, com sua grande diversidade, muitos deles em tempo real, traz fortes impactos diretos e indiretos em todas as escalas do sistema – mundo, a supranacional, a nacional, a macrorregional, a regional, a microrregional e a local, resultando em uma grande variedade de configurações, problemas e conflitos, inclusive geopolíticos.

Os exemplos concretos figuram diariamente na mídia. A emergência em tempos recentes, de novas formas, por exemplo, de *ismos*, como nacionalismo, regionalismo e localismo, confirma a validade atual da perspectiva da integração e da diversidade das escalas geográficas, com todos os seus componentes e, por conseguinte, da importância de cada uma delas.

Portanto, a Geografia não acabou, pelo contrário, agora mais do que nunca na História da humanidade, ela se firma como uma importante área do conheci-

mento que se destina a pensar o mundo todo, com sua enorme complexidade e diversidade.

O livro de Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto insere-se perfeitamente no contexto acima explicitado. Com efeito, ele faz uma análise de uma das mais dinâmicas regiões geográficas do estado da Bahia e do Brasil, o Extremo Sul, através de uma integração escalar (local, regional, estadual, nacional e global) e setorial (principais atividades econômicas, históricas e atuais, com destaque para a *eucaliptização*, por dentro do território, e a *turistificação*, no litoral). Destaca também a importância das principais cidades médias da região, Porto Seguro, Teixeira de Freitas e Eunápolis (há poucas décadas o maior povoado do mundo...), e seu papel na organização do espaço.

A análise, ao longo de todo o livro, é detalhada, lógica e consistente. O embasamento teórico e a fundamentação metodológica são bastante adequados aos objetivos traçados.

A pesquisa é, portanto, original e relevante. Destaco a discussão sobre a globalização e sua pertinência para a análise do Extremo Sul da Bahia e sobre as novas configurações territoriais no Brasil, de grande relevância em nossos dias, inclusive na Bahia.

O fato é que a Bahia e o Brasil precisam avançar bastante na discussão sobre autonomia regional (no caso microrregional) para possibilitar a redução dos grandes desequilíbrios regionais. Para tanto, a escala microrregional é bastante adequada por integrar e articular escalas locais em seu relacionamento com as demais escalas do espectro geográfico.

Voltando à ideia original do geógrafo inglês R. E. Dickinson, o Extremo Sul da Bahia, no momento atual, é um bom exemplo, como demonstra este livro, de uma região politicamente adequada, por ter um grande número de questões comuns, para produzir, com mais autonomia, uma discussão de seus problemas e potencialidades, visando o pleno desenvolvimento regional. A contribuição do ex-aluno e agora colega, Sebastião, é fundamental nesta direção.

Sylvio Bandeira de Mello e Silva

Professor da Pós-graduação em Geografia –

Universidade Federal de Sergipe e Universidade Federal da Bahia. Pesquisador CNPq.

INTRODUÇÃO

A dinamicidade econômica que acontece desordenadamente em algumas regiões tem sido responsável por evidenciar contradições internas em alguns estados brasileiros, principalmente naqueles em que suas dimensões territoriais chamam a atenção por sua grandiosidade, como o estado da Bahia onde se destacam as regiões do Oeste, comandada pelo município de Barreiras, a região de Juazeiro na divisa com Petrolina, em Pernambuco, o Litoral Sul, tendo como referência as cidades de Itabuna e Ilhéus, o Baixo Médio São Francisco e o Extremo Sul, esta última objeto de análise deste livro.

A região do Extremo Sul da Bahia, até então preterida na história do desenvolvimento estadual, se tornou um território fértil para a instalação e investimentos de empresas de diversos segmentos, que vão desde o turismo, que aproveita as belezas naturais e o patrimônio cultural desta parte do litoral baiano, até as multinacionais que fazem a transformação da celulose. No caminho do desenvolvimento econômico desta região também tem expressividade as atividades rurais que, para atender ao mercado externo, estão se aperfeiçoando com novas técnicas de produção, como são os casos da pecuária, da fruticultura e a cafeicultura. Este afloramento econômico que o Extremo Sul da Bahia está experimentando revela processos históricos que foram responsáveis tanto pelo isolamento regional como a sua inserção na economia nacional e internacional.

A condição histórica de periferia onde a ação do Estado baiano pode ser questionada por um modelo administrativo pautado pela exclusão e privilégio de regiões, isto é, escolhendo qual fração do Estado deve desenvolver; e a nova posição de polo de desenvolvimento está pintando um cenário onde o Extremo Sul da Bahia está se configurando como uma região autônoma, podendo provocar uma fragmentação política e administrativa do território baiano. A insatisfação de re-

giões que ficam à margem do desenvolvimento dentro de um estado já provocou o surgimento de estados no Brasil, como é o caso do antigo Norte de Goiás, atual estado do Tocantins.

Panorama geográfico como este tem provocado discussões sobre uma nova divisão do território brasileiro que estão presentes tanto em proposições de pesquisas científicas quanto na retórica política. No meio acadêmico, as propostas são fundamentadas numa ampla análise geográfica, o que requer trabalhar com mais de uma variável, e no âmbito político as propostas avançam e contraem dependendo do período político-econômico que o país vive, tendo o seu rebatimento nas regiões e nos estados. Apesar dos objetivos diferentes, as propostas científicas e políticas nascem através de uma observação visual que é comum nos dois pensamentos, a dimensão espacial. Portanto, o tamanho do território físico se torna numa variável importante para explicar as distorções de desenvolvimento dentro da própria unidade federal, o que estaria provocando uma fragmentação interna e tendo como resultado propostas de criação de novas unidades e territórios federais. Contudo, somente esta variável não justifica a criação de novas unidades federais.

Ao mesmo tempo em que estas novas dinâmicas podem representar uma crise do federalismo, elas podem significar também a proposta de uma nova configuração dos territórios estaduais e conseqüentemente do Brasil, afinal, todas as terras dos estados, no seu sentido fisiográfico, pertencem ao país. Pode-se considerar que as reordenações do território fazem parte de um processo evolutivo no que se refere à divisão político-administrativa do Brasil, basta lembrar como o país era dividido na época do sistema de Capitanias Hereditárias e o longo caminho que percorreu até se chegar à configuração atual com 26 estados e um distrito federal.

Os estados seguem o mesmo modelo de divisão administrativa do país, criando suas regiões, agrupando nelas os municípios que possuem semelhanças econômicas, culturais e ambientais. No caso da Bahia, ele está dividido economicamente da seguinte forma: Região Metropolitana de Salvador, Litoral Norte, Recôncavo Sul, Litoral Sul, Extremo Sul, Nordeste, Paraguaçu, Sudoeste, Baixo-Médio São Francisco, Piemonte da Diamantina, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Médio São Francisco e Oeste. Se por um lado, o Estado utiliza dessa metodologia para melhor administrar o seu território, por outro lado, o que se vê é ao aparecimento espontâneo de microrregiões econômicas, dentro destas regiões, provocado pela iniciativa de grandes grupos empresariais que constroem novas configurações modificando práticas antigas de produção e especializando os lugares.

Dentro da região do Extremo Sul da Bahia já existe a definição de algumas microrregiões econômicas mapeadas, como a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias. No entanto, na questão macro, esta parte da Bahia está sendo conhecida como a região do eucalipto, em decorrência da expansão desta monocultura. Geograficamente, um dos fatos mais interessantes nesta trajetória geográfica do Extremo Sul Baiano é a de que boa parte de seus municípios, durante muito tempo, dependiam comercialmente do município de Nanuque (Leste de Minas Gerais), e depois em poucos anos passa a ser um polo de desenvolvimento do estado da Bahia e que agora interfere diretamente na economia de municípios capixabas e mineiros, que estão no seu entorno, adquirindo características de uma região autônoma. Há, desta forma, uma inversão na função do Extremo Sul baiano: de periferia passa a assumir características de uma região central.

Para explicar esta dinâmica foi realizada uma reflexão com base numa situação dialética: o atual dinamismo recente do Extremo Sul da Bahia é atribuído à modernização da agricultura, ao complexo floresta-indústria de papel e celulose e ao turismo. Estes três setores da economia têm provocado intensas transformações que permitirão a região atingir elevados patamares de desenvolvimento. Por outro lado, estes processos de transformação são, sobretudo, setoriais, de natureza exógena, e isto, aliado à falta de autonomia regional e a debilidade da administração do território poderão causar mais rupturas dentro da região e não realizar um desenvolvimento que vise o social e a integração dos municípios que a compõem. Persistindo este modelo de crescimento, o Extremo Sul da Bahia continuará crescendo economicamente, porém, de forma em que as diferenças internas se aprofundariam, apresentando a característica mais visível da chamada globalização. Sendo assim, este livro, fruto de uma tese de doutorado, tenta decodificar os elementos que fazem parte do arcabouço do processo de crescimento do Extremo Sul Baiano, partindo do princípio que somente através da integração dos setores econômicos aliada a uma política onde o Estado se faça presente, será possível a não fragmentação desta parte da Bahia.

O desenvolvimento econômico da região tem suas origens na iniciativa privada, tendo como suporte, ou não, órgãos e política no âmbito federal como a construção da BR 101, a atividade madeireira, a pecuária, e mais recentemente apoio a implantação das empresas que têm como matéria-prima o eucalipto e o turismo. Quanto à participação do governo estadual neste crescimento do Extremo Sul, é analisada de maneira mais ampla, pois não basta a presença de órgãos estaduais na forma de edificações, não raros precários de infraestrutura e recursos

humanos; tendo em vista que isto não significa que o governo se faz presente no sentido amplo, haja vista que os fixos sem os fluxos são apenas um símbolo da artificialização do território, não provocando sua dinamicidade.

A resolução de questões básicas para a sociedade depende diretamente da intervenção do governo, e quando o Estado não acompanha a dinâmica de suas regiões pode gerar uma grande sensação de abandono e ao mesmo tempo despertar discursos de independência estadual por parte da população que habita determinada região. E, num Estado com a dimensão territorial que tem a Bahia, se não há uma política de integração, então, a fragmentação poderá se vista como a via para a resolução das questões regionais. Mas, haveria uma fragmentação do território baiano em função do desenvolvimento econômico do Extremo Sul, ou o Extremo Sul deve ser enxergado como uma região da Bahia que tem a função de estabelecer uma integração entre o Sudeste e o Nordeste? Responder a esta pergunta foi o principal escopo desta obra que oferece uma nova leitura sobre uma das regiões que mais se modifica ambiental e economicamente no país. Desta forma, primou-se pela reflexão da dinâmica no espaço e no tempo, onde a Geografia seja na forma de um pensamento crítico ou na forma de uso do território produz pesquisas que sejam de aplicabilidade para a sociedade.

Não houve, nesta obra, uma preocupação em realizar analogias entre o que está acontecendo no Extremo Sul da Bahia com outras regiões brasileiras, por considerar que comparações como a ação das grandes empresas, sejam elas de qualquer segmento, e a dinâmica do turismo são de pouca contribuição quando se sabe que esses vetores econômicos assumem diferentes formas de agir, levando em consideração as características geográficas locais. Isso não quer dizer que uma análise que se valha de procedimentos que levam em conta a analogia não possa ser utilizada. No entanto, M. Santos (1991, p. 18) alerta para o fato de que “é a refutação do método de analogia que se pode esperar uma compreensão clara dos problemas fundamentais dos países subdesenvolvidos, principalmente se quisermos dar uma contribuição, por pequena que seja”. Daí, a opção por estudar o Extremo Sul da Bahia através de sua singularidade interna em conjunto com as interferências exógenas. As reflexões realizadas neste livro procuraram “explicar a forma como o espaço geográfico foi produzido em função de que interesses e quais as conseqüências desta produção sobre as estruturas sociais” (ANDRADE, 1998, p. 22) e suas repercussões na formação dos lugares e das regiões.

Sendo o objeto de estudo uma região, foi natural trilhar um caminho que tendesse discutir a dialética que existe entre ela e os lugares que a compõem, bem

como a relação da região com o estado da Bahia, com o Brasil e com outros países. Para dar suporte a algumas interpretações deste diálogo, tomou como referências parte da obra de Milton Santos e de Sylvio C. B. de Mello e Silva. O primeiro, por ser um clássico no que concerne aos estudos da dinâmica global, tendo como inquietudes principais as vertentes do subdesenvolvimento. O segundo, em parceria também com outros autores, justifica-se por sua dedicação em compreender os processos de transformação do espaço baiano com suas desigualdades econômicas, culturais e ambientais oferecendo subsídios para entender alguns dos processos que contribuíram com o desenvolvimento de algumas regiões, bem como o não desenvolvimento de outras. Tudo abordado em conexão com a dinâmica nacional e global sob um olhar crítico que mostra perspectivas para o futuro do desenvolvimento regional.

Para entender a complexidade da sua atual dinâmica foi necessário voltar na história de sua ocupação, desde quando a região era abordada como parte da grande região Sul da Bahia. Esta volta ao passado não foi apenas descritiva, haja vista que houve uma preocupação em oferecer outras análises sobre o papel de algumas variáveis históricas como, por exemplo, o cacau, o extrativismo vegetal, a pecuária, os meios de se fazer política, na construção da identidade do Extremo Sul Baiano. E isto significou ir de encontro a concepções estabelecidas ao longo de mais de 500 anos de história.

Diagnosticar a dinâmica territorial do Extremo Sul da Bahia, sob a luz da ciência geográfica, também visa esclarecer qual foi a influência que a globalização teve neste contexto de desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. A região saiu do isolamento regional e atingiu a globalização ou simplesmente se transformou em decorrência de novas necessidades de ampliação do capital e da sociedade? Acompanhar o seu desenvolvimento torna-se fundamental para o futuro da Bahia, do país e da própria região, tendo em vista que todas as atividades humanas em seu território causam impactos positivos ou negativos, a depender do prisma que se enxerga. Outra preocupação apontada neste estudo foi a de discutir através do Extremo Sul Baiano a questão da autonomia regional. Como as novas regiões brasileiras vão criando um cenário que parece mostrar um desligamento dos seus estados e dão origem a novos mapas? Decodificar os símbolos que dão forma a este cenário é fundamental para o planejamento e aplicação de ações governamentais, sobretudo, numa região que, apesar de sua antiguidade na história do país, ainda tem muito que ser pesquisada.

Para contribuir na elucidação da transição desta região da Bahia, que passou de periferia para polo de desenvolvimento, foi elaborada a seguinte organização:

No primeiro capítulo, *Construção geográfica do Extremo Sul da Bahia*, realizou-se uma sequência histórica dos acontecimentos sociais e econômicos mais importantes para a construção do território do Extremo Sul. Para isso foi fundamental que se iniciasse a abordagem desde a concepção do território baiano, passando pela grande região sul do estado até o desmembramento desta em duas. Neste contexto, o cacau vai assumir um papel importante na dinâmica do estado, provocando uma divisão de áreas produtoras, compradoras e exportadoras. No período do cacau, o Extremo Sul será somente uma área destinada para a plantação do fruto para servir ao centro comercial Itabuna-Ilhéus. Nesta parte foram abordadas outras atividades que favoreceram a influência da grande região Sudeste do Brasil na região baiana, tais como a atuação das grandes madeireiras com a exploração da vegetação nativa, comandada pelos capixabas, e com a pecuária baseada no modelo mineiro. Outras atividades econômicas mostram a influência do Sudeste na região como, por exemplo, a construção da Estrada de Ferro Bahia e Minas, e mais recente as grandes empresas de eucalipto. Ainda nesta parte abre-se a discussão sobre uma possível segunda colonização que o Extremo Sul esteja passando em decorrência de ter se tornado uma área de atração populacional. Por último, tentou-se mostrar que se a característica física do seu território não determinou a ocupação da região, privilegiando alguns lugares em detrimento de outros, porém, os elementos da natureza, como sua constituição geológica que formou diferentes morfologias no seu relevo, variados tipos de vegetação, a hidrografia marinha e fluvial, não devem ser negligenciados no seu processo de desenvolvimento.

No segundo capítulo, *Eucaliptização: um processo de especialização do Extremo Sul da Bahia?*, foi discutida a relação polêmica que existe entre as empresas de papel e celulose e a sociedade da região. O ponto central neste capítulo foi o processo de transformação da paisagem que teve repercussões no meio ambiente, na sociedade e na economia. O limite da formação em Geografia não permitiu, por exemplo, entrar em questões como os efeitos do eucalipto no solo, evitando assim, reproduzir qualquer tipo de pensamento das suas correntes antagônicas. O cerne da discussão do texto é saber se o Extremo Sul se especializou em eucalipto, devido todo o contexto que envolve a atuação das empresas do setor que vai desde o plantio, a responsabilidade pelo aumento do Produto Interno Bruto dos municípios que estão no seu entorno, o traçar de sua rede. A eucaliptização ainda é um processo novo na região, por isso dá-se a impressão de que a sua planta esteja se

alastrando, contudo, ainda é preciso um olhar mais cuidadoso sobre o seu futuro. Mas já é possível adiantar que a sua inserção causou profundas transformações no território, tanto no meio rural quanto no urbano.

No terceiro capítulo, *Desmistificando o turismo do Extremo Sul da Bahia: uma contribuição para o futuro das cidades*, são expostas algumas ideias com pouca preocupação em conquistar aqueles que veem no turismo uma salvação econômica para qualquer lugar e não enxergam ou não se preocupam com os seus efeitos sobre os espaços. É importante salientar que se o turismo for encarado como uma grande indústria (há controvérsias entre os estudiosos do Turismo) os seus problemas serão semelhantes aos de qualquer grande empresa, gerando polêmicas sociais, ambientais e econômicas. O texto demonstra claramente a preocupação com a população dos lugares que possuem potencial turístico no Extremo Sul da Bahia, alertando para o fato de que os lugares devem ser produzidos para as pessoas que moram neles, e não para somente a atender migrantes temporários.

O exemplo de Porto Seguro é o que mais explicita o problema de quando um lugar se dedica ao turismo e se esquece da sua população residente. Nesta discussão não se teve a preocupação em mostrar as belezas naturais das regiões turísticas, até porque isso poderia ser feito por qualquer pessoa que saiba admirar belas paisagens, mas optou-se por uma análise que visa colocar em relevo o que está por de trás das belas falésias, como os bolsões de miséria, bairros sem planejamento e destruição dos elementos naturais. Neste sentido, a contribuição é a de provocar o poder público das cidades turísticas do Extremo Sul e os planejadores do turismo a pensarem em novas propostas que contemplem o desenvolvimento do turismo sem que a população local tenha que ser sacrificada em seus direitos, caso contrário, todos irão continuar a assistir à perversidade do turismo na região.

No quarto capítulo, *A utopia de uma região una*, o objetivo foi entender o Extremo Sul na sua amplitude, suas relações internas e externas. Chega-se a conclusão que esta região confirma a heterogeneidade dos lugares diante da sua diversidade cultural. Algumas variáveis demonstram que a região não tem uma forte afinidade com o estado a qual pertence. As referências para esta abordagem foram os municípios de Eunápolis e Teixeira de Freitas que vão ganhar um tratamento regional, como se os dois formassem as duas grandes regiões de uma região autônoma e pode-se perceber que através dos municípios de cada uma dessas duas regiões houve um caminho inverso na questão da influência dos lugares. Se num primeiro momento histórico da região há uma invasão do Sudeste, no atual momento isto ocorre na direção contrária, inclusive suprimindo cidades mineiras,

como Nanuque, que era a referência para muitas cidades do Norte Capixaba e para o Extremo Sul Baiano. Ainda não se vê na região um projeto para integrar todos os seus municípios, continuando com os velhos problemas nacionais e regionais tão bem discutidos por Silva e Silva (2003, 2006). Impera o localismo de forma desorganizada para a maior parte da sociedade, mas, organizada por aqueles que comandam os setores mais importantes dos municípios. Sendo assim, a unicidade da região ainda precisa ser pensada e construída.

O capítulo cinco, *A região e a globalização*, é dedicado ao estudo da influência do fenômeno da globalização no Extremo Sul da Bahia, e ainda que ele desperte muitas contradições quanto aos seus modelos, a realidade das análises espaciais pede que este fenômeno seja colocado em questão. O caminho de todo lugar é chegar ao estágio da globalização? Sob a visão crítica de alguns estudiosos que formularam pensamentos sobre este processo que ao mesmo tempo é fascinante, porque faz as pessoas pensarem numa comunidade global com menor desigualdade, e, no entanto, às vezes se revela tão injusta que sua abordagem chega a causar um certo desconforto, por isso, desenvolveu-se uma proposta de olhar os outros significados que a globalização pode assumir, haja vista que o seu sentido pode ser inesgotável no que tange sua abordagem. Se a globalização ainda é um processo perverso, que se apodera de territórios fragilizados política e economicamente, como Milton Santos (1996) discutia, então é parte da Geografia continuar oferecendo proposições na direção de diminuir todas as faces ruins dela e aproveitar os seus elementos bons.

CONSTRUÇÃO GEOGRÁFICA DO EXTREMO SUL DA BAHIA

Sendo o espaço, objeto de estudo da Geografia, composto por elementos naturais e por aspectos da ação humana, estudar a área total do Extremo Sul da Bahia, no que tange a sua formação, compreende em realizar uma amarração dos estudos das suas características ambientais com os vetores sociais da história pretérita e atual para daí entender a sua trajetória geográfica.

O Extremo Sul da Bahia é composto, atualmente, por 21 municípios e possui as seguintes fronteiras: ao Norte, com o Sul da Bahia; a Oeste, com o estado de Minas Gerais; a Leste, com o Oceano Atlântico e ao Sul com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Sua extensão territorial é de 30 648 km², sendo superior ao estado de Sergipe em mais de 8 000 km² e 65 km² maior que a Bélgica. Sua população, segundo o censo de 2000, é de 664 850 habitantes (Tabela 1). Em relação ao número total de habitantes, o Extremo Sul da Bahia supera os estados do Acre com 557 526, Amapá com 477 032 e Roraima com uma população de 324 397 habitantes. Os números territoriais e populacionais, gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que matematicamente esta região da Bahia possui números maiores que alguns estados brasileiros. Talvez uma normalidade para um país de grandes dimensões como é Brasil.

Entretanto, somente a análise dos números demográficos não é o bastante para classificar uma cidade, uma região, um estado ou um país, tendo em vista que estes números variam no tempo e no espaço. M. Santos (1991, p. 71), em um dos seus esforços para tentar classificar uma cidade, apresentava algumas variáveis que poderiam ser utilizadas, bem como as deficiências das mesmas, sendo uma

delas o número de habitantes. E deu o seguinte exemplo: “no Estado de Jalisco, no México, por exemplo, sabe-se que o nível de 5.000 habitantes correspondia à noção de cidade regional em 1900; esse nível elevou-se a 10.000 habitantes em 1950”. Esta dificuldade ainda persiste nos dias atuais quando se faz uma pesquisa para entender a dinâmica espacial.

Tabela 1 – População dos municípios do Extremo Sul da Bahia (2000)

Municípios	Área km²	Nº de habitantes	Densidade
Alcobaça	1.506	20.900	13.87
Belmonte	2.010	20.032	9.96
Caravelas	2.361	20.103	8.51
Eunápolis	1.197	84.120	70.27
Guaratinga	2.324	24.319	10.46
Ibirapuã	786	7.096	9.02
Itabela	853	25.746	30.18
Itagimirim	817	7.728	9.45
Itamarajú	2.370	64.144	27.06
Itanhém	1.445	21.334	14.76
Itapebi	972	11.126	11.44
Jucuruçu	1.438	12.377	8.60
Lajedão	614	3.409	5.55
Medeiros Neto	1.246	21.235	17.04
Mucuri	1.775	28.062	15.80
Nova Viçosa	1.326	32.076	24.19
Porto Seguro	2.409	95.721	39.73
Prado	1.665	26.498	15.91
Sta. Cruz Cabrália	1.551	23.888	15.40
Teixeira de Freitas	1.154	107.486	93.14
Vereda	829	7.450	8.98
TOTAL	30.648	664.850	21.69

Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Braga (2004) cita o trabalho que Andrade e Lodder realizaram em 1979, com o intuito de estabelecer uma proposta de classificação das cidades brasileiras de acordo com os números populacionais. Através desta proposição são consideradas cidades pequenas aquelas que possuem até 50 mil habitantes, as médias de 50 mil a 250 mil, as grandes de 250 mil a 2 milhões e as metrópoles teriam acima de 2 milhões de habitantes. Ao eleger este parâmetro para tentar classificar os atuais municípios do Extremo Sul Baiano no que se refere ao seu tamanho, encontram-se quatro cidades médias (Eunápolis, Itamarajú, Porto Seguro e Teixeira de Freitas) e

dezessete pequenas (Tabela 1). No entanto, como já foi explanado anteriormente, somente os números populacionais não são suficientes para classificar uma cidade e sua função, um estado, uma região ou um país, de vez que, não existe uma unificação nacional ou mundial quanto as suas dimensões populacionais, territoriais, econômicas ou na quantidade de símbolos com os quais são construídos.

O Extremo Sul da Bahia é uma região que está classificada pelo estado da Bahia sob duas vertentes: como um território de identidade, um projeto que o Estado elaborou para mapear sua diversidade cultural, e a outra classificação é dada através daquilo que a região produz nos principais setores da economia, sendo uma região econômica entre as quinze delimitadas pelo Governo da Bahia; segundo a classificação do IBGE para microrregiões, na Bahia, o município de Porto Seguro representaria toda essa área que é o Extremo Sul, existindo então a microrregião de Porto Seguro, que abrangeria todos os municípios localizados no Extremo Sul do Estado. O Extremo Sul é composto por 21 municípios e suas fronteiras estão demarcadas da seguinte forma: ao Norte, Sudoeste da Bahia e Litoral Sul da Bahia; ao Sul, com o estado do Espírito Santo; a Oeste, com Minas Gerais; e, a Leste, com o Oceano Atlântico. A sua posição geográfica no mapa do Brasil é privilegiada (Figura 1), haja vista a região participar de um dos trechos mais importantes da BR 101 que faz a transição entre o Sudeste e o Nordeste do país.

Figura 1 – Localização da região pesquisada



Fonte: Elaborada por Ronaldo R. Porto (2007).

Se a descrição dos aspectos físicos do território tem importância secundária, para determinadas correntes da geografia, para explicar a dinâmica social, econômica e cultural, por outro lado, os componentes naturais significam a base onde uma sociedade constrói os lugares. Partindo desse entendimento, os atores naturais ou físicos não devem ser negligenciados numa pesquisa geográfica. Ademais, “a natureza não está situada no exterior da realidade social, mas faz parte dela.” (CLAVAL, 2001, p. 56) Não é objetivo desta pesquisa aprofundar na dinâmica física dos elementos que compõem as paisagens naturais da região, mas, a sua fisiografia atual pode contribuir na explicação de como a sociedade os utiliza na expansão urbana e rural e numa utilização comercial. De acordo com Diniz (1993, p. 42), “após a exploração de um recurso natural o custo de transporte tende a favorecer a localização das indústrias processadoras desses materiais perto da base de recursos, podendo gerar aglomeração.” Daí, a importância de numa pesquisa geográfica, independentemente da linha de pensamento, valorizar as características dos elementos naturais dos lugares, pois eles podem explicar muitas situações paisagísticas de acordo com os modos de sua utilização.

Duas unidades de relevo se destacam no Extremo Sul da Bahia, são os cinturões orogênicos com os planaltos e serras do Atlântico leste sudeste, e as planícies e tabuleiros litorâneos. Na primeira unidade tem-se a presença marcante dos afloramentos rochosos (“pães de açúcar” ou *inselbergs*) originados do Pré-Cambriano e que podem ser encontrados, por exemplo, nos municípios de Itamarajú (Figura 2) e Guaratinga, com grande potencial para o turismo geológico, mas que comumente são explorados de maneira predatória, como por exemplo, para abastecer uma boa parte da construção civil e pavimentação de estradas.

Figura 2 – Blocos de granitos localizados no município de Itamarajú



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Nos estudos sobre os Domínios Morfoclimáticos do Brasil, verifica-se que uma parte deste bloco está no domínio dos Mares de Morros (áreas mamelonares tropicais-atlânticas florestadas) e a outra parte encontra-se com “feições mistas, peculiares às chamadas faixas de transição.” (AB’SÁBER, 1970, p. 19) Estas faixas são áreas que não estão enquadradas numa classificação específica justamente pela diversidade de formas apresentadas, sem que haja o predomínio de uma. Estes afloramentos, que podem ser encontrados ao longo da BR 101 e dentro dos territórios dos lugares, são explorados para a fabricação de produtos para pavimentação de estradas, transformação para a construção civil e poderia também ser utilizados como proposta de um turismo geológico, contribuindo com o aquecimento econômico dos municípios, principalmente aqueles que têm no emprego público municipal a principal fonte de geração de emprego e renda.

Na segunda unidade de relevo encontra-se a Formação Barreiras, datadas do Terciário e Quaternário, presente nos municípios litorâneos da região, tendo as falésias (Figura 3) como principais formas de relevo desta formação. No topo das falésias há grande possibilidade de desenvolver um turismo racional, no entanto, o que se vê é que nos tabuleiros e nas zonas de acumulação, isto é, próximo a arrebenção das ondas do mar, o processo de loteamento se encontra numa aceleração dificilmente de ser freada pelos órgãos competentes devido à falta de estrutura dos mesmos. Neste sentido, o papel de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) é fundamental no retardamento da depredação. Entretanto, as áreas mais privilegiadas no que concerne à localização já foram privatizadas por grandes grupos hoteleiros, que inclusive controlam o direito de ir e vir em alguns pontos, juntam-se a eles os condomínios de classe alta e as mansões.

A vegetação do Complexo Mata Atlântica predomina na região, entretanto, os processos de colonização da região promoveram sensivelmente uma diminuição da sua área de abrangência, ficando alguns residuais que abrigam suas espécies vegetais e animais; e no litoral a vegetação rasteira que recobre a costa de acumulação também está seriamente comprometida. As vegetações mais presentes na região são: Floresta Ombrófila Densa, Formações Pioneiras com influência Fluviomarina (Mangue), Floresta Estacional Semidecidual e Floresta Ombrófila Aberta. As áreas onde estão os exemplares que restaram são utilizadas como trilha ecológica ou se tornaram Área de Proteção Ambiental – APA, como as de Coroa Vermelha (Santa Cruz Cabrália), a de Caraíva (Porto Seguro) e a de Santo Antônio (Belmonte).

Figura 3 – Falésia do Taipe no litoral de Porto Seguro



Fonte: Camila Agostini (2005).

Os ciclos econômicos promoveram significativas mudanças na configuração da vegetação primária, sendo responsáveis não só pela culturalização do meio, mas também, pela introdução de outros tipos de vegetação, tais como: diversos tipos de capim para pastagem, a capoeira (proveniente do abandono do pasto) e o eucalipto. Sylvio Silva (2001, p. 71) aponta algumas características naturais que propiciaram, por exemplo, a chegada do eucalipto na região: “as áreas interiores do Extremo Sul da Bahia ofereceram, e oferecem condições favoráveis para a expansão da silvicultura e da indústria de celulose. É uma região quente e úmida, com pluviosidade bem distribuída e as terras com solos apropriados para eucalipto.” A falta de azares climáticos na região garante para esta lavoura uma dinâmica o ano inteiro. O clima predominante é o litorâneo úmido ou tropical litorâneo (Af) de acordo com a classificação de Köppen, e com temperaturas que variam de 20°C a 25°C, propiciando o turismo em todas as estações do ano, bem como, o plantio de determinadas culturas e a criação de animais. Três tipologias climáticas predominam na região: úmido, úmido a subúmido e subúmido a seco. Estas condições climáticas, conjuntamente, com o litoral, rios e lagoas, favorecem a determinadas culturas, como também influenciam a vinda de pessoas e empresas para a região.

Se as condições naturais são relevantes, fundamentais e até vitais para os grandes grupos empresariais, é perfeitamente possível questionar, se seria necessário abrir mão da arrecadação de impostos em função da instalação das empresas do eucalipto nesta parte do território baiano, tendo em vista que não houve somente a introdução de uma espécie de planta exógena, mas teve também uma participação efetiva na artificialização de seus lugares. Este processo de “humanização

da natureza”, abordado amiúde por M. Santos (1996), se deve em grande parte a um estágio de estabilização das manifestações abruptas dos fenômenos naturais que modelaram as diferentes paisagens da Terra, permitindo ao homem condições para o seu desenvolvimento cognitivo e técnico, para que assim pudesse, ao longo da história, implantar seus símbolos, criando outras paisagens em cada fase cultural de sua vida.

Quando se considera que o espaço geográfico é aquele produzido pelo homem através da implantação de elementos econômicos e culturais, por exemplo, há um encaminhamento natural do pesquisador no sentido de traçar uma trajetória têmporo-espaçial para compreender as configurações antigas e contemporâneas do território sob a evolução das técnicas, dos meios gerados pelo aperfeiçoamento do conhecimento humano e da participação do capital. De acordo com Gonçalves (1995, p. 311), “é tarefa da Geografia compreender as marcas deixadas sobre o terreno pela ação histórica da intervenção da sociedade na natureza.” Portanto, para se construir uma leitura do que é o Extremo Sul da Bahia nos dias atuais, se fez necessário realizar um retorno a sua história para que houvesse uma iluminação maior sobre os processos que fizeram com que a região saísse de um estágio de isolamento econômico, cultural e social para uma inserção no mercado mundial.

A utilização da abordagem histórica tem a função de produzir um norte no que tange ao entendimento da formação da Bahia, enquanto Estado, com os seus contornos internos que deram origem aos municípios, as mesorregiões e as regiões econômicas, até se chegar à área de pesquisa, o Extremo Sul da Bahia. A divisão geográfica atual da Bahia, assim como de outros estados brasileiros, é fruto de um longo processo histórico de ordenamento administrativo do território do Brasil que tem sua base no período das Capitâneas Hereditárias.

O Sistema de Capitâneas Hereditárias foi introduzido no Brasil em 1534 por Dom João III, seguindo o mesmo modelo administrativo aplicado nas ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde. Este sistema pode ser considerado como a primeira forma de organização territorial aqui no Brasil, apesar do poder central ser localizado do outro lado do Atlântico. A configuração do atual mapa político é uma evolução da divisão do território brasileiro, uma divisão que ao longo do seu processo histórico custou o sacrifício de muitas vidas, principalmente para os indígenas, e representou o embrião da concentração de riquezas e de terras em nosso país. O mapa do Brasil com os atuais estados é resultante de lutas internas, como as revoltas, que ocorreram em diferentes partes do país, e de assinaturas de tratados acordados pela diplomacia brasileira.

Para se chegar até a demarcação territorial que estabelecesse os limites da Bahia também foram necessários muitos acordos, disputas jurídicas e revoltas, tendo em vista que antes de existir a Bahia, existiam somente faixas de terras pertencentes a donatários, como descrito no Quadro 1. Tavares (2001) diz que o território do estado da Bahia foi originado da doação de cinco Capitanias Hereditárias.

Quadro 1 – Histórico das Capitanias Hereditárias na Bahia

Data	Donatário	Nome da capitania
5 de abril de 1534	Francisco Pereira Coutinho	Bahia
27 de maio de 1534	Pero do Campo Tourinho	Porto Seguro
26 de julho de 1534	Jorge de Figueiredo Correia	Ilhéus
15 de março de 1558	Dom Antônio de Athayde	Ilha de Itaparica
29 de março de 1566	Álvaro da Costa	Paraguaçu ou Capitania do Recôncavo

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Tavares (2001).

Essas faixas de terras, depois de unificadas, formaram o atual estado da Bahia. Resumindo Tavares (2001) tem-se esta sequência histórica: a unificação de terras se deu de acordo com os seguintes fatos: a Capitania de Francisco Pereira Coutinho, após a sua morte, foi comprada pelo rei Dom João III, que a tornou o centro do Governo-Geral no Brasil; a Coroa, em 1775, incorpora as capitanias hereditárias dos Ilhéus e Porto Seguro; a capitania de Pero Campo de Tourinho, depois de passar para as mãos da família do primeiro duque de Aveiro, teve um período complicado com trâmites judiciais, até que em 1759, a Coroa decide confiscá-la e então é anexada à capitania da Bahia; de acordo com Tavares, a capitania do 1º conde de Castanheira, Dom Antônio de Athayde, sempre foi uma sesmaria, portanto, já pertencente à da Bahia; a capitania de Paraguaçu ou do Recôncavo, que teve como último donatário Dom José da Costa, foi comprada pelo rei pela quantia de 640 mil réis para também ser anexada à da Bahia.

A base econômica dessas capitanias era a produção de açúcar, aliás, como em todas outras capitanias, tendo em vista que o açúcar seria o principal produto fabricado na colônia portuguesa localizada nas Américas. Porém, outras atividades econômicas contribuíram para a formação do território baiano, como a agricultura de subsistência e uma vigorosa exploração do pau-brasil (*Caesalpinia echinata Lam.*), que mais tarde perderia sua “relevância ao longo do tempo, não só pelo surgimento de corantes artificiais, substituindo o natural no século XIX, mas pela crescente escassez do próprio recurso natural.” (SILVA, B., 2004, p. 22) Responsáveis pela interiorização, a pecuária e a exploração mineral são preponderantes para

a consolidação da Bahia. No entanto, o território baiano não se desenvolveu ou se formou somente através de suas atividades econômicas; a participação da sociedade, principalmente as ações de movimentos organizados com ideais libertários, foi fundamental na conquista de uma estabilidade política para a Bahia, e tiveram repercussões significativas em todo o território nacional.

Houve vários movimentos no interior do estado que ajudaram o país a alcançar a independência de Portugal e na sua sedimentação como uma unidade federal. Neste contexto, os movimentos nativistas deflagrados na Bahia tiveram participação decisiva em expressar o sentimento de pertencimento à Bahia e ao Brasil. Foram eles: a Federação dos Guanais em 1832; a Revolta dos Malês, contra o catolicismo e o regime escravocrata, durou de 25 a 27 de janeiro de 1835; e a Sabinada (liderada por Fernando Sabino Vieira), que aconteceu no período de 6 de setembro de 1837 a 16 de março de 1838, questionava a centralização monárquica e o federalismo republicano; e a Guerra de Canudos, com caráter político-religioso, tendo à frente o beato Antônio Conselheiro, durou de 1893 a 1897. Estes episódios fazem da Bahia uma referência nas lutas por sua autonomia e do país, e podem ser entendidos como peças fundamentais na construção da organização do seu território, e a continuidade da história cultural, social e econômica permitindo que o estado da Bahia adquirisse novos traçados. Atualmente o estado baiano tem uma organização regional dividida da seguinte forma: as mesorregiões (Vale Sanfranciscano da Bahia, Extremo Oeste Baiano, Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano, Centro Sul Baiano, Região Metropolitana de Salvador e o Sul Baiano), as regiões econômicas propostas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (na Tabela 2) e, no ano de 2007, a sua divisão em 26 territórios de identidade.

Tabela 2 – Regiões econômicas da Bahia

Regiões	Número de municípios
Região Metropolitana de Salvador	10
Litoral Norte	20
Recôncavo Sul	33
Litoral Sul	53
Extremo Sul	21
Nordeste	47
Paraguaçu	42
Sudoeste	39
Baixo Médio São Fco.	08
Piemonte da Diamantina	24
Irecê	19

Chapada Diamantina	33
Serra Geral	29
Médio São Francisco	16
Oeste	23
TOTAL	417

Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Fica evidenciado na história baiana que num determinado momento houve um sentimento de identidade de organização interna do seu território. Todavia, mesmo com toda essa evolução dos mapas internos da Bahia há, ainda, questionamentos quanto à integração de suas regiões bem como a discussão sobre o sentimento de pertencimento. Um panorama normal se se pensar na constância da dinâmica geográfica. Analisando a questão da construção das regiões baianas, sob, principalmente, as vias e os meios de transportes, Freitas (2000) mostra que a interrupção da construção de ferrovias e a valorização das rodovias foram fundamentais para que não houvesse uma integração total das regiões da Bahia, favorecendo que algumas de suas regiões comesçassem a ter uma ligação mais próxima com estados vizinhos, provocando até mesmo discursos separatistas.

De acordo com Freitas (2000, p. 35), em um período da história do estado “moradores de quase todas as áreas, de todos os sertões, passaram a não se sentir na Bahia, a dela não participar.” Um das resultantes deste sentimento separatista, por exemplo, foi a proposta da criação dos estados de Santa Cruz e do São Francisco na década de 50. Este fato mostra que não foi e não está sendo fácil que a Bahia consiga manter suas regiões sob o seu controle administrativo. Portanto, a revisão dos mapas dos estados não é um pensamento recente. O importante observar é que naquela época a variável dimensão territorial não era sequer mencionada, mas, a quebra ou o corte de uma rede que não vingou. Sobre a questão de demarcação do território, Tavares (2001, p. 358) diz que no período do Império não se estimulava “a definição territorial das províncias [que passou a ser] relevante na República em decorrência do regime federativo”. O sistema político-administrativo nesta fase da história pensava em controlar todo o território dentro de uma concepção de unidade, no entanto, a dimensão e a diversidade de ambientes forçaram a adoção de um novo modelo administrativo.

Neste contexto, é importante lembrar que a Bahia tentou evoluir no que se refere à administração do seu território. Silva e Silva (2003) apontam algumas medidas que demonstram esta preocupação, como a Reforma Administrativa de 1966,

que criou 17 regiões, passando para 32 unidades em 1973 com o Projeto de Regionalização Administrativa. Uma outra regionalização, proposta pela SEI, dividiu o estado em 15 regiões econômicas. O Estado ainda promoveu estudos para a Região Metropolitana de Salvador, Região Oeste, Extremo Sul, Chapada Diamantina e Litoral Norte. Entretanto, segundo os autores, o programa de desenvolvimento destas regiões “deixou a desejar, expressando a ainda persistente falta de prioridade política para a questão regional.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 80) O que deixa um campo aberto para questionar a capacidade do Estado em gerenciar um território com quase 567 000 km² repleto de diversidade física e humana.

Do Sul ao Extremo Sul: o papel do cacau nesta divisão

Como se viu anteriormente, o Extremo Sul da Bahia tem sua origem histórica e econômica nas Capitânicas Hereditárias de Ilhéus e Porto Seguro, que juntas formaram a mesorregião Sul do Estado que está dividida em Baixo Sul, Zona Cacaueira e Extremo Sul. Por isso, se torna relevante situar esta região “no contexto maior de todo o Litoral Sul do Estado e que faz parte em termos histórico-geográficos.” (SILVA, S., 2001, p. 58) A ocupação da região, que teve início no século XVI, seguiu os padrões semelhantes aos empregados na fase inicial da colonização de todo o país, isto é, uma ocupação baseada na exploração de recursos naturais sem se preocupar com os vetores que dão estrutura a uma determinada sociedade, como a liberdade, a cultura, um projeto de desenvolvimento que encaminhasse para uma forma mais igualitária os que aqui viviam.

A extração indiscriminada de madeira, para servir principalmente a Lisboa e a Salvador, que se encontrava em franca expansão populacional, não foi a única atividade de caráter exploratório. A grande região Sul da Bahia também se tornou fornecedora de cana-de-açúcar, que mais tarde sofreria uma grande queda de preços em decorrência da eclosão das *plantations* deste produto no Caribe, que facilitada por sua posição geográfica, mais próximo da Europa, se torna um concorrente difícil de ser batido; este panorama econômico faz com que a região procure outros tipos de cultivo, como os descritos cronologicamente no Quadro 2. No seu papel de área fornecedora de produtos primários, a região se torna responsável pelo abastecimento de alimentos para o Recôncavo, bem como, para outras capitânicas. Farinha de mandioca, milho e feijão são as especialidades desta região que ainda contava com uma intensa atividade pesqueira.

Quadro 2 – Mobilidade das atividades econômicas na região Sul

Períodos	Acontecimentos
Fim do século XVIII	Introdução das culturas do algodão, café e cacau. As duas últimas com maior importância econômica. Até meados do século XIX elas são fundamentais para o crescimento populacional e desenvolvimento da economia regional.
Início do século XIX	Cafeicultura em decadência e consolidação da lavoura cacauaieira.
Transição para o século XX	O cacau se torna um produto de fundamental importância para as exportações baianas. Ilhéus e Itabuna são as referências na produção e comercialização.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Bahia (1995).

Dentre todas essas culturas, citadas anteriormente, o cacau terá uma influência decisiva no que diz respeito a uma nova configuração espacial da grande região Sul da Bahia. Sendo assim, é justificável uma abordagem mais aprofundada sobre a sua dinâmica. A primeira região a produzir cacau no Brasil foi o Vale Amazônico, mas, é a partir 1890 que a sua produção assume um caráter exportador devido a sua grande procura no mercado mundial. A partir daí o cacau deixa a Amazônia para ser produzido em alta escala no Sul da Bahia, onde ele terá a sua maior relevância em termos de produção, pois a região possui condições naturais (clima e solo), semelhantes ao ambiente de floresta equatorial da bacia amazônica, propícias a expansão de sua lavoura que, também, encontra nos canais fluviais e no litoral suas principais vias para o escoamento da produção. May e Rocha (1988, p. 36) marcam o início do século XIX como o período do “cultivo sistemático do cacau, implantando roças em áreas vizinhas a Ilhéus, de onde essa lavoura difundiu-se para outros municípios no Sul baiano.” Porém, até chegar a marca de 90% da produção brasileira as lavouras da Bahia passaram por um longo período de afirmação que vai da metade do século XVIII (início de sua introdução no estado) até o começo do século XIX.

No auge da sua produção o cacau foi responsável por 20% das rendas públicas no país no início do século XX e isso também significaria o grande poder político que os donos das grandes fazendas teriam na região e em todo o estado, pois, “direta ou indiretamente, quase toda a riqueza baiana e a vida dos habitantes repousará nos cacauais.” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 242) Porém, com as crises cíclicas do valor do cacau no mercado externo (a maior delas ocorrida no final da década de 80) e com a chegada do fungo *Crinipellis perniciosus*, causador da doença chamada de vassoura-de-bruxa, espalhará uma crise de grandes proporções na Zona Cacauaieira da região Sul, provocando o abandono de grandes áreas plantadas e infestadas, a falência financeira de muitos produtores e aumento do desemprego no campo, repercutindo em vários setores da economia urbana. A entrada de outros países na produção e exportação de cacau, fazendo com que os preços caíam vertiginosamente, aliada a

vassoura-de-bruxa estremece a economia da Bahia e do Brasil. No entanto, como é uma produção que se caracteriza pelo regionalismo de sua plantação, é o Sul da Bahia, como um todo, que sofrerá as consequências desta crise.

Depois de sucessivas crises a partir da segunda metade do século XX, a lavoura cacaeira se firma e passa a dividir o território da região Sul com a pecuária. A criação de gado vai ser intensificada mais ao Sul da região “onde foi mais intensa a agressão à Mata Atlântica.” (BAHIA, 1995, p. 16) Então, há uma cisão no sentido de que não houve um prolongamento da cacauicultura, partindo do polo Ilhéus-Itabuna para o Sul da região como se havia projetado, e com o fortalecimento da pecuária tem-se a fragmentação da mesorregião Sul e o surgimento de uma região diferenciada, o Extremo Sul.

Nas entrevistas realizadas percebe-se que há posições antagônicas quanto à influência da lavoura cacaeira no Extremo Sul baiano, tanto no que se refere ao volume de sua produção quanto o seu grau de participação na economia regional e estadual. Dos 21 municípios que formam o Extremo Sul, 18 cultivam o cacau em seus territórios, contudo, alguns desses municípios têm uma produção insignificante frente a uma demanda que possa seduzir o mercado externo, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Produção de cacau no Extremo Sul em 2006

Municípios	Área Plantada (ha)	Quantidade Produzida (ton)	Valor (1.000 R\$)
Alcobaça	260	88	282
Belmonte	12.736	3.291	12.789
Caravelas	240	59	189
Eunápolis	2.173	622	2.417
Guaratinga	8.441	3.008	11.689
Itabela	3.981	1.150	4.469
Itagimirim	130	27	105
Itamaraju	13.044	3.480	11.588
Itanhém	658	270	846
Itapebi	5.242	1.083	4.209
Jucuruçu	1.944	422	1.384
Mucuri	3.644	300	1.047
Nova Viçosa	23	08	29
Porto Seguro	839	181	703
Prado	2.598	573	1.891
Santa Cruz Cabrália	336	69	268
Teixeira de Freitas	15	05	18
Vereda	330	137	493
TOTAL	56.634	14.773	54.416

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada em SEI (2008).

Há um grande esforço para que a lavoura cacauzeira volte a ter grande relevância na economia baiana, inclusive partindo iniciativas do Governo Federal com o chamado *Plano de Aceleração do Desenvolvimento do Agronegócio na Região Cacauzeira do Estado Bahia* (P.A.C. do cacau). Porém, na região do Extremo Sul da Bahia a lavoura, mesmo tendo sua área de plantio aumentada em relação a 2004, que foi de 55 043 ha, teve perdas na quantidade da produzida (17 076 toneladas) e no valor comercializado (73 308 milhões de reais) em 2004. Portanto, como no passado, o cacau nesta região da Bahia tem uma participação discreta na dinâmica econômica, ainda que quando se compara os dados totais da produção no estado no ano de 2006 onde o Extremo Sul aparece como a segunda maior região, como registrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Produção de cacau no ano de 2006 no estado da Bahia

Região	Produção em toneladas	Valor (1.000 R\$)
Litoral Sul	117.717	403.681
Extremo Sul	14.773	54.416
Sudoeste	7.990	25.303
Recôncavo Sul	8.055	28.006
Região Metropolitana de Salvador	187	646
Litoral Norte	12	37
Paraguaçu	05	17
Total	148.739	512.106

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada em SEI (2008).

Das quinze regiões econômicas da Bahia sete produzem cacau, sendo que há, nitidamente, uma concentração da produção localizada na região do Litoral Sul, uma consequência da especialização do seu território que foi aproveitado amplamente nas suas características ecológicas, não somente para a produção do fruto, mas também para o escoamento através da navegação fluvial, como relata Freitas (2000, p. 26):

[...] além do São Francisco e afluentes, os rios do sul da Bahia também despertavam algum interesse, especialmente o Jequitinhonha, visando ao intercâmbio comercial com Minas Gerais, o Itaípe e o Almada para servirem às fazendas de cacau.

Entre as sete regiões produtoras, o Extremo Sul da Bahia se encontra em segundo lugar, mas, através dos números contidos na Tabela 4, percebe-se que os números da sua produção são insignificantes frente a região que ocupa o primeiro

lugar. Seis anos antes destes dados, G. Machado (2000, p. 40) dizia que “O Extremo Sul tem pouca participação na quantidade total de cacau vendida no Estado da Bahia.” A inexpressividade da produção do cacau na região fica evidente quando se compara com a produção do município de Ibirataia (Litoral Sul), no mesmo período de 2006, que foi de 10 141 toneladas, representando mais da metade de toda a produção do Extremo Sul.

Com o objetivo de reforçar que o cacau não tem grande relevância dentro do território do Extremo Sul, fez-se uma comparação entre os dados das principais lavouras da região com a lavoura do cacau, levando em consideração o volume da quantidade produzida (Tabela 5).

Tabela 5 – Lavouras mais expressivas no Extremo Sul da Bahia em 2006

Produto	Área plantada (ha)	Quantidade produzida (ton.)	Valor (1.000 R\$)
Cana-de-açúcar	32.306	1.806.811	77.123
Mamão	12.989	764.116	275.540
Mandioca	17.178	219.000	17.105
Melancia	3.405	100.045	33.018
Coco-da-baía	13.754	72.698	27.260
Banana	4.052	40.148	14.661
Café	20.790	24.930	68.115
Maracujá	1.101	24.835	20.118
Cacau	56.634	14.773	54.416

Fonte: Elaborada pelo autor (2008).

A Tabela 5 mostra que o cacau ocupa a maior área plantada, é somente a quarta lavoura em termos de valores arrecadados, no entanto, é a nona em quantidade produzida. A distribuição destes nove produtos revela que a agricultura se encontra de forma dispersa por todo o território do Extremo Sul da Bahia através de vários cultivos, onde o cacau ainda que seja o quarto produto em valores arrecadados não se configura como um produto que possa influenciar substancialmente na economia da região; isto irá influenciar diretamente nas ações da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que passará a investir em pesquisas de novos cultivos, como por exemplo, o coco que é plantado na estação experimental no município de Belmonte. Neste panorama o cacau é, simplesmente, mais um produto do meio rural, onde sua importância será medida apenas individualmente, isto é, o que ele representa para um determinado produtor na sua renda familiar.

Então, qual seria a importância da cacaucultura para o Extremo Sul? A resposta estaria no fato de que, se por um lado os números da produção são irrele-

vantes, por outro lado, não se pode desprezar a sua participação no contexto histórico da formação econômica e territorial em grande parte da região. Nunes (2002, p. 86) relata que houve “uma corrente migratória regular para a região proveniente do interior do próprio estado ou dos Estados de Sergipe, Alagoas e Ceará, principalmente em busca desse novo vetor econômico em expansão.” Este fato se torna relevante, pois há uma migração do Nordeste para dentro do próprio Nordeste, e desfaz a imagem de que o nordestino sempre se mudou, exclusivamente, para o Sudeste. As migrações internas no Nordeste são comuns, tendo em vista que a região não representa somente áreas de miséria com a predominância do clima semiárido, haja vista que a grande extensão territorial de sua área, 3 869 637,9 km², propicia a diversidade de paisagens naturais.

No Extremo Sul da Bahia a entrada do cacau começa pela cidade de Belmonte, desce “até Porto Seguro, atingindo, mais tarde, todo o Extremo Sul, embora com uma distribuição bastante diferenciada” (SILVA, S., 2001, p. 62), onde era plantado no sistema denominado de cabruca, que consistia no plantio consorciado com a vegetação nativa. A distribuição irregular do cultivo do cacau no território da região se apresenta como ilhas de plantio, pois a região já se tornara objeto de desejo de outras atividades econômicas, como a exploração de madeira nativa e a pecuária, que ocupavam áreas significativas evitando assim que houvesse uma predominância da lavoura cacauzeira, causando uma descontinuidade do seu plantio. Confirmada a não vocação do Extremo Sul da Bahia para o cacau, o Governo do Estado “abre mão” dessa região possibilitando a efetiva influência dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na sua formação econômica.

A constatação de que o Governo da Bahia projetou o cacau para o Extremo Sul Baiano se verifica no mapeamento e na quantidade de escritórios e núcleos de extensão que a Ceplac mantém na região. Dos 21 municípios que compõem a região, nove possuem a presença deste órgão federal, são eles: Eunápolis, Belmonte, Guaratinga, Itamarajú, Mucuri, Itapebi, Teixeira de Freitas, Itanhém e Medeiros Neto. Dentre estes municípios talvez Belmonte seja o que mais aproveitou dos tempos áureos do cacau, pois está na fronteira com a região cacauzeira com facilidades para o escoamento da produção através do rio Jequitinhonha e o Oceano Atlântico, além da facilidade de acesso com a BR 101 que facilita o deslocamento para Itabuna-Ilhéus. Diante deste cenário, uma pergunta é posta: será que, se esta lavoura não tivesse uma dimensão considerável no Extremo Sul, o Governo Federal investiria no seu aparelhamento? Se a resposta for afirmativa, isto se configura como mais um exemplo de planejamento deficiente no que tange a integração de uma possível grande zona cacauzeira, pois,

enquanto as cidades que estão em torno do polo Ilhéus-Itabuna recebem melhorias na infraestrutura, como a construção de eixos rodoviários, portos e aeroportos, que propiciam uma maior interligação entre as cidades que produzem e exportam o cacau e destas com a capital baiana, enquanto que “o Extremo Sul prossegue com um perfil periférico e ainda com uma acessibilidade bastante difícil” (SILVA, S., 2001, p. 63), sendo, portanto, preterida pelo Estado.

Enquanto o cacau ficou confinado em poucas áreas de plantio no Extremo Sul da Bahia outras atividades como a exploração vegetal, aliada com a implantação de um grande número de madeiras, e a pecuária, que praticada de forma extensiva ocupava grandes porções de terras, foram se fixando e caracterizando economicamente esta parte da Bahia. A opção do governo em favorecer o polo Ilhéus-Itabuna pode ser refletida através da seguinte forma: uma estratégia do Estado em realizar o desenvolvimento de uma região que era de extrema importância para a sua economia e que tinha uma definição econômica e política, ao contrário do Extremo Sul que era amorfa neste sentido. Entretanto, não deixa de ser um indicativo que revela a falta de uma política de integração regional dentro da grande Região Sul do estado. A política de privilegiar determinada região em detrimento de outras mostra que os governos estão distantes de atingir um modelo de desenvolvimento regional que contemple todos os municípios de maneira igualitária. Para Brito (1986, p. 19) “as unidades espaciais compreendem sempre dessemelhanças ou mesmo contrastes sócio-econômicos. A existência mesma de formas derivadas descarta qualquer possibilidade de uma harmonia integral e absoluta”. Diante deste panorama pode-se concluir que o cacau foi o principal vetor que deu início a divisão da macrorregião Sul em duas. Uma divisão inevitável em função de diversas condicionantes que norteiam a dinâmica do Estado em administrar suas regiões, provocando, inclusive, uma concorrência desleal.

Madeireiras e pecuária: capixabas e mineiros colonizam o Extremo Sul Baiano

Diferente da lavoura cacaeira que adotava um método de plantio baseado na harmonia com a mata nativa, o que implicava numa maior preservação de alguns atores do quadro físico da paisagem, o extrativismo vegetal realizado nos anos 1960 atuou de maneira predatória na região. Porém, não é escopo neste tópico abordar as questões de possíveis impactos negativos causados ao meio natural em decorrência da exploração do Complexo Mata Atlântica. Ademais, este viés vem sendo discutido

amplamente e amiúde por pesquisadores e ONGs dedicados às questões ecológicas e que possuem estudos mais direcionados para o tema. Assim, o objetivo nesta discussão é o de discorrer sobre a contribuição da atividade madeireira como uma das variáveis no processo de construção dos lugares no Extremo Sul da Bahia.

Como foi visto anteriormente, a entrada do cacau no Extremo Sul da Bahia se dá pela sua parte norte através do município de Belmonte que possui fronteira territorial com as grandes áreas produtoras. Esta entrada é facilitada pelas características do geossistema que facilitava o tipo de manejo (cabruca) adotado pela maioria dos produtores na época, e tem no rio Jequitinhonha uma importante via para uma conexão marítima, o que facilitava o escoamento da produção.

No outro polo da região, mais ao sul, acontecia no início do século XX, a entrada de especialistas em exploração de madeira nativa, como o armador Américo Machado, que possuía uma larga experiência nas matas de São Mateus (ES). Mais tarde viriam os grandes grupos madeireiros que realizaram essa atividade com mais sofisticação através de maquinários potentes e dotados com uma logística para atender, mormente o mercado externo, com isso puderam extrair grandes volumes de madeira da vegetação nativa. G. Machado (2000, p. 27) diz que esta atividade se caracterizava pela “exploração intensiva dos recursos naturais, sobretudo a originária Mata Atlântica, na primeira fase do capital destrutivo (o madeireiro-extrativista).” Contudo, “neste período, os madeireiros ainda utilizavam técnicas rudimentares que, associadas às dificuldades de transporte, se constituíram elementos inibidores da destruição da Mata Atlântica.” (BAHIA, 1994, p. 17) Nesta fase podemos considerar que o extrativismo não teve somente o caráter exploratório da vegetação nativa, mas, também, a construção de novos lugares.

Em todas as atividades que o homem exerce há um período de transição onde há a passagem de meios de produção mais rústicos para um nível mais desenvolvido tecnologicamente. No processo de exploração de madeiras nativas também ocorreu esta transição com a substituição do machado para cortar as árvores, as picadas por onde as toras eram arrastadas por animais e homens para uma fase de exploração mecanizada que acelerou o processo de desmatamento em grandes áreas do Extremo Sul da Bahia. Faz-se necessário também identificar a passagem de uma transformação de um ambiente natural com fins de construção de lugares e aquela exploração eminentemente predatória. “Ao tratarmos os dois tipos de desmatamento num mesmo nível, pode-se cometer injustiça com os verdadeiros responsáveis pela construção [dos lugares] e de sua história.” (CERQUEIRA NETO, 2001, p. 92)

Dentro do contexto de espoliação da vegetação nativa da região com fins comerciais, inclusive com transações internacionais, duas grandes madeireiras se destacaram pela sua atuação: a Brasil Holanda S.A. (Bralanda), com uma sociedade formada por capital brasileiro e holandês, e da Cia. Itamarajú Agro-Industrial. Juntas elas influenciaram na economia, na sociedade e no meio natural: desmatando e construindo ao mesmo tempo. Mencionar as atividades destas expressivas madeireiras no Extremo Sul da Bahia se justifica por o extrativismo vegetal ter se configurado num ciclo econômico e tal como apresenta algumas situações dicotômicas, onde se tem o aparecimento e desenvolvimento de lugares *versus* a eliminação ou transformação de elementos naturais e culturais. Chega-se a conclusão de que o discurso entre desenvolvimento e preservação ambiental é recente, entretanto, ele é fruto de uma relação histórica em nosso país. Um outro ponto que justifica a abordagem sobre estas madeireiras é que elas começaram suas atividades no norte do Espírito Santo, depois foi adentrando parte do leste de Minas Gerais até atingir todo o Extremo Sul da Bahia. Isto ajuda a comprovar que as atividades econômicas vindas do Sudeste tiveram maior penetração no território do Extremo Sul Baiano do que as advindas de outras partes do estado, como, por exemplo, o cacau.

Entre as duas maiores madeireiras da região, a Bralanda era a mais imponente em todos os sentidos, sendo ela uma referência tanto no desmatamento predatório como também no povoamento em grande parte da região do Extremo Sul Baiano. A Bralanda não era uma simples madeireira de grande porte, haja vista que ela possuía uma enorme estrutura de produção que formava uma rede que começava no arrancar das árvores em mata fechada até os portos de onde seguiriam os tacos, lâminas de compensado para móveis e outros, além da madeira bruta para abastecer, principalmente, o mercado europeu. (CERQUEIRA NETO, 2001) Seu escritório central localizava-se no Rio de Janeiro, de onde controlava a produção dos seus parques industriais além de suas áreas de extração, e efetuava as transações comerciais com o exterior onde tinha grande penetração no mercado mundial, pois se tratava da maior fábrica de compensados da América Latina. No período dessas grandes madeireiras pode-se dizer que o Extremo Sul já estava inserido na economia mundial como fornecedor de matéria-prima.

Na questão das relações sociais, o *status* que essa madeireira proporcionava aos seus funcionários era motivo de cobiça para conseguir um emprego num dos seus departamentos, pois, ser funcionário da Bralanda significava ter moradia própria a baixo custo, pois onde a empresa se estabelecia ela construía vilas ou bairros para seus empregados, e também significava gozar de autoridade dentro

do município, não muito diferente do que acontece hoje em dia com funcionários das multinacionais do eucalipto. As regalias oferecidas pela empresa eram motivos para que pessoas se deslocassem de várias regiões do Brasil para trabalharem no corte da madeira ou para servir aos trabalhadores.

Neste contingente de pessoas “proveniente das regiões do nordeste de Minas Gerais e do sudoeste da Bahia” (NUNES, 2002, p. 94), pode-se também acrescentar a participação dos capixabas que detinham uma vasta experiência na exploração de madeira e tiveram uma grande participação como, por exemplo, no povoamento do município de Teixeira de Freitas. Principalmente depois da construção da BR-101, que ligava Vitória a Salvador, ficou mais fácil o transporte de mercadorias, assim, houve uma atração de “grandes e pequenos empresários, predominantemente capixabas, que, numa década, esgotaram o que restava da floresta, executando, deste modo, o que não haviam conseguido os antigos madeireiros”. (BAHIA, 1994, p. 17) Os anos de espoliação da vegetação nativa mostram que os governos, em todos os níveis, não elaboram planos para administrar territórios ricos em biodiversidade.

Tanto o procedimento rudimentar quanto o mecanizado contribuíram para a construção dos lugares do Extremo Sul da Bahia. De acordo com Monteiro (1981, p. 63), “o Sul da Bahia, após a ligação rodoviária pelo litoral na década de setenta, viu destruída uma importante reserva. Só em 1973 foram exportados 500.000 metros cúbicos de madeira.” Este processo de modificação do ambiente natural para um estágio de culturalização dos lugares é parte de uma evolução, quase que natural presente na história da urbanização brasileira. Pois, durante quatro séculos, introduziu-se na Região recursos materiais e humanos com o objetivo de retirar suas riquezas naturais. Nesse processo, grandes extensões de terra foram desmatadas e posteriormente ocupadas com agricultura e pecuária.” (BAHIA, 1995, p. 15)

Na história do processo de interiorização do Brasil a pecuária tem um papel de relevo a partir do momento em que a lavoura açucareira começa a sofrer com os decréscimos da sua produção e do seu valor no mercado externo. Para Andrade (1998, p. 266), a crise do açúcar no Brasil está relacionada com a atitude dos holandeses que “levaram a cana-de-açúcar para as Guianas e para as Antilhas, tornando essas ilhas do Caribe uma grande região produtora”. Com esta concorrência a lavoura canieira além de perder espaço nas exportações, irá perder também trabalhadores para a pecuária, como explica Furtado (1974, p. 63):

[...] não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior.

Ao lado da cacauicultura e do extrativismo vegetal, a pecuária forma o tripé das atividades mais remotas que contribuíram para a formação do Extremo Sul da Bahia. Pode-se dizer que a pecuária está para o Extremo Sul baiano assim como o cacau está para o Sul da Bahia. Assim como o cacau ela depende das variações do mercado, da dinâmica climática, está vulnerável ao ataque de pragas e infestações. E, mesmo com seus períodos de crise a pecuária ainda mantém um lugar de destaque na economia da região, como se observa na Tabela 6, através da criação de bovinos. Do mesmo modo que o cacau na região Sul. Numa comparação que envolve números de produção entre a pecuária e outras criações, percebe-se que esta atividade é a que possui os maiores resultados, podendo influenciar substancialmente na economia e na política das localidades que a tem como principal vetor de desenvolvimento.

Tabela 6 – Criação de animais no Extremo Sul da Bahia em 2006

Tipo de Animal	Números em cabeças
Asininos	14.960
Bovinos	1.777.212
Bubalinos	4.562
Caprinos	9.172
Equinos	47.487
Galinhas	297.346
Galos, frangos, frangas e pintos	327.560
Muares	23.908
Ovinos	18.331
Suínos	86.017

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada em SEI (2008).

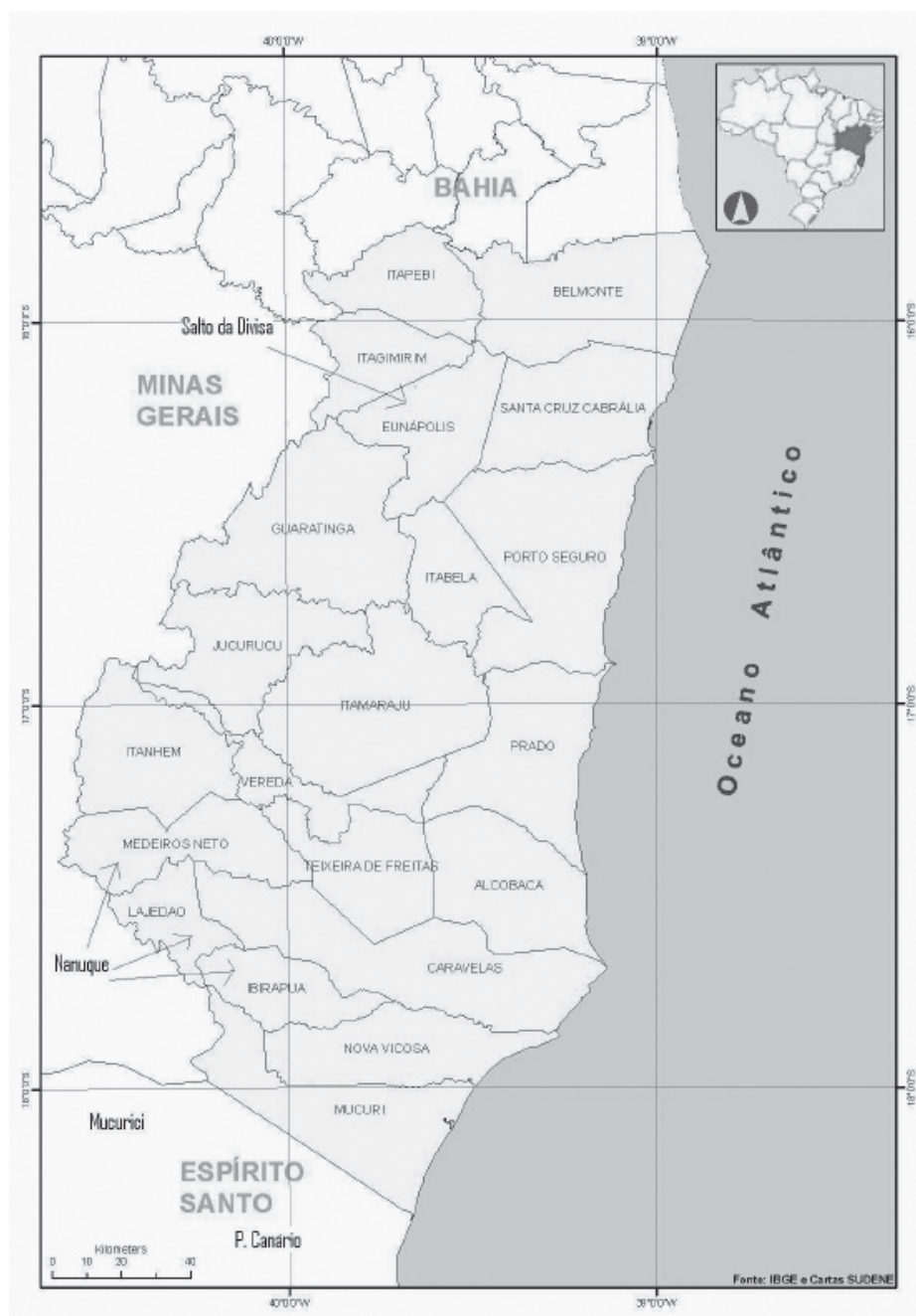
No Extremo Sul da Bahia a pecuária seguiu o mesmo percurso traçado pelas grandes madeireiras, entrando pela parte Sul da região através das fronteiras com os estados do Espírito Santo e, principalmente, Minas Gerais onde os pecuaristas são conhecedores tradicionais neste tipo de atividade (Figura 4). Para alguns historiadores a implantação da pecuária na região se dá na segunda metade do século

XX, feita de modo extensivo, facilitada pelo trabalho de “limpeza das áreas” realizado pelas madeireiras. São nessas áreas, herdadas do desmatamento, que nascem os grandes latifúndios do gado, bem como resultam “na criação, nos anos 50, dos municípios de Itanhém e Medeiros Neto [localizados no Extremo Sul da Bahia], promovida por criadores oriundos, sobretudo, do planalto de Conquista, da Região de Itapetinga e do Nordeste de Minas Gerais.” (BAHIA, 1994, p. 17) Dessa forma, entende-se também que esta atividade contribuiu decisivamente no aparecimento de núcleos urbanos do Extremo Sul baiano. Na Tabela 7 percebe-se que dois dos municípios (Itanhém e Medeiros Neto), que nasceram em decorrência da pecuária ainda, nos dias atuais, seguem uma tradição na criação de gado e estão na lista dos maiores rebanhos da região.

Enquanto a pecuária dominou a economia havia concomitantemente um modelo político muito questionado, o coronelismo. Neste contexto, os chamados coronéis do gado passam a dominar a economia bem como controlar a vida política da região. Alguns foram à falência, mas grande parte ainda estendeu sua influência até os dias atuais, fato que pode ser constatado quando se observa que grande parte dos políticos, principalmente nos municípios menores, estão ligados, de alguma forma, ao setor rural tradicional. A estreita relação da pecuária praticada nesta parte da Bahia com o estado de Minas Gerais pode ser comprovada através da Figura 4, que mostra o deslocamento da pecuária mineira para o território baiano.

O amineiramento da região através da pecuária pode ser percebido através da “pecuarização impulsionada pelos mineiros. As terras valorizam-se [...] e a pecuarização da região caracteriza o processo de ocupação do povoamento [assim surgem] Eunápolis, Teixeira de Freitas, Itabela e Itamarajú” em G. Machado (2000, p. 31). Se num determinado momento da história pode-se dizer que o Extremo Sul da Bahia foi o pasto de alguns municípios mineiros, tendo em vista que os pecuaristas moravam nas cidades de Minas Gerais e viajavam para esta parte da Bahia com o objetivo de verificar a dinâmica da produção do seu rebanho; o momento histórico atual mostra que alguns municípios mineiros se tornaram o pasto de algumas cidades baianas, tendo em vista que elas apresentam uma urbanização crescente que é acompanhada de melhoramentos em sua infraestrutura. Por outro lado, não é somente o gado que vem de Minas Gerais, mas o dinheiro de muitos fazendeiros mineiros é depositado em bancos de algumas cidades do Extremo Sul da Bahia, principalmente em Eunápolis e Teixeira de Freitas.

Figura 4 – Deslocamento da pecuária mineira para o Extremo Sul da Bahia



Fonte: Elaborada por Ronaldo R. Porto (2007).

A pecuária praticada na maioria da região ainda é aquela em que a base da alimentação do gado é o capim que está nas mangas (termo que tem o mesmo significado de pasto), mas, já existe um pequeno grupo de pecuaristas que estão trabalhando com o melhoramento genético. Apesar do método tradicional de criação caracterizar a pecuária no Extremo Sul Baiano, verifica-se que esta atividade tem mantido uma regularidade no que se refere aos números totais de cabeças (Tabela 7), havendo oscilação na produção de município para município que pode estar atrelada a diversos fatores tais como, períodos de estiagem, baixa do preço do boi no mercado, venda de parte da terra ou utilização da parte da terra para outras atividades.

Tabela 7 – Comparação dos números do rebanho bovino nos anos de 2003, 2004 e 2006

Municípios	Número de cabeças 2003	Número de cabeças 2004	Número de cabeças 2006
Alcobaça	43.102	47.272	43.285
Belmonte	53.316	53.160	52.170
Caravelas	89.917	80.492	69.176
Eunápolis	107.091	107.681	98.200
Guaratinga	148.430	149.464	152.571
Ibirapõa	69.365	67.959	67.514
Itabela	59.489	60.836	51.364
Itagimirim	89.401	90.703	82.946
Itamaraju	162.294	176.928	169.333
Itanhém	155.446	157.169	158.235
Itapebí	65.868	69.145	68.833
Jucuruçu	80.905	84.995	86.498
Lagedão	63.738	64.421	65.738
Medeiros Neto	142.942	136.981	140.015
Mucuri	76.245	77.195	67.229
Nova Viçosa	55.417	44.150	43.918
Porto Seguro	66.513	67.276	73.060
Prado	88.881	105.700	94.294
Santa Cruz Cabrália	24.160	24.650	35.570
Teixeira de Freitas	114.774	105.570	97.971
Vereda	64.239	71.112	71.929
TOTAL	1.821.533	1.842.859	1.789.849

Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Os números da Tabela 7 mostram que do ano de 2003 para 2004 dentre os 21 municípios da região somente em seis foram registradas baixas no número total da criação, sendo a baixa mais expressiva acontecendo no município de Nova Viçosa,

apresentando um déficit de 11 267 cabeças. Por outro lado, outros 15 municípios apresentaram altas na produção, onde Prado conseguiu aumentar seu rebanho em 16 819 cabeças. No geral, o Extremo Sul teve um acréscimo de 21 326 cabeças de gado entre os anos de 2003 e 2004, seguindo a tendência do estado, que passou dos 10 146 29 para 10 466 163 reses no mesmo período. Quando se faz a comparação entre os anos de 2004 e 2006 nota-se que há um maior número de municípios que diminuíram seu rebanho, perfazendo um total de 13, sendo que a maior queda de produção foi registrada no município de Mucuri, quase dez mil cabeças. Comparando o total de cabeças do ano de 2004 (1 842 859) com o ano de 2006 (1 789 849) houve uma perda de 53 010 cabeças. Apesar de a região estar sendo conhecida como a região do eucalipto, esta mobilidade dos números mostra que a pecuária continua exercendo uma grande influência na economia regional desde os primeiros anos de sua implantação, isto pode ser comprovado quando se faz um acompanhamento da atividade entre os anos de 2003 a 2006 onde, somente, quatro municípios apresentam quedas sucessivas, Belmonte, Caravelas, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas. Sendo assim, a pecuária ainda é uma atividade importante na economia regional, apenas passa a dividir o território com outras atividades que necessitam de grandes áreas tanto quanto.

Em sua recente história de urbanização e consolidação regional, o Extremo Sul baiano teve nos empreendimentos originados do Sudeste brasileiro uma contribuição relevante, pois a região passou a receber capitais do setor madeireiro, das culturas de café e mamão, e das grandes empresas do eucalipto sediadas no Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. (MACHADO, G., 2000) E, mais uma vez, a atividade madeireira é a primeira a abrir esta nova fronteira que transformaria o Extremo Sul da Bahia numa ponte por onde vão transitar pessoas, mercadorias e empresas do Sudeste para o Nordeste e vice-versa. A atuação das grandes madeireiras no território do Extremo Sul da Bahia provocou duas mudanças: a primeira, de ordem ecológica com o desmatamento, e a segunda de ordem econômica, onde a região foi tomada por investimentos originados do sudeste do país. Se no período do cacau o Extremo Sul foi considerada uma região periférica em relação ao polo Ilhéus-Itabuna e a Salvador, nos dias atuais ela se tornou periferia “de Vitória/ Espírito Santo, com quem mantém, recentemente, crescentes relações. Expande-se também o intercâmbio, embora em menor escala, com o Nordeste de Minas Gerais”. (SILVA, S., 2001, p. 58) Um outro fato que comprova a estreita relação entre esta região da Bahia com o sudeste do Brasil é relatado da seguinte forma por Nunes (2002, p. 87):

apesar do cultivo do café ter assumido, em determinados momentos, algum significado, esta região mantinha pouca ligação com o Porto de Salvador, desenvolvendo seu comércio mais ativo com o porto do Rio de Janeiro e, dedicava-se à tarefa de abastecimento e escoamento das comarcas do Nordeste de Minas Gerais, utilizando-se dos cursos dos Rios Jequitinhonha e Mucuri.

A construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), iniciada em 1881, talvez tenha significado o projeto mais antigo e concreto com a função de unir o Sudeste ao Nordeste. A ferrovia Bahia-Minas começava na cidade de Araçuaí (Nordeste Mineiro) e tinha o seu ponto final em Caravelas, mais precisamente em Ponta de Areia (Extremo Sul Baiano) era um belo projeto de integração regional, pois tentava ligar Minas Gerais a Vitória (ES), o que não aconteceu. Esta estrada de ferro teve sua importância geográfica para os estados de Minas Gerais e Bahia, tendo em vista que ela foi preponderante para o aparecimento de sítios urbanos ao longo de suas margens. Também servia como parte fundamental da logística das grandes madeiras que a utilizavam para escoar sua produção. Com o fim das matas a EFBM foi sendo preterida até ser substituída pelas estradas de rodagem. Os símbolos mais marcantes da Bahia-Minas são as suas antigas estações que em algumas cidades estão restauradas e preservadas exercendo outras funções como museus, bibliotecas etc. e em outras localidades estão sob forma de ruínas.

Com a desativação total da EFBM, em 1966, há um deslocamento da atividade madeireira com mais intensidade no trecho da construção da BR-101 que servirá também como um corredor para o escoamento da madeira retirada da Mata Atlântica. Praticamente margeando o litoral este novo vetor de integração entre as regiões segue um trajeto totalmente diferente da EFBM (que será substituída pela BR 418), numa posição geográfica mais privilegiada, tendo em vista, a proximidade com os portos e a partir deles a facilidade para exportar as madeiras para o mercado externo. Estes fatos históricos sobre a atuação das madeiras na região revelam que a configuração que se tem hoje no seu território é em grande parte parida do capital advindo da macrorregião Sudeste do Brasil.

O extrativismo vegetal daquela época proporcionou a abertura de estradas como também a formação de vários núcleos urbanos. Porém, essas empresas tiveram seu tempo de atividade amarrado à exploração de espécies nativas aceitas comercialmente, pois, tão logo que se esgota o estoque natural suas atividades foram encerradas. Outro ponto importante que influenciou na não integração ou

desintegração do Extremo Sul da Bahia com outras regiões do estado e com outros estados, relacionado com a Bahia-Minas, foi que com a sua interrupção, que começa na cidade de Caravelas, “novamente a cidade de Itabuna é beneficiada, passando a experimentar um crescimento ainda maior”. (SILVA, S., 2001, p. 65) Assim, o Extremo Sul perde mais uma opção de mobilidade espacial e conseqüentemente dificulta o desenvolvimento dos seus lugares.

Outras duas atividades, mais recentes, que fazem parte da história da consolidação do Extremo Sul da Bahia são: a cultura do mamão e o ciclo da celulose. A primeira teve o seu auge no fim da década de 80 pelas mãos, principalmente, de japoneses que vieram para a região. E a segunda “é decorrente das políticas públicas de incentivo fiscal para o reflorestamento,” (BAHIA, 1994, p. 17) aproveitando também os hiatos deixados pelo desmatamento desde o começo da colonização da região. E por fim, a que se destacar o crescimento do setor do turismo na região que teve uma transformação no que diz respeito a sua profissionalização. De acordo com Sylvio Silva, (2001, p. 65) “o turismo cresce em todo o Extremo Sul, aproveitando os recursos cênicos e culturais, particularmente em Porto Seguro”, o que tem atraído investidores dos setores: hoteleiro, gastronômico, e imobiliário, por exemplo. Grande parte desses investidores continua sendo oriunda do Sudeste, mas, também nota-se uma expressiva massa de empreendedores do Centro-Oeste (principalmente goianos e brasilienses) que estão investindo principalmente em pousadas nos municípios da Costa das Baleias.

O primeiro período da colonização da região do Extremo Sul está vinculado diretamente com a colonização do país, se considerar que a maioria dos historiadores coloca Porto Seguro como a chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500. Este período é marcado por uma relação de subordinação do Brasil em relação a Portugal, onde cabia à metrópole a responsabilidade pela “apropriação de meios naturais, transformação de tais meios numa segunda natureza, apropriação destes meios naturais transformados, produção de formas espaciais, e apropriação do espaço produzido.” (MORAES, 2002, p. 89) Este modo de administrar, através da apropriação de tudo e de todos, vai permanecer por um longo período em vários lugares do Brasil, em diferentes regiões.

As dinâmicas demográficas e econômicas do Extremo Sul acontecem desde o século XVI passando por períodos de dilatação e contração, com uma ocupação caracterizada “pelo estabelecimento, na costa, de entrepostos comerciais, para o resgate dos produtos extraídos do continente, em especial, o pau-brasil e outras madeiras nobres, com o objetivo de enviá-los para Portugal.” (BAHIA, 1994, p. 15)

Este tipo de colonização com caráter espoliatório do ambiente natural permaneceu durante muito tempo, não só através da exploração vegetal, mas também pela exploração de outras atividades que utilizaram intensamente da mão de obra escrava ou a adoção de políticas coronelísticas, pode ter contribuído decisivamente para que o desenvolvimento no Extremo Sul da Bahia fosse retardado. Houve apenas a apropriação do espaço e das pessoas em prol do enriquecimento das classes dominantes.

De acordo com G. Machado (2000, p. 29), o Extremo Sul da Bahia “permaneceu atrelada marginalmente ao capitalismo, em consolidação, enquanto supridora de madeira, alimentos para o Recôncavo e outras regiões e açúcar durante o regime de capitanias hereditárias.” Portanto, se o Brasil, no período colonial, representou para Portugal uma área valiosa em oferta de produtos primários, pode-se dizer que o Estado baiano dispensou tratamento semelhante ao seu Extremo Sul, inclusive quando tentou fazer da região uma área produtora de cacau para atender aos seus interesses econômicos, desprezando as peculiaridades sociais e ambientais desta região. Este tipo de administração territorial se encaixa com o pensamento que Moraes (2002, p. 69-70) elaborou a despeito das colônias: “são figuras de uma territorialidade moderna, que tem por pressuposto uma consolidação estatal nos centros metropolitanos”. O extremo Sul da Bahia, no passado, foi uma área destinada à exploração do seu ambiente e porque não dizer do povo que nela vivia. Para se fazer uma comparação da região com o panorama antigo do Brasil, basta voltar na história de sua ocupação territorial e verificar que para esta região vieram pessoas com baixo nível de formação para trabalhar em fazendas regidas pelas leis dos coronéis; os índios perderam parte do seu território e hoje servem de atrativo turístico; e, os negros ainda segregados em pequenos distritos, chamados de remanescentes de quilombos, mas que na verdade são verdadeiras senzalas a céu aberto. Panorama semelhante ao do Brasil no início da sua colonização.

A Bahia é o quinto maior estado em área territorial, e por isso, pode-se pensar que seria inevitável que algumas regiões recebessem uma maior atenção num determinado período político e econômico. Entretanto, a deficiência nos planos de integração tende a fragilizar determinadas áreas, sendo que ficam mais suscetíveis a atuação dos elementos exógenos, isto é, sem participação efetiva da sociedade local. No caso do Extremo Sul isto pode ter facilitado que o Sudeste brasileiro, principalmente através do Espírito Santo e Minas Gerais enxergasse nesta parte do território baiano um lugar fértil para expandir suas atividades, até porque sempre

houve uma relação de maior proximidade da região com os municípios mineiros e capixabas que fazem fronteiras com seu território do que com outras regiões da Bahia.

A partir da década de 1980, parece que o Extremo Sul começa a viver o seu segundo ciclo de colonização, que ainda está em processo. Uma colonização que acontece, agora, não só sob a influência do Espírito Santo e Minas Gerais, mas recebendo investimentos de outras partes do Brasil e do exterior nos diversos segmentos da economia com a participação da iniciativa privada e pública. Esta neocolonização na região tem uma diferença básica da primeira, pois é pautada por uma expectativa de maior oferta de trabalho, possibilidades de investimentos, introdução de instituições de ensino superior. Enfim, uma nova oportunidade para realizações pessoais. Contudo, em alguns lugares da região ainda há resquícios de uma política do passado, onde a mudança talvez seja percebida somente no visual dos novos coronéis que hoje se vestem de grifes nacionais e internacionais. A continuidade das formas de pressionar a sociedade mais carente não é feita mais através do chicote, mas da negação da infraestrutura básica para se viver. Mas, ao mesmo tempo a esperança de mudança está justamente nessa profusão de pessoas que estão vindo morar na região que força naturalmente uma nova postura daqueles que comandam os destinos dos municípios. Há também que se pensar que a política tradicional da região está sendo substituída de forma implícita pela influência das grandes empresas que estão se instalando nela.

Porém, apesar de apresentar novas variáveis, esta colonização não está isenta de questionamentos, pois a modernidade não traz somente agentes benéficos. Tendo o Extremo Sul se tornado um espaço luminoso, há que se ter o entendimento de que ele está mais suscetível “de participar de regularidades e de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas.” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264) Esta dinâmica histórica sobre as configurações territoriais baseada em contradições se mostra longe de um término, ao contrário, ela ainda tende a permanecer nas discussões acadêmicas, se tornando objeto de pesquisa, onde sempre serão apresentados novos atores.

Algumas percepções

É importante lembrar que apesar de ter sido traçada aqui uma sequência da evolução econômica e territorial da Bahia, passando antes por sua formação e depois contextualizando a mesorregião Sul, são os municípios localizados no Ex-

tremo Sul que guardam registros históricos mais remotos dessa história, seja em documentos escritos, na oralidade das comunidades ou no que restou do conjunto arquitetônico. Percebe-se que há uma carência de dados na história da região do Extremo Sul baiano, o que dificulta construir uma ponte no que tange à ocupação do seu território tendo como ponto de partida Porto Seguro (chegada dos colonizadores) e a difusão do povoamento e da implantação das atividades econômicas do período colonial que vão dar origem aos diversos lugares. A história está dispersa pelos lugares, não havendo uma sequência lógica da ocupação, dando a impressão que não se teve um ponto de partida. O que está estabelecido é que antes do Brasil ser dividido em Capitanias Hereditárias já existiam, na região, alguns núcleos de povoamento.

O Extremo Sul da Bahia sempre se destacou por dois motivos: o primeiro é quanto a sua participação no contexto histórico relatado em livros que a apontam como o berço da colonização do país, mais especificamente os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia. O segundo motivo é o que liga a região a um dos destinos turísticos mais procurados no Brasil, principalmente pela beleza cênica do seu litoral. Contudo, estes aspectos relevantes não vão garantir o *status* de região estratégica, ficando à margem dos grandes projetos de desenvolvimento pensados pelo Estado, pois “embora seja uma das mais antigas áreas de ocupação e povoamento da Bahia e do Brasil, o desenvolvimento socioeconômico e a expansão demográfica do atual Extremo Sul baiano só assumem características e patamares expressivos no século XX.” (PEDREIRA, 2004, p. 1009) Então, vai ser a partir da abertura de estradas, da exploração das matas e o avanço da pecuária que a região se tornaria uma área aberta, não só para receber migrantes de várias partes do país, mas, também os mais diversos tipos de projetos econômicos, causando, assim, profundas modificações no espaço físico e na sociedade.

A divisão da região Sul da Bahia em duas provocou uma espécie de “independência induzida” que forçou o Extremo Sul a buscar uma identidade própria, o que pode ter contribuído para que houvesse um distanciamento econômico, social, cultural e político do restante da Bahia, causando uma impressão de que sua população estaria vivendo noutra unidade federal. Mas isto pode ser visto também como um acontecimento natural em função de uma maior mobilidade adquirida pela população, principalmente nas últimas décadas do século passado.

Não há dúvidas de que nos tempos áureos do cacau, o Extremo Sul representou um projeto de expansão da lavoura cacaueira, um desses indícios está no número significativo de escritórios da Ceplac espalhados na região. E, ainda que

este órgão, atualmente, assuma outras atividades de extensão rural, como, por exemplo, a diversificação de culturas, ele foi criado, em 1957, originalmente para atender o plantio do fruto mais importante para a economia baiana. Porém, a região foi tratada como periferia no seu sentido mais pejorativo, não participando dos projetos de integração da zona cacauífera, ficando à margem dos investimentos concentrados no entorno do polo Ilhéus-Itabuna.

Sobre a condição de uma região ser periferia, Moraes (2002) diz que ela não se configura num “estágio, ou um momento no processo de desenvolvimento do capitalismo, e sim uma função na estrutura de seu funcionamento”. Assim, a periferia é colocada numa posição de inferioridade no processo de desenvolvimento. Este tipo de situação influenciará diretamente no baixo povoamento da região até o final do século XIX, como explica Sylvio Silva (2001, p. 61): “a região do Extremo Sul não consegue se povoar tão intensamente como o Recôncavo e outras áreas do litoral brasileiro que, neste período, adotavam basicamente o mesmo sistema produtivo.” A falta de uma rede rodoviária eficiente que fizesse a conexão entre o Extremo Sul e o grande centro do cacau parece que provocou um desligamento natural, pois a infraestrutura realizada nos municípios, com maior produção, já satisfazia as necessidades do mercado. A importância de uma estrada como um elemento do desenvolvimento e da fixação da população numa região está na possibilidade de “permitir aos pequenos proprietários conservar suas terras e, portanto, lucrar com a expansão econômica posterior.” (SANTOS, M., 1991, p. 90) No Extremo Sul os agricultores tiveram que se dedicar a outras plantações e criações consorciadas com o cacau para garantirem a sobrevivência na terra. Dessa forma o cacau não atingiria uma produção que fosse suficiente para ser relevante na economia e muito menos fixar o homem do campo na região. No momento em que isso acontece há uma fratura que abre caminho para ou surgimento de uma outra região dentro da grande Sul da Bahia.

De certa forma os elementos exógenos começam a aparecer neste processo de distanciamento da influência baiana no Extremo Sul através do extrativismo vegetal, que penetra na região tendo como suporte as grandes serrarias e madeireiras provenientes do Sudeste do Brasil. Esta atividade que acontece paralelamente com a construção da BR 101 faz da região um polo de atração populacional, com a predominância de migrantes mineiros e capixabas. Para Sylvio Silva (2001, p. 64) o asfaltamento da BR 101 contribuiu tanto na exploração da vegetação nativa como também “gerando a formação e o crescimento de importantes núcleos urbanos ao longo da nova rodovia.” Portanto, a atividade madeireira combinada com a aber-

tura da BR 101 trouxeram culturas diferentes para uma parte da Bahia que não possuía uma identidade com o próprio estado.

Quanto às atividades econômicas mais antigas desenvolvidas no Extremo Sul Baiano, elas carregam a culpa de serem causadoras da destruição ambiental, com ênfase no Complexo Mata Atlântica. Contudo, ao mesmo tempo em que elas são vistas como responsáveis por uma ação injusta com os nativos e com o meio ecológico, são também responsáveis pela gênese de todos os núcleos urbanos da região e trazem com elas o crescimento econômico e a consolidação de diversas culturas. Para Tricart (1977, p. 17) “desde a lenta aparição do Homem como espécie animal, os ecossistemas foram por ele modificados.” Portanto, próprio da história da urbanização e das atividades rurais altamente comerciais que evoluem na quantificação da produção, mas com pouca disponibilidade para dialogarem sobre qualidade dos ambientes e das sociedades, como acontece, por exemplo, com a atividade que envolve o plantio e transformação do eucalipto na região.

EUCALIPTIZAÇÃO: UM PROCESSO DE ESPECIALIZAÇÃO DO EXTREMO SUL DA BAHIA?

Os primeiros registros da introdução do eucalipto no Brasil datam do século XIX, quando as primeiras espécies foram utilizadas no reflorestamento da floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. (BOHRER, 2002) Em 1904, com o objetivo de abastecer a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, esta planta, da família das Mirtáceas, é produzida em larga escala através de um projeto elaborado pelo agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, que vê na madeira do eucalipto uma possibilidade de uso para a fabricação de móveis e imóveis. No Extremo Sul da Bahia, o eucalipto é produzido para a fabricação de móveis, carvão e essencialmente para a transformação da celulose. Sua introdução nesta região da Bahia significa o começo de um novo ciclo econômico e isto, é claro, provocou impactos sociais, econômicos e ambientais. Depois de 103 anos de sua implantação no Brasil, o eucalipto continua despertando grandes debates que assumem direções opostas, onde cada corrente procura impor a sua ideologia. Não se quis nesta reflexão optar por um dos lados, pois desta forma ela seria contraproducente para o amadurecimento do diálogo sobre a questão. Por isso, enveredou-se por uma postura que pautasse pela moderação numa relação que já está estabelecida e que não há previsões que em curto espaço de tempo acontecerá desaparecimento de nenhuma das partes. Portanto, a sociedade e o “eucalipto” precisam pensar num meio termo para uma convivência mais pacífica, inclusive para que se evitem conflitos físicos entre as pessoas.

A monocultura do eucalipto no Extremo Sul representa a continuidade dos empreendimentos advindos do Sudeste brasileiro na região. As plantações de euca-

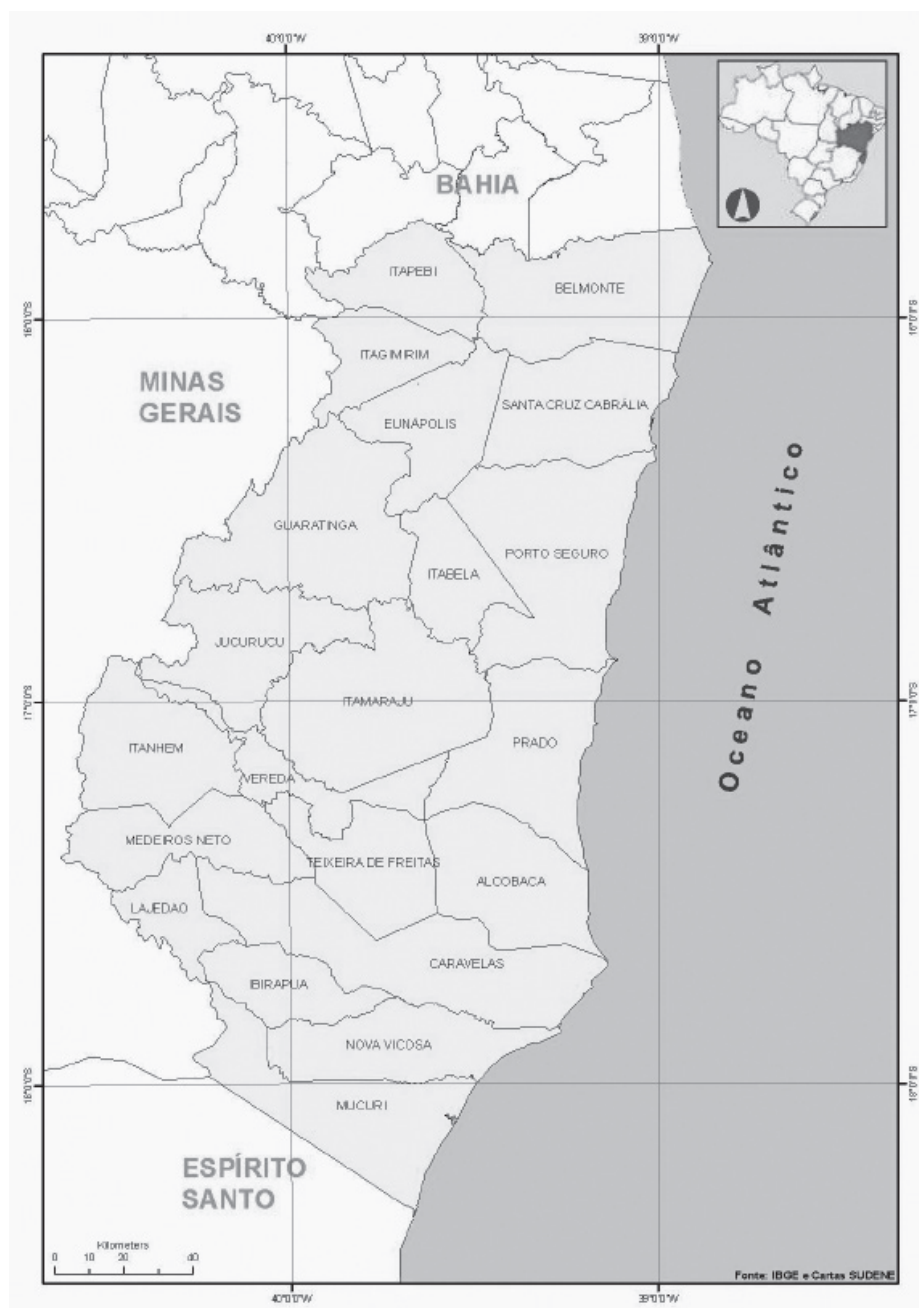
lipto fazem o mesmo trajeto (Figura 5) que foi realizado pelo extrativismo vegetal (grandes madeireiras capixabas e multinacionais) e pela pecuária (predominantemente mineira). A entrada do eucalipto nesta região se deu na divisa com o estado do Espírito Santo. Depois de iniciar suas atividades no município de Aracruz (ES) em 1967, a Aracruz Celulose S.A. expande suas plantações em direção ao Norte do estado até alcançar a Bahia, pelo Extremo Sul. Em seu trajeto, o eucalipto vai transformando a economia, a sociedade e a paisagem dos lugares.

O cultivo de eucalipto está presente em vários estados do Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, ele tem destaque nas paisagens dos Vales do Aço, do Rio Doce e do Mucuri. Mas são nos municípios de Aracruz (ES) e de Telêmaco Borba (PR), sendo que no primeiro são acompanhadas as ações da Aracruz Celulose S.A., e no segundo a trajetória da Klabin, que estão os casos mais clássicos sobre o assunto, inclusive referenciados em várias obras que se dedicam a entender as influências ou interferências do eucalipto no espaço.

O geógrafo norte-americano J. J. Parsons, citado por Monteiro (1981), dizia que as pastagens no Brasil passaram por um processo de *africanização*. Tal termo foi empregado porque a maioria dos capins que ocupa grandes áreas de antigas florestas e outros biomas é proveniente do continente africano. No Extremo Sul da Bahia pode-se dizer que está havendo uma eucaliptização, tanto no que concerne ao aumento de áreas destinadas ao seu plantio como também por ter se tornado a principal referência econômica para a região.

Conforme os dados divulgados em seu relatório de sustentabilidade no ano de 2006 e num estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas em 2007, as terras da Veracel estavam assim divididas entre os dez municípios baianos onde desenvolve suas atividades: terras totais da empresa = 205 364 hectares, onde 76,6 mil hectares foram destinados ao plantio de eucalipto, para reserva de matas nativas foram delimitados 100 mil hectares (incluindo uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) com 9,2 mil hectares) e mais 19 mil hectares foram adquiridos em 2006. A empresa conta ainda com 14,6 mil hectares que vêm da parceria com produtores particulares e tem perspectivas para que, no ano de 2009, essa parceria produza 20% da madeira de que a Veracel necessita. Se se transfere ou adapta o pensamento de Ratzel para esta dinâmica da empresa, concernente a ampliação da sua área, verificar-se-á então que o espaço é vital para ela. Este processo está se dando também com a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A. e com a CAF Santa Bárbara Ltda., hoje Arcellor Mittal Florestas do Grupo Arcellor. Ao comparar a área

Figura 5 – Trajetória do eucalipto em direção ao Extremo Sul da Bahia



Fonte: Elaborada por Ronaldo R. Porto (2007).

ocupada pelo eucalipto com outras culturas produzidas na região no ano de 2006 tem-se o seguinte panorama descrito na Tabela 8.

Tabela 8 – Eucalipto *versus* outras culturas em área plantada (2006)

Plantio	Área plantada em ha.
Eucalipto da Veracel Celulose S.A.	91.200
Eucalipto da Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S.A.	81.534
Eucalipto da CAF Santa Bárbara Ltda.	8.843
SUBTOTAL	181.577
Todos os demais produtos agrícolas da região.	175.738
TOTAL DE ÁREAS CULTIVADAS	357.315

Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Os números da Tabela 8 mostram que os principais produtos agrícolas cultivados no Extremo Sul da Bahia ocuparam uma área de 175 738 hectares, enquanto que o eucalipto produzido pelas principais empresas da região ocupou 181 577 ha. São quase seis mil hectares de eucalipto a mais que a área ocupada pela agricultura. Há uma tendência, confirmada em relatórios ou em diálogos com funcionários responsáveis pela compra de terras das empresas do eucalipto, de que nos próximos anos as áreas de plantio de cada uma delas aumentem, pois a aquisição de terras é constante, o que tem gerado muitas críticas e confrontos em diversos segmentos da sociedade.

Um outro ponto que favorece a expansão do eucalipto, além dos processos históricos citados anteriormente, é a fragilidade que as empresas encontram junto às prefeituras e as câmaras municipais que, desprovidos de técnicos acabam por negociarem o território dos municípios em troca de interesses individuais, negligenciando suas obrigações enquanto representantes das populações locais. É a atuação destas empresas que está determinando as novas configurações territoriais, tendo em vista que, elas promovem, através do comércio com outros países, a inserção da região no mercado mundial, têm peso relevante na política das localidades onde estão inseridas, geram empregos, criam bairros, provocam discussões acaloradas sobre as suas atuações na sociedade e no meio ecológico. Esta pequena lista de causas, motivadas pela chegada das grandes incorporações que detêm o monopólio do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, justifica-se o estudo sobre uma possível especialização econômica da região.

Atualmente, o Extremo Sul baiano, além de continuar sendo conhecido por suas belezas litorâneas e pela história da colonização do país, é, também, conhe-

cido por ser uma região produtora e transformadora do eucalipto. Essas empresas, que fatiaram o território da região, fizeram o mesmo trajeto das antigas madeireiras, entraram pelo Extremo Sul baiano via Norte do Espírito Santo e Leste de Minas Gerais (pelo Vale do Mucuri). Elas também apresentam outra semelhança que é a composição do seu capital, ora nacional, ora multinacional, ambos com suas bases de decisões no Sudeste do Brasil ou em outros países.

Pressionados incisivamente pelo modo capitalista de produção em série, com a finalidade de produzir tão somente para o mercado, muitos lugares no mundo se especializaram para atender uma globalização econômica que é sempre questionada pela sua dinâmica desigual. Meios de transporte, de comunicação e aperfeiçoamento das malhas viárias são pensados para atender, principalmente a atuação das grandes empresas, mas que também propicia as trocas entre os lugares. De acordo com M. Santos (1996, p. 50) isto seria importante porque “com os meios rápidos e eficientes de transporte as regiões podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta aquilo de que necessitam.” A especialização se apresenta também de forma dialética, porque, se de um lado ela pode promover a ascensão econômica de um dado lugar, pois a especialização conduz para um aperfeiçoamento de um produto regional ou local, na sua contramão está o risco de lugares e regiões ficarem dependentes de um único produto, e ainda, como no caso do eucalipto, criar uma paisagem rígida e homogênea.

As grandes áreas ocupadas pelo eucalipto e a perspectiva de aumento das mesmas para os próximos anos; a construção de imóveis para atender os funcionários das fábricas; a elevação dos preços dos aluguéis, provocados pela chegada dessas empresas; a concentração dos debates econômicos e sociais em torno da ação das empresas do eucalipto; a ampliação, modernização e construção dos meios de comunicação e de novas vias para atender o escoamento da produção dos parques industriais e das áreas de plantio; os questionamentos quanto à eficácia destes Complexos no desenvolvimento regional. Essa eucaliptização das formas, das funções, da produção do território do Extremo Sul da Bahia indica que a região está num processo de especialização. Conforme G. Machado (2000, p. 51) o que acontece nesta região é,

[...] que a relação economia-natureza, em seus padrões de produção e sociais, baseia-se na magnitude do investimento, na escala de produção e na planta industrial em tempo e espaço, na manutenção dos estoques de árvores e madeiras, no mercado consumidor de papel e celulose, nos preços internacionais, no ambiente e no mercado fundiário regionais,

ou seja, traz uma lógica capitalista industrial de longo prazo. Isso vem caracterizar a implantação do modelo produtivista no campo, no Extremo Sul do Estado.

A especialização aparece passando uma imagem de que através dela seja possível a criação de lugares fortes economicamente, ou revitalizando outros que até então estavam enfraquecidos financeiramente. No entanto, entende-se que nenhuma região deverá focar seus esforços exclusivamente em uma única atividade, como no caso do eucalipto, mas deve produzir mecanismos para que a atividade considerada como o pilar econômico possa também ser responsável pelo aquecimento e o aparecimento de novas atividades direta ou indiretamente ligadas a ela.

Afora a questão econômica, duas outras aparecem nas discussões sobre a dinâmica do eucalipto no território: uma na questão ecológica que concerne ao perigo que ela pode representar causando a diminuição de espécies da fauna e da flora regional; bem como no que tange a interferência negativa ou positiva do eucalipto sobre os componentes do solo, sobre a mudança de clima e microclima, grau de absorção de água, proteção ou não da camada superficial do solo. E a outra questão está ligada ao êxodo rural. É nesta segunda questão que se aprofundou as discussões, entendendo que este estudo não tem competência para mensurar o equilíbrio ou desequilíbrio ecológico produzido pelo eucalipto.

Sobre a questão do êxodo rural na Bahia existe uma discussão muito interessante proposta por Guimarães (2002), que de certa maneira, desmistifica e contribui com uma nova visão do fenômeno, inclusive no Extremo Sul da Bahia. Segundo Guimarães (2002, p. 185), não houve um deslocamento de pessoas, “mas sim das canetas dos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios – que assinaram as novas leis e decretos de criação de novos distritos e de expansão dos perímetros urbanos.” Mesmo não havendo a criação de novos municípios depois da chegada do eucalipto no Extremo Sul baiano, houve mudanças profundas na dinâmica de alguns distritos que adquiriram uma rotina de pequenas cidades, como Posto da Mata (distrito de Nova Viçosa) e de Barrolândia (distrito de Belmonte), só para citar dois exemplos. “O avanço das atividades ligadas ao plantio de eucalipto [...] interfere de forma significativa na vida socioeconômica da região, provocando profundas modificações em sua organização sociocultural.” (DIAS, N., 2001, p. 322) Alguns lugares, até então com uma vida pacata, recebem de forma abrupta outra função para atender as necessidades de corporações maiores que eles. Esta análise de Noilton Dias. pode ser complementada com a

que Fontes (2006) apresentou durante o seu trabalho de campo no município de Teixeira de Freitas, onde elenca alguns resultados negativos da interferência da indústria de papel e celulose na região sul do Extremo Sul, como, por exemplo, o êxodo rural; surgimento de favelas, crescimento da miséria, violência e criminalidade; aumento de incidência de doenças infectocontagiosas; ameaça à atividade pesqueira; e ao veraneio à beira-mar.

Raykil (2006), num estudo realizado na região de Eunápolis, em alguns distritos ao redor da fábrica da Veracel, destaca o êxodo rural como um fator preocupante decorrente da monocultura do eucalipto, no entanto, o autor, com muita propriedade, lembra que a falta de planejamento estatal contribui decisivamente para a saída do homem do campo para a cidade. Assim, fica evidente que o governo, em todas suas escalas, se omitiu de todo esse processo de eucaliptização da região, e isto deve ser questionado, pois a expansão do eucalipto no Extremo Sul da Bahia está ligada diretamente a raquitização político-econômica, principalmente dos municípios.

Nunes (2002, p. 194) pergunta: “se a indústria de celulose funciona de forma dinâmica na região, ou se constitui apenas um enclave que só faz exaurir recursos e capital enviando-os para fora do país?”. Neste caso, esta preocupação não se restringe somente às empresas do eucalipto, mas também com as montadoras de veículos, fabricantes de pneus, operadoras de turismo e outras atividades quem mantêm relações abertas com o capital estrangeiro. De acordo com N. Dias (2001, p. 322) a chegada das empresas que cultivam o eucalipto nos municípios do Extremo Sul da Bahia apresenta o seguinte agravante: “impacto sobre a precária infra-estrutura existente, levando a uma significativa degradação dos serviços oferecidos à população.” Esta interferência descrita pelo autor, citado acima, não acontece somente com os empreendimentos ligados ao eucalipto, mas é próprio da falta de organização dos territórios, que vai desde a escala local até a global. Não houve no Extremo Sul baiano projetos de construção das cidades e os seus lugares sofrem impactos desde as primeiras atividades econômicas.

O Eucalipto é um novo ciclo econômico. Um ciclo que com todas as críticas, a maior parte considerável, mas que não tem nenhuma relação com a extinção da fauna e da flora na região. A despeito de sua infraestrutura, as plantações e as unidades fabris, é outra razão para se projetar a sua longevidade, tendo em vista que seria impossível pensar que ela poderia ser desfeita de uma hora para outra, e sua produção se comporta de maneira satisfatória ante às crises econômicas, pois, ainda que haja fusões ou compra de uma companhia por outra, a sua produção con-

tinuará para atender aos mercados internos e externos. Para Bohrer (2002, p. 246) “a indústria florestal com base em plantios homogêneos no país é uma realidade, com tendência de expansão.” Alguns dos entrevistados, que trabalham diretamente com tomadas de decisões nas indústrias do eucalipto, preveem no mínimo mais 50 anos de crescimento ininterruptos da produção de celulose branqueada e de papel. Por isso, pode-se considerar que o cultivo do eucalipto é um ciclo econômico pelo qual o Extremo Sul da Bahia está experimentando, assim, como experimentou os ciclos do extrativismo vegetal, do cacau e da pecuária, e que também produziram, no seu tempo e no espaço, seus antagonismos econômicos e sociais.

O eucalipto é o novo inferno verde?

Na década de 1970 foi elaborado um forte plano de desenvolvimento de colonização da Região da Amazônia, promovido pelo governo federal, através da expansão da fronteira agrícola e a construção de grandes eixos como a Belém-Brasília. Para L. Machado (1995, p. 193), “a intervenção estatal no povoamento e valorização das terras amazônicas foi decisiva, no período 1965-85,” não por ter sido algo novo, mas por articular o capital privado com o internacional uma colonização com maior grau de modernização pelo emprego de técnicas mais modernas voltadas para uma maior produção. Isto só foi possível porque houve uma “farta concessão de incentivos fiscais e isenções a empresários dos setores agrário e industrial.” (LOURENÇO, 2001, p. 357) Porém, vários discursos políticos da época mostravam explicitamente o objetivo de devastar a Amazônia, que era vista como um grande inferno verde, por conseguinte, esta paisagem teria que ser domada ou exterminada.

As florestas de eucalipto ou plantações arbóreas, como Ignacy Sachs prefere chamá-las, têm despertado, no Extremo Sul da Bahia, grandes debates sobre o seu avanço. Em outras regiões onde foram implantadas há mais tempo houve uma acomodação, isto é, ajustes entre a sociedade e esta cultura. Como o Extremo Sul é uma região que se encontra num estágio de instabilidade social e econômica, então é perfeitamente normal e salutar que aconteçam os debates sobre o seu futuro. Relendo alguns autores que investigam os diversos tipos de ocupação no Brasil e a modificação do meio, percebe-se que em nenhum momento da história de ocupação do território brasileiro há registros de que a atividade econômica baseada no plantio do eucalipto foi responsável pela destruição da vegetação nativa. Andrade (1998) faz um resumo histórico da ocupação de algumas regiões brasileiras combinado com diferentes atividades econômicas e suas repercussões na vegetação

nativa. Por exemplo, no Recôncavo Baiano a floresta foi devastada, quase que por total, para o plantio da cana-de-açúcar abastecer as fornalhas dos engenhos, as locomotivas e o consumo doméstico; no Sul da Bahia a mata foi destruída para ceder à cultura do cacau; a construção da rodovia Rio-Bahia contribuiu socialmente com o povoamento do Espírito Santo, Vale do Rio São Mateus, e Minas Gerais, no Vale do Rio Doce, e ao mesmo tempo a mata foi sendo retirada para a introdução de lavouras e pastagens.

Portanto, historicamente, a atividade eucaliptica não teve nenhuma influência na espoliação da vegetação nativa no Brasil, pois, anterior à implantação da monocultura do eucalipto, teve-se a introdução de diversos tipos de monoculturas, pastagens e o extrativismo vegetal. Por outro lado, fazer ciência procurando culpar estes primeiros tipos de ocupação, afinal, eles foram responsáveis pelo surgimento de várias cidades e, por conseguinte, a formação de regiões, incorreria no erro de desprezar suas contribuições para os estudos sobre a evolução das configurações regionais. Drew (1986), por exemplo, que fez um estudo sobre a evolução da paisagem inglesa, remete ao Neolítico para mostrar o início das transformações do território da Grã-Bretanha através da agricultura que devastou grandes áreas de florestas nativas. Por isso, a importância de se observar os cortes, ou periodização, na história para que se possa esclarecer o que se configurou como um processo necessário para a estabilização do ser humano no planeta, e qual é o momento em que o mesmo começa a degradar somente para a obtenção de lucros. O conforto em estabelecer diálogos sobre a relação sociedade e natureza nos dias atuais se deve ao desenvolvimento intelectual do ser humano e da transformação da natureza em prol da formação dos lugares.

No Extremo Sul da Bahia, o cultivo do eucalipto foi introduzido em áreas desgastadas por uma pecuária praticada de forma tradicional e por uma agricultura disforme, sem planejamento. Nas pesquisas de campo pôde-se perceber que as fazendas ou lavouras que não conseguiram sobreviver às oscilações econômicas ou por não conseguirem resistir a algum azar climático, como por exemplo, grandes períodos de estiagem, foram abandonadas e parte da vegetação nativa se regenerou espontaneamente formando a chamada “capoeira” (Figura 6), que tem um papel preponderante na reposição natural de algumas espécies da fauna e da flora, mas que é vista como uma paisagem rural abandonada e que por isso pode ser justificada, pelos empresários do campo, para a introdução de monoculturas como a do eucalipto e da cana-de-açúcar.

Figura 6 - Paisagem de “capoeira” na BA 290 – município de Lajedão



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

A ingerência dos negócios, os azares climáticos, a falta de uma política pública direcionada para estes setores, mudanças bruscas na economia mundial, com desvalorização de algum produto, que atingiram pecuaristas ou agricultores, não podem ser atribuídas à ação do eucalipto. Num mundo dominado pelo capitalismo, as relações de negócios se realizam através dos interesses das partes envolvidas, tanto de quem vende quanto de quem compra, e esta relação move a criação de novos arranjos espaciais, comprovando que “a paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas.” (SANTOS, M., 1996, p. 68) Sendo assim, é próprio da história econômica que os espaços tenham uma variação de diferentes funções produtivas, pois, uma área que no passado produzia café, pode atualmente estar se dedicando ao cultivo da laranja para se buscar uma nova opção de desenvolvimento, que, segundo Singer (1979), acontece com a junção do crescimento mais a mudança.

Não é encerrando as pesquisas sobre a atividade do eucalipto sob uma ideologia impregnada de ecologismo radical que irá garantir o desenvolvimento do Extremo Sul Baiano. Tampouco, afirmar que o aumento dos impostos arrecadados provenientes do eucalipto se traduz em desenvolvimento não ajudará a compreender o significado de sua amplitude geográfica. Qualquer uma das propostas tratadas isoladamente será simplista e contraproducente para se entender a dinâmica da região. De certo que as empresas do eucalipto não conseguiram e não conseguirão preencher as necessidades na área da empregabilidade dos municípios que estão ao seu redor. Por outro lado, “a instalação de tais empreendimentos em

regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da população local, já que surge um volume razoável de empregos formais modificando as relações vigentes.” (PEDREIRA, 2004, p. 1017) Portanto, não se pode negar que a introdução do eucalipto no território do Extremo Sul da Bahia causou grandes impactos, independentemente, da ótica analisada, daí a importância de verificar as particularidades desta atividade para não se enveredar por uma discussão que tenha como objetivo distinguir quem está do lado do bem e quem é do lado do mal. É incontestável a afirmação de que a monocultura do eucalipto transforma a paisagem, isso é inerente a qualquer outro tipo de monocultura ou grandes projetos, contudo, a celeuma criada em torno do eucalipto ainda carece de muitas pesquisas por parte das suas correntes contrárias. Existem modelos que obtiveram sucesso, alguns fracassaram e outros estão sendo testados.

Quanto à questão ecológica, ainda não está claro a mensuração de um possível desequilíbrio ecológico causado pela atividade do eucalipto, isto, levando em conta que esta atividade chegou ao Extremo Sul da Bahia em áreas com histórico de intensa espoliação dos recursos naturais. No entanto, não se nega os seus impactos, principalmente, através do visual. Alguns estudos apontam para uma comparação entre as florestas de eucaliptos e as nativas explicando que as primeiras nunca irão substituir as segundas, porém, está não é sua função, portanto, um estudo embasado numa analogia simplória entre estes dois ambientes não trará muita contribuição para uma compreensão mais ampla dos seus efeitos sobre um determinado espaço. Para Sachs, (1986, p. 30) “A prudência ecológica exige que racionemos em termos de décadas e de séculos, sem, contudo, cair num ecologismo igualmente abusivo que, em nome de um conservacionismo intransigente e concebido para a eternidade.”

Desviando desta dicotomia, para pensar de forma mais abrangente sobre as causas deletérias da eucaliptização e compará-las com outras formas de uso do solo rural, promove-se aqui o seguinte questionamento: Quais seriam os impactos negativos para o meio ecológico e para a sociedade quando uma grande fazenda ou uma área agrícola ficam abandonadas? Talvez, exista aí um hiato na análise que verifique a transição de antigas áreas rurais para as florestas de eucalipto. Segundo Monteiro (1981, p. 124), “todos os nossos atrasos nas questões social, política e ambiental devem ser fundidos em uma só perspectiva, pois que cada uma delas, isoladamente, é uma dimensão das outras.” Isto significa pensar que a construção de uma sociedade ecologicamente correta não está desconectada da educação, da economia, da cultura, da história, dos avanços tecnológicos e da evolução da

capacidade de pensar do ser humano. Acomodar ou apenas apontar críticas, o que foi feito de maneira equivocada, sem, contudo, apresentar uma contrapartida palpável, através de pesquisas aprofundadas, corre-se o risco de estagnação científica e pouca contribuição para um planejamento espacial futuro. Daí, a importância de se fazer análises antes de propor soluções imediatistas.

As pesquisas dedicadas aos estudos do impacto biológico tendo como causa as plantações de eucalipto apontam, também, para uma dicotomia no que concerne a sua repercussão num ecossistema. De um lado, há pesquisas que mostram resultados favoráveis, como, também pesquisas desfavoráveis a este tipo de cultura. Contudo, é preciso refletir sobre o seguinte aspecto: Se se quer exterminar as florestas homogêneas, será necessário fornecer outra via para a produção dos derivados da celulose em larga escala e sem o risco da monocultura. Isto é, se a monocultura for a questão principal. Ao optar pela continuidade dessas florestas será fundamental rever alguns pontos que estrangulam o diálogo social. E este deve ser o esforço a ser empregado, haja vista que o amadurecimento sobre as questões ambientais passa pelo aprendizado de conviver com as diferenças, onde o diálogo das pesquisas seja sempre em prol da sociedade.

Quando se coloca na berlinda outros tipos de monocultura para serem comparadas ao eucalipto, não significa que esteja querendo protegê-la dentro de um discurso parcial mostrando que ela tem metas ambientais a cumprir com os órgãos certificadores. No entanto, não basta as empresas do eucalipto cumprirem somente com as metas ambientais, sendo certificadas pelos selos de qualidade ambiental, atingindo todas as numerações da International Organization for Standardization (ISO)¹, se não têm um projeto eficaz junto as sociedades que estão no seu entorno. Deve-se entender que se o eucalipto esta aí de forma irreversível, até o presente momento, então, que se estude outros meios de sua utilização para que haja uma compensação social. Para Monteiro (1976), o Brasil deve pensar num desenvolvimento que não seja predatório tentando satisfazer o imediatismo econômico, mas que também não limite o desenvolvimento por conta de um equilíbrio ecológico discutível. As tensões entre empresa e determinados grupos organizados da sociedade continuarão a existir no Extremo Sul da Bahia, pois ainda é uma relação instável de ambas as partes.

As indústrias de papel e celulose fazem parte de uma lista elaborada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) – (1974-1979) que visava suprir as necessidades do país e, ao mesmo tempo, voltado para a autossuficiência e ex-

¹ Organização Internacional para Padronização, em Português.

portação. A lista dos insumos básicos era completada pelos produtos siderúrgicos, metais não ferrosos, produtos petroquímicos, fertilizantes, defensivos agrícolas, matérias-primas para a indústria farmacêutica, cimento, enxofre e outros minerais não metálicos. Para Monteiro (1981, p. 35), esta lista indicava “que o espaço territorial brasileiro iria receber uma pressão que, fatalmente, reforçaria sua ampliação daquela faixa litorânea em direção ao grande vazio interior, e estaria fadado à grande repercussão ambiental.” E este é o cenário que está sendo formado no Extremo Sul da Bahia com relação à atuação das multinacionais do eucalipto, uma repercussão que começa no ambiente ecológico e que se espalha para as variáveis social e econômica.

O eucalipto tece sua rede

Depois das questões ambientais, o que mais chama a atenção na presença dessas multinacionais dentro de um território é a mensuração da sua capacidade de geração de empregos. Geralmente, espera-se uma grande oferta de trabalhos com a chegada de uma grande empresa; e esta expectativa é utilizada pela empresa como ponto estratégico para traçar sua rede na região: quem gera emprego tem poder. Esta expectativa é evidenciada num estudo realizado por Noilton Dias (2001, p. 324) no qual o autor faz o seguinte relato:

[...] na avaliação da população, existe uma expectativa favorável quanto à implantação desses empreendimentos, uma vez que, segundo a população consultada: vão gerar empregos, melhorar a infra-estrutura, incentivar as atividades ligadas ao comércio e serviços etc.

Este panorama criado pela população vai proporcionar o estabelecimento de mais uma situação dialética, tendo em vista que dois pensamentos contrários conduzem o debate: uma corrente contrária à instalação de seus polos de produção na região irá argumentar que são inexpressivos os números de empregos gerados e, uma outra parte contra-argumenta dizendo que se deve pensar na amplitude do alcance que a instalação da empresa pode produzir dentro da região e não somente nos empregos gerados diretamente por ela. Tomando como parâmetro a relação da fábrica da Aracruz Celulose S/A, no município homônimo no estado do Espírito Santo, Piquet (1988, p. 121-122) mostra alguns dados da correlação investimento e geração de emprego e sua variação em determinados períodos:

[...] entre 1988 e 1991, as obras de expansão da fábrica, no valor de 1,3 bilhão de dólares, exigem a contratação de construtoras, que carrega para o local um contingente de 10.000 operários [...]. Em 1992, emprega 7.000 funcionários, dos quais 66% (4.588) localizados no município, que somados aos seus familiares perfazem cerca de 20.000 pessoas dependentes do empreendimento em Aracruz.

Colocadas de lado as questões sociais, discutidas anteriormente, percebe-se que há um acréscimo na oferta de emprego e geração de renda nos lugares que receberam as fábricas da celulose. Além de gerar trabalho para os moradores do município, gera também para pessoas originadas de outras regiões do Brasil, contribuindo para a desconcentração de algumas áreas saturadas demograficamente do país ou oferecendo oportunidades para pessoas de regiões pobres onde há carência de empregos. É importante salientar que dentro do cenário nacional a reversão da polarização se dá a partir do momento em que o território de São Paulo não consegue ter mais por onde expandir algumas atividades. A Região Nordeste começa a participar da industrialização nacional, efetivamente, no começo da década de 1970. Segundo Diniz (1993, p. 51), “[...] Embora o Estado de Pernambuco tenha perdido participação, praticamente todos os demais estados ganharam. No entanto, [foi o Estado da Bahia] que aumentou sua participação de 1,5 para 4% da produção industrial do Brasil”. Mesmo com todos os atrasos, o Nordeste é a segunda região a aumentar sua atividade industrial quando da política de descentralização de indústrias. E, estas fábricas de celulose e papel são, no Extremo Sul Baiano, a continuidade deste processo.

De acordo com um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicado em 2007, a Veracel Celulose S/A, uma das maiores produtoras de eucalipto no Extremo Sul da Bahia, teve uma grande participação na geração de emprego e renda do país. Para fazer esta afirmação a FGV apresentou os seguintes números: “dos 741 empregos diretos da Veracel, suas atividades sustentaram mais 29,6 mil postos de trabalho nos demais setores de atividade da economia brasileira, totalizando 30,4 mil empregos no ano de 2006.” (FGV, 2007, p. 22)

Para se fazer uma análise sobre a geração de empregos proporcionados diretamente pelas empresas produtoras e transformadoras do eucalipto será preciso dividir sua ação em duas fases: A primeira, quando da construção da parte física e infraestrutura da empresa, onde se tem a formação de um grande canteiro de obras com a maioria dos empregos direcionados para construção civil caracterizada por um contingente de baixa escolaridade e com pouca experiência. Na segunda fase,

onde o parque industrial está construído, há uma retração no número de empregos, e a fábrica passa a absorver trabalhadores nas atividades que exigem um maior nível de escolaridade e conhecimento técnico, tendo em vista que “a industrialização moderna necessita de um capital humano que possua ao menos habilidades comunicativas para efetuar a concepção, organização, coordenação e execução de tarefas.” (HANSEN, 2003, p. 98) É um processo que os demógrafos entendem como desindustrializar um lugar, isto é, continua se produzindo, no entanto, com menos pessoas, mas, em contrapartida, com maior grau de qualificação.

A exigência de pessoal mais qualificado para dar continuidade ao funcionamento dos diversos setores da produção faz com que haja dispensa, se não total, mas de grande parte, daqueles trabalhadores que estavam na primeira fase da implantação dessas empresas. Para ocupar os postos de trabalho que necessitam de pessoas com formação técnica e superior, geralmente, as empresas importam pessoas de outras regiões, pois, nos lugares que recebem este tipo de empreendimento não há trabalhadores capacitados que possam desempenhar as atividades que dependam de um nível de estudo mais elevado. Cria-se, assim, uma insatisfação nas sociedades locais como resultado desta dilatação e contração na oferta de empregos temporários em grandes projetos. O Brasil tem uma larga experiência através da construção de grandes usinas hidrelétricas, garimpos e construções de capitais como Brasília e Palmas (TO), onde depois da construção ou da exploração são originados grandes bolsões de miséria.

Isto, em grande parte, se deve aos discursos dos políticos e dos empresários que vendem uma ideia de que estes grandes projetos trarão o desenvolvimento para a região. Entretanto, é importante se ter a clareza de que as empresas não podem e não devem ser os únicos caminhos que levem a sustentabilidade ou salvação econômica de um lugar ou de uma região. Apesar de alguns setores da política, da economia e da administração venderem esta retórica como uma estratégia eficaz para conseguirem sensibilizar a sociedade local e regional. Isto, na verdade, pode ser entendido como mais um sintoma da falência da política em administrar um território, tendo em vista que “as empresas privadas assumiram um trabalho de assistência social antes deferido ao poder público. [...] Essa política das empresas equivale à decretação de morte da Política.” (SANTOS, M., 2000, p. 67)

Mas então como estabelecer um diálogo com essas empresas buscando a minimização dos seus impactos deletérios nos meios ecológico e social? É sabido que o objetivo de qualquer grupo empresarial é a lucratividade de sua produção, no caso das multinacionais do eucalipto, a sua produtividade tem relação direta com

as condições edafoclimáticas encontradas no Extremo Sul da Bahia, bem como, a sua posição geográfica estratégica. Portanto, essas empresas não têm uma vida própria, elas dependem de vários fatores que fogem ao seu poder de controle. Para obter sucesso em sua produtividade essas empresas precisam muito mais do que a construção de um prédio ou de um corpo de trabalhadores, elas dependem em muito da natureza. Por isso, a importância de haver um corpo técnico das prefeituras ou do Estado preparado para negociar as condições para sua instalação no município ou até mesmo pensar num planejamento para toda a região. Todavia, o que houve foi uma espécie de abertura do território em prol desta atividade sem que se pensasse nas repercussões socioambientais. Uma abertura que foi, de certa forma, articulada, isto é, não se deu por acaso.

De acordo com Pedreira (2004), a conjunção de vários fatores como os ambientais e fiscais concorreram para que a região fosse privilegiada para desenvolver a atividade floresta e da agroindústria de celulose. Porém, estas empresas não se instalariam somente por conta de incentivos fiscais, mas dependem, sobretudo, de condições naturais. Além disso, a geografia da região favorece o seu circuito de produção e ao escoamento de seus produtos, por isso, elas “na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma.” (SANTOS, M., 2000, p. 33) Neste caso, por exemplo, a isenção de impostos por longos períodos de atividade da empresa não se justifica com o único objetivo de obter os dividendos que ela poderá gerar para poucos municípios do Extremo Sul baiano.

A chegada de uma grande empresa que tem abrangência regional ou nacional é sempre motivo de discursos entusiasmados que tentam justificar a qualquer preço a sua importância econômica. Isto faz lembrar a crítica que Buarque (2001, p. 388) faz sobre a retórica que tenta explicar a implantação de uma indústria automobilística usando somente o argumento da geração de empregos: “de que um carro vendido gera benefício até para o flanelinha da esquina.” Ora, não se deve existir o flanelinha. O eucalipto não gera o flanelinha, mas gerou crianças em situações de risco por muitas localidades. Em 2001, “exportação de celulose pela Bahia ocupava o terceiro lugar na pauta de exportações do Estado” (SILVA, S., 2001, p. 70), sendo assim, pode se questionar o porquê da não redução da pobreza regional, e até mesmo local, através desta atividade econômica. Isto comprova que nenhuma empresa ou atividade econômica é capaz, de maneira isolada, de acabar com a pobreza de uma região inteira ou de um lugar.

A incapacidade de buscar alternativas que coloquem a sua população desempregada dentro da economia faz com que os dirigentes políticos se acomodem em apenas discursar sobre o feito de terem atraído uma grande empresa para o seu município, sem pensar nas consequências negativas de âmbitos sociais, ambientais, culturais e econômicas que isso pode gerar. Então, sabedoras das debilidades dos nossos administradores públicos, as empresas passam a ditar as regras em territórios totalmente abertos e fragilizados, e acabam por criarem ou recriarem novas regiões, e talvez por isso sejam tão responsabilizadas pelo desenvolvimento ou crescimento dos lugares; o que acaba por mascarar o papel do estado. E, neste sentido, o eucalipto soube tecer sua rede na região.

Quando se pensa num projeto de integração espacial é impossível não colocar em destaque a construção de uma rede que permita a inserção interna e externa dos lugares, das regiões ou dos países no contexto social, econômico, ambiental e cultural. De acordo com L. Dias (1995, p. 149), os estudos sobre redes, na atualidade, permitem verificar as “suas relações com a urbanização, com a divisão territorial do trabalho e com a diferenciação crescente que esta introduziu entre as cidades. Trata-se, assim, de instrumento valioso para a compreensão da dinâmica territorial brasileira.” No que tange a implantação de redes, a Bahia seguiu o mesmo modelo adotado pelos diferentes presidentes da República, onde se privilegiava alguns lugares e deixava a maioria do território nacional à mercê de uma evolução aleatória ou natural, isto significa dizer que não houve um planejamento que tivesse a unidade do estado como objetivo principal, mas a distinção dos lugares de acordo a sua importância política e econômica.

Empresas com grande poder de transformação espacial passaram a suprir esta deficiência do Estado, ainda que o objetivo primeiro seja o de atender as suas necessidades logísticas, porém de uma forma ou de outra os lugares vão aproveitando de uma nova rede que as grandes empresas constroem. A cada novo traçado que vai sendo tecido por essas empresas há, paralelamente, um aumento da urbanização que pode levar a formação da rede urbana que, de acordo com Corrêa (2005a, p. 93), é constituída por um “conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas.” No Extremo Sul da Bahia houve modificações substanciais no território a partir da chegada das grandes empresas do eucalipto, onde os lugares começaram a ter suas funções mais definidas.

Enquanto Itabuna-Ilhéus (polo concentrador do comércio de cacau) e os demais municípios que gravitavam no seu entorno recebiam investimentos para consolidar uma rede, composta por rodovias e portos, que visava dar maior mobilidade interna e externa ao cacau, o Extremo Sul da Bahia, ainda que fazendo parte da área produtora de cacau nos tempos áureos, ficou à margem desses benefícios. O que se vê com este retardo na construção de uma rede para o Extremo Sul Baiano é que outros municípios interioranos “começam a adquirir certa importância como, por exemplo, Ipiáú e Ubaitaba, expressando também a melhoria na interdependência do sistema de transporte rodoviário fortemente apoiado pelo Instituto do Cacau da Bahia.” (SILVA, S., 2001, p. 63) A situação de precariedade de comunicação terrestre só começa a ser amenizada com o asfaltamento da BR-101, via responsável por estreitar cada vez mais a relação desta parte da Bahia com o Sudeste do país. A BR-101 no trecho que passa pelo Extremo Sul funciona como uma espinha dorsal de onde partem ou se encontram os ramais que ligam todos os municípios da região.

A implantação dos complexos industriais de celulose e papel “obrigou” a região a se adequar a um novo cenário para qual se tornaria um dos maiores centros produtores de eucalipto do país, o que implicava na melhoria, expansão e introdução de novas redes que permitissem uma maior agilidade e instantaneidade em seus sistemas de comunicação e maior eficiência em sua logística. Esta exigência técnica resultou na revitalização, abertura e asfaltamento das estradas que dão acesso às cidades e os distritos que estão no entorno dos parques industriais e ou áreas de plantio. Estima-se que somente a Veracel Celulose S/A tenha construído mais de 110 km de estradas asfaltadas e mais de 1 500 km de estradas cascalhadas na região de Eunápolis. As repercussões desta atividade econômica no território e na sociedade, no que concerne a melhoria ou o aumento da rede de transporte e de comunicação podem ser observadas através dos pontos destacados a seguir:

a) Recuperação do trecho da BR-101 (principal via de escoamento terrestre) que passa pela região. Sendo a via principal, ela é de fundamental importância interna para o desenvolvimento da região, tendo em vista que nela estão localizadas as duas cidades regionais, Eunápolis e Teixeira de Freitas, que são dotadas de órgãos oficiais estaduais e federais, são centros de compras, possuem os hospitais mais equipados, faculdades e universidades. Sendo assim, a boa manutenção desta rodovia representa melhor mobilidade para a sociedade da região como também para os que estão de passagem ou a passeio pelos lugares turísticos. No entanto, a preocupação com a melhor condição de tráfego pela BR-101 atende principalmente as empresas transformadoras de eucalipto.

b) A construção de um terminal marítimo no município de Belmonte para escoamento das toras de eucalipto é outra obra de grande relevância na região. Diferentemente da BR-101, a navegação marítima partindo deste porto é exclusivamente para favorecer a mobilidade da Veracel. Desta forma, não há nenhum benefício para os cidadãos que moram no Extremo Sul da Bahia. Talvez, no futuro possa se encontrar uma forma de integrar o terminal marítimo de Belmonte com a região, por exemplo, na exportação e importação de mercadorias ou até mesmo para o desembarque de turistas.

c) A ampliação de opções pelo transporte aéreo que se mostra presente na ampliação ou construção de um novo aeroporto para Porto Seguro. Neste caso, o turismo tem um grande apelo, contudo, por estas empresas serem formadas por sócios estrangeiros ou que vivem em outros estados do Brasil e a troca de conhecimento entre seus técnicos que necessitam se locomover entre grandes distâncias, as companhias aéreas não ignoram este filão do mercado. Em Teixeira de Freitas há um aeroporto que carece de ser ampliado para receber grandes aeronaves.

d) Outra influência das multinacionais do eucalipto está na melhoria da rede de comunicação com a chegada das operadoras de telefonia móvel que disputam os municípios da região e na implantação de servidores de internet. No Extremo Sul da Bahia as principais operadoras (Tim, Claro, Oi e Vivo) já demarcaram seus lugares. Municípios até então servidos apenas por telefone fixo passaram a ter torres que distribuem o sinal para os telefones móveis. A estratégia das operadoras é a seguinte: sabendo que os funcionários destas empresas precisam de uma comunicação que vai além do telefone fixo e da internet eles se tornam a porta de entrada para a expansão dos serviços de telefonia móvel. Este panorama reforça a análise de que no Brasil “os investimentos maciços no setor de telecomunicações vieram satisfazer, antes de tudo, às exigências das mais poderosas organizações nacionais e internacionais.” (DIAS, L., 1995, p. 153) Os próprios pacotes das operadoras favorecem com tarifas mais atraentes às empresas, enquanto que para o consumidor simples os serviços são mais caros.

e) Por fim, percebe-se que houve uma maior fluidez dos ônibus que fazem as rotas dentro da própria região bem como para outras regiões baianas e outros estados. Os deslocamentos dos trabalhadores para as cidades onde estão instalados os parques industriais da celulose provocaram um aumento na disponibilidade de horários das empresas de ônibus. Por exemplo: se antes uma empresa de ônibus disponibilizava para um determinado lugar, geralmente aqueles com menor número de habitantes, somente um horário durante o dia, depois da chegada do

eucalipto passou a fornecer mais um. Dessa forma, ainda que esta mudança seja forçada em função das empresas do eucalipto, a população local também desfruta desta possibilidade de maior mobilidade pelo território.

É importante lembrar que quando se refere ao atendimento às indústrias do eucalipto está implicitamente, também, relacionando a gama de empresas terceirizadas que prestam serviços a elas que, por sua vez, também precisam de uma rede para o desenvolvimento de suas atividades e para o trânsito de seus funcionários.

Estas melhorias da infraestrutura das redes no Extremo Sul baiano, ora realizadas pelo Estado, ora, pela iniciativa privada ou ainda em conjunto, são frutos de uma política de incentivo para a implantação e aumento de atividades industriais seguindo uma política oficializada no país, onde “o desenvolvimento industrial se torna prioritário da economia nacional, representando um modelo através do qual o Estado devia realizar a integração do mercado nacional”. (DIAS, L., 2004, p. 162) Então, pode-se concluir que, no Brasil, se não há possibilidades da chegada de um grande empreendimento num dado lugar, a sociedade que nele habita estará fadada ao isolamento.

Uma grande área o Extremo Sul foi “capturada” por uma rede tecida pelas multinacionais do eucalipto com o consentimento do Estado que não percebeu o perigo de perder uma das suas funções vitais, que é a de organizar e gerenciar o seu espaço territorial em benefício da sociedade. Hoje, o eucalipto é responsável por uma nova caracterização geoeconômica do Extremo Sul da Bahia provocando, inclusive, o desaparecimento das fronteiras geográficas nos pontos em que tem divisa com os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, formando uma região quase autônoma. Ignoradas essas fronteiras vizinhas, o eucalipto vai inserir o Extremo Sul no contexto mundial através da exportação de seus produtos e pela própria composição dos acionistas de algumas empresas, que têm suas origens em outros países.

Esta segunda característica global faz com que desperte uma outra crítica, que é a do destino do maior montante dos lucros obtidos na região, pois, “geralmente haverá um fluxo de recursos da empresa como um todo para os cidadãos do país da empresa matriz (já que eles são os principais acionistas).” (SINGER, H., 1979, p. 197) Estabelece, assim, uma relação comercial internacional de grandes proporções, tanto quanto suas contradições sobre os benefícios para os países onde este tipo de empresa está instalado. Para Benko (2001) esta internacionalização da atividade econômica contribui para o desaparecimento das fronteiras reais

e pode promover para a extinção do estado soberano clássico. A interpretação de Benko está correta a partir do momento em que os governos, sejam eles, na esfera municipal, estadual ou federal, perderam parte de sua capacidade de administração sobre seus territórios, permitindo o arrendamento destes através de várias concessões em troca de benefícios individuais dos políticos; e a carga tributária de cada lugar se transforma numa espécie de mapa para as empresas.

O preterimento do Extremo Sul da Bahia em relação a outras regiões do estado, no que tange a implantação de uma rede eficaz que propiciasse a sua integração, desde o apogeu do cacau, com isolamento parcial por falta de estradas, fez com que a região buscasse o seu caminho para uma sobrevivência econômica. Dessa forma ela ficava suscetível de ser vista apenas como um imenso hiato desvalorizado entre o Sudeste e o Nordeste, ou, ao contrário, um grande eldorado para as grandes organizações que passam a ser a única esperança de entrada da região no cenário econômico nacional e internacional, através da construção de suas redes. Neste sentido, as multinacionais do eucalipto tiveram um papel decisivo na melhoria da infraestrutura de comunicação interna e externa do Extremo Sul, bem como oportunizando uma maior mobilidade.

Campo e cidade sob o ciclo do eucalipto

Uma outra polêmica gerada pela monocultura do eucalipto é a de que esta vem desconfigurando ou exterminando a agricultura do Extremo Sul da Bahia, contudo, é importante voltar à história regional para verificar a procedência destes questionamentos para que haja uma análise ponderada sobre a interferência maléfica das florestas de eucalipto em substituição à agricultura praticada na região. Isto que dizer que é necessário fazer um corte na história para verificar a partir de quando o eucalipto passa a interferir na dinâmica rural da região. Em primeiro lugar, viu-se que no rol das atividades econômicas que foram preponderantes para o povoamento e crescimento da região, a agricultura de alto rendimento não figura entre elas. Um outro ponto a ser destacado é que o Extremo Sul da Bahia, depois do cacau e da extração vegetal, sempre foi um território de latifundiários da pecuária, o que impediria a sobrevivência prolongada de qualquer sistema produtivo baseado numa agricultura pequena ou de subsistência. E, por último, os plantios de frutos, como o mamão, são feitos em grandes propriedades e que procuram agregar valores a sua produção visando o mercado externo, portanto, utilizam de grandes áreas contínuas.

Então, onde estão ou para onde foram os pequenos produtores? Esta classe de produtor rural sempre viveu sufocada, no limite da subsistência, seja pelas precariedades estruturais ou pela falta de investimentos do poder público. Oliveira (2000, p. 481-482) relata que “quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual.” Mesmo com suas deficiências, a reforma agrária no Brasil procura diminuir esta desigualdade histórica no que tange a distribuição de terras, porém, há ainda comportamentos daquela colonização perversa em várias partes do país, inclusive no Extremo Sul Baiano. Alguns estudos mostram que os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, em geral, perderam suas condições de produção em consequência da chegada do eucalipto na região.

Duas situações devem ser observadas neste contexto: a primeira está ligada à venda de grandes fazendas para as multinacionais do eucalipto, e, isto realmente colabora com o desemprego do vaqueiro, do capataz, do gerente da fazenda e de todas as pessoas que vivem dentro de uma estrutura rural elementar. A outra situação é a que mostra a fragilidade e por fim a “rendição” de médios e pequenos agricultores, que cercados pelas florestas de eucalipto, e não raros com dívidas que impossibilitam a vida da na propriedade, não conseguem resistir ao assédio econômico dessas empresas. “Neste processo, poucos foram os sítios com árvores frutíferas e cultivos de subsistência, com 1 a 5 hectares, que resistiram à demanda pela aquisição da terra.” (NASCIMENTO; DOMINGUEZ; SILVA, 2009, p. 14)

Assim, outra questão é posta: onde estava o governo estadual nos períodos de transições econômicas pelos quais a região passou? Talvez impossibilitado de lutar contra os incentivos fiscais que o Governo Federal oferecia para as grandes empresas do eucalipto, preferiu ser um mero beneficiário, deixando os pequenos agricultores sem uma política que os protegesse das agruras do mercado. Somente em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, há uma preocupação do Estado em promover uma linha de crédito que pudesse compensar a falta de políticas públicas para o pequeno agricultor, que sempre ficou fora dos programas de desenvolvimento do país.

Em entrevistas realizadas com dirigentes de sindicatos e funcionários de órgãos ligados a atividades rurais em Eunápolis foi observado que existem duas variáveis que permeiam as respostas sobre a relação do campo com as florestas de eucalipto. Uma justificativa se encontra no fato da região ser pouco assistida pelo governo estadual desde a sua formação. As políticas para o pequeno agricultor,

sempre carregadas de barreiras na aquisição de financiamento, não contemplam a sua necessidade essencial, que é a permanência no campo, ao contrário, encaminha-o para a cidade, e, o resultado desta transição de ambiente, geralmente, é desastroso para o ex-camponês. Uma das variáveis que contribui para este panorama é dada por Oliveira (2000, p. 474): “o número de estabelecimentos que conseguem financiamentos agrícolas no Brasil é pequeno [...]. Em 1985 mais de 5 milhões de estabelecimentos, ou seja, mais de 87%, não utilizaram financiamentos agrícolas”. Enquanto que as empresas de papel e celulose recebem subsídios, paulatinamente, do Governo Federal para a expansão de seus polos de produção industrial e plantio, o camponês dono de estabelecimentos até dez hectares encontra dificuldades para se beneficiar dos financiamentos agrícolas.

Assim, não seria difícil prever que houvesse no Extremo Sul da Bahia um processo de eucaliptização ou qualquer outra monocultura que se tivesse bons rendimentos na região. Um outro fator que deve ser levado em conta, no que concerne ao fortalecimento do homem rural e suas aspirações, é o de que como em toda a grande região nordestina do país, o Extremo Sul da Bahia não tem uma tradição em produção organizada através de associações ou cooperativas, o que enfraquece a atuação dos pequenos produtores e continua sendo uma zona livre das grandes propriedades, sejam elas comandadas por grandes grupos empresariais ou simplesmente por um clã familiar tradicional.

De acordo com M. Santos (1996, p. 53) “as cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola.” Partindo do princípio que a existência da cidade tem uma relação direta com a produção no campo, e considerando que o pequeno agricultor tem uma participação fundamental para o abastecimento dos núcleos urbanos, independente da sua dimensão territorial ou demográfica, se faz mister pensar num modelo que promova a sua inserção na economia nacional, sem, contudo, tirá-lo do campo, por exemplo, incentivando outras atividades que possam agregar valor tanto à produção como o próprio território rural.

A continuidade da agricultura de subsistência, nos dias atuais, não é justo social e economicamente, tendo em vista que ela se baseia no uso de “técnica primitiva, pré-industrial, não se beneficiando, nem da divisão racional do trabalho, nem do emprego de instrumental moderno, nem dos conhecimentos conquistados pela ciência, inacessíveis para o camponês.” (RANGEL, 2000, p. 70) Estas características são visíveis nos números apresentados por Martine e Beskow (1987, p. 32): “em 1980, 72% de todos os estabelecimentos não dispunham sequer de um arado,

seja de tração mecânica ou animal. Entre os 2,6 milhões de estabelecimentos com 10 hectares ou menos, somente 13% tinham tal implemento.” E o ritmo de investimento nessa categoria de estabelecimento rural não mostrou uma evolução satisfatória, a não ser através de alguns programas isolados de assentamentos.

Assim como a sociedade urbana, a população que vive no e do campo modificou-se e as suas necessidades e dificuldades não são as mesmas de 30 anos atrás. O pequeno agricultor não pode ser mais visto como aquele ente que vive isolado, desconectado do mundo como se ele não sofresse as transformações advindas, por exemplo, da globalização. Ele é parte da nova relação campo/cidade, uma relação que cada vez mais se funde, onde as áreas urbanas e rurais têm seus limites muito tênues. Hoje em dia a sobrevivência do pequeno agricultor no campo depende de projetos que o integre ao mercado, inclusive oferecendo maior mobilidade e precisa, fundamentalmente, de mudanças no seu sistema de produção que promova uma agregação de valores aos seus produtos primários. Por isso, “a pequena produção deve ser apoiada, com o agricultor utilizando tecnologias apropriadas, e passando por um processo de crescimento técnico, econômico e social” (SILVA, D., 1999, p. 4), propiciando ao homem do campo uma maior rentabilidade.

Essas medidas permitirão mudanças num sistema de produção que está obsoleto frente as atuais dinâmicas sociais e econômicas. Existem outros caminhos para que o pequeno produtor seja inserido no ambiente econômico sem, no entanto, não precisar buscar pelo grande mercado, como trabalhar com a “agroecologia como alternativa de sustentabilidade para a agricultura família, com base na biodiversidade.” (COSTA NETO, 2006, p. 113) É perfeitamente possível que o indivíduo que vive na sua pequena propriedade tenha uma vida digna sem com isso perder a sua essência.

Confinar o pequeno agricultor através do discurso de que ele só necessita terra para plantar e comer, é uma perversidade de quem, simplesmente, não o quer integrado à sociedade. Rangel (2000, p. 70) pensa que seria um “desserviço a esses mesmos camponeses alimentar suas ilusões, ao invés de organizá-los para que assumam ativamente o papel que lhes cabe, nos quadros da nova economia que está surgindo.” Por isso, é questionável afirmar que o modo tradicional no campo “garantia, ainda que de forma precária, a manutenção à sobrevivência de grande parte do campesinato.” (PEDREIRA, 2004, p. 1014) Ademais, não se pode esquecer de que a cultura de subsistência nasce dentro dos grandes latifúndios onde era praticada por escravos com o objetivo de tornar estas estruturas autossuficientes, ou era exercida por pequenos agricultores livres que eram “freqüentemente paupér-

rimos, vivendo em condições materiais um pouco melhores que as dos escravos.” (SZMRECSÁNYI, 1997, p. 15)

O trabalho escravo do passado não foi totalmente banido do Brasil, ainda hoje é possível encontrar em fazendas localizadas em lugares longínquos a exploração do ser humano trabalhando sem condições de saúde e de segurança. Talvez, pela grande dimensão territorial do país, também, se verifica uma espécie de fragilidade no sentido de não se fiscalizar as condições dos trabalhadores rurais que não têm carteira assinada, ou então, se deve ao fato de que sua vida rudimentar no campo, com condições mínimas de alimentação, se traduz em qualidade de vida para aqueles que gozam de um conforto urbano. Porém, a falta da legalização do trabalhador rural representa um empecilho quando chega o momento de conseguir uma aposentadoria devido à falta de registros que, na verdade, se configura como herança histórica da negligência dos Governos no tratamento ao trabalhador que sempre viveu exclusivamente do campo. É preciso lembrar que nas primeiras Constituições do país o trabalhador rural não teve sequer citações sobre os seus direitos. Somente na Constituição de 1934 é que “se observa pela primeira vez uma mudança drástica de postura do Estado brasileiro perante as relações de trabalho em geral [...] que instituiu o chamado usucapião legalmente regulamentado em 1981.” (SZMRECSÁNYI, 1997, p. 95) Porém, a lei não se traduziu numa melhoria de vida do homem do campo, haja vista que muitos dos seus pontos não foram cumpridos como, por exemplo, a fixação do homem na terra e a sua educação formal.

Quanto à educação que se configura como elemento fundamental para a evolução das pessoas que vivem num ambiente rural, percebe-se que há falta de um sistema de ensino que lhes dê condições de aprimoramento. Alguns podem citar em estudos de casos que deram certos, mas que não representam a regra geral da situação do ensino no campo. O discurso de que é fundamental fixar os filhos dos pequenos agricultores no campo oferecendo cursos elementares para a sua sobrevivência não deve ser um mecanismo cerceador ou inibidor do direito deles de chegarem a um curso de graduação, como fizeram no passado com os filhos dos pobres urbanos que foram desviados da universidade. Estas questões devem ser colocadas nos debates, pois ao contrário seria estabelecer uma situação de conformidade com a situação de segregação de pequenos agricultores e de conforto para aqueles que têm acesso a todas as benesses que o urbano pode oferecer.

Com relação à inclusão do camponês na economia em todos os níveis e consequentemente a sua permanência no campo, G. Machado (2004, p. 940) apresenta uma leitura muito pertinente ao que se espera à integração do pequeno

agricultor no território nacional: “a noção de agricultura familiar solidária consiste na idéia de que um projeto de desenvolvimento sustentável do Brasil baseia-se, sobretudo, na aliança e na parceria dos agricultores familiares das diversas regiões do país.” Está evidenciado que a agricultura de subsistência do passado, onde o homem plantava para comer e o excedente ele levava para as feiras-livres, é também inviável para uma integração dos lugares e até mesmo para a sobrevivência do homem no campo, como analisou Pereira (1987, p. 63), a relação entre processo de urbanização em decorrência da debilidade do campo: “ameaçado pela fome, o trabalhador rural procura as grandes cidades, onde, através de expedientes, poderá meramente sobreviver, ainda que em condições miseráveis.” No Extremo Sul da Bahia foi visível o “estrangulamento” de pequenos agricultores em virtude da ação das grandes empresas do eucalipto.

Seguindo com a análise da dinâmica econômica do campo e a participação do pequeno agricultor, Romeiro (1992, p. 379-380) dirá que no Brasil “o processo de modernização da agricultura efetivamente se fez em detrimento da pequena produção camponesa,” mais especificamente na metade da década de 60. Portanto, neste período, no Extremo Sul não haverá a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras tendo o eucalipto como vetor principal. A interpretação de alguns fatos históricos da economia agrária do Brasil e da região é importante para que não se busque uma análise imediatista, negligenciando uma sequência cronológica dos acontecimentos que fizeram com que o Extremo Sul da Bahia se tornasse uma referência na monocultura do eucalipto, pois, “a crise agrária brasileira não é fato novo. Precedeu o atual processo de industrialização.” (RANGEL, 2000, p. 74) Mas não é por isso que vai se aqui eximir a responsabilidade das empresas de eucalipto em apresentar propostas compensatórias, não só quanto a interferência no meio ecológico, mas principalmente para a sociedade que está no campo sendo sufocada por suas florestas homogêneas, como no caso dos sem-terras que ocupam faixas de terras ao longo de algumas rodovias na região ou realizam invasão das áreas de plantio (Figura 7). Isto, se ela deseja colaborar com o desenvolvimento amplo da região.

No que tange ao êxodo rural, este é um processo que acontece desde que o país passou de uma economia baseada em atividades primárias para a industrial, incluindo aí a industrialização do próprio campo. Outra via de análise sobre o êxodo rural no Extremo Sul da Bahia mostra que este fenômeno não aconteceu simplesmente pela saída do homem do campo para a cidade, como explica Guimarães (2002, p. 181): “a elevação de um povoado à categoria de distrito faz com que um

expressivo contingente de moradores anteriormente recenseados como residentes nas áreas rurais passem a ser urbanizados, sem sequer terem saído de dentro de suas residências.” Este é apenas mais um componente que deve ser analisado antes de atribuir a atividade do eucalipto como a causa de diversas formas que o êxodo rural pode ter.

Figura 7 - Acampamento dos Sem-Terra, BR-101, município de Eunápolis



Fonte: Flabiano P. G. Jesus (2009).

Uma das estratégias utilizadas pelas grandes empresas do eucalipto com o objetivo de minimizar os efeitos de uma imagem que desagrega o produtor do seu meio é a fomentação da produção de eucalipto junto aos produtores rurais, o que seria uma maneira destes não perderem suas propriedades. Seria um tipo de arrendamento mais toda a assistência técnica para o plantio e a colheita. No entanto, alguns dirigentes sindicais dizem que as exigências, por parte das empresas, das dimensões das áreas plantadas nas propriedades não permitem ao agricultor diversificar sua produção. Além disso, o fomento também é visto como uma maneira que as empresas têm de burlar o seu limite de área plantada estabelecida pelos municípios, expandindo assim o cultivo do eucalipto.

Mas o avanço do eucalipto não se dá somente sobre os pequenos e médios produtores rurais. Os proprietários de grandes fazendas também são influenciados a vender suas terras ou participar de maneira mais ativa na produção de eucalipto. Na visão de negociadores de terras aqui da região, seis variáveis seriam responsáveis por este novo panorama no campo: a) outra opção de investimento, não quer trabalhar mais no campo, então opta por uma atividade urbana; b) desânimo com a atividade, a partir do momento em que o que é do produtor desvaloriza e o que

é para o produtor tem alta valorização cria uma desilusão com a terra. Esta seria a causa principal apontada pelos negociadores de terra; c) motivos de herança, pois quando se divide uma terra nem todos os herdeiros tem a vocação para atuar na atividade rural e assim sofre várias divisões; d) desavença familiar, é comum aqui na região o homem ter mais de uma família e isso gera brigas na hora da divisão da propriedade; e) dívidas, sem condições de saldarem os compromissos adquiridos através de empréstimos o proprietário vende a terra; e f) inaptidão para trabalhar com a terra. Dentro desta lista também está a questão da crise financeira pela qual o campo pode passar, até porque a atividade no meio rural não depende exclusivamente dos seus equipamentos, pois a dinâmica climática é uma variável preponderante na indicação de uma boa safra ou não. É fato que o grande produtor rural passou por crises financeiras, mas também é fato, que ele sempre foi privilegiado pelos programas federais em comparação com os pequenos produtores, e isto, lhe dá uma posição mais confortável para negociar suas terras, ainda que esta não seja a sua intenção; e quando optam pela produção de mudas para fornecer as fábricas, dizem que estão utilizando uma área ociosa da fazenda.

O modelo adotado no manejo das florestas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia diferencia da exploração que houve das grandes madeiras do passado que atuaram de forma vigorosa e predatória nas matas nativas. No entanto, as florestas homogêneas ocupam grandes extensões de terras, até porque o espaço é vital para as empresas que fazem a sua exploração, pois necessitam cada vez mais de áreas para aumentar sua produção, podendo afetar, de maneira significativa, outras cadeias produtivas da região e projetos sociais como a reforma agrária. O crescimento desta atividade é visível na região tendo em vista o destaque que sua vegetação provoca, sobressaindo sobre a paisagem existente. No município de Nova Viçosa, 44% de sua área está ocupada pelo plantio do eucalipto. Por outro lado, como não é uma atividade que tem um longo histórico nesta parte da Bahia, assim, qualquer nova área plantada é um sinal de avanço. Contudo, já se percebe que houve uma redução do cultivo de algumas culturas na zona rural de Eunápolis, por exemplo, o feijão, a melancia e o tomate; o melão e a batata-doce não são mais cultivados. O Reflexo desta dinâmica é que as feiras de Eunápolis estão sendo abastecidas com alguns produtos originados de Vitória da Conquista (BA) e do Espírito Santo. A grande preocupação que se tem com o avanço da cultura do eucalipto é que ela pode estar se dando de forma descontrolada. No dia 1º de Março de 2009, o Jornal *A Tarde* exibiu uma matéria que mostrava a incapacidade técnica do Governo do Estado, através do seu Instituto do Meio Ambiente (IMA), em mapear e identificar

grandes áreas de plantio de eucalipto. Segundo o IMA, não é possível saber a quem pertence uma área que corresponde a mais de trinta e sete mil campos de futebol destinada as florestas de eucalipto. Esta situação demonstra que o estado da Bahia é limitado no que tange à administração do seu território, e isto contribui para o desmanche da sociedade rural e da depreciação de alguns elementos naturais.

As influências do eucalipto não foram sentidas somente no meio rural e ecológico, elas estão presentes também na cidade através da criação de bairros próprios, destinados aos seus funcionários, que contam com uma infraestrutura de urbanização melhor que a cidade-sede. Mas estes bairros ou vilas que são projetados *a priori* para haver uma convivência mais próxima dos seus funcionários apresentaram problemas sociais de diferenciação de classes “principalmente entre os filhos de operários e os de funcionários graduados, que apesar de viverem no mesmo espaço, não compartilhavam dos mesmos locais de lazer.” (PIQUET, 1988, p. 86) Alguns estudos de casos mostram que não houve apenas problemas internos, eles ultrapassaram as fronteiras dos condomínios, provocando também uma relação conflituosa com os moradores das locais.

Não há como desvincular a ebulição socioeconômica originada pela implantação dos complexos do eucalipto da dinamização territorial de cada lugar em que eles se estabeleceram. As empresas passam a ditar o comportamento da sociedade e (des)ordena o espaço. No município de Mucuri, localizado na fronteira com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o eucalipto teve uma grande influência no aumento da sua população, que era de 4 810 habitantes em 1991 e, em 2005, teve um acréscimo de 22 305 moradores. Na mesma proporção houve um aumento do número de lojas de diversos segmentos, aparecimento de fábrica de móveis, a construção e ou reformas de hotéis e pousadas, a incrementação das clínicas e hospitais, consultórios etc. Estima-se que houve a geração de 13 mil empregos nos municípios que estão no entorno do parque industrial. A contrapartida desse crescimento é a inflação que houve no mercado imobiliário destas cidades, apesar de que há uma alegação de que se há inflação é porque houve valorização do lugar.

Nos municípios de Porto Seguro e Eunápolis também houve modificações. O primeiro município, que vivia somente em função do turismo e de alguns produtos agrícolas, passa também a produzir eucalipto aumentando sua fonte de receita e amenizando os problemas de empregos que dependem da sazonalidade. E o segundo, antes considerado somente como uma passagem para os turistas chegarem a Porto Seguro, depois da implantação da fábrica conhece um crescimento de proporções grandiosas. Estima-se que houve em Eunápolis, num período de cinco

anos, uma valorização imobiliária de aproximadamente cem vezes. E, esta variável é utilizada por alguns pesquisadores para demonstrar que as indústrias trouxeram mais problemas do que soluções, o que não é compartilhado por aqueles que têm como negócio a venda e o aluguel de imóveis, e também analisado por alguns estudiosos da economia local como valorização da cidade, afinal, os valores dos imóveis dependem também em que estágio de desenvolvimento ou de exclusividade o lugar possui.

Entre os municípios da grande região Nordeste, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Eunápolis e Mucuri tiveram, no período de 1991/2000, as maiores taxas de crescimento populacional: entre 3,50 a 15,60; não por coincidência que 1991 marca o início das atividades do eucalipto no Extremo Sul da Bahia. Entretanto, os municípios de Eunápolis e de Nova Viçosa registram no ano de 2007 quedas nos números de emprego com carteira assinada: o primeiro com 123 negativos e o segundo com 153 negativos. Percebe-se que as cidades não se prepararam para receber este novo ciclo econômico que, se por um lado trouxe profissionais capacitados de outros centros e tecnologia, inserindo e consolidando parte do Extremo Sul da Bahia na economia mundial, ele trouxe também pessoas com pouco ou nenhum grau de estudo que incharam a periferia das cidades ou promoveram o aparecimento de novos bairros no modelo de invasão.

Há falhas tanto no que se refere ao planejamento espacial negligenciado pelos políticos, bem como na aproximação das indústrias do eucalipto com as comunidades que estão no seu entorno. Municípios e indústrias necessitam melhorar o relacionamento, produzindo, em conjunto, informações com as criações de centros de estudos, gerando conhecimentos para minimizar os conflitos. Quando Lefebvre (1999, p. 51) diz que “atualmente o fenômeno urbano surpreende por sua enormidade; sua complexidade ultrapassa os meios do conhecimento e os instrumentos da ação prática,” significa que se faz necessário penetrar por vários caminhos deste processo para se obter uma compreensão da sua dinâmica, mas, ainda assim, nunca atualizados, haja vista que a transformação do meio acontece cotidianamente em diferentes partes do Planeta. Afinal, como justificava M. Santos (1996, p. 67): “em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes [...]. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra.” Desta forma, a nossa função enquanto geógrafo é produzir leituras e interpretações que acompanham a (re)ordenação do espaço nos seus diferentes ciclos históricos, observando as novas formas e funções que este assume para atender as necessidades da sociedade.

A Figura 8 mostra a expansão de dois setores da economia: o da construção civil, com um franco processo de urbanização que ocorre, principalmente, nas cidades que estão na margem da BR 101 e as florestas homogêneas. Às vezes é difícil definir quem avança para o território do outro ou quem está proporcionando a expansão do outro. Enquanto isso as cidades vão se ajustando, ou pelo menos tentando se adaptar, às novas configurações concretadas ou plantadas.

Figura 8 - BR 101, expansão da urbanização e ao fundo o eucalipto (município de Itamarajú)



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

O que acontece com o urbano no Extremo Sul da Bahia está se dando dentro de outras regiões, onde a chegada de grandes projetos de desenvolvimento, não importando o seu segmento, provoca sensíveis modificações no meio. De acordo com Lenyra Silva (2004, p. 28), “a situação urbana sofre a mobilização das relações sociais, impulsionadas pelas necessidades criadas no âmbito do privado e do público, onde a lei do dinheiro é quem determina suas regras.” A questão principal não são as influências do capital, mas é a submissão, quase que por completa, do poder público por ele. É altamente salutar e perfeitamente compreensível que na economia atual o capital exógeno seja um elemento de desenvolvimento dos lugares, desde que este seja utilizado em prol da sociedade e que não cause modificações que possam comprometer definitivamente os ecossistemas naturais.

Quanto à urbanização do Extremo Sul da Bahia é importante lembrar que, como na maioria dos lugares do Brasil, ela se desenvolveu sem planejamentos, e ainda tem uma outra variável, que foi a histórica concentração de investimentos em Salvador e adjacências, como analisam Silva e Silva (2003, p. 104): “a questão urbana na Bahia não se resume mais a Salvador e algumas poucas cidades, como

nos anos 60; hoje ela praticamente se manifesta em todo o território estadual [...] inclusive nas extremidades do território”. Muito dessa expansão se deve ao fato da descentralização de grandes indústrias e fábricas, principalmente, provenientes do Sudeste do país ou pela modernização e crescimento de alguma atividade ligada ao rural.

No Extremo Sul da Bahia o comportamento do eucalipto diferencia de outros casos na literatura geográfica, como os exemplos da Aracruz e da Klabin, porque aqui, na região, ele encontrou cidades prontas, com alguma infraestrutura, isto que dizer que não precisou construir bairros ou cidades, deixando de onerar seus acionistas. Apenas aprimorou o que havia e acrescentou outros elementos que beneficiaram as suas atividades. Apesar de ser o produto com mais visibilidade na economia da região e por tudo que repercute no meio social e ambiental, o eucalipto não estará só por muito tempo. Existe um outro concorrente, à sua altura, que aos poucos vai conseguindo conquistar territórios na parte sul da região, tecendo uma outra rede, que é a cana-de-açúcar. Sua expansão receberá uma atenção especial no decorrer da pesquisa. Portanto, num futuro próximo, o eucalipto poderá não ser a única monocultura presente nesta parte da Bahia. Dessa forma, a paisagem do Extremo Sul ficará monótona com grandes extensões de florestas de eucalipto, imensos canaviais e grandes áreas para pastagem. “As grandes propriedades monocultoras, sem espaços disponíveis para a produção alimentar nem mesmo dos que trabalham nesta produção, refletem os interesses do capitalismo.” (SPOSITO, 1994, p. 65) Então, o campo perde a capacidade de produzir alimentos para os seus moradores e para os que estão nas cidades, passando a atender, tão somente, ao mercado.

A eucaliptização do Extremo Sul da Bahia é o resultado de uma série de eventos econômicos, sociais e políticos em todas as esferas de governo. Houve vários processos que propiciaram que o eucalipto se tornasse um símbolo da economia da região, e as repercussões desta atividade pelo território ainda são imprevisíveis, justamente porque os lugares não se comportam de maneira uniforme, ainda que estejam sobre um mesmo ciclo econômico. Talvez o que seja mais preocupante nessa relação empresa/território é o comportamento das partes que decidem os rumos das empresas e daqueles que são responsáveis politicamente pelos destinos das sociedades. Enquanto houver denúncias de ocupação ilegal de áreas pelas empresas e de atuação desonesta por parte da classe política, como noticiou o *Jornal A Tarde* (28 de fevereiro de 2009) sobre a empresa Veracel Celulose, sempre haverá espaços para questionamentos sobre os benefícios para a sociedade. Portanto,

parece que a questão central está na lisura e na ética como políticos e empresas se comportam, pois, são as relações ilícitas que causam a degradação ambiental, social e econômica.

Por outro lado, o aperfeiçoamento destas relações carece ser estendido para outros setores importantes da economia do Extremo Sul da Bahia, como por exemplo, a ordem espacial que o turismo impõe nos principais roteiros da região.

DESMISTIFICANDO O TURISMO DO EXTREMO SUL DA BAHIA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O FUTURO DAS CIDADES

O turismo é a outra atividade econômica, que com o eucalipto, tem uma expressiva relevância na transformação do território do Extremo Sul da Bahia. Uma transformação que se observa desde a época em que vinham para a região pessoas que queriam apenas desfrutar das belezas naturais. Hoje em dia o litoral da região é bastante frequentado, onde se tem a predominância do chamado turismo de massa e suas contradições, e do outro lado assiste-se a privatização do litoral por grandes grupos que também repercute de maneira ambígua. Aliás, é importante recordar que o turismo também esteve na pauta dos grandes planos de desenvolvimento do Brasil, como no “Programa Avança Brasil”, no Plano Plurianual (PPA) de 2002/2003. Dentro deste plano haveria uma proposta em que, segundo Galvão e Brandão (2003, p. 201), o Nordeste seria um dos grandes eixos do desenvolvimento do país, “articulável a partir do Rio São Francisco e do litoral, campo para empreendimentos turísticos e nos vários focos de dinamismo regional [...]”. Logo, é pertinente fazer uma correlação entre a atual explosão econômica do turismo no Extremo Sul da Bahia e os planos do governo federal para o aquecimento deste setor.

O escopo deste capítulo é oferecer outra via de análise sobre a realidade que o Extremo Sul da Bahia experimenta, sob a dinâmica do turismo. A provocação de um diálogo permite estabelecer mais de um ponto de vista de uma questão que, muitas vezes, não aparece quando trabalhada sob uma única vertente, principalmente aquela que remete ao turismo como uma atividade livre dos questionamen-

tos sociais e ambientais. A leitura que é feita sobre a forma de como o turismo está (re)ordenando o litoral da região poderá causar descontentamento em alguns como também abrir uma nova perspectiva para outros que pensarão de maneira mais crítica o objeto de análise deste capítulo.

A desmistificação do Extremo Sul da Bahia como paraíso turístico é preciso ser feita, pois se de um lado este adjetivo facilitou o desenvolvimento econômico de partes do seu litoral, por outro lado, desencadeou várias ações de transformações negativas nos chamados territórios turísticos da região. De acordo com Cruz (1999, p. 270) “há uma mitificação muito grande em torno da atividade turística no país, fortemente difundida pela mídia, dificultando uma visão racional do turismo e do que ele pode verdadeiramente significar.” Na mesma linha de pensamento, Mendonça Júnior, Garrido e Vasconcelos (2000, p. 37) dizem que tudo isso “reflete uma crença de que essa atividade permite um retorno rápido e distributivo dos investimentos que são efetuados em infra-estrutura [...] transformando-se, assim, numa força positiva para remediar problemas econômicos.” A retórica que prega um desenvolvimento somente através do turismo, sendo ele a salvação dos lugares, é, ao mesmo tempo, sedutora e perigosa, inclusive quando não expressa os impactos negativos no meio físico e na sociedade.

Como toda atividade antrópica, o turismo também modifica os ambientes, são modificações que não representam somente degradação da paisagem ou de uma cultura, elas permitem a troca entre a natureza e o homem. De acordo com M. Santos (1996, p. 37) “o fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação deste dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço.” O deslocamento de pessoas de um lugar para outro realizado de forma temporária exerce, de certa forma, sobre o território, uma força que induz o aparecimento de novas configurações espaciais específicas que procuram atender as necessidades de uma população flutuante. É fato que o turismo tem proporcionado a alguns lugares, antes carentes de infraestrutura básica, uma injeção de capital que vem possibilitando uma melhoria do espaço para a comodidade do turista, e a sociedade local, na medida em que lhe é permitida, serve-se de algumas dessas melhorias.

Uma outra função do turismo está sendo a de agregar valor às paisagens naturais, que até então eram isoladas, servindo tão somente para a continuidade natural da vida de plantas e animais. A partir do instante em essas paisagens passam a receber um projeto turístico que seja de uso racional os elementos naturais passam a ter uma valorização por parte do capital, e isto, tende levar para uma

conscientização quanto a sua conservação ambiental. Assim, o que era apenas um recurso natural, o turismo transforma em riqueza natural para que o homem a utilize para o seu lazer e descanso. A Praia do Espelho, no município de Porto Seguro é um exemplo concreto desta valoração do espaço físico.

A artificialização do espaço realizada pelo turismo é parte da construção histórica que o homem impõe sobre os elementos naturais. A revitalização de pequenas cidades com caráter histórico, de conjuntos arquitetônicos em grandes cidades ou de símbolos de qualquer porção deste país tem como pano de fundo a atividade turística que gera emprego e renda transformando, assim, os fluxos e os fixos num dado lugar. No entanto, nunca é demais lembrar os riscos que uma artificialização desmedida (SANTOS, M., 1996) pode causar nos atores sociais e nos componentes físicos de um território. O turismo encontra, no Brasil, um campo fértil para apresentar seus projetos de desenvolvimento baseado em suas atividades. Cabe lembrar que a valorização de pequenas áreas se deve, em grande parte, ao fenômeno da globalização que forçou a especialização e a individualidade dos lugares.

Com uma dimensão continental, o Brasil apresenta uma diversidade de ambientes naturais e culturais que a cada dia são aproveitados para as ramificações do turismo. Assim, surgem: o turismo rural, em fazendas onde os proprietários perceberam uma forma de preservar seu patrimônio e ao mesmo tempo obter lucros com esta atividade; o ecoturismo, em lugares que possuem algum residual de um ambiente nativo (vegetação, cachoeiras, formas geográficas.); o turismo religioso, em cidades que cultuam a fé em sua plenitude (Aparecida – SP e Bom Jesus da Lapa - BA); o turismo de negócio, que é desenvolvido nas grandes cidades (São Paulo – capital); o turismo litorâneo, que aproveita os quase nove mil quilômetros de extensão descobrindo lugares bucólicos e outras tantas tipologias de turismo os quais possui um rol extenso. E foi neste último tipo de turismo (o litorâneo, chamado de sol e praia) que o Brasil norteou suas principais políticas para o setor, “sem contudo, investir em infra-estrutura, preservação ambiental do patrimônio natural e sócio-cultural.” (NUNES, 2002, p. 2019)

A dedicação dos lugares para uma determinada atividade econômica só foi possível devido à evolução dos meios de comunicação e transporte, haja vista que “com a difusão dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva,” (SANTOS, M., 1996, p. 50) isto, porque houve um aumento do qualitativo e quantitativo na produção do campo facilitando que outros centros, não produtores agrícolas, pudessem se dedicar a outras atividades, como o turismo. Em seus estudos sobre o turismo no distrito de Trancoso, Leonardo Silva (2006)

detectou que, enquanto o turismo crescia através de investimentos, a agricultura se enfraquecia, pois estava havendo o deslocamento de trabalhadores rurais para trabalhar no turismo. Este cenário apontado por Leonardo Silva (2006) mostra que o turismo pode exercer pressão às estruturas sociais, ambientais, culturais e econômicas, quanto qualquer outro grande projeto. Isso quer dizer que a especialização originada da atividade turística também é uma fonte inesgotável de contradições, no que se refere a sua implantação num determinado lugar.

A internet, o sistema de telecomunicação, os leitos, os trilhos, as artérias terrestres e os diferentes meios de deslocamento formam uma rede que é indispensável a qualquer tipo de turismo. A turistificação de um lugar é, também, fruto da dinâmica econômica e social que adquire novas formas ao longo da sua história, assim, um lugar que no passado foi um produtor de cacau, hoje pode ter suas perspectivas de desenvolvimento amparadas no turismo que, também, no futuro poderá ser substituído por outra especialização. É necessário compreender que o turismo não pode significar a salvação econômica de um dado lugar, ainda que seja a principal atividade, ele “corresponde a apenas um dos agentes de produção do espaço e, mesmo quando dominante, concorre com outras atividades antrópicas que formam o conjunto de forças responsável pelo direcionamento desse processo.” (CRUZ, 1999, p. 263) Mas é preciso que as atividades que compõem a economia de um dado lugar ajam em conjunto, não de maneira setorial como acontece, por exemplo, no Extremo Sul da Bahia.

O turismo é mais uma variável para compor o desenvolvimento dos lugares, portanto, não é adotando o mesmo modelo empregado em lugares totalmente diferenciados, com paradigmas internos e externos próprios que um lugar irá encontrar o seu norte. Sendo assim, não se deve estimular que os parâmetros utilizados para desenvolver o turismo em Porto Seguro sejam os mesmos para os outros municípios litorâneos do Extremo Sul da Bahia. De acordo com M. Santos (1996, p. 58) “nenhum lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra”; e, além do mais, depositar todas as esperanças de um povo que se vê isolado da economia regional, nacional e global, somente, no turismo será um peso impossível de ser carregado por uma única atividade econômica. E, mais agravante ainda é pensar que muitas “regiões do Brasil não estão preparadas para se receberem todos os impactos do desenvolvimento do turismo”; (NUNES, 2002, p. 209) e esta preocupação de Nunes se encaixa

perfeitamente nos municípios do Extremo Sul da Bahia, mais pontualmente pelas fragilidades dos elementos físicos de sua paisagem.

As ramificações do turismo são cada vez mais crescentes a partir do momento em que dentro das universidades e faculdades há uma sistematização sobre os diversos motivos dos deslocamentos da sociedade, como os turismos: religioso, de negócio, da terceira idade, da saúde, de evento. No entanto, a maioria dos destinos turísticos está atrelada a lugares que possuem belezas naturais como as que existem no litoral do Extremo Sul da Bahia. A costa desta região é originada em decorrência de sucessivos eventos geológicos pelos quais a Terra passou, deixando aqui formas como as falésias e as praias de acumulação. Sendo assim, poderíamos imaginar que os primeiros lugares do turismo foram concebidos naturalmente. Entretanto, a natureza, na sua forma rústica, sem a presença do homem, é um ecossistema que funciona em harmonia com uma dinâmica própria. Diferente de outros animais, o homem não ficou a mercê do determinismo natural, mas evoluiu na sua relação com a natureza que o concebeu. Uma relação que só acontece de forma ampla quando o homem passa a conhecer a natureza não para dominá-la, mas para entender o seu sistema de funcionamento e assim estabelecer possibilidades de troca. Ao contrário, será apenas um ato de mera exploração promovida pelo primeiro ator, uma unilateralidade. Gonçalves Júnior e colaboradores (1991, p. 28) diz que a civilização moderna “caracteriza-se pelo domínio da natureza pelo homem, que a transforma em seu benefício”. E esta transformação não tem, necessariamente, o caráter espoliatório. O que pode significar degradação para uns, pode ser o meio de sobrevivência para outros, a depender do tempo e do espaço em que se deram diferentes atuações antrópicas.

A intervenção nos espaços físicos com finalidades turísticas, atualmente, não se mostra diferente de outras atividades econômicas puramente voltadas para atender o mercado global, expressa nos chamados megaprojetos. A construção do ambiente natural, que levou milhões de anos para ser sedimentada, vem sendo modificada pelo turismo de forma abrupta e com consequências não apenas no meio ecológico, mas também nas variáveis sociais. E, no momento, não há perspectiva de que o turismo esteja preocupado ou que tenha uma metodologia consistente para solucionar problemas causados por sua expansão, talvez porque “do ponto de vista de uma teorização do turismo no Brasil, há uma carência quase total de fundamentos.” (YÁZIGI, 1999, p. 25) O resultado das ações do turismo tem recebido um cuidado de teóricos ligados a outros campos científicos. Não vai, aqui, discutir o papel do turismo enquanto ciência, até porque ele “considerado como

uma atividade científica necessita de embasamentos dos critérios da cientificidade,” (CORIOLANO, 1999, p. 99) ademais, não compete a esta pesquisa aprofundar nessa questão. Por isso, a opção em analisar os seus impactos no espaço, mesmo porque “não existe turismo sem espaço.” (YÁZIGI, 1999, p. 153-154) Assim, o turismo é abordado neste livro como um agente que metamorfozeia os lugares.

Numa descrição apoiada exclusivamente em conceitos da geografia física, Barreto (1995, p. 40) diz que “os recursos turísticos naturais são aqueles nos quais não houve intervenção do homem, tais como florestas, acidentes geográficos, formações rochosas.” Uma descrição clássica do que é a primeira natureza. Esta proposta de Barreto (1995), em atribuir aos elementos naturais de uma paisagem como recursos do turismo, levanta a questão sobre o que é próprio de uma ciência ou o que pertence a um determinado segmento da economia. Assim como estudar o meio ambiente ou o desenvolvimento dos lugares não é exclusividade de nenhuma ciência, por mais que alguns queiram se intitular proprietários intelectuais desses assuntos. O próprio turismo, enquanto tema de pesquisa, desperta o “interesse geográfico, assim como o econômico, político, social, educacional” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 12) permitindo uma análise de acordo com a metodologia de cada ciência.

Os recursos naturais podem servir de objeto de estudo para uma dezena de ciências ou ser explorados, no sentido também de pesquisa, por outras entidades como laboratórios de farmácia ou do ramo de cosmética, prospecções mineralógicas etc. Então, os recursos naturais não são de uso exclusivo do turismo, mas com possibilidades de uso para tal. Haveria uma delimitação de áreas naturais separando-as para a exploração dessa ou daquela ciência ou atividade econômica? E quais critérios seriam utilizados para a destinação de cada atividade? De quem preserva mais ou de quem produz mais? Uma única resposta para estes questionamentos causaria, com certeza, injustiças acadêmicas. A utilização dos componentes físicos de uma paisagem pelo turismo criou o chamado ecoturismo, que, na visão crítica de Yázigi (1999, p. 115), significa “uma doce ilusão e uma moda introduzida na década de 80, é mais um lenitivo inventado pelo capitalismo para combater os estragos que ele mesmo criou.” Para Sachs (1986, p. 75) “seria totalmente errôneo considerar o ambiente como mais um setor da economia a ser concentrado à longa lista de setores tradicionais.” Este segmento do turismo, que se apresenta um defensor do uso racional dos elementos naturais, movimenta grandes quantias e é na mesma proporção excludente, a partir do momento em que áreas são delimitadas para a sua prática e o seu acesso é limitado a uma pequena parte da sociedade. Daí o por-

quê do turismo ser considerado “um fenômeno próprio das classes ricas e médias, daqueles que podem comprar lazer” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 13), principalmente o seguimento chamado eco. Esta abordagem que enfatiza a importância dos aspectos naturais permite compreender de que forma o homem está se utilizando das paisagens naturais para implantar o turismo, e assim poder verificar quais os resultados obtidos por esta atividade no uso da fisiografia dos lugares. Este processo de humanização da natureza, abordado amiúde por M. Santos (1996), só é possível porque houve uma consolidação geológica e climática na maior parte da Terra, promovendo, assim, condições para a atuação do homem sobre sua superfície.

A comodidade da qual certa camada da sociedade goza, muitas vezes impede a análise sobre a origem do que consumimos. Não o consumo no sentido exclusivo de se alimentar de algo, mas também o que ajuda a preencher a vida social. Um vulcão em atividade, ao mesmo tempo em que provoca catástrofes também provoca fascínio, e quando há a sua extinção pode gerar mais um ambiente turístico; o Pão-de-Açúcar, no Rio de Janeiro, as falésias no litoral do Extremo Sul da Bahia, as águas quentes de Poços de Caldas e as muitas cavernas espalhadas pelo território brasileiro são atrativos turísticos de origem geológica. Sabe-se que a maioria dos destinos turísticos está ligada à contemplação e utilização de ambientes formados naturalmente, e o homem soube como gerar uma nova fonte de receita em cima daquilo que ele não produziu.

Talvez isso explique uma das vertentes de discursos eloquentes sobre a proteção de áreas com grandes residuais de elementos naturais. Em países como o Brasil, onde as atividades naturais, como o vulcanismo e o tectonismo, estão extintas ou têm pouca interferência na vida da sociedade, as grandes perturbações no meio ecológico são causadas, quase que exclusivamente, pelas atividades antrópicas que interveem, sensivelmente, nos geossistemas. Dentro desta lista de atividades humanas que modificam o ambiente, o turismo concorre com uma grande participação no mundo contemporâneo. No entanto, a evolução natural da cognição da espécie humana proporcionou que o homem adquirisse uma enorme carga de informações concebidas por vários campos da ciência. Sendo que as transformações decorrentes deste aperfeiçoamento humano devem ser vistas, também, como um acontecimento positivo e não, somente, como caráter de degradação como o ecologismo radical prefere apontar, e que acaba renegando importantes contribuições do homem no que se refere a um melhor uso dos espaços e tudo que há no seu interior.

Os recursos naturais só podem se tornar riquezas através da tecnologia que os transforma e os extrai da natureza. Barreto (1995, p. 14) traduz, claramente, a participação do homem na valorização de um elemento natural que diz que “as Cataratas do Iguaçu, há um século, sem nada, não representaria um recurso turístico propriamente, pois poucos aventureiros ousariam ir lá, através da selva.” Não seria justo que, nos dias atuais, a ação antrópica no meio ambiente seja abordada, em muitas vezes, somente com caráter destrutivo. Se se esquece “do homem como ser social e agente modificador dos ambientes naturais, ou o contrário, tratar o social, desmerecendo o ambiente é negar a própria essência do homem – sua inteligência.” (ROSS, 1997, p. 82)

Com isso, não se quer dizer que o homem não vem interferindo de maneira desastrosa no meio ambiente, causando danos muitas vezes irreversíveis para todo um sistema, mas, também não se deve negar os avanços nos estudos que visam ao aproveitamento racional do meio ambiente, através, por exemplo, de estudos que “consistem no processo de prever e avaliar os impactos de uma atividade humana sobre as condições do meio ambiente e delinear os procedimentos a serem utilizados preventivamente, para mitigar ou evitar tais efeitos.” (GUERRA; CUNHA, 1998, p. 428) Os espaços que são adaptados para a atividade turística (cidades, praias, montanhas etc.) não têm portas nem cercas, a natureza e o homem já os criaram, o que necessita é aperfeiçoá-los, conservá-los e compreendê-los objetivando uma utilização racional para qualquer atividade econômica, haja vista que “o espaço geográfico considerado como uma porção bem delimitada do território é tanto o teatro das ações da sociedade local quanto das influências externas e até mesmo estrangeiras”; (SANTOS, M., 1991, p. 62) e esta é a essência da relação pautada na interdependência dos lugares.

Um turismo perverso

É inegável que o turismo, se bem manejado, representa uma via de desenvolvimento não só de um município, mas de toda uma região. Dos vinte e um municípios que compõem a região do Extremo Sul da Bahia oito possuem litoral, e entre eles há grandes disparidades que vão desde a influência política até diferenças físicas de suas praias. Contudo, as diferenças de cultura, de arquitetura, de história, por exemplo, entre os lugares litorâneos da região não são fundamentais para explicar o desenvolvimento de uns e o atraso turístico de outros. Ao contrário, essa diversidade deveria ser um diferencial para que a região como um todo se tornasse

um ponto de irradiação de geração de riqueza para o seu interior. Mas, a realidade do turismo na região é marcada pelo individualismo de cada lugar, haja vista, que ele é “orientado pela competitividade, visando muitas vezes, exclusivamente tirar proveito da totalidade do território e das singularidades de cada lugar, a curto e médio prazo, o que denota uma visão imediatista do setor.” (FONTES, 2006, p. 150)

Ao se fazer uma analogia do turismo com uma grande indústria, pode-se perceber que ele gera benefícios e também pode causar danos, dependendo da linha de análise que for empregada. Alguns estudiosos do turismo rejeitam a ideia de tratá-lo como indústria por ele não produzir produtos ou não ter a mesma configuração de uma linha de produção como nas indústrias. No entanto, Gupta e Ferguson (2000, p. 34) lembram que “a produção industrial de cultura, diversão e lazer atingiu pela primeira vez algo parecido com a distribuição global durante a era fordista.” Da mesma forma não tem como contradizer que a atividade turística promove efeitos econômicos de maneira direta e indiretamente. (BARRETO, 1995) Talvez por isso, os lugares com vocação para tal atividade tenham despertado a cobiça de investidores e de políticos que usam em seus discursos a oferta de emprego e a visibilidade que aquele lugar poderá ter em todas as escalas geográficas. De acordo com Yázigi (1999, p. 15), “desde que informações fizeram circular pelo mundo que o turismo está se posicionando entre as primeiras rentabilidades econômicas, vem ocorrendo uma frenética disputa por sua exploração.” Uma possível preocupação com a sociedade e o meio ambiente ganha importância após a conclusão do empreendimento, onde a relação com a comunidade local já começa a sofrer desgastes, objetivando o *marketing* social e ambiental.

Semelhante aos moldes implantados pelas empresas do eucalipto, os pontos mais refinados do turismo no litoral do Extremo Sul não utilizaram da mão de obra local na intensidade que se esperava. Aliás, há uma constante queixa de todos os setores que compõem o turismo da região em afirmar que o recurso humano aqui é de qualidade questionável. Dar relevo à questão da ocupação de mão de obra não significa concordar com a retórica de que ela é o principal problema de uma comunidade em crise, pois existem outras variáveis que devem ser estudadas para que ocorra um projeto de desenvolvimento mais justo através da turistificação dos lugares. No entendimento de Cruz (1999, p. 271), “a geração de empregos, por si só, não é capaz de resolver problemas econômicos estruturais, embora venha sendo utilizada como a principal bandeira do discurso sobre turismo em países pobres.” Ademais, em lugares desamparados por órgãos fiscalizadores da relação trabalhista

encontram-se, com facilidade, trabalhadores para o turismo que não têm garantidos os seus direitos legais.

Pensar o turismo somente através dos seus números: quantidade de leito, qual o volume de pacotes vendidos, quantificar os hotéis e restaurantes com suas estrelas, lamentar o numero de voos cancelados, quanto os hotéis perderam com a crise aérea, significaria simplificar a sua análise. Toda ciência nasce com o objetivo principal que é o de oferecer estudos que sugerem a melhoria na vida da sociedade, no entanto, quando ela se desvia deste foco e começa a produzir somente para satisfazer as necessidades do mercado significa a perda de capacidade de entender o mundo. Sobretudo, as ciências que têm no espaço geográfico a base para suas atividades. Portanto, se o turismo, enquanto ciência (o Ministério da Educação – MEC o classifica no campo das Ciências Sociais Aplicadas), privilegiar somente a análise racional de números, ele se desencaminhará do seu papel crítico dentro das ciências sociais, isto porque, “quando uma ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade.” (SANTOS, M., 1996, p. 18) Isto quer dizer que, a partir do momento que o turismo é feito com o escopo principal para atender uma demanda econômica, ele coloca em risco as relações sociais dentro da comunidade que vai abrigar o seu atrativo, bem como o ambiente em sua totalidade.

O que se percebe no turismo do Extremo Sul da Bahia e em grande parte do Brasil é que há uma exacerbação de cuidados com o bem-estar do turista sem considerar as repercussões nas populações residentes, e quando isso acontece é inevitável a analogia com a dinâmica das grandes empresas. O turismo, enquanto uma atividade moderna, envolve “as pessoas nos espaços naturais e produzidos, relacionando as que podem viajar com as que não podem, ou entre os turistas e residentes; além dos produtores dos serviços turísticos.” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 12) Mas quem são os que podem viajar? Se se divide as várias categorias de turistas as quais o Turismo tenta imputar através de uma metodologia ainda incipiente, chega-se a conclusão de que todas as pessoas podem viajar para um determinado destino, independentemente da distância percorrida, por qualquer razão: a trabalho, por motivo de crença religiosa, para dar continuidade a uma manifestação cultural, lazer e tantas outras motivações. Todavia o que está ocorrendo é uma concentração dos estudos sobre o turismo em cima de lugares que despertam a atenção de investidores e são esses lugares que acabam por balizar os investimentos.

Por isso, pessoas simples que acompanham a Festa de Nossa Senhora da Piedade, em Helvécia, distrito de Nova Viçosa, de grande tradição e com profunda importância histórica, por ser uma comunidade remanescente de escravos, não terá a mesma visibilidade turística que os períodos de alta estação na desordenada em Porto Seguro. Então quem é o turista? Barreto (1995) apresenta duas definições: uma adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e a outra proposta pensada pela União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens/Iuoto. A primeira Instituição se apega ao tempo de permanência de uma pessoa num país estrangeiro. A Iuoto também utiliza o tempo e a viagem feita por pessoas entre diferentes países, entretanto, acrescenta a categoria regional e diferencia o turista do excursionista. De acordo com Barreto (1995, p. 26), estes são alguns “impasses conceituais ainda não resolvidos no âmbito acadêmico e oficial e que contribuem para dificultar os estudos e a confecção de estatísticas mais ou menos uniformes.” A dificuldade de uma uniformização também é vista quando há um esforço em definir as tipologias dos turistas, pois elas caem no vazio ao tentar estabelecer uma classificação, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Propostas de classificação dos turistas

Autor	Proposta
Plog (1972)	Alocêntricos, Messocêntricos (ou mediocêntricos) e Psicocêntricos.
Cohen (1972)	Nômades, Exploradores, Turistas de massa individuais e Turistas de massa organizados.
Cohen (1979)	Peregrinos modernos: Existenciais, Experimentais e Experienciais. Buscadores de prazer: Diversionários e Recreacionais.
Smith (1977)	Explorador, Turista de Elite, <i>Off-beat</i> , Inusual, Turista de massa incipiente, Turista de massa e <i>Chater</i> .
Macintosh e Grupta (1989)	Alocêntricos, Quase alocêntricos, Mediocêntricos, Quase psicocêntricos e Psicocêntricos.

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Barreto (1995).

Todas as tentativas expostas no quadro acima não possuem consistência metodológica, pois todos os tipos de turista descritos podem transitar por todas as categorias. O que irá ditar a sua classificação será o momento econômico e o seu estado de espírito na qual sua vida se encontra, portanto, altamente dinâmico, o que dificulta uma definição no espaço e no tempo. Mendonça Júnior, Garrido e Vasconcelos (2000) não falam em turistas, mas sim em visitantes para denominar as pessoas que, desde a década de 70, fazem de Porto Seguro um dos principais destinos turísticos do país. Diante dessas indefinições apresentadas, chega-se à

conclusão de que o mais importante é elaborar planos de desenvolvimentos que possibilitem o deslocamento de pessoas, independentemente da sua condição social, econômica, cultural ou por qualquer motivação. As pessoas não são turistas, elas podem ficar turistas por um determinado tempo num dado lugar, pois, as pessoas “desempenham uma pluralidade de papéis, de acordo com os momentos e os lugares. Existem fases em que são operários no trabalho, funcionários, diretores, patrões, e em outras são sobretudo pais, chefes de família membros de tal ou tal igreja.” (CLAVAL, 2001, p. 53) Em alguns lugares ser turista representa pagar mais por serviços que são comuns à comunidade residente. Esta forma, quando se classifica uma pessoa como turista pode estar se cometendo um ato de discriminação.

O espaço não é do turismo; é geográfico, onde a atividade turística caracterizada pela sazonalidade utiliza-o, com uma intenção puramente capitalista. Sendo assim, os espaços cooptados para o turismo se tornam espaços econômicos na medida em que eles são definidos “pelas relações econômicas entre elementos econômicos, nada mais seriam do que o conjunto de pontos emissores e de pontos receptores de fluxos, os quais constituíram o seu esqueleto, que é, por definição, neutro.” (SANTOS, M., 1991, p. 61) Assim, o território e seus símbolos locais se veem obrigados a fazer uma adaptação para receber os atores exógenos que vão formando o que Appadurai (1994, p. 313) chama de etnopanorama construído a partir de pessoas como “turistas, imigrantes, refugiados, exilados, os que trabalham fora do país de origem e outros grupos e pessoas que constituem um aspecto essencial do mundo.” E a dinâmica dessas pessoas, solitárias ou em grupos, tem influenciado substancialmente na política dos lugares.

Semelhante às grandes empresas chamadas de “centros frouxos” por Milton Santos, o turismo seletivo, aquele que escolhe os seus pontos, necessita dos lugares para a ampliação de suas atividades, com o objetivo de obtenção de lucros que também são enviados em grandes volumes para o exterior, haja vista o grande número de hotéis e *resorts* luxuosos de bandeiras internacionais espalhados pelo Brasil e com presença cada vez mais constante no litoral do Extremo Sul da Bahia. Dentro desses chamados pequenos pedaços do paraíso as pessoas ficam confinadas, alheias às dificuldades sociais e econômicas das sociedades que estão a sua volta. Afinal, este parece ser o objetivo de qualquer viagem que visa o lazer e o descanso.

Se o turismo “é uma invenção do capitalismo” (CORIOLANO; SILVA, 2005, p. 43), e não há como discordar, pois ele é apenas mais um tipo de deslocamento de pessoas pela superfície terrestre, porém, um deslocamento que provoca sig-

nificativas transformações econômicas, sociais, culturais, ambientais, daí suas interferências espaciais também fazerem parte da análise geográfica. Observando a carência de uma epistemologia própria do turismo que uniformize os tipos de turista existentes, optou-se por trabalhar com os conceitos das migrações que as pessoas realizam pelo espaço. O fundamental aqui é saber o comportamento e os motivos pelos quais a maior parte da população se desloca, pois, ao se enveredar pelas ramificações de propostas existentes e aquelas que estão por vir, orientadas por quem faz do turismo sua sobrevivência, poderia correr o risco de cair num labirinto de intermináveis possibilidades de classificação.

Barreto (1995) chama a atenção para a inconsistência de algumas proposições de turismo como, o de eventos, de negócios, o turismo cultural onde, por vezes, se apresenta de forma caricata, o turismo voltado para a terceira idade. Portanto, para esta discussão foi abandonado, por exemplo, o chamado turismo seletivo que é feito pela “classe privilegiada, ou classe alta, realiza normalmente um turismo externo, de minorias por tempo indeterminado, particular, aéreo, autofinanciado e a consumidora mais provável de turismo de interesse específico.” (BARRETO, 1995, p. 23) Para este tipo de turista, os equipamentos que estão a sua disposição para o seu deslocamento não precisam acompanhar uma determinada estação do ano num dado lugar, porque “os que fazem essas viagens de consumação são os que dispõem de mobilidade. Essa mobilidade no território é, aliás, negada aos que dispõem de menos renda.” (SANTOS, M., 1996, p. 56)

Geografizando o turista para facilitar a análise do seu deslocamento, se propôs, aqui, qualificá-lo como um migrante temporário. Talvez, o léxico migrante não agrade aos que possuem uma visão preconceituosa do seu significado que tem como estereótipo aquele indivíduo que sai de uma situação de dificuldade financeira ou miséria vivida no seu local de origem e que vai a busca de melhores condições de trabalho em outros lugares. Esta situação foi bastante retratada por George (1974) em suas análises sobre as migrações econômicas temporárias pelo mundo. No entanto, o ato de migrar é realizar uma passagem de um lugar para outro, podendo ter o caráter de ser temporária, definitiva ou pendular. Para Hissa (1993, p. 7), “as migrações podem ser trabalhadas tendo em conta os objetivos de mensuração de seu volume e de seu ritmo, como da definição de seu sentido,” o que possibilita entender o turista como um migrante que pertence a uma determinada classe econômica e social que vai favorecer ou não a sua mobilidade pelo espaço. De acordo com M. Santos (1982, p. 31-32), “com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua

utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular.” Os motivos das migrações também mudam a depender do momento histórico em que se vive num dado espaço. O deslocamento de pessoas pelo planeta é feito desde o momento em que o homem começa a fazer parte da evolução da Terra, onde ele ainda era dependente da dinâmica da natureza. Com o desenvolvimento do homem, outras razões apareceram para justificar a sua mudança de lugar no espaço, por exemplo: problemas políticos nos países que adotam a ditadura como regime, intolerância religiosa, manifestações abruptas da natureza (vulcão, terremoto, maremoto), azares climáticos (seca, geada, inundações), oportunidades de emprego, que são as migrações forçadas. Existem outras motivações dos tempos modernos que também induzem ao deslocamento, como o aperfeiçoamento em alguma área do conhecimento, competições esportivas, e entre elas está o turismo, sendo estas, exemplos de espontâneas.

Identificar as pessoas através do vocábulo “turista” é mais uma forma de selecionar as pessoas que podem receber um melhor tratamento por aqueles que visam o lucro através do turismo. Não raro os encontros que discutem o turismo sempre lançam a seguinte pergunta: que tipo de turista nós queremos? Evidentemente que a resposta desta indagação não será favorável para aqueles que fazem parte da grande fatia social do nosso país. As pessoas que pertencem às classes sociais D e E não são enquadradas nos projetos de planejamento turístico. Elas são classificadas, pejorativamente, como farofeiros, pois não possuem condições de frequentar os luxuosos hotéis, muito menos os restaurantes com suas gastronomias requintadas. Geralmente, fretam ônibus, alugam casas ou pousadas modestas e trazem mantimentos para suas refeições, uma dinâmica percebida frequentemente nos períodos da chamada alta estação de Porto Seguro. Esta parte da sociedade fica totalmente à margem dos projetos turísticos, utilizam as áreas menos equipadas da cidade e, não raro, sofre constrangimentos quando ocupa um lugar somente para contemplar a natureza sem propiciar algum lucro ao comércio.

As cidades que possuem símbolos naturais ou humanizados, cujos podem se transformar em atrativos turísticos, devem ser planejadas para as pessoas, sejam elas seus moradores ou visitantes, visando o uso democrático, onde a harmonia entre lucro e socialização dos espaços possa acontecer. Contudo, é preciso lembrar que o aquecimento da atividade turística não se remete apenas criação de atrativos, existem outras variáveis que são importantes no processo, como “uma distribuição de renda que permita que segmentos cada vez mais amplos da população possam viajar,” (BARRETO, 1995, p. 96-97) e com isso popularizar um ato que,

na era moderna, sempre foi considerado como uma atividade pertencente à elite de uma sociedade. Por outro lado, para que o turismo não se torne uma atividade espoliadora, o nível dos visitantes é fundamental. Convertendo, mais uma vez, o turista em migrante, estabelece a seguinte análise sob a óptica de M. Santos (1991): quando novos migrantes apresentam um nível cultural, econômico e salarial mais elevado há uma maior contribuição destes para o desenvolvimento dos lugares. Então, teoricamente, o turista com maior grau de instrução cultural tende a contribuir com a valorização de outros elementos além das paisagens naturais e causaria menos impactos sobre o meio e a sociedade, o que repercutiria na conservação do patrimônio histórico e natural.

Não há como negar que o turismo enquanto atividade econômica é uma via que possibilita o desenvolvimento de um lugar, contudo, tal influência é proporcional também à gama de contradições sociais e ambientais. Mas, a quem pertence o estudo do turismo e suas repercussões no espaço? Assim como o meio ambiente não pertence somente ao geógrafo, haja vista que outras ciências têm as suas vertentes de análise sobre o mesmo, também, não parece ser necessário que a atividade turística careça da criação de uma ciência somente em decorrência do aparecimento de vários tipos de deslocamentos humanos. O *marketing* e suas ramificações, por exemplo, se apropria dos lugares a serviço do turismo, vende brilhantemente os lugares, não baseado numa proposta científica ou com uma finalidade social, mas com proposições essencialmente capitalistas.

O aumento dos deslocamentos das pessoas pelo Brasil pode ser atribuído, por exemplo, à possibilidade de crédito para compra de automóveis, maior valorização salarial, aumento da expectativa de vida, passagens aéreas, terrestres e marítimas mais acessíveis, uma intensa rede de rodovias (mesmo com as precariedades) e tantos outros motivos que não sejam necessariamente o lazer. Portanto, o ato de deslocar não depende de uma ciência, mas da variável econômica que é encontrada em diversos campos do conhecimento para explicar a retração ou contração dos deslocamentos humanos. Em suma, a busca pelas viagens de prazer irá continuar com a existência ou não de uma ciência para o seu estudo. Alguns teóricos que estudam o turismo dizem que o objeto do seu estudo é o deslocamento de pessoas, ainda que haja contradições entre os próprios estudiosos desta área a Organização Mundial do Turismo também referenda esta definição do objeto de estudo. Mas, qual seria a inovação se o deslocamento de pessoas é estudado por outras ciências? Onde o turismo enquanto ciência seria fundamental para a sociedade ou como ela marcaria seu espaço dentro das ciências?

Pedagogicamente os Cursos de Turismo têm uma estrutura curricular que privilegia a interdisciplinaridade, possibilitando uma formação ampla ao acadêmico. Por outro lado, qual curso ligado às Ciências Sociais e Humanas se atreveria a propor uma formação que não prezasse pela relação com outras ciências? No entanto, o turismólogo ou bacharel em turismo terá limitações para exercer seus conhecimentos. Alguns exemplos podem contribuir nesta discussão: um dono de hotel contratará para sua administração um administrador por formação ou um bacharel em turismo? Para recreação e lazer, será que o professor de Educação Física pode ser substituído por um turismólogo? Para entender a dinâmica ambiental do espaço, o geógrafo e outros pesquisadores de áreas afins não teriam um melhor preparo técnico que o profissional do turismo? Um grande chefe de cozinha seria substituído nos seus conhecimentos por alguém que não tem nenhuma intimidade com alimentos e seu preparo? Arquitetos, museólogos, historiadores têm formações que superariam qualquer turismólogo no que se refere ao reconhecimento e valorização de patrimônios materiais e imateriais.

A criação de cursos de graduação em turismo permite que se faça uma comparação com a criação dos cursos de ecologia criados com o objetivo de fechar a questão sobre os estudos ambientais, e que provocou a seguinte crítica de Monteiro (1981, p. 96):

[...] querer creditar a um licenciado em ecologia, dentro de uma formação puramente biológica – com uma escolaridade que o mantém longa parte do tempo debruçado sobre microscópios nos laboratórios – uma capacitação a atuar sobre os problemas ambientais é querer o impossível ou uma decorrente superficialidade.

A esta crítica de Monteiro (1981), transferida para o turismo, faz-se a seguinte pergunta: qual seria o diferencial que um curso em turismo poderia oferecer dos estudos que as ciências que dão sustentação a sua estrutura já desenvolvem? O turismo, enquanto fenômeno social, econômico ou como modificador do espaço pode ser abordado por diferentes ciências nos cursos de pós-graduação. Diante desses questionamentos e da instabilidade científica do turismo, ele é abordado nesta pesquisa como mais um vetor que interfere na configuração dos lugares, um objeto de estudo para a Geografia, pois o seu crescimento, enquanto deslocamento, seja nas esferas regional, nacional e mundial só pode ser explicado através de um conjunto metodológico que é encontrado nas bases das ciências humanas e sociais aplicadas já consolidadas. De acordo com Silva e Silva (2003, p. 157), “A

relação entre turismo e desenvolvimento tem sido buscada, inicialmente, através da integração com teorias e modelos já existentes nas Ciências Sociais, em especial a Economia, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia.” Logo, o fenômeno do turismo pode ser explicado através de teóricos que dispõem de um arcabouço metodológico consistente para analisar sua dinâmica.

A fragilidade da teorização do turismo leva a questionar até que ponto o aumento do deslocamento de pessoas em busca de lazer necessita gerar uma nova ciência? Ademais, a grande parte dos teóricos do turismo tem suas bases científicas (graduação) em outras ciências. Não que isso se traduza numa condicionante que possa contestar sua cientificidade, mas, a falta de teóricos com formação pura no turismo pode explicar sua inconsistência acadêmica. Assim, o turismo vai vivendo um dilema, entre pertencer às ciências sociais aplicadas, pendendo para a Administração ou se tornar geografizado. Existem dois cursos de graduação em Turismo no Extremo Sul da Bahia, um numa instituição privada, Faculdades Integradas do Sul da Bahia (UNESULBAHIA), e o outro na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). As duas instituições estão no município de Eunápolis. Enquanto curso superior, o Turismo ainda não produziu algo de consistente que pudesse justificar a sua importância para a região; e talvez isso esteja levando a falência de alguns deles. Uma situação que não tem haver com a infraestrutura das instituições ou da competência das coordenações, mas pela falta de uma identidade científica e profissional, sendo esta última a maior preocupação dos acadêmicos.

Das cidades litorâneas do Extremo Sul da Bahia somente Porto Seguro, em 2008, fez concurso para turismólogo. Mas a regra geral é não ter secretarias de turismo ou quando têm estas são ocupadas por pessoas desprovidas de uma formação na área. Os eventos promovidos pelas instituições recebem pouca atenção das autoridades locais, se tornando apenas uma atividade extraclasse para os alunos. Um paradoxo intrigante, tendo em vista que a produção dentro dos muros acadêmicos poderia contribuir com propostas para um turismo planejado numa região que tem nas suas paisagens um atrativo natural. Durante palestras, fóruns, simpósios voltados para discutir as potencialidades do turismo na região, o que se pôde constatar foi que o ponto central dos encontros era buscar verbas para aprimorar os ambientes para atender a uma pequena parcela da sociedade, àqueles que podem pagar caro por alguns dias de descanso. Os discursos dos representantes de órgãos, associações e instituições ligadas ao turismo tinham um alvo explícito, as pessoas com alto poder aquisitivo. Científica e pedagogicamente era contraproducente para a formação crítica para uma plateia, basicamente, composta por estudantes

de Turismo. Percebe-se que os acadêmicos eram levados a pensar somente pelo lado prático do negócio chamado turismo. O turismo é somente tratado como um negócio e quando ele é colocado nessa situação não se vê diferença entre um curso de bacharelado e o de tecnólogo. Assim, está se procurando apenas servidores do turismo e não pessoas que pensam o turismo de forma mais holística, com criticidade. Isso vai reafirmando a não necessidade de uma ciência turística.

Quanto à participação da sociedade local sobre o turismo, ela, em sua grande parte, se torna mera espectadora, geralmente formada pessoas com baixo grau de instrução, conscientes, mas, dependentes dos atores exógenos, pois a endogenia que deveria ser alavancada por projetos públicos não acontece. A população é chamada para participar de audiências públicas, debates, simpósios, encontros, contudo, quando os projetos são implantados, grande parte da sociedade fica à margem deles. Os megaprojetos que estão à orla do Extremo Sul da Bahia se tornam verdadeiras cidades-ilhas dentro de uma cidade com diversos problemas sociais. Para o morador local sobram algumas migalhas deste turismo excludente e perverso.

Dependendo da ciência e da linha de pensamento do pesquisador, a abordagem sobre os efeitos do turismo na sociedade, na economia, na cultura ou no ambiente pode ser feita sob diferentes contextos. Sendo esta uma pesquisa geográfica optou-se por mapear os lugares turísticos da região e analisar a sua dinamicidade entrelaçando o maior número de variáveis possíveis com a perspectiva de verificar suas contradições. O Extremo Sul da Bahia tem reconhecidas, oficialmente através de projetos do Programa do Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE), duas regiões turísticas: a Costa do Descobrimento e a Costa da Baleia, que atualmente se apresentam desorganizadas no que tange a um projeto de integração interna. Por mais que haja nesta pesquisa críticas ao turismo, enquanto uma atividade altamente capitalista que não tem um fundo social, também, não é negada a sua contribuição para o desenvolvimento das comunidades que dedicam a sua incrementação. Um projeto turístico elaborado dentro das premissas da ética ambiental e social será capaz de promover a melhoria da qualidade de vida de várias comunidades, até então, esquecidas neste imenso território nacional.

No município de Porto Seguro os distritos de Arraial D'ajuda, Trancoso e Caraíva servem como exemplo de como o turismo contribuiu para que essas comunidades fossem colocadas em evidência, não só pela sua cultura, mas também mostrando suas carências. Se por um lado, a descoberta dessas localidades para o uso de lazer provocou impactos negativos, por outro lado, propiciou a melhoria ou a colocação de infraestrutura, como abertura e pavimentação de estradas, criação

de redes de energia elétrica e de telecomunicação. Neste pacote vieram outros equipamentos como escolas, clínicas, profissionais liberais, supermercados. Estes distritos de Porto Seguro, que fazem parte da chamada região da Costa do Descobrimento, adquiriram configuração e dinâmica de pequenas cidades, com uma vida econômica, social, cultural própria, sendo vendidos como atrativos turísticos sem necessitar usar o nome do município sede. A dinâmica destes distritos permeia, novamente, o debate sobre o que se deve privilegiar num plano de desenvolvimento, a população local ou o consumidor do turismo. Para não cair numa discussão infundável, é preciso fugir dessa dicotomia e pensar numa troca onde os lugares sintam-se contemplados pelo desenvolvimento de que dele participam, também, os atores exógenos. No entanto, Silva e Silva (2003, p. 161) alertam para o fato de que “o turismo sempre depende de um plano externo para desenvolver seu plano interno o que se constitui em um potencial, mas também em um risco sócio-cultural e ambiental.” Riscos presentes, principalmente, na forma de urbanização que os distritos turísticos de Porto Seguro estão sendo subjugados, tanto pelas classes mais abastadas como os que pertencem à base da pirâmide social.

O Extremo Sul da Bahia possui duas regiões, reconhecidas por órgãos oficiais, dotadas, naturalmente, de um grande potencial para o desenvolvimento do turismo: A Costa do Descobrimento é formada pelos municípios de Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri formam a Costa das Baleias. Apesar do litoral de um ser a continuidade do outro município, desde Belmonte (norte da região) a Mucuri (extremo sul da região), não há uma integração efetiva entre eles. Existe uma grande disparidade, no que tange às influências da atividade turística no desenvolvimento inter e intrarregiões. Números apresentados por Silva e Silva (2003) sobre os investimentos públicos no turismo dessas regiões ratificam a diferença entre ambas: enquanto a Costa do Descobrimento recebeu, no período de 1995 – 2001, U\$ 210 806 milhões, no mesmo período a Costa das Baleias teve investimentos na ordem de U\$ 93 819 milhões.

Entre os oito municípios que fazem parte do litoral do Extremo Sul da Bahia, é nítida a maior expressividade que Porto Seguro adquiriu em relação aos outros. Na sua sede predomina o turismo de massa, muito influenciado pelo variado cardápio de festas, que, sem dúvida, é um grande atrativo para o público adolescente, principalmente as festas realizadas pelas megabarracas localizadas à beira-mar ou em ambientes exóticos e paradisíacos. Em outros lugares de Porto Seguro, como Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva, existe um turismo mais seletivo ou alternativo, pois os frequentadores destes lugares têm uma condição econômica mais elevada

ou privilegiam outras atrações, como uma maior contemplação dos elementos naturais, repertório musical diferente da chamada *Axé Music*. Na Costa das Baleias há uma espécie de harmonia estática ou uma estabilidade, onde não se percebe uma competição acirrada para que algum município seja o polo turístico da região. Nos municípios da Costa das Baleias, mesmo que não desenvolvam uma concorrência entre eles, há uma dinâmica, porém, diferenciada da que existe na Costa do Descobrimento, comandada por Porto Seguro e seus distritos.

Com o objetivo de entender melhor as dinâmicas entre as duas regiões turísticas do Extremo Sul da Bahia, buscou-se dissecar cada uma delas tendo como eixo principal a sua urbanização em seu sentido mais amplo, e verificar como o turismo influencia ou não na sua continuidade. O urbano é sempre instigador, porque, segundo Lefebvre (1999, p. 28), não se trata de uma “realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora.” De maneira que a geografia urbana dos lugares litorâneos do Extremo Sul está sendo construída, evidentemente, com ritmos e repercussões diferenciados, e oferecer um prognóstico sobre o seu futuro não é uma tarefa fácil, pois não seguem um plano, mas são ordenados pelo capital que é um elemento extremamente volátil no espaço.

Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro formam a região tratada pela maioria dos nossos livros didáticos de história como a primeira área brasileira a ser tomada por Pedro Álvares Cabral no ano de 1500, portanto, é considerada pela história oficial como a região do chamado descobrimento do Brasil. Mas entre os municípios não há um consenso sobre este fato, pois todos eles reivindicam o *status* de ser o lugar onde o navegador português chegou pela primeira vez. Uma história que alguns municípios da Costa da Baleia também querem participar.

Esta região turística tem tido, nos últimos anos, uma explosão de investimentos. Mendonça Júnior, Garrido e Vasconcelos (2000), baseados em dados do IBGE, mostram que no ano de 1994 a população dos três municípios que compõem a Costa do Descobrimento totalizava 70 663 habitantes e que em 1998 passou para 108 219 habitantes. No último censo a região totalizou 187 491 habitantes. Para Cerqueira Neto (2005), a região pode estar passando por uma segunda colonização e que esta deve ser acompanhada atentamente, pois diferente da primeira colonização, hoje os estudos sobre a ocupação e configuração dos espaços estão em fase bastante adiantada, podendo oferecer uma contribuição para minimizar os impactos no meio. Esta colonização moderna também apresenta os atores exógenos (investidores estrangeiros) e indivíduos de outras regiões do país. Do contingente

nacional, o Extremo Sul da Bahia recebeu pessoas de diferentes níveis econômicos, sociais e educacionais. O crescimento populacional, também estudado por Silva e Silva (2003), mostrou que a região colocou dois dos seus municípios entre os que mais cresceram no estado: Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro aparecem em 1º e 2º lugares, respectivamente. Segundo os autores, este crescimento se deu, entre outras atividades, ao turismo; porém, é visível a desigualdade deste crescimento dentro da região tendo como propulsor o turismo.

A Costa do Descobrimento ou a Costa de Porto Seguro?

Por ser um município que é uma referência no turismo, o maior município em extensão territorial e em número de habitantes e por ter grande influência na política regional e estadual, Porto Seguro irá receber um tratamento diferenciado nesta reflexão, uma vez que seus problemas geográficos adquiriram a mesma proporção de sua grandiosidade nas escalas local, regional, nacional e global. Até atingir o *status* de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas do turismo que foram decisivas na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por hippies ou pelas chamadas comunidades alternativas a um dos maiores pontos de atração turística do Brasil, Porto Seguro foi se desenvolvendo de maneira espontânea, atraindo investimentos de todos os níveis e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais, com objetivos diferentes.

Porém, foram os “grandes operadores turísticos nacionais que fizeram surgir o turismo de massa e uma conseqüente pressão sobre a infra-estrutura básica.” (MENDONÇA JÚNIOR; GARRIDO; VASCONCELOS, 2000, p. 16) Este crescimento urbano é próprio da migração (CASTELLS, 2000) e seus efeitos negativos, às vezes, se tornam difíceis de serem contidos ou mesmo solucionados, ainda que o município tenha um plano urbanístico, como é o caso de Porto Seguro. Neste município a explosão demográfica, em virtude da expansão do turismo, teve uma repercussão negativa no seu meio físico, um meio muito sensível pelas características de alguns dos seus ecossistemas, como mangues, restingas, falésias desnudas e foz de rios. Para minimizar esta situação poderia se adotar o pensamento de Sirkis (1999, p. 19): “uma edificação, ou o conjunto de edificações precisa se moldar de forma harmônica e interagir convenientemente com o seu entorno natural.” Contudo, para que este desejo de Sirkis fosse efetivamente colocado em prática seria necessário que houvesse um conjunto de fatores, que vão desde a legislação até o comportamento

da sociedade local, atuando no sentido de realizar uma urbanização causando o mínimo de impactos nos elementos naturais.

Se na década de 1970 não havia uma preocupação com o meio ambiente no processo de desenvolvimento, não se pode dizer que as regiões turísticas do Extremo Sul da Bahia ficaram à margem de planejamentos. No entanto, mesmo adotando um plano de urbanização, elaborado em 1997, e o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur), em 1991, pôde-se verificar uma ocupação fora dos princípios destes dois balizadores da organização do espaço, o que comprometeu grandes áreas naturais. E isto aconteceu tanto com construções de alto padrão como nos bairros planejados ou aqueles originados de invasões. A analogia feita com o planejamento das cidades na década de 1970 para receber o desenvolvimento através das indústrias e com as cidades do Extremo Sul que estão sob a influência do turismo oferece uma contribuição para desfazer a ideia de que a ampliação dos problemas globais tem seu fator principal no crescimento populacional dos pobres. (MARTINE, 1996) Na região grande parte das autuações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é nas obras de grande porte, em condomínios de luxo e em casas da classe “A” que ocupam e transformam de maneira irregular zonas que seriam a continuidade da atividade da natureza. Pobres e ricos deformam os ambientes, cada classe com sua necessidade, e o governo em todos os níveis se mostra incapaz de administrar o seu território.

A preocupação com a proteção de Porto Seguro e toda a Costa do Descobrimento, relacionada com o inchaço do seu território, está explícita no relatório do Plano de Referências Urbanísticas Ambientais (Prua), elaborado pelo Governo da Bahia (1997, p. 5), a partir do momento em que afirma que se este cenário continuar “pode colocar em risco a imagem do destino turístico ‘Porto Seguro’ e a ‘Costa do Descobrimento’ e até arranhar a imagem ‘Bahia’ no mercado turístico nacional e internacional.” Fica evidenciado que a preocupação principal do Prua é o turismo, contudo, a elaboração de planos específicos para atender determinada atividade econômica acaba por privilegiar uma pequena parte da sociedade e concorre para que não haja uma interação com outros planos municipais que visem o ordenamento territorial (como Plano Diretor e Lei Orgânica Municipal, por exemplo). Os projetos de desenvolvimento pensados para esta região, considerada como berço da história da colonização portuguesa na América, mostrando o turismo como a principal e única atividade econômica possível, a tornou somente para servir aos turistas sem se preocupar com a sociedade que nela habita. É perfeitamente com-

preensível que os lugares busquem um símbolo que oriente o seu desenvolvimento, porém, a radicalização do uso da especialização pode desencadear uma série de complicadores, sendo que o maior deles é a geração de conflitos sociais.

Os projetos de desenvolvimento para o turismo devem primar pelo desenvolvimento do turismo em conjunto com o cotidiano das localidades que recebem os empreendimentos, pois, quando acaba a estação da alta temporada, os moradores locais têm que continuar vivendo, e pessoas não podem ser pensadas sob o regime da sazonalidade que é estabelecida pelos mecanismos que ditam os períodos de alta e de baixa estação. Para Swarbrooke (2000, p. 31) “a sazonalidade de muitos empregos no turismo também impede o desenvolvimento de uma estrutura de carreira. [...] já que a organização irá empregar, se o fizer, apenas um certo número de pessoas na temporada normal, que pode ter 4 ou 5 meses de duração.” As populações que habitam em lugares turísticos necessitam de trabalho durante todos os meses do ano para suprir suas necessidades que não são diferentes de uma população que vive em qualquer outra cidade.

Paradoxalmente, o Prodetur age em sentidos contrários, pois ao mesmo tempo em que tenta organizar o uso e ocupação do solo, ele também provocou um grande fluxo de pessoas em direção a Porto Seguro, pois não deixa de ser um indicador de injeção de capital no município e aumenta as perspectivas na criação de novas vagas de emprego, e com isso, inevitavelmente, vai “exerce pressão sobre a infra-estrutura urbana [...], fazendo crescer o chamado mercado informal, que transfere um contingente de desempregados, e atrai novas pessoas para o setor de prestação de serviços – exercendo enorme pressão sobre o meio ambiente.” (NUNES, 2002, p. 214) A pressão ambiental a qual Nunes (2002) se refere pode ser explicitada quando se olha por trás das falésias de Porto Seguro, onde existe um panorama que concretiza a disparidade social entre a parte turística e o cotidiano do município através da sua urbanização, com construções irregulares tanto que tange as áreas de ocupação quanto à questão legal da documentação.

Na outra ponta dessa urbanização desordenada, no sopé ou nos tabuleiros das falésias, na orla norte, estão os hotéis, os condomínios fechados, as grandes barracas e as casas consideradas de alto padrão, que “tentam” obedecer a uma legislação ambiental no que concerne a altura das construções. Atrás das falésias estão bairros e invasões que explodiram sobre residuais de vegetação nativa com construções, em sua maioria, irregulares. Portanto, a pressão sobre o meio ambiente é feita por todos os níveis econômicos, inclusive por obras construídas pelo Governo Federal, como a BR 367, construída em 1973, que tem um dos seus limites

laterais em contato com o mar. Assim, de pouco adianta estabelecer regras para as construções, como altura das edificações e o grau de inclinação dos telhados, se as mesmas, de certo modo, forçam a invasão de mangues, desvios ou morte de cursos hídricos, ocupação de encostas e áreas de vegetação nativa, através de uma horizontalização desmedida.

O Prua em 1997 aponta para a necessidade da implantação de verticalização, onde as construções não ultrapassariam quatro pavimentos ou os sete metros de altura, demonstrando a preocupação com a expansão da urbanização exagerada. Infelizmente, esta expansão já pode ser verificada principalmente nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Tal qual os testemunhos geológicos que mostram as marcas históricas da evolução da natureza na Terra, as ações do homem ao longo dos tempos num dado lugar oferecem subsídios para compreender uma configuração espacial atual. E a cidade é um testemunho importante, tendo em vista que para se entender “a extensão da urbanização neste século, exige uma volta às suas origens e a tentativa de reconstruir, ainda que de forma sintética, a sua trajetória.” (SPOSITO, 1994, p. 11) Infelizmente, este tipo de preocupação, que deveria estar presente também no século XXI, não permeia os planos de desenvolvimento, que negligenciam a história e a constituição física dos lugares.

Com o objetivo de iluminar o cenário de desigualdade socioeconômica que ocorre no município de Porto Seguro, oferece, aqui, um exemplo que compara o bairro Baianão e as barracas que margeiam a orla. Sobre o primeiro ambiente foram destacadas as seguintes características: é considerado o mais importante para os políticos locais, pois nele se concentra o maior número de eleitores, decidindo todas as eleições municipais; sua população e dinâmica são semelhantes a de pequenas cidades brasileiras; a população deste bairro, com aproximadamente 45 000 habitantes, tem sua origem em diversas regiões da Bahia e de outros estados e que se deslocou para Porto Seguro na busca de uma vida melhor, baseada na exploração do turismo. Entretanto, os ganhos que Porto Seguro teve com o turismo não retornaram para o Baianão e muito menos para as outras tantas periferias do município. Estigmatizado como um bairro violento, aqueles que moram no Baianão sofrem preconceitos e geralmente são rejeitados nas praias mais frequentadas pelos turistas. A inserção de alguns habitantes deste bairro nos lugares de maior atração turística do município se dá através de alguma ocupação, geralmente aquela de pouca exigência profissional que se converte em exploração de mão de obra barata e que vive de acordo com as oscilações das fases turísticas denominadas de alta e de baixa.

Por outro lado, percebe-se que a população do Baianão tem consciência desta relação diferenciada entre os lugares luminosos e os opacos do município onde vive. Em entrevista realizada com alguns moradores e comerciantes do bairro, uma frase foi repetida várias vezes: “a gente só vai a Porto quando precisamos ir a um banco.” Esta frase revela que há um sentimento de não pertencimento dos moradores deste bairro com o município, o que é preocupante se se pensar que não está havendo uma política de integração de pessoas que vivem na menor escala que se pode analisar a dinâmica espacial, o lugar.

No outro ambiente, as barracas de praia, que são verdadeiros centros de lazer em nada se parecendo com uma barraca, há uma agressão violenta ao meio natural, pois estes centros de eventos ocupam quase toda a orla norte de Porto Seguro, formando um grande muro ofuscando a visão de quem transita pela BR 367 em direção a Santa Cruz Cabralia. Este ambiente é frequentado por turistas ou moradores que pertencem às classes sociais mais privilegiadas economicamente. Contudo, quanto ao turista há uma ressalva, quando o mesmo vem através de excursões promovidas por grandes operadoras e seu “passaporte” para estas barracas está garantido ainda que ele não seja um consumidor em potencial de bebidas ou das iguarias locais. A orla norte de Porto Seguro é o exemplo mais clássico de lugares criados pela natureza e que foram cercados pelo homem com o objetivo de exploração comercial e residencial.

A abordagem crítica sobre novas proposições concernentes à dinâmica e a configuração da orla é contida, por ser ela um território delicado em função das pessoas que a controlam, que geralmente são empresários e políticos com grande influência local e regional. Porto Seguro é assim, um exemplo clássico da concentração de investimentos regionais e de deslocamento desigual de grande parte destes investimentos dentro do próprio município. Isto confirma a análise de Souza e Rodrigues (2004, p. 120) sobre injustiças urbanas: “tradicionalmente, os recursos são distribuídos de forma desigual. As áreas mais ricas das cidades consomem a maior parte dos recursos, enquanto as áreas mais pobres sofrem com a escassez de investimentos.” A formação destes ambientes dentro da cidade é parte da história dos lugares que ajudam a decifrar a sua trajetória a despeito das relações sociais, culturais, econômicas e ambientais, colocando em evidência os contrastes atuais.

Estes dois exemplos de desigualdades do uso do território de Porto Seguro revelam a triste realidade geográfica na qual o município se encontra, num lamentável estágio de câncer ambiental que continua se alastrando sem sequer ter a esperança de um tratamento eficaz, atingindo moradores, turistas, comerciantes e

ecossistemas naturais. Em 1997, o relatório do Plano de Referência Urbanística da Zona Turística de Porto Seguro (Prua), na página seis, descrevia a seguinte situação na maior cidade turística da região: “estamos na beira do colapso e da degradação irreversível.” Este panorama de dismantelo urbano em Porto Seguro é interessante porque apresenta uma dicotomia que, teoricamente, no seu caso, não deveria existir: dinheiro *versus* desenvolvimento.

Geralmente, os governantes se queixam da falta ou das baixas arrecadações, da inexistência de investimentos locais para alegar uma situação de penúria do município, porém, este não é o caso de um dos mais requisitados destinos turísticos de todo o Nordeste brasileiro. De acordo com Fontes (2006, p. 236) as “políticas têm favorecido o desenvolvimento de alguns espaços, em detrimento de outros, pois, desde o Prodetur I (1991), que a cidade de Porto Seguro é a que recebe a maior parte dos investimentos públicos e privados.” Então o que justificaria as situações urbanas das periferias do município? Porque um grande número de pedintes (crianças, idosos) em suas ruas? Como não combater a degradação ambiental que já saiu do continente e foi para o mar? (Recife de Fora tem sua estrutura de corais em estágio avançado de comprometimento em decorrência do pisoteio dos turistas). Não cabe aqui ficar conjecturando respostas para estas indagações, até porque, muitas dessas respostas fazem parte da percepção popular sobre a conduta dos dirigentes políticos. É inconcebível pensar que uma cidade que possuía, em 2001, 133 976 habitantes e que concentra investimentos consideráveis de todas as esferas governamentais para o seu desenvolvimento apresentar os mesmos problemas das grandes capitais brasileiras, sem que estes sejam estancados de imediato ou evitados no seu início.

Voltando para os efeitos do Prodetur na Costa do Descobrimento, há um questionamento interessante elaborado por Mendonça Júnior; Garrido e Vasconcelos (2000, p. 18): será que o Prodetur tem conseguido cumprir seus objetivos de promover o desenvolvimento turístico sustentável, garantindo a melhoria de qualidade e viabilidade econômica do destino turístico e, simultaneamente, assegurando a elevação das condições de vida da população residente na Costa do Descobrimento? Os próprios autores respondem na mesma página, afirmando que “o PRODETUR tem promovido o crescimento do turismo sustentável, gerando emprego, renda, elevação do padrão do visitante e a melhoria da qualidade de vida da população local.” Uma afirmação pertinente, mas passível de ser interpretada de outra forma quando se pensa que o turismo no Extremo Sul ainda está longe de ser sustentável, pois não respeita os limites ambientes naturais; onde a geração de em-

prego às vezes não é acompanhada das garantias vigentes na legislação trabalhista; ou quando a qualidade de vida da população local ainda é precária, principalmente nos bairros periféricos.

Com relação aos projetos desenvolvidos pelo Prodetur com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento/ Banco do Nordeste (BID/BN) e outras fontes para a melhoria da Costa do Descobrimento, o Quadro 4 mostra a seguinte distribuição:

Quadro 4 – Projetos do Prodetur na Costa do Descobrimento (1996 – 2001)

Belmonte	Santa Cruz Cabrália	Porto Seguro
Sistema de abastecimento de água	Atracadouro	1ª. Ampliação do aeroporto
Sistema de esgotamento sanitário	Sistema de abastecimento de água da sede	Sistema de abastecimento e esgoto sanitário – setor A
	Sistema de abastecimento de água de Coroa Vermelha	Sistema de abastecimento de água de Arraial D’Ajuda e Trancoso
	Sistema de esgotamento sanitário da sede	Atracadouro/Apaga Fogo
	Sistema de esgotamento sanitário de Coroa Vermelha	Drenagem/acesso Apaga Fogo – Arraial D’Ajuda
	Urbanização do Parque Histórico da Coroa Vermelha	Recuperação do Patrimônio histórico da sede e Trancoso
		Recuperação de matas ciliares Rio dos Mangues
		Sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Orla e Frei Calixto
		Sistema de esgotamento sanitário de Arraial D’Ajuda e Trancoso
		2ª. Ampliação do aeroporto
		Construção do Hospital Luís Eduardo Magalhães
		Construção do Centro Cultural e de Eventos da Costa do Descobrimento
		Aterro sanitário

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Mendonça Júnior, Garrido e Vasconcelos (2000).

Acrescenta-se na lista de benefícios do Prodetur: a pavimentação da Rodovia Santa Cruz Cabrália/Belmonte, Rodovia Porto Seguro/Trancoso, a implantação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Santo Antônio, o desenvolvimento institucional da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (Embasa) e do Centro de Recursos Ambientais da Bahia (CRA). É inegável que a implantação desses projetos contribuiu para a

melhoria da vida das pessoas que moram na Costa do Descobrimento, mas a grande questão é: se não fosse para atender aos turistas e investidores, estes projetos teriam o seu desenvolvimento? Ou não é necessário este tipo de questionamento num país onde o normal é atender o capital? Insistindo ainda na questão social, observa-se que é importante entender para quais moradores chegam os benefícios de alguns programas de desenvolvimento. A Tabela 9 explicita que a maior parte da população das cidades da Costa do Descobrimento tem uma carência substancial no que tange ao saneamento básico, que é um forte indicador para medir a qualidade de vida das pessoas, pois a sua disponibilidade contribui no combate ao aparecimento de várias doenças.

Tabela 9 – Saneamento básico nos municípios da Costa do Descobrimento, 2000

Municípios	Total de domicílios	Abastecimento de água/Rede geral	Domicílios com banheiro ou sanitário	Domicílios com banheiro ou sanitário/ esgotamento sanitário rede geral	Domicílios sem banheiro ou sanitário
Belmonte	4862	2251	3403	896	1459
Porto Seguro	23905	12752	20641	5687	3264
Santa Cruz Cabralia	5758	2904	4426	925	1332

Fonte: Elaborada pelo autor (2000).

Porto Seguro, além de possuir uma beleza natural inquestionável, é também uma jazida ainda a ser explorada pela atividade turística. Contudo, as pessoas que pensam o turismo não devem perder de vista que a grande desigualdade social que ora se apresenta num dos destinos mais procurados, nacional e internacionalmente, teve sua gênese com a expansão de suas atividades, isto quer dizer que, um grande número de migrantes escolheu Porto Seguro para morar, pensando no turismo como uma via de melhoria econômica. As pesquisas sobre o turismo que visam tão somente a satisfação do mercado e tendo nos índices a sua maior preocupação, esquecem de que ele é também uma atividade responsável pelo desenvolvimento econômico e social das comunidades onde são implantados seus atrativos. Ou este não será um dos seus objetivos? Uma outra ciência se ocupará dos desgastes sociais e ambientais provocados pelo turismo?

Os estudos mais recentes mostram que a riqueza gerada pelo turismo em Porto Seguro está concentrada na elite empresarial e política, deixando grande parte de sua sociedade à margem dos benefícios que esta atividade econômica produz. É necessário que se pense em novas medidas inclusivas de ordem econô-

mica e social visando a continuidade de Porto Seguro como atrativo turístico, mas, principalmente como cidade, haja vista que, antes de tudo, “a cidade é a forma essencial do povoamento.” (GEORGE, 1974, p. 62) Um povoamento carregado de significados que não podem ser mutilados em função de qualquer atividade econômica. A atividade turística, como qualquer outra atividade econômica, é efêmera diante da construção histórica de uma sociedade, por isso, deve-se privilegiar sempre os lugares das pessoas, pois eles representam um conjunto de significados.

Ao considerar que, com a evolução de se pensar o meio ambiente como um todo, não somente com caráter ecológico, a cidade também é um meio que inspira cuidados quando está prestes a sofrer modificações para atender uma nova dinâmica que lhe é imposta. É nos símbolos antigos e modernos da cidade onde se encontra a explicação para compreender uma grande parte da história de uma sociedade, e esta simbologia cultural rodeada por elementos naturais podem fazer da cidade um lugar extremamente receptivo gerando emprego e renda sem, contudo, comprometer seu meio ambiente, tendo em vista que isto “significaria inviabilizar a própria atividade turística. Com efeito, o turista decididamente não se sente atraído para visitar zonas poluídas, saturadas e/ou caóticas.” (SILVA, S., 2001, p. 74) Nenhum turista consciente terá prazer em passear em lugares onde a miséria, a pobreza e o descomprometimento com as questões ambientais estejam imperando. Isto quer dizer que o hóspede que possui uma visão crítica, independentemente do seu grau de instrução, não se contenta apenas com um bom atendimento dentro do hotel, mas se importa com a qualidade ambiental do lugar que está visitando.

Nos dias atuais onde a mídia está presente na vida das pessoas, independentemente do nível de educação e informação, os problemas ambientais passaram a ser discutidos não somente nos centros de pesquisas, mas em qualquer ambiente. No entanto, percebe-se que ainda há um longo caminho para que as reflexões da sociedade sejam escutadas por aqueles que administram os lugares, pois os mesmos colocam o desenvolvimento, a todo custo, como prioridade nos projetos de governo, esquecendo de que as questões ambientais estão inseridas neste processo. A falta de prioridade com as questões ambientais nos lugares turísticos do Extremo Sul da Bahia repercute diretamente na poluição e degradação dos sistemas naturais, por exemplo, residuais de Mata Atlântica (Figura 9).

A Figura 9 mostra uma área do distrito de Trancoso onde o lixo é depositado sem a mínima preocupação com a ecologia local, onde ainda há espécies da flora original da Mata Atlântica e que a cada dia são sufocadas por toneladas de detritos produzidos por moradores e turistas. “A ocupação de áreas de riscos nas encostas

e nos fundos de vales, o desmatamento dos remanescentes da Mata Atlântica, o aumento de efluentes, são problemas socioambientais encontrados na comunidade (de Trancoso).” (SILVA, Leonardo, 2006, p. 63) Contudo, esta paisagem não é vista por aqueles que a produzem, sejam residentes ou visitantes. Se isto fosse apenas um registro fotográfico poderia apenas se transformar numa denúncia feita por algum órgão de imprensa. No entanto, a Figura 9 revela, além da degradação ambiental, que Trancoso está num rápido processo de urbanização, inclusive com três ou quatro bairros. O próprio destino turístico Trancoso é vendido por si só, isto é, sem que seja necessário mencionar o nome de Porto Seguro, o município sede. Pode estar havendo mais um caso de distanciamento do distrito em relação à sede ou vice-versa, demonstrando que o poder público municipal não consegue gerenciar seus quatro principais distritos.

Figura 9 - Lixão em Trancoso, distrito de Porto Seguro



Fonte: Roney Phetterson (2007).

Não há como não se encantar com a beleza do litoral de Porto Seguro, não precisaria de nenhuma intervenção humana para fazer dele um atrativo, pois a natureza se encarregou desta tarefa. Contudo, se fosse somente por causa do seu litoral, Porto Seguro seria mais um destino do Nordeste do Brasil, onde a beleza das praias é algo mais do que normal. Dentro do município sede e nos distritos de Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva existem belos tesouros humanos que, infelizmente, foram ou estão sendo corroídos pela ação natural do tempo ou estão escondidos por uma forma de se fazer turismo em que não se tem uma visão além das praias.

Independente das discussões sobre o local do descobrimento do Brasil, o município de Porto Seguro abriga registros de grande importância para a história do

país, e é esta outra parte que deveria receber uma atenção especial, inclusive como forma de oferecer uma outra via para o desenvolvimento do turismo. Considerando que Porto Seguro é o ponto de partida da primeira colonização em solo brasileiro, mesmo assim, esta imagem nunca foi vendida como se devia. O tipo de turismo que acontece em seu território não tem como objetivo destacar o valor histórico-cultural. Dos dez translados que as operadoras de turismo oferecem ou indicam aos turistas quando estão em Porto Seguro, somente dois fazem uma breve parada (tem que ser breve, pois o principal atrativo é o sol) em pontos que permitem contemplar alguns residuais da história local. Destaque para a Cidade Histórica no município sede e a Igreja principal de Arraial D'Ajuda. Os turistas são guiados, com raras exceções, por pessoas desprovidas de conhecimento do valor simbólico que os pontos históricos representam para a humanidade, portanto, não podendo oferecer nenhuma contribuição para a divulgação e conservação do patrimônio, seja ele histórico, cultural e ambiental. Símbolos tão significantes para a região e o país são ofuscados em detrimento de outras atrações que demandam maiores gastos pelos visitantes, como as festas e os luais nas grandes barracas e casas noturnas. Isto não quer dizer que não deva haver esta parte como um atrativo, mas o que se espera é, pelo menos, uma igualdade na valorização de todo ambiente do município.

O comportamento dos guias, principalmente aqueles que são exógenos, isto é, não conhecem e não entendem o que Porto Seguro representa para o Brasil, é reflexo da atuação da empresa monopolizadora do turismo em Porto Seguro, a CVC. Esta operadora de viagem age como qualquer outra grande empresa que não necessita de um ponto para se fixar. Este tipo de comportamento acontece porque

[...] a produção do espaço no modo de produção capitalista é altamente predatória, de vez que comandada e planejada por empresas privadas, sequiosas de lucro a curto prazo, não tendo preocupações de ordem social e ecológica, provocando a destruição da natureza, a degradação ambiental e o empobrecimento do homem. (ANDRADE, 1998, p. 36)

Se por um acaso do destino Porto Seguro não se tornar mais um atrativo turístico, para ela (a empresa) isso não fará a menor diferença, pois irá se transferir para um outro lugar onde possa continuar o seu projeto econômico. Para Amaral Filho (2002, p. 3) este tipo de empresa tem “procurado desfazer e não criar raízes territoriais, visando a busca constante de competitividade através da procura de subsídios, mão-de-obra barata e facilidades de mercado.” Sendo assim, empresas

como a CVC entendem que a sua função é tão somente oferecer uma viagem dos sonhos, por isso a espoliação do patrimônio cultural de Porto Seguro não faz parte das preocupações deste tipo de empresa. Discutindo sobre a ação de uma grande operadora de turismo em Porto Seguro e sua relação com o espaço, Brunelli (2006, p. 70) descreve o seguinte panorama: “as operadoras turísticas, em Porto Seguro, parecem decidir aquilo que deve ser mais visitado ou menos visitado no destino, o que interfere diretamente no cotidiano da comunidade, que tem no turismo sua atividade de sobrevivência.” Este tipo de ação não contribui para o aperfeiçoamento do turismo no município e, ainda, pode abandonar símbolos considerados de extrema relevância histórica e social para o conhecimento dos visitantes.

Infelizmente, a ação das empresas que somente exploram os lugares reflete diretamente nas atitudes das políticas locais em relação ao bem público, analisada com bastante propriedade por Nunes (2002, p. 215): “os interesses econômicos, principalmente no setor turístico e imobiliário são muito fortes, preocupando-se pouco com a questão cultural e arqueológica e a preservação ambiental e exigindo do poder público investimento em infra-estrutura física e social.” Esses interesses demonstram também a fragilidade ou falta de vontade da política local em estabelecer algumas condições para que o ambiente seja utilizado de maneira mais igual e racional. As características do turismo de Porto Seguro e sua dimensão territorial podem justificar o maior número de recursos destinados ao seu aparelhamento, “contudo, não se pode afirmar que ele esteja favorecendo uma melhor distribuição de renda e maior inclusão social, já que, pela estrutura concentradora existente, a sua apropriação não ocorre de modo equitativo.” (FONTES, 2006, p. 133)

Uma das ferramentas que pode contribuir com a minimização dos impactos sociais e ambientais é um plano diretor ajustado com as necessidades locais, “mas, na maioria dos municípios da região [...] as administrações municipais não possuem Planos Diretores e nem equipes técnicas com experiência em planejamento urbano, e muito menos, em gestão ambiental.” (SILVA, S., 2001, p. 74) Esta carência de equipes, compostas por técnicos qualificados para propor projetos de uso adequado do espaço nestes lugares, é responsável pela evolução dos problemas ambientais. E o mais grave é quando existem os planos que são apenas um modelo pronto, uma receita universal de projetos onde as empresas que se especializaram neste tipo de comércio apenas alteram o nome das cidades de um plano para outro. O que, de certa maneira, serve, plenamente, aos interesses de administradores desprovidos de qualquer comprometimento social e ambiental. Um projeto que trace metas de desenvolvimento geográfico (que chamamos de desenvolvimen-

to amplo) e que realize um acompanhamento contínuo das transformações nos lugares do Extremo Sul da Bahia é de extrema necessidade, haja vista o aumento geométrico da sua urbanização, inclusive nas áreas litorâneas; um bom exemplo é o distrito de Trancoso que passou a incorporar “uma característica urbana, com afluxo de turistas, congestionamentos no trânsito, festas, shows, estabelecendo no momento, um processo incipiente de turismo de massa.” (SILVA, Leonardo, 2006, p. 60) Tanto os distritos de Arraial D’Ajuda e Trancoso parecem fugir do controle e do planejamento (se é que ele existe) no que tange a sua urbanização e produção das atividades turísticas em seus espaços. A regulação do fluxo de turistas nestas comunidades se mostra através da variável econômica, pois os preços praticados nos seus estabelecimentos exigem que o visitante tenha uma maior condição econômica para frequentá-los.

Como se pôde verificar através do rol de investimentos que a Costa do Descobrimento recebeu do Prodetur, os municípios de Belmonte e Santa Cruz Cabrália participam juntos de uma fatia bem menor que Porto Seguro. A disparidade entre os municípios desta região turística é a manifestação natural da heterogeneidade dos espaços. (SANTOS, M., 1996) Estes dois lugares se diferenciam de Porto Seguro não só pela dimensão, mas pelo tipo de visitantes que se deslocam para o seu território. Santa Cruz Cabrália tem os seus atrativos naturais e históricos, mas vive sobre a sombra de Porto Seguro, pois os planos de seu desenvolvimento não conseguiram emplacar o turismo como atividade principal, como se deseja. E, talvez, tenha que refazer os planos e tentar encontrar a sua originalidade para ter um turismo que tenha a sua identidade, isto é, não tentar competir com Porto Seguro. Os visitantes de Santa Cruz Cabrália são, em sua maioria, pessoas mais maduras e acompanhadas com suas famílias, geralmente alugam casas, com isso ficam mais tempo no município. Um outro tipo de visitante é aquele que tem como destino principal Porto Seguro, vem em grupos, e Santa Cruz de Cabrália é tão somente parte do roteiro obrigatório. No entanto, o passeio se concentra no Bairro de Coroa Vermelha onde está fincado um marco em forma de cruz indicando o local onde teria sido realizada a primeira missa no Brasil e é, sem dúvida, onde se concentram as mais belas praias desta região.

Dos três lugares da Costa do Descobrimento, Belmonte parece ser o único a não ter apego ao turismo litorâneo. A estrutura de suas barracas de praias é a mais simples entre os outros municípios, inclusive muitas já desapareceram em consequência do avanço do mar. A sua orla é pouco atrativa para o banho por apresentar uma morfologia com grandes desníveis e a sua água muda, às vezes adquire uma

cor barrenta em decorrência da dinâmica do rio Jequitinhonha que tem a sua foz no município, isto afasta os banhistas. A praia mais frequentada é a que se localiza no distrito de Mojiçuçaba. Por outro lado, há uma tendência de ampliação do chamado ecoturismo, que usa os vários canais de rios, principalmente o rio Jequitinhonha, visitas às antigas fazendas de cacau, muito procurado por turistas europeus entre os meses de outubro a dezembro. No entanto, ainda é feito de maneira desorganizada. Belmonte possui um rico patrimônio histórico, concretizado num belo conjunto arquitetônico antigo e pomposo construído na época em que o cacau era a principal atividade econômica do lugar. Este patrimônio não é tombado, cabendo a sua preservação aos moradores dessas residências. Outras construções históricas estão em estado de degradação como o conjunto dos antigos armazéns de cacau que estão na beira do cais.

A descrição do município de Belmonte permite entender que, mesmo fazendo parte de uma região turística, o município não tem esta vocação, pelo menos no que se refere ao chamado turismo de praia e sol, e isto deve ser respeitado, tendo em vista que o turismo não pode uniformizar as perspectivas de desenvolvimento da região, ainda que os lugares apresentem semelhanças fisiográficas. Talvez, se houvesse outros tipos de investimentos, a cidade teria maiores fluxos de visitantes ou residentes. Isto se for interesse da cidade. O que não é aconselhável é impor ou uniformizar um modelo de desenvolvimento baseado numa única atividade econômica, que parece ser altamente incompatível com os anseios da sociedade local. É de fundamental importância para os profissionais que lidam com a organização dos espaços conhecer como funcionam os agentes naturais e sociais que formam uma paisagem para que não incorra em equívocos de planejamento. Belmonte é um exemplo de que os planejadores devem ter a humildade em reconhecer e valorizar os projetos que primem pela singularidade dos lugares, respeitando os ambientes e suas diversidades. Este caso mostra que, ainda que o município possua um litoral que é a continuidade de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, não significa que ele tenha que, necessariamente, seguir a mesma estratégia turística que seus vizinhos utilizam para se chegar ao desenvolvimento. Ou até mesmo não tenha que participar de uma região turística, o seu desenvolvimento pode ser encontrado em outras atividades, e, assim, o seu litoral se torna mais uma parte integrante de um grande sistema que é a cidade, não necessitando ser tratado isoladamente. É importante lembrar que antes de implantar um projeto de desenvolvimento num determinado lugar se faz necessário o conhecimento prévio do ambiente local e do comportamento da sua população. (CERQUEIRA NETO, 2001) Isso implica em perguntar se

Belmonte deseja desenvolver um turismo para ser igual a Porto Seguro, que infelizmente se tornou uma referência não desejada por moradores e tampouco por visitantes conscientes do mundo em que vivem.

Um projeto turístico está intimamente ligado ao desenvolvimento de um determinado lugar, e, aí é que se concentra uma problemática a ser abordada com muito empenho por aqueles que projetam os lugares para o turismo: a maioria dos lugares destinados ao turismo possui uma população, e esta população será afetada diretamente por qualquer empreendimento turístico (independentemente da sua dimensão) que venha a ser instalado. Então, há forçadamente uma mudança de hábitos nessa população, que vai tentando se moldar ao novo ritmo de vida. Uma realidade que não pode ser negligenciada e que por isso deve-se avaliar a aplicabilidade e a duração do projeto, porque o turismo é basicamente uma atividade sazonal, porém as pessoas não podem viver como vegetais que florescem em uma determinada época do ano e “morrem” para reaparecerem em outra.

A Costa das Baleias

Esta região recebeu esta denominação por ter uma área propícia para o acasalamento das baleias Jubarte (*megaptera novaeangliae*). Sendo assim, a Costa das Baleias é considerado como um santuário, uma área de preservação para a continuação dos maiores mamíferos do Planeta, pois é o único lugar do Atlântico Sul onde elas se reproduzem, mais especificamente no Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Portanto, sua origem não foi pensada para o turismo, mas para estudos científicos. O que se percebeu nos trabalhos de campo nesta região é que, talvez, o turismo tenha ficado em segundo plano ou tratado apenas como mais uma atividade geradora de emprego e renda, haja vista que, os municípios da Costa das Baleias se diferenciam dos localizados na Costa do Descobrimento a despeito da relação com a atividade turística. É evidente que as pessoas que dependem do turismo desejam um maior aprimoramento dos seus recursos para atraírem mais turistas, no entanto, se mostram satisfeitos com a qualidade dos visitantes que recebem nos períodos de alta temporada.

O turismo na Costa das Baleias também é marcado pela influência do Sudeste do país, haja vista que as praias desta região turística são chamadas de “praias dos mineiros” devido ao alto número de frequentadores oriundos do estado de Minas Gerais, no entanto, os mineiros não são somente turistas, são também investidores em diversos setores da economia nas cidades que estão nesta parte do litoral do

Extremo Sul da Bahia. Este é mais um indício que o Extremo Sul da Bahia sempre foi uma área de investimentos de mineiros e capixabas. As cidades do Prado, Alcobaca, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri que compõem esta região, a qual o turismo tenta tomar para si a partir do momento que imputa a ela uma condição básica de ser turística, seguem um ritmo de uma cidade como qualquer outra, quer dizer que a vida de seus moradores não está atrelada somente à espera dos veranistas. A dinâmica dessas cidades segue a mesma de qualquer outra que seja considerada como um lugar receptor. Outras atividades econômicas são desenvolvidas ao longo do ano, como a agricultura, a silvicultura e a pecuária. Esta última exercendo uma grande influência na região, tendo o município do Prado em primeiro lugar com uma produção de 105 700 cabeças no ano de 2004.

Com uma costa rica em diversidade e quantidade de peixes apreciados em vários mercados consumidores, a atividade pesqueira provoca uma grande movimentação nas suas etapas de produção, que vão desde a confecção de embarcações até a venda do pescado. Por outro lado, ainda que seja uma atividade de grande importância para as comunidades da Costa da Baleia, a pesca não consegue reverter seus lucros para os municípios. Em uma entrevista realizada com um dos líderes dos pescadores da região pôde-se constatar as seguintes informações que justificam esta situação: a) barcos de outros estados, principalmente do Ceará e do Espírito Santo, pescam numa competição sem nenhum controle, b) grande parte da produção passa para caminhões frigoríficos ou até mesmo para barcos maiores em alto-mar sem pagar impostos. Elaborar uma estrutura que possa melhorar as situações dos pescadores é uma meta que deve estar no topo da lista das necessidades destas cidades costeiras, porque nelas o mar é extensão do continente, portanto, tudo que se faz na água vai refletir na terra e vice-versa.

A multiplicidade de atividades econômicas nesta parte do Extremo Sul da Bahia diminui o processo de especialização através do turismo, evitando que os lugares fiquem à mercê de uma única atividade. Por não apresentarem uma massificação turística, as cidades da Costa da Baleia conseguem ter um “controle” sobre sua urbanização, ainda que os preços dos lotes e imóveis sejam considerados mais acessíveis do que, por exemplo, os de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Houve uma elevação dos preços e dos aluguéis dos imóveis muito mais em função da atividade das empresas do eucalipto (incluindo suas terceirizadas) do que em decorrência de ser uma região turística. É comum ver nas cidades da Costa das Baleias que há muitas casas e lotes demarcados com muros ou cercas que ficam desocupados durante a baixa temporada, geralmente pertencentes a pessoas que moram

em outros lugares da Bahia, em outras unidades da federação e até mesmo de outros países, o que pode, no futuro, comprometer principalmente os agentes naturais. Se houvesse uma política efetiva que controlasse este tipo de urbanização, os seus efeitos benéficos passariam diretamente para o setor turístico através de: aumento nas ocupações de hotéis e pousadas, maior frequência nos restaurantes, contribuindo com mais receitas geradas pelos turistas. Portanto, a organização do turismo no Extremo Sul da Bahia passa, também, pelo uso adequado do solo, haja vista que “[...] em um mundo onde tudo parece deslocado, a localização das cidades e o uso do solo, portanto, permanecem questões cruciais que qualquer assunto, nem público nem privado se obtém controle único”.² (DEMATTEIS, 1998, p. 8) Mas, isso implicaria em planejar as cidades para os moradores, não, exclusivamente, para receber visitantes temporários.

Em resumo, para que haja um desenvolvimento racional do turismo, a sociedade local não pode ser sacrificada para atender o conforto dos turistas, sofrendo, por exemplo, racionamento ou até mesmo o corte de água e energia elétrica na alta temporada. Uma situação vivenciada pelas classes sociais mais baixas que geralmente estão escondidas atrás das falésias de Porto Seguro. Para Ross (1997, p. 406), “hoje o planejamento territorial, ao procurar um processo de crescimento equilibrado do espaço geográfico, deve conter um conhecimento objetivo das funções exercidas pelas cidades e da natureza das trocas existentes no interior da rede urbana”. Mas para que a proposta se concretize nesta região será necessário que haja um amadurecimento das instituições, e o cenário atual do Extremo Sul mostra que ainda há um longo caminho para ser percorrido, pois as instituições ainda são incipientes na pesquisa e o meio político ainda contém resquícios de uma política tradicional. Este panorama mostra que o turismo no Extremo Sul da Bahia, na sua parte mais nobre, pertence a grupos estrangeiros ou nacionais, empresários de grande porte que não precisam do turismo científico para desenvolver a região. A maioria dos políticos da região não recorre às instituições de ensino superior, o que reflete um desprestígio ou a falta de conhecimento das possibilidades que os cursos podem lhes oferecer para o ordenamento territorial dos municípios. Assim, o turismo acadêmico não consegue ter espaço para influenciar nas decisões que planejam as atividades criadas por ele. Por outro lado, se não há uma formação crítica dos estudantes de turismo, comumente são encaminhados para a prática, cabe as outras ciências fazer análises concernentes à dialética provocada pelas diversas ramificações que o

2 “[...] en un mundo donde todo parece deslocalizado, la localización de los asentamientos y el uso del suelo continúan así siendo cuestiones decisivas que ningún sujeto, ni público ni privado consigue por sí sólo controlar.”

turismo cria numa tentativa de estabelecer e dar continuidade a sua presença no meio científico.

Assim como na proliferação dos mosaicos de eucalipto na região, a atividade turística também foi incentivada de maneira concentradora pelo Estado, como a criação da Empresa de Turismo da Bahia S/A (Bahiatursa), em 1968, que teve como objetivo principal “estimular a construção de hotéis e pousadas em locais de interesse turístico.” (SILVA, Leonardo, 2006, p. 55-56) E estes incentivos continuam a acontecer, principalmente para atender aos grandes grupos nacionais e internacionais. Se por um lado, isto é bom para uma determinada parte da sociedade brasileira por outro é excludente. Ainda que os investimentos do Prodetur/BA tenham melhorado a infraestrutura e o crescimento do setor de serviços, como afirma Leonardo Silva (2006), não é raro encontrar, ao longo de toda a orla do Extremo Sul da Bahia, funcionários sem carteira assinada, barracas sem local para escoar seus resíduos, falta de coleta de lixo. Dessa forma, os problemas de ordem legal referentes aos trabalhadores e ao meio ambiente continuam presentes.

O tipo de turismo que se constrói no Extremo Sul da Bahia não pensa nos lugares, por isso, a sua desmistificação é fundamental para que suas ações sejam revistas, que o seu papel nas comunidades locais seja de proteção e não de espoliação. As cidades devem ter uma infraestrutura que contemplem as necessidades da sociedade local. As viagens a passeio sempre vão acontecer com maior ou menor frequência, regidas sempre pela dinâmica econômica. A preocupação deve ser com o espaço. É importante salientar que este cenário foi construído não somente por culpa do turismo capitalista, mas também devido a ausência, debilidades e vaidades pessoais, principalmente dos governos municipais. O comportamento atual, por parte daqueles que comandam o turismo na região, mostra um caminho para a competição brutal e bairrista entre os lugares, o que compromete a implantação de um projeto que vislumbra a integração de toda a região.

A UTOPIA DE UMA REGIÃO UNA

O ideal de uma região imaginada em perfeita harmonia interna que atenda de maneira igual seus municípios parece estar somente em proposições de pesquisas sobre o tema ou na mente de alguns sonhadores que ainda persistem em esperar por um mundo menos injusto. Propostas e sonhos nessa direção são desfeitos quando o cotidiano da política regional mostra que não há efetivamente um plano que vise minimizar os desequilíbrios regionais dentro dos estados, tampouco dentro da própria região, e irrealizável em escala nacional se se analisa o comportamento político no Brasil, sempre forjado num bairrismo que tem sua lógica, porém, inexplicável.

No Extremo Sul da Bahia o modelo de administração baseado no localismo vai se reafirmando e norteando as metas do desenvolvimento municipal, contribuindo para um distanciamento de um pensamento único e amplo para uma perspectiva regional. Assim, os municípios vão sendo conduzidos política e economicamente para sobreviverem numa guerra, onde quem ganha passa a impor a sua e as funções dos outros, deixando claro onde está o poder. Dessa forma “os lugares optando por uma disputa mais fragmentadora e isolacionista oferecem outros incentivos que se materializam no território para atrair os investimentos externos.” (NONATO; CATAIA, 2004, p. 3) Este capítulo busca entender como foram e como estão sendo criadas a hierarquização dos lugares e as regiões do Extremo Sul baseando-se na política, na economia e na cultura da sociedade que vive na região.

Administrar grandes extensões de terras é, e sempre foi, o desejo de muitos impérios. Mas, possuir muitos quilômetros de território além de significar poder, também se configurou numa problemática para os governos. Dentre os problemas

enfrentados para a manutenção de uma hegemonia territorial, talvez o mais expressivo seja as aspirações daqueles que são submetidos, por certo tempo, a condição de explorados. O que explica a dominação de povos por muitos anos, mas, não eternamente, haja vista que um território não é feito somente pela delimitação de uma área, mas, constituído e construído por gerações de pessoas que em cada momento histórico aperfeiçoam pensamentos e técnicas que conduzem para um ideal de liberdade. Portanto, o dinamismo da história mostra que, por mais que países imperialistas conseguissem apropriar de terras que não os pertenciam, seus modelos de administração faliram, tendo em vista que os traçados dos mapas são refeitos amistosa ou forçadamente para atender as necessidades de um povo. No século XX o mundo pôde assistir a formação de novos países com o esfacelamento da, então, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

No início do século XIX, na América do Sul, Portugal perde o poder administrativo da sua colônia em decorrência de longos períodos de desgastes que tem como palco a grande extensão e diversidade geográfica do território brasileiro e que no seu interior fervem as relações sociais e econômicas. Emancipado, política e administrativamente, os governos, com seus sistemas, tentam organizar o Brasil, contudo, desde a independência até este início do século XXI, percebe-se que depois de tantos anos de história alguns dos obstáculos parecem, ainda, permanecer para a maioria dos nossos administradores públicos. O Brasil continua a enfrentar sérias dificuldades para realizar um projeto de integração entre suas regiões, e em escala menor pode-se afirmar que os Estados que possuem muitos quilômetros também se mostram incapazes de administrar as desigualdades e desequilíbrios internos.

Objetivando traçar um paralelo entre o passado e o presente, no que tange aos empecilhos que a administração pública enfrentava em seus territórios, listouse, aqui, quatro fatores que podem ser considerados como decisivos para a existência ou a persistência das desigualdades regionais no país:

a) A grande extensão territorial: com 8 511 965 km² para serem colonizados, com limitações tecnológicas que faziam da natureza virgem soberana na tentativa de ser dominada, Portugal iniciou o povoamento de sua colônia pelo litoral. Porém, com uma extensão de 9 198 km, a colonização não se deu de maneira igual, dificultando e retardando a presença portuguesa em toda sua amplitude, o que favoreceu a invasão de outros países na costa brasileira. Em 1630, os holandeses se fixaram em Pernambuco e em seguida expandiram sua gestão para Alagoas e Maranhão,

montando um governo paralelo que perdurou por vinte e quatro anos. Segundo Furtado (1974, p. 65), nesse período

[...] os prejuízos são bem maiores para Portugal que para o próprio Brasil, teatro das operações de guerra. A administração holandesa se preocupou em reter na colônia parte das rendas fiscais proporcionadas pelo açúcar, o que permitiu um desenvolvimento mais intenso da vida urbana.

Por mais que o Brasil vivencie ações predatórias sobre o ambiente ecológico, o país ainda possui grandes áreas naturais onde há muito em que se produzir para uma exploração racional. O que depende, em grande parte, de políticas públicas. Em regiões como a Amazônia Legal, composta pelos estados de Roraima, Amapá, Pará, Tocantins, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas e Acre, a urbanização emerge em meio a exploração de garimpos, árvores e outros recursos naturais. Contudo, a utilização clandestina não gera recursos para os governos. A vida nesta região ecológica é regida sob o domínio de outras formas de poder paralelo, pois o poder constituído democraticamente não consegue chegar efetivamente em cada um dos seus lugares. É mais um exemplo em que a dimensão de um grande território é utilizada como obstáculo para se atingir metas de desenvolvimento.

b) Rede de comunicação precária: dispondo apenas de caravelas, movidas através da força dos ventos e por braços escravos, como o único meio de transporte e comunicação, a troca de informações era deficitária e lenta entre o poder central de Portugal e os seus representantes na colônia. Isto pode ter contribuído para a perda da importância das Câmaras de Portugal nas terras brasileiras, o que levou a colônia a criar suas próprias Câmaras “que chegavam num momento legislar sobre quase todos os assuntos governamentais.” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 51)

Apesar de todos os avanços tecnológicos, existe grande parte do território brasileiro que sequer tem energia elétrica, estradas pavimentadas que possam dar maior mobilidade à sociedade e mercadorias, as hidrovias foram construídas apenas com o intuito de escoamento de produção. Dessa forma, pouco se escuta das comunidades que vivem nesses lugares, que acabam por ficar à mercê das informações dos seus líderes.

c) Periferia: o Brasil, enquanto colônia, só representava uma imensa jazida de recursos naturais para Portugal, que desenvolveu uma política administrativa caracterizada pelo modelo espoliatório ambiental, social e cultural. De acordo com Prado Júnior (1998, p. 53) o que os portugueses

[...] aspiravam para sua colônia americana é que fosse uma simples produtora e fornecedora de gêneros úteis ao comércio metropolitano e que se pudessem vender com grandes lucros nos mercados europeus. Este será o objetivo da política portuguesa até o fim da era colonial.

Em pleno século XXI ainda é possível ver uma relação de colônia e metrópole dentro do próprio território brasileiro. Esta é uma relação que é tratada por alguns autores como colonialismo interno, que é quando há uma concentração da atividade industrial num ponto ou numa região do país sendo que o restante do país torna-se apenas fornecedores e financiadores deste centro. (SANTOS, M., 1979) Alguns estados com níveis de desenvolvimento baixíssimos e com pouca expressão política, recebem tratamentos idênticos aos destinados quando o Brasil foi uma colônia. E, dentro dos estados existem regiões-colônias, que são mapeadas para simplesmente servirem de fornecedores de matéria-prima, quando não possuem recursos naturais, sobrevivem às agruras da natureza e de políticas assistencialistas.

d) Interesses políticos: as áreas do Brasil que mais se desenvolviam economicamente recebiam uma maior “atenção” da metrópole, o que irá depender da exploração de um determinado produto que pudesse gerar lucros para Portugal. Panorama expresso, por exemplo, nos ciclos da cana-de-açúcar, do ouro e do café. Este comportamento administrativo pode ter sido a semente da histórica concentração de investimentos no país que privilegia estados em detrimentos de outros, e que perdura nos dias atuais.

Observa-se que estas variáveis, adicionadas agora pela ação das grandes empresas, ainda norteiam a organização de algumas regiões brasileiras. Assim como no passado, os governos atuais utilizam de argumentos vazios, que podem ser superados com facilidade pelas engenharias, para atuar de maneira diferenciada pelo seu território. O grande risco deste tipo de modelo administrativo é que ele pode promover em Estados, que possuem as quatro variáveis listadas anteriormente, o esfacelamento do poder central e com isso abre possibilidades para que algumas regiões ou municípios se sintam autossuficientes. A história deste modelo de administração empregado pelo governo português no Brasil-Colônia não teve uma vida longa, pois a passividade dos colonos chegaria ao fim e com isso geraria os descontentamentos (expressos nas diversas Revoltas) com a metrópole provocando o rompimento político com Portugal.

Entendendo que não há unanimidade quanto ao comportamento, então, é natural que existam diferentes ideologias de como administrar um território. Sendo

assim, os movimentos continuam a existir com outros objetivos, onde na maioria das vezes o particular é posto à frente dos benefícios da totalidade, estimulando o separatismo regional exumando a distância entre áreas privilegiadas e desfavorecidas. Um panorama que leva a seguinte reflexão: será que o país está experimentando aquelas ideias de Ratzel pensadas a partir da teoria formulada por Darwin para explicar a extinção de algumas espécies? Ou, ainda, isto é parte de todo um processo natural de perdas e ganhos, traduzindo-se num ato de desterritorializar e reterritorializar (CORIOLANO; SILVA, 2005) levando à renovação ou construção dos espaços?

Cabe ao Estado, também, a responsabilidade de integrar e desenvolver suas regiões dentro de um princípio de igualdade, porém, quando ele passa a adotar políticas que privilegiam algumas regiões em detrimentos de outras, há uma perda significativa de sua governança que, na visão do World Bank, é “a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais do país, com vistas ao desenvolvimento.” (BORGES, 2003, p. 126) A falta desta postura administrativa dos poderes, em qualquer escala, tende a produzir novos arranjos que selecionam ou segregam determinada parte do território.

O Extremo Sul da Bahia teve uma grande importância histórica e estratégica para o Estado, principalmente no que concerne à utilização de suas áreas portuárias de onde saíam os produtos para a Europa. No entanto, os planos de desenvolvimento gerados pelo Estado nos distintos períodos da história não consideraram a região, ficando a sua área sendo utilizada somente como fornecedora de matéria-prima. Neste sentido, percebe-se uma semelhança entre o mesmo modelo administrativo adotado em nossa etapa colonial, pois, se para Portugal interessava a produção açucareira do Brasil, para o estado da Bahia as zonas mais relevantes da lavoura cacaueteira deveriam receber mais atenção do que as de produções mais modestas como as cultivadas no Extremo Sul. Isto favoreceu o crescimento das cidades de Ilhéus e Itabuna, que se tornaram polos com a fase áurea do cacau, enquanto que os municípios do Extremo Sul ficavam sob o acaso de alguns recursos oficiais ou se configurava numa área livre para os investimentos vindos do Sudeste.

Enquanto isso, o Extremo Sul do estado ficaria sendo tratado como o berço do “descobrimento” do Brasil e como um atrativo turístico baseado somente nas belezas cênicas do seu litoral, o que não garantirá um futuro promissor para sua população nem tampouco para o desenvolvimento de sua economia. Assim, num breve relato histórico, fixando o período de 1500 até o final do século XIX, Sylvio Silva (2001, p. 61) conclui que “a região do Extremo Sul não consegue se povoar tão

intensamente como o Recôncavo e outras áreas do litoral brasileiro que, neste período, adotavam basicamente o mesmo sistema produtivo.” Como a administração do estado da Bahia, nesta fase da história regional, não se fazia presente em todo o Extremo Sul, a região será “invadida” pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Será um campo fértil para os empreendedores do Sudeste que se tornaram os responsáveis pelo povoamento e desenvolvimento econômico do Extremo Sul, principalmente, nos ciclos da extração da madeira e da pecuária, abordados anteriormente.

A influência do Sudeste nesta parte da Bahia, que se consolida em meados do século passado, prolonga pelos dias atuais, através do fortalecimento do comércio, atividades rurais e industriais. A relação tênue com os estados do Sudeste pode ser vista sob as seguintes situações: a primeira é que houve um fracasso do estado da Bahia na tentativa de fazer do Extremo Sul uma área para exploração do cacau. Fala-se em fracasso porque num determinado momento da história da região “a atuação da CEPLAC foi também importante no setor da infra-estrutura urbano-regional resultando numa mais efetiva integração regional,” (SILVA, S., 2001, p. 64) no entanto, este órgão não conseguiu exercer uma de suas principais funções, a efetiva integração entre o Sul e o Extremo Sul. Todavia, na análise da inoperância da Ceplac, deve considerar aí as pressões de políticos e de diversos setores da economia que mudam o uso do solo, como também o sucateamento do órgão. Alheios aos problemas de gerenciamento do território do Extremo Sul da Bahia, os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo fincam seus símbolos econômicos e culturais nesta parte da Bahia. As atividades econômicas advindas do Sudeste brasileiro aconteceram de forma difusa, sem privilegiar lugares, apenas aproveitando a vocação dos lugares. Talvez, isso explique o fato de que o Extremo Sul tenha não um polo, mas três cidades referências, uma situação rara em outras regiões do estado.

Os planos de desenvolvimento no estado da Bahia seguiram os mesmos realizados em outros estados (privilegiando a capital), havendo uma política de concentração para o desenvolvimento, é tanto que “em 1960, já se configurava uma importante diferenciação regional, historicamente constituída, com expressivos desequilíbrios, entre Salvador e as demais unidades urbano-regionais do Estado.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 69) Estudando a questão da distribuição da oferta de emprego no estado da Bahia, Rodrigues (2007, p. 24) chega a seguinte conclusão:

Foi possível constatar o enorme descompasso que existe entre o território Metropolitano de Salvador e os demais. Essa é uma característica que remonta a toda uma trajetória históri-

ca de concentração de investimentos produtivos e de circulação do capital em Salvador e seu entorno.

Isso leva ao seguinte questionamento: será que pelo fato da capital baiana receber investimentos desde o período colonial, quando foi capital do Brasil de 1549 a 1763, não se justificaria, então, o Estado realizar uma distribuição dos investimentos de maneira mais igualitária por todo o território baiano e assim promover um desenvolvimento mais amplo? A quem este modelo de gestão do território público atende? As experiências mostram que não favorece nem a fisiografia, tampouco grande parte da sociedade que vive em bolsões de miséria. A história do desenvolvimento econômico do país mostra que o Governo Federal tem participação fundamental na política de concentração de investimentos, oferecendo este modelo de administração para as unidades federais. A política de privilegiar os grandes centros se mostrou e continua a ser ineficiente para conter as desigualdades, prova disso é que a cidade de Salvador neste começo do século XXI enfrenta graves problemas sociais e com dificuldades de preservar várias de suas edificações que datam dos seus primeiros anos de vida, tem suas áreas de preservação natural sofrendo constante invasão por diferentes classes sociais, tem as maiores taxas de desemprego do país e apresenta panoramas de degradação humana como em outros grandes centros brasileiros.

Este cenário da capital baiana só reafirma que a concentração de investimentos que há desde o começo da sua história não se mostrou efetiva na melhoria de qualidade de vida das pessoas, se esta foi a intenção, bem como retardou ou paralisou o desenvolvimento de outras regiões do estado. Quando relembra a história do povoamento do território da Bahia, levando em consideração a rede formada pelos trilhos das estradas de ferro e do trânsito dos vapores pelos rios, Freitas (2000, p. 28) diz que “[...] o Estado especializava e criava condições para uma nova regionalidade, tudo em abrir mão de ter e reconhecer Salvador como o núcleo entral, lugar estratégico [...]” O poder central em Salvador não teve competências para a partir da capital distribuir o desenvolvimento entre as regiões do estado.

Para estudar o funcionamento interno da região, M. Santos (1996) dizia que para se compreender uma região é necessário verificar qual é a sua relação econômica com o mundo e como isto influencia no seu território tendo o Estado uma participação primordial no processo do seu desenvolvimento. Para tanto, é importante entender as relações existentes entre os lugares que compõem a região, com o objetivo de apontar o grau de integração e os diferentes níveis de desenvolvimento entre os mesmos, ainda que as relações entre as cidades e destas com o campo

não obedecem a uma hierarquia como tradicionalmente existia. Mas o que seria o desenvolvimento de uma região? De acordo com Santos, Diniz e Barbosa (2004, p. 152), “antes de estudar desenvolvimento, é preciso estudar história, o todo. Depois há que se conhecer as particularidades de cada caso e, portanto, por último, juntá-las novamente ao todo.” Este pensamento corrobora com a metodologia utilizada neste estudo regional, pois não se estudou a região pela região, o poderia fatalmente levar a uma análise fragmentada sobre seu dinamismo e de que dele fazem parte as ações internas e externas.

Desenvolvimento é mais um daqueles vocábulos em que as ciências sociais e humanas procuram oferecer uma definição dentro dos seus ambientes de estudo, por isso que não é um processo fácil de ser analisado, pois, ele não apresenta uma enunciação única do seu sentido, isto quer dizer que não se aplica um mesmo plano de desenvolvimento para todas as regiões do estado e do país. Além da sua multiplicidade de significados, o desenvolvimento provoca várias reflexões sobre como implantá-lo, sobretudo se ele for concebido dentro de uma óptica ideológica o que pode provocar entraves para a sua implantação, haja vista, que o sentido de desenvolvimento não tem o mesmo significado para os entes de uma localidade, principalmente entre aqueles que decidem o destino de um lugar. Nonato e Cataia (2004, p. 5) dizem que hoje “o sentido de desenvolvimento torna-se muito mais econômico que social, muito mais material que humano e principalmente mais perverso que anteriormente.” Humanizar as políticas de desenvolvimento também é parte de um processo de integração em todas as escalas, pois as propostas centradas somente no capitalismo têm mostrado um caminho para o individualismo das pessoas e dos lugares.

Para Martins (2002, p. 58),

“o desafio maior é certamente criar e consolidar uma outra cultura de desenvolvimento cujo objetivo mais importante é, por uma perspectiva cultural, a elevação do estado de bem-estar humano em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica).”

Esta orientação, pensada sob uma esperança de convivência harmoniosa entre desenvolvimento humano, preservação dos elementos naturais conjugada com crescimento econômico, perfeitamente possível, para ser aplicada exigiria um esforço em sensibilizar a todos que vivem numa sociedade a necessidade de se viver num estágio com menores índices de desigualdade socioeconômica, independentemente do tamanho da área geográfica.

No que se refere à utilização de escalas para a aplicabilidade de projetos de desenvolvimento observa-se também alguns pensamentos antagônicos quanto a privilegiar dimensões diferenciadas. Se de um lado existe uma corrente que procura valorizar o nacional e o regional, o que passa por um estudo geográfico de âmbito mais geral, na outra extremidade o foco dos estudos se concentra no local justificado por enfatizar o meio com seus elementos humanos e físicos, mas que também é analisada como um processo que pode levar a perda de governança das regiões pelo Estado. Dentro da Geografia, os críticos do localismo dirão que se trata de um estudo muito reducionista com pouca relevância para se entender a dinâmica espacial e que contribui, ainda mais, para o esfacelamento do Estado. Para que não se caísse numa análise pautada em conjecturas, foram compilados alguns autores e suas definições sobre desenvolvimento, numa tentativa de encontrar uma tipificação para Extremo Sul baiano. Utilizando uma escala nacional de análise, H. Singer (1979, p. 18) diz que:

[...] conceito de desenvolvimento econômico: não requer dizer simplesmente no aumento do PNB de um país, mas a diminuição da pobreza a um nível individual. Provavelmente os melhores indicadores de pobreza seja o baixo consumo de alimentos e o elevado desemprego. Se estes problemas forem abordados de maneira adequada, junto como o crescimento do PNB e com uma distribuição de renda razoavelmente adequitativa, aí sim, poder-se-á falar num genuíno desenvolvimento econômico.

Simplificando o pensamento de H. Singer (1979), adaptando-o para a escala do território do Extremo Sul, produz a seguinte questão: qual é o retorno que os impostos gerados pelo turismo e pelas multinacionais do eucalipto em conjunto com as outras atividades econômicas estão oferecendo para uma minimização efetiva da pobreza na região, bem como a sua integração? Isto significa chamar para o debate as instituições de ensino superior, o poder público, a sociedade e as empresas para apresentarem a existência ou não de uma correlação sobre a participação dos grandes empreendimentos e das atividades econômicas mais importantes para o desenvolvimento regional. Silva e Silva (2003) destacam a participação do turismo litorâneo e das indústrias de papel e celulose na dinamização do Extremo Sul da Bahia. Um dinamismo certamente atrelado ao aquecimento econômico da região, contudo, se as atividades econômicas são vistas apenas como o crescimento da arrecadação de impostos, o desenvolvimento estará sendo realizado pela metade. Nesta mesma linha de pensamento pode acrescentar a análise que M. Santos (1979, p. 235) faz sobre o processo de crescimento regional atrelado às grandes indústrias:

Os fenômenos de crescimento, às vezes, registrados em algumas regiões deprimidas, não significam que as disparidades regionais estejam em vias de diminuição ou de absorção. Se as atividades recentemente instaladas são responsáveis por relações privilegiadas com outras atividades locais ou pela utilização de matérias-primas da região, é possível que os efeitos cumulativos assim provocados contribuam para reduzir os desníveis. Em caso contrário, ocorre o crescimento estatístico, dito às vezes econômico, mas não crescimento social ou sócio-econômico. As quantidades globais aumentam, mas nem o bem-estar nem a distribuição das rendas melhoram. É sobretudo o caso da instalação de cidades industriais mais ou menos ligadas ao exterior; é também o caso das indústrias de exportação que se estabelecem para se beneficiar de vantagens comparativas locais, inclusive mão-de-obra barata.

Para verificar qual o caminho que o desenvolvimento no Extremo Sul baiano tomou será preciso esperar mais alguns anos para avaliar o comportamento das grandes empresas que utilizam principalmente dos elementos naturais da região. Para Sachs (1986, p. 18) o desenvolvimento poderia ser feito através de ecorregiões onde se leva “em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo.” Nos tempos atuais, onde a preservação ambiental e de reforço da identidade cultural de um povo permeia os debates sobre desenvolvimento, inclusive o que se chama de sustentável, esta sugestão de Sachs (1986) ganha força, haja vista que ela passa diretamente por um planejamento voltado para solucionar os problemas que afligem os moradores de uma região, ou até mesmo de municípios, requerendo estudos pontuais, tendo em vista que o espaço é natural ou artificialmente heterogêneo. Esta visão se aproxima muito da tendência do localismo.

Martins (2002, p. 52) sugere que o desenvolvimento de um determinado lugar deve ter como base a atuação dos seus moradores, pois, “o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos, mas na postura que atribui a comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento.” Neste pensamento observa-se que o autor sente a ausência da participação da população local como um dos protagonistas do desenvolvimento, ou seja, Martins propõe a saída desta população de um estágio de passividade para uma postura ativa promovendo assim o equilíbrio entre as ações exógenas e endógenas. No entanto, é importante lembrar que para que a participação da população local seja mais efetiva no seu processo de desenvolvimento é necessário que ela seja do-

tada de técnicas, caso contrário ela poderá ficar dependente de planos alienígenas. Uma situação comum no Extremo Sul da Bahia, onde os municípios esperam por um grande empreendimento externo para alavancar o seu desenvolvimento. Para que a sociedade local tenha influência nos rumos do seu desenvolvimento, uma variável é fundamental neste desfecho: a educação. É através dela que um povo pode encontrar a sua liberdade e conduzir seus destinos, produzir suas técnicas e tecnologias e principalmente pensar criticamente o lugar em que vive. Para Hansen (2003, p. 103) “[...] a educação, a capacidade de aprendizagem e o conhecimento tornam-se, cada vez mais, componentes determinantes da trajetória do desenvolvimento local e a economia de serviços cresce em importância enquanto atividade econômica.”

Uma das dificuldades para que a educação mostre seus frutos no desenvolvimento, como sublinhado por Hansen, está nas barreiras inumeráveis (conhecidas não só pela comunidade científica, mas também de domínio público) que ela encontra para se desenvolver, por exemplo, em regiões como o Extremo Sul da Bahia. A realidade da maioria das escolas mantidas pelos municípios e Estado na região pouco contribuem para que as comunidades onde estão inseridas se desenvolvam. Escolas Modelos são construídas, mas são apenas modelos, são exceções no cenário educacional da região, assim, o que seria um modelo a ser disseminado acaba por se tornar um oásis num deserto da escassez educacional cultivada por modelos políticos avessos ao desenvolvimento humano. A Figura 10 mostra a realidade das escolas públicas na região, mormente as rurais, que têm cercas características semelhantes das mesmas que são utilizadas para cercar o gado na fazenda.

Figura 10 - Escola municipal na rodovia Itamarajú – Prado



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Tomar a educação como prioridade para o desenvolvimento parece não fazer parte dos governos em todas as esferas, haja vista, a situação mostrada pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Minc) 2006, onde foi constatado que menos de um terço dos 5.564 municípios brasileiros priorizaram suas verbas para a educação. Num artigo sobre a política que o Banco Mundial tenta implantar sobre a questão da educação e o desenvolvimento social, Borges (2003), mesmo com algumas ressalvas sobre a ideologia do Banco, mostra que esta entidade reconhece que as reformas educacionais, visando maior acessibilidade e melhoria do ensino, contribuem para a promoção da estabilidade política dos lugares, o que consequentemente poderá atingir maiores níveis de desenvolvimento. Para Frantz (2001, p. 249), “a educação, como função construtora e reconstrutora dos espaços de vida, faz-se presente pela via das organizações sociais, entendidas estas como lugares de cultura, política, de economia.” Então, se através da educação pode-se preservar e conservar traços culturais dos lugares, contribuir para a politização da sociedade e possibilitar o uso do meio ambiente de forma racional, conclui-se que ela é a variável mais importante no desenvolvimento amplo de uma sociedade, no entanto, relegada por aqueles que têm o poder de aplicar os recursos para a sua melhoria.

Buscando explicar a origem da má formação educacional do povo brasileiro e o seu reflexo no desenvolvimento do país, Prado Júnior (1998, p. 61) vai afirmar que: “não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constituiu um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas.” Não se pode negar que houve avanços do período relatado por Prado Júnior até os dias atuais, mas num ritmo bem mais lento do que deveria ser para que o país pudesse estar num patamar mais alto do desenvolvimento amplo, o que traduziria em menos desigualdades internas.

Analisando a relação da educação com a produção agrícola no país, Szmrecsányi (1997, p. 14) diz que o atraso tecnológico da nossa agricultura colonial tem suas raízes principalmente “no baixo nível cultural e técnico dos seus fazendeiros. A persistência do escravismo contribuía, no entanto, de forma poderosa para impedir o surgimento de estímulos à transformação qualitativa do sistema produtivo.” Fazendo uma analogia com os dias atuais, grande parte dos administradores públicos do Extremo Sul da Bahia tem baixa escolaridade. E, de certa forma, a região ainda vislumbra uma perspectiva de passar de um estágio de política coronelística para uma política que possibilite maior liberdade de expressão, principalmente, das camadas sociais que vivem nos lugares opacos. (SANTOS, M., 2005) No Extremo Sul da Bahia “percebe-se que a escolaridade básica e de boa qualidade ainda não

faz parte da vida da maioria dos cidadãos da região.” (FONTES, 2006, p. 199-200) O contexto descrito por Fontes reflete claramente que a riqueza que está sendo construída na região, através de seus principais agentes de desenvolvimento, principalmente os setores públicos e privados, não contempla a principal variável que coloca uma sociedade apta para conduzir com suas próprias pernas o seu futuro. Este cenário de descaso com a educação remete ao que Bunge (1980) chamou de cienciologia, apesar de ser uma análise feita em relação ao desenvolvimento científico, ou ao subdesenvolvimento da ciência, pode ser perfeitamente aproveitada muitas das suas críticas – ou como o autor denomina de receitas – para entender o porquê que a educação, mesmo nos níveis anteriores ao nível superior, não tem investimentos que a façam sair ainda de um estágio primitivo na maior parte do território nacional. Não sendo também diferente nesta parte da Bahia, como mostram os números do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (Tabela 10).

Tabela 10 – Relação entre o IDH e o Ideb nos municípios do Extremo Sul da Bahia

Municípios	IDH municipal	IDEB 2007	
		Anos iniciais	Anos finais
Alcobaça	0,673	3,0	2,9
Belmonte	0,618	2,5	3,1
Caravelas	0,668	2,7	2,3
Eunápolis	0,704	3,0	3,1
Guaratinga	0,593	2,5	2,2
Ibirapua	0,673	3,3	3,3
Itabela	0,637	2,8	2,9
Itagimirim	0,633	2,1	2,6
Itamaraju	0,650	2,7	2,6
Itanhém	0,674	3,3	3,3
Itapebi	0,637	2,9	2,5
Jucuruçu	0,583	2,7	2,5
Lajedão	0,639	3,9	3,3
Medeiros Neto	0,682	3,5	2,9
Mucuri	0,690	3,0	2,7
Nova Viçosa	0,658	2,9	2,8
Porto Seguro	0,699	3,2	3,1
Prado	0,665	3,5	2,7
Santa Cruz Cabrália	0,688	3,7	3,4
Teixeira de Freitas	0,698	3,5	3,0
Vereda	0,597	3,6	4,1

Fonte: Elaborada pelo autor , baseada em SEI, IBGE, MEC (2008).

A Tabela 10 pode oferecer a seguinte leitura: quanto ao IDH a região está mais próxima do índice baixo, que vai de 0,0 a 0,499, do que o mais alto que vai de 0,800 a 1,0. Quanto ao (Ideb) – elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (Inep/MEC) – percebe-se que a região está longe de atingir a nota 6,0, ou acima dela, que seria equiparada aos países considerados de Primeiro Mundo. Mas, curiosamente, a tabela mostra que não há uma correlação entre o índice que serve para medir a educação e o índice de mensuração do desenvolvimento humano. Se se compara os números entre Eunápolis (maior IDH) com Vereda (um dos menores IDH) nota-se que este último município conseguiu obter as maiores notas no que se refere à educação básica, chegando o mais próximo da nota geral do país que foi de 4,2. O índice geral do estado da Bahia foi de 2,6 nos anos iniciais e de 2,7 nos anos finais.

Quando se compara estes índices com os números do Extremo Sul, a tabela mostra que somente três municípios estão abaixo do índice estadual nos anos iniciais (Belmonte, Guaratinga e Itagimirim) e seis municípios estão abaixo nos anos finais (Caravelas, Guaratinga, Itagimirim, Itamaraju, Itapebi e Jucuruçu). Ainda que seja um esforço de unificar uma análise que saia da abstração e passe para o concreto, os índices são passíveis de serem questionados, pois podem não refletir a realidade do território analisado. Não há como negar que os governos municipal e estadual não estejam presentes na educação básica no Extremo Sul da Bahia, mesmo porque essa é uma das suas obrigações com a sociedade. Os números dos Indicadores Demográficos e Educacionais mostram que dos 1 065 estabelecimentos de ensino voltados para a educação básica, municípios e estados têm, juntos, na região, 960 escolas. Sendo que a rede privada está com 105 escolas, todas concentradas nas áreas urbanas. Contudo, nota-se que a grandiosidade dos números não se traduz numa boa qualidade no ensino, mas, apenas esconde a precariedade das escolas, principalmente as que estão nas zonas rurais ou municípios com pouca expressividade política e econômica.

Ao se tomar o IDH, criado em 1990 por dois economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, que leva em consideração a taxa de alfabetização, a renda per capita e a longevidade, como referência para estabelecer quais são os lugares mais desenvolvidos no Extremo Sul da Bahia temos a seguinte situação: todos os municípios da região estão classificados na faixa do IDH médio que compreende entre 0,500 a 0,799. Sendo que o município de Eunápolis apresenta o maior índice com 0,704 e na outra ponta está o município de Jucuruçu com o pior índice, bem próximo do IDH baixo, 0,583. No entanto, os números do IDH podem ser questionados pelo

menos em duas das suas três variáveis, pois as taxas de alfabetização não necessariamente traduzem a qualidade na educação, como aponta Raykil (2006, p. 239) quando destaca os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que são destinados aos municípios:

[...] não exige nem proporciona um controle gerencial desses recursos que facilite a eficácia nos resultados esperados. O que existe é fiscal, que em certa medida propicia uma cobrança na aplicação dos recursos, mas não garante os resultados qualitativos positivos.

Por outro lado, de uma maneira geral, o capital privado também não tem nenhuma intenção de realizar investimentos na área da educação nos lugares mais pobres da região. Para constatar essa realidade basta consultar os dados dos Indicadores Demográficos e Educacionais do Ministério da Educação de 2008 e será constatado que nos municípios de Jucuruçu, Vereda, Lajedão e Ibirapuã não há registro de escolas particulares. Portanto, um campo fértil para que as grandes corporações, como os bancos privados, possam realizar suas ações sociais, que podem ser voltadas para diferentes setores, tais como, a educação, saúde e moradia, pois em pleno século XXI ainda é regra encontrar na urbanização, principalmente nas pequenas cidades do Extremo Sul da Bahia, construções de pau-a-pique (Figura 11).

Figura 11 - Residência de uma família no município de Jucuruçu



Fonte: Augusto Nicolas (2007).

Um estudo mais apurado mostraria que uma família que vive em residências como a que está na Figura 11 não estaria dentro de um IDH médio que caracteriza

toda a região. Qual seria a diferença entre as antigas senzalas e estas moradias? São moradias que nos lembram o período da primeira colonização iniciada em Santa Cruz Cabrália, como relata Telles (1987, p. 86): “as casas nesta terra são algumas de pedra e cal, cobertas de telha, mas são comuns de taipa cobertas por palma, erva e cascas de paus.” Este panorama explicita que a falta de políticas de habitação não ocorre somente em grandes centros.

E, em relação à renda *per capita*, ela também não significa o ganho real de cada habitante e acaba por esconder uma realidade que, na verdade, é uma imensa fossa abissal que separa os mais abastados dos quase indigentes. Portanto, é preciso rever até que ponto a divulgação de números generalizados, seja em matrículas nas escolas, seja na renda dos moradores de um lugar tem uma contribuição para o entendimento da dinâmica do desenvolvimento. Se estes números serão contrapostos sempre, e serão, por aqueles que desejam tirar o véu negro da realidade brasileira para mostrar a qualidade de vida dos excluídos economicamente, mas incluídos geograficamente, então ficaremos num eterno giro em torno do próprio eixo. Se geograficamente cada lugar é único, porque adotar uma fórmula generalista para mensurar o desenvolvimento, que é uma palavra com vários significados? Este tipo de abordagem faz lembrar uma crítica que Raffestin (1993) fez sobre a tendência de que economistas e geógrafos tendem a homogeneizar o espaço e a sociedade, respectivamente. De acordo com Casttels (2000) é importante distinguir desenvolvimento de desenvolvimento econômico. Talvez, esta distinção não seja tão importante para a aplicação prática de um plano que vise o desenvolvimento amplo, um bom emprego dos recursos tendo a retidão ética como norte se torna mais importante que proposições de nomenclaturas. Um desenvolvimento que se apoia no trinômio sociedade-economia-cultura, ou seja, o desenvolvimento amplo, não pode ser fragmentado em setores, mas sim formulado numa sinergia.

Em relação à escala, pode-se dizer que o tamanho ou a configuração da área é irrelevante a partir do momento em que os planos são criados obedecendo a uma lógica espacial. Por exemplo, os estudos de Benko (2001, p. 10) mostram que “os espaços mais desenvolvidos do mundo estabeleceram-se sob a forma de um sistema de economias regionais polarizadas, construídas em torno de zonas metropolitanas centrais ou sob a forma de regiões megalopolitanas.” Em outra direção, Santos, Diniz e Barbosa (2004, p. 154) dizem que os Arranjos Produtivos Locais – APLs (comparados aos Clusters, nos Estados Unidos) se traduzem na “perspectiva mais ampla do desenvolvimento econômico nacional e regional a partir das particularidades de um país.” Assim, conclui-se que o desenvolvimento cabe em qualquer escala, ele

tanto se dá na Região Metropolitana de Salvador como também no polo turístico da Costa do Descobrimento. Portanto, a questão crucial ainda é preparar os lugares para receber o desenvolvimento independente da extensão territorial. E, é dentro deste contexto, que “a educação, a capacidade de aprendizagem e o conhecimento tornam-se, cada vez mais, componentes determinantes da trajetória do desenvolvimento local [...]” (HANSEN, 2003, p. 103-104)

Este conjunto de pensamentos sobre o desenvolvimento demonstra que a evolução de uma região depende das ações do governo e do comportamento da sociedade frente aos desejos com relação ao presente e futuro do lugar (com sua fisiografia) em que mora. Cada sociedade que habita um dado lugar da região desenvolve uma economia, suas tradições, um modelo político de governar, e juntamente com a diversidade física do território são os elementos que vão dar o caráter de heterogeneidade da região, e isto, é sua principal característica. A região do Extremo Sul da Bahia possui uma estrutura interna dividida em outras regiões, como as costas do Descobrimento e das Baleias, com suas diversidades sociais, econômicas e naturais. Essas diversidades vão aparecer quando se estuda cada um dos seus lugares. Um estudo sobre a dinâmica das atividades econômicas e seus agentes favorece a uma maior percepção em relação a um estágio de desenvolvimento ou não de um lugar. “No atual contexto geográfico-econômico e social é preciso priorizar cada vez mais a análise da perspectiva do comportamento dos lugares e regiões, tomados no âmbito da territorialização.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 18)

É justamente esta falta de planejamento territorial, tendo como objetivo principal a integração das regiões e dos lugares, que emperra o desenvolvimento dentro do território nacional, dentro das grandes regiões e dentro das unidades federais, o que contribui para o acirramento e o afloramento do bairrismo entre os lugares. Os níveis de desenvolvimento sempre vão variar entre os lugares, mas há que se pensar em como transpor riquezas daqueles que têm mais para os mais deficientes. E, não está se falando em riqueza como significado de dinheiro, mas transposições através de outras vias, como conhecimento, saúde, geração de trabalho.

Uma outra variável que é usada para medir o nível de desenvolvimento de um dado lugar é a avaliação do Produto Interno Bruto (PIB), os seus números apontam os municípios mais e menos desenvolvidos baseados na soma de todos os bens e serviços produzidos. É também uma forma de entender como a economia está se comportando entre os municípios e, de certa forma, expõe onde o capital se concentra dentro da região. A Tabela 11 mostra a dinâmica do PIB entre os municípios do Extremo Sul da Bahia no período de 2002 a 2005.

Tabela 11 – Produto Interno Bruto dos municípios do Extremo Sul, de 2002 a 2005 (em R\$ milhões)

Municípios	2002	2003	2004	2005
Alcobaça	89,26	96,78	89,74	125,52
Belmonte	58,70	54,50	70,78	82,06
Caravelas	112,17	123,48	112,01	139,03
Eunápolis	352,72	411,17	650,24	753,40
Guaratinga	65,91	67,11	66,86	70,07
Ibirapuã	30,18	33,27	31,93	36,73
Itabela	80,10	103,80	88,81	107,65
Itagimirim	21,58	26,64	32,17	44,83
Itamaraju	215,44	240,69	262,54	281,96
Itanhém	52,64	63,82	67,81	76,92
Itapebi	68,80	77,43	200,06	158,44
Jucuruçu	29,49	41,98	39,60	42,27
Lajedão	20,49	36,44	19,89	21,10
Medeiros Neto	77,56	84,74	88,10	95,87
Mucuri	511,53	611,69	550,39	671,87
Nova Viçosa	132,44	158,58	138,14	158,30
Porto Seguro	311,29	370,10	464,26	547,28
Prado	121,19	164,34	184,68	172,14
Santa Cruz Cabralia	59,44	79,32	102,10	103,77
Teixeira de Freitas	410,99	467,38	523,14	618,55
Vereda	29,02	33,66	34,32	29,30
TOTAL	2.850,97	3.346,90	3.817,54	4.337,08

Fonte: Elaborada pelo autor, baseada em SEI (2008).

Os sete maiores PIB's municipais registrados no ano de 2005 têm uma íntima relação com o plantio e transformação do eucalipto, porém, faz-se uma ressalva quanto aos municípios de Itapebi e Porto Seguro, onde duas outras atividades influenciaram para o crescimento de suas arrecadações, a usina hidrelétrica e os investimentos no turismo, respectivamente. O município de Eunápolis, com o maior PIB em 2005, apresenta uma trajetória constante no seu crescimento de arrecadação, onde vários fatores contribuíram para tal, como: o aumento de comércios nos diferentes seguimentos, o final da carência de impostos da Veracel com o município e por ser uma área de atração populacional. Ainda que o Extremo Sul da Bahia seja visto como a região do eucalipto, os dados da produção por setores mostram que é o setor de serviços que se faz mais presente na maioria dos municípios da região, como se observa na Tabela 12.

Tabela 12 – Produção por setores da economia na região no ano de 2005

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alcobaça	50,01	7,36	42,62
Belmonte	23,59	23,69	52,71
Caravelas	58,70	4,81	36,50
Eunápolis	8,41	26,59	65,00
Guaratinga	38,07	8,95	52,98
Ibirapuã	39,23	7,17	53,60
Itabela	24,59	12,81	62,60
Itagimirim	44,72	7,54	47,74
Itamaraju	25,46	10,34	64,20
Itanhém	30,38	9,43	60,19
Itapebi	5,82	75,60	18,58
Jucuruçu	56,70	4,79	38,51
Lajedão	52,64	5,95	41,42
Medeiros Neto	19,90	19,24	60,86
Mucuri	18,06	58,20	23,74
Nova Viçosa	27,30	13,55	59,14
Porto Seguro	7,52	14,23	78,25
Prado	54,91	6,57	38,51
Santa Cruz Cabralia	23,77	14,15	62,08
Teixeira de Freitas	5,47	17,59	76,94
Vereda	51,92	6,37	41,71

Fonte: Elaborada pelo autor (2008).

A Tabela 12 indica que dos vinte e um municípios que compõem a região, doze têm grande parte do seu PIB sustentado pelo setor de prestação de serviços com uma participação substancial do comércio; em cinco municípios (Itagimirim, Jucuruçu, Lajedão, Prado e Vereda) é o setor rural que se destaca; e somente em dois municípios (Itapebi e Mucuri) que a participação da indústria tem uma maior expressividade. Mas, é importante lembrar que nem sempre que uma atividade se mostra superior que a outra num determinado município, ela contribui com o maior volume de impostos arrecadados. Finalizando essa relação entre o PIB e o crescimento de uma determinada área, independentemente da sua escala, a Tabela 13 apresenta os dados entre todas as regiões econômicas da Bahia.

Os dados da Tabela 13 contribuem para reafirmar que o problema das velhas questões regionais na Bahia continua a existir, como analisado amplamente por Silva e Silva (2003). Estes números também reforçam a análise de que ainda há grandes disparidades internas que são alimentadas pela tradicional política de concentração. Mesmo sob a alegação de que a maioria das regiões obteve cresci-

mento do PIB do ano de 2002 para 2005, não se pode negar o abismo entre elas, explícito nos dados entre a Região Metropolitana de Salvador e a região do Médio São Francisco. Para Clemente e Higachi (2000, p. 14) “os planos de desenvolvimento regional constituem o exemplo típico de delimitação de região de planejamento pelo setor público.” Então, é o Estado que deve ser responsável por um plano de desenvolvimento e integração regional, porém, são as empresas que estão realizando esta incumbência seguindo suas ideologias administrativas. De acordo com Almeida (2005, p. 103) “o desenvolvimento do capitalismo gerou, no Brasil, ao longo do tempo, desigualdades regionais,” e estas desigualdades estão longe de serem reparadas na medida em que a presença das empresas nos lugares cria uma tendência de ingovernabilidade dos mesmos; com isso as pessoas perdem a fé nas instituições e seus governantes, levando a uma falta de credibilidade popular, comprometendo a legitimidade dos governos. (BAQUERO, 2003)

Tabela 13 – Produto Interno Bruto entre as regiões econômicas da Bahia, no período de 2002 a 2005 (em R\$ milhões)

Regiões Econômicas	2002	2003	2004	2005
Metropolitana de Salvador	30.515,47	33.455,63	39.271,94	45.907,29
Litoral Norte	2.420,43	2.728,05	3.269,93	3.895,87
Recôncavo Sul	1.713,87	1.940,78	2.171,60	2.546,94
Litoral Sul	4.301,84	4.769,15	5.313,84	5.971,78
Extremo Sul	2.850,97	3.346,90	3.817,54	4.337,08
Nordeste	2.933,09	3.404,92	3.744,32	4.016,17
Paraguaçu	3.660,50	4.222,29	4.593,68	5.620,80
Sudoeste	3.152,26	3.599,75	4.098,68	4.999,76
Baixo Médio São Francisco	1.557,82	1.615,52	1.809,86	2.033,88
Piemonte da Diamantina	1.119,38	1.375,54	1.570,66	1.756,34
Irecê	739,89	820,09	963,85	1.042,75
Chapada Diamantina	994,47	1.184,25	1.225,79	1.414,90
Serra Geral	1.178,34	1.314,29	1.449,83	1.689,17
Médio São Francisco	792,17	857,29	932,98	973,48
Oeste	2.741,35	3.512,46	4.848,72	4.736,80

Fonte: Elaborada pelo autor (2008).

Com uma área de 564 692,669 km², cabendo nela 25 estados do tamanho de Sergipe, o estado da Bahia possui um dos maiores territórios entre os estados brasileiros, onde se encontra uma diversidade de elementos naturais, econômicos, sociais, culturais etc., por isso, se justifica reforçar “a necessidade de construção de uma política estadual de desenvolvimento para suas regiões.” (SILVA; SILVA, 2003,

p. 77) Se o Estado não assiste, por igual, as suas regiões com projetos voltados para sua integração, e é sabido que há dificuldades para que este modelo ideal seja real, corre-se o risco de sofrer uma intensa desterritorialização, no sentido de perdas de referenciais culturais e, numa situação mais extrema, até a perda de áreas. M. Santos (2000) irá dizer em relação ao papel do Estado que este não encolheu, mas se omitiu em relação ao bem-estar da sociedade e como consequência se tornou mais forte para servir a uma economia cada vez mais hegemônica. Sendo assim, a elevação dos níveis de aprendizado, a qualidade com a saúde social, a preservação de elementos culturais, a utilização racional de recursos naturais, e tudo mais que representa valores para a sociedade ficam alijados do desenvolvimento entendido por nossos administradores públicos.

Em resumo, todas as proposições de estudos sobre desenvolvimento, discutidas anteriormente corroboram com o que H. Singer (1979, p. 42) pensa sobre este fenômeno, pois, ele afirma não haver “um corpo central de doutrina geralmente aceito como a teoria do desenvolvimento econômico, pois diferentes autores têm enfatizado diferentes aspectos do processo de desenvolvimento.” Sendo assim, não é possível enquadrar a região do Extremo Sul da Bahia em nenhum dos modelos apresentados aqui, mas ela apresenta partes de cada modelo em suas microrregiões e em seus lugares, uma característica da tendência de combinar a atuação de agentes endógenos e exógenos.

A cultura como divisão geográfica

Os elementos culturais têm sido utilizados, nos dias atuais, como caminhos para viabilização de geração de emprego e renda de uma sociedade. A comercialização da cultura se tornou uma retórica forte para tentar justificar a sua preservação ou revitalização. E este discurso tem obtido sucesso, mormente nas sociedades debilitadas de sentimentos de pertencimento e com perdas de referenciais históricos. Assim, a cultura no Extremo Sul da Bahia só teria relevância caso esteja atrelada a um tipo de comercialização, ainda que seja de forma caricata. A cultura sempre foi um elemento importante para a identificação dos territórios, independentemente de sua escala, no entanto, a parceria com o capital não somente a descaracterizou como também a fez ficar mais efêmera, pois todo produto (é assim como a cultura está sendo tratada) tem seu período de valorização. Sabe-se que a cultura é efêmera quando comparada ao tempo de vida do ser humano na Terra, mas quando cultuada com o sentimento de pertencimento de um povo, ela pode ser repassada

para outras gerações através de estudos, pesquisas, por exemplo. Por outro lado, quando ela é cooptada pelo capital, perde o motivo da sua continuidade. O que fica marcada numa sociedade sobre o comportamento indígena, os seus rituais antigos ou a venda de ornamentos nas calçadas das praias de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália? Estes ornamentos vão enfeitar casas e apartamentos em lugares bem distantes, mas apenas como um elemento exótico que o visitante comprou, não como algo que lhe faça pensar na simbologia da cultura indígena.

Talvez preterida pela sociedade moderna, a cultura ligada às manifestações históricas encontrou no capital mais uma forma de respirar, ainda que desconfigurada de sua originalidade. Parece que a evolução dos meios de transportes e comunicação, a necessidade financeira, uma realização pessoal, podem estar contribuindo para que as pessoas fiquem menos tempo no lugar onde nasceu dificultando, assim, o enraizamento e, por conseguinte, provocando um corte na perpetuação ou num prolongamento maior de uma cultura local ou regional. Neste sentido a cultura e a economia apresentam semelhanças em suas dinâmicas. Aliás, é cada vez mais raro encontrar numa região uma identidade cultural pura ou mesmo uma atividade econômica que se sustente por um longo período. Estas duas variáveis que fazem parte de qualquer território apresentam-se como dicotômicas no Extremo Sul da Bahia, tendo em vista que nos lugares mais fechados, isto é, mais isolados e menos atraentes, podem não ter um desenvolvimento econômico forte, mas podem conservar sua cultura por mais tempo que os lugares abertos. Sendo assim, seria perfeitamente normal que o ambiente e a sociedade das três maiores cidades do Extremo Sul da Bahia estejam bastante modificados em função das suas atividades econômicas. Em Eunápolis, por exemplo, restam poucos símbolos materiais da sua história como o maior povoado do mundo. Enquanto isso, cidades como Vereda, Jucuruçu e Lajedão, por exemplo, conseguem retardar a transformação do seu meio ambiente por serem menos produtivos economicamente.

Todavia, mesmo com suas dificuldades de sustentação, a cultura ainda continua sendo um elemento de diferenciação entre países, regiões e lugares. Na verdade, o aumento do deslocamento pelo espaço, se de um lado não favoreceu o enraizamento, por outro lado, propiciou a mistura de culturas. A sede de viver plenamente a sua cultura levou muitos povos a procurarem um espaço no planeta para criarem o seu lugar, pois a identidade de um lugar é construída de “significado com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado.” (CASTELLS, 2000, p. 22) É no arcabouço cultural de um povo que se pode obter

informações sobre os ciclos da economia, as posturas política e a relação com a geografia onde ela está inserida. Daí, ser uma ferramenta importante também nos estudos geográficos.

A modernização dos meios de transporte, a redução dos custos de viagens, a melhoria da infraestrutura rodoviária e o aparecimento de novas zonas de possibilidades de trabalho em nosso país possibilitaram um aumento do deslocamento de pessoas por todo o território nacional. Junto com as pessoas, além dos sonhos de melhoria na qualidade de vida, vai também a cultura que cada um carrega do lugar de origem. Um bom exemplo desta fluidez da cultura pelo espaço é dado por Gupta e Ferguson (2000, p. 32) quando descrevem o deslocamento dos “refugiados khmer nos EUA [que] levam a cultura khmer com eles, da mesma forma complicada como os imigrantes indianos na Inglaterra transpor a cultura indiana para sua nova pátria.” De maneira pacífica ou tumultuada, a cultura sempre acha um jeito de ser explicitada num território estranho. Contudo, nenhum território seria estranho se realmente o mundo fosse um só, destituído de muros geográficos.

Utilizar a cultura como um instrumento de análise espacial não é de fácil manuseio, tendo em vista que cultura também é mais um daqueles léxicos de difícil definição, “pois a compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana.” (LARAIA, 1999, p. 65) Portanto, não sendo este o objetivo deste livro, isto é, compreender a natureza do homem, procurou-se traçar um paralelo de algumas manifestações culturais que indicam que o Extremo Sul não possui características que seriam consideradas típicas da cultura baiana com a intenção de mostrar que a diversidade cultural é imperativa em seu território. Num estudo regional abrir mão da cultura seria negligenciar a participação do sujeito no contexto da formação de um território, pois, depois das características físicas do ambiente, os hábitos de uma sociedade talvez sejam o mais preponderante para diferenciar os lugares. De acordo com Haesbaert (1999, p. 24), estudar uma região “não é simplesmente recortar o espaço [...]. Deve envolver, igualmente, as diferenças de natureza como aquelas de ordem mais estritamente cultural.” Mas qual seria a importância das novas culturas instaladas no Extremo Sul da Bahia provenientes de outras regiões do país e do mundo? Seria apenas para verificar a origem dos deslocamentos e suas causas? Neste caso não estaria apenas contabilizando o número de pessoas que chegam sem, necessariamente, levar em consideração os seus hábitos? Se a quantificação das pessoas e do que elas produzem passa a ser o objetivo desta análise, sendo assim, a cultura dessas pessoas seria irrelevante para a construção da região,

mas a capacidade técnica delas é que sobressairia. Não se tem um equipamento que meça o grau de influência de uma cultura num dado território. O recurso do pesquisador, para esta tarefa muitas vezes se apoia na observação dos fenômenos, privilegiando a experiência de vida dos atores. Para confirmar que a cultura baiana, assim como a economia, não teve forte influência no Extremo Sul, como um todo, sublinhou-se alguns pontos que caracterizam a cultura baiana e que não são encontrados na região pesquisada.

Quando se fala em cultura baiana, imediatamente, remete-se a pensar que ela seja praticada em todos os municípios do estado. Ou será que não é assim? Ou cada município baiano teria uma cultura específica? Ao se buscar na história da Bahia os elementos que deram conformação a cultura que caracteriza o estado, verifica-se que as referências estão ligadas diretamente com a história de Salvador. O mais curioso é que Porto Seguro, sendo um centro mais antigo que Salvador, não tem papel preponderante no estado no que tange a ser um ícone da cultura da Bahia. Então, se é na cidade de Salvador onde estão os mais significativos símbolos da cultura baiana, tomo-a como base para pontuar no Extremo Sul a ocorrência deles, com o objetivo de estabelecer uma conexão entre o que é referenciado como cultura baiana e sua prática na região:

- a) O carnaval – a folia de Momo realizada com uma infraestrutura gigantesca que acontece em Salvador, é própria da capital baiana, mas não é o carnaval de toda a Bahia. No entanto, ele é posto na mídia como o carnaval da Bahia.
- b) As lavagens das escadarias – a riqueza do conjunto arquitetônico, herança dos tempos do Brasil-Colônia, onde se tem a forte presença das belas igrejas centenárias não enfeita todos os municípios baianos, logo, as lavagens festivas que acontecem anualmente de suas escadas são e estão em Salvador.
- c) Os trajes das baianas – cheios de significados religiosos fazem parte das baianas que vendem o acarajé e que cultivam seus rituais em terreiros de candomblé, sobretudo em Salvador e no Recôncavo. As demais baianas se vestem como todas as outras mulheres do Brasil.
- d) Gastronomia – o cardápio das comidas típicas da Bahia não está presente em grande parte das cidades baianas, assim como o acarajé (tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1º de dezembro de 2004) não se faz presente em todas as esquinas da Bahia.

e) Capoeira – Uma luta, um esporte, uma arte, reconhecida também pelo IPHAN como patrimônio cultural do Brasil, é vista com facilidade pela cidade de Salvador e no Recôncavo, porém, no interior está confinada em academias ou em raros centros culturais.

f) E, por fim, o falar considerado musicalizado e tranquilo que dá ao baiano, principalmente ao soteropolitano, um sotaque que lhe é peculiar, não é falado em toda a Bahia. Para A. Souza (2001, p. 11), geógrafo que destaca a importância dos estudos linguísticos no mapeamento da cultura dos lugares, “as classificações dos idiomas e suas áreas de ocorrência. Podia-se ter, com nitidez, uma visão da localização e da extensão das áreas onde este ou aquele idioma é predominante.” Isto justifica relacionar a língua nesta lista de características que faz parte do que se conhece da cultura baiana, tendo em vista que esta variável é considerada como uma das mais importantes nos estudos sobre as diferenciações dos lugares.

Elencar todas as analogias seria impossível devido à grandiosidade e diversidade e de possibilidades que o estudo da cultura oferece, por isso, limitou-se colocar nesta amostragem alguns símbolos que pudessem servir de norteamo no sentido de identificar se há uma relação de práticas culturais realizadas em Salvador (referência da cultura baiana) com o que se pratica no Extremo Sul da Bahia.

De acordo com Freitas (2000, p. 35), “nos tempos recentes, apenas a música consegue fazer alguma aproximação num processo ainda indefinido, mas que poderia ser provisoriamente encarado como uma tentativa de canalizar a cultura [...]”. A música também é, com certeza, uma característica fundamental na cultura de um povo, contudo, dentro de um estado das dimensões que tem a Bahia, também se torna difícil estabelecer ou escolher um estilo que represente todo o estado.

Se cultura baiana for aquela que está dentro do território da Bahia, então, pode-se de dizer que todos os migrantes de outros estados se tornaram baianos? Ou a cultura baiana foi enriquecida por outros hábitos? Ou, ainda, a cultura da Bahia é somente aquela que se pratica em Salvador? Existiria uma cultura regional ou seria mais prudente falar em cultura local? Estas questões não serão respondidas aqui, pois a complexidade de sua resolução demandaria a confecção de uma outra pesquisa específica para o assunto, no entanto, colocá-las em evidência faz parte deste estudo que tenta compreender alguns elementos que dão especificidades a uma região. A cultura, com suas variadas formas de expressão, se tornou uma ferramenta de muita contribuição para estabelecer diferenciações entre o Extremo Sul da Bahia e as características mais proeminentes da cultura baiana. Cultura baiana

esta, que se confunde na sua abordagem com a cultura de Salvador, que pode ter sua explicação no fato de que “muitas vezes, a cidade de Salvador ainda é chamada de Bahia.” (SILVA, B. et al., 2004, p. 9) Esta explicação remete a seguinte questão: é uma realidade, uma falta de conhecimento por aqueles que não conhecem a Bahia ou é um processo permitido e comandado por órgãos públicos e empresas privadas que utilizam da mídia para sedimentar este pensamento no Brasil e no exterior?

As terras onde hoje está localizado o Extremo Sul fazem parte dos lugares que historicamente são considerados como pontos de referência nos estudos sobre a chegada dos portugueses no Brasil. Então, por ser uma região antiga seria lógico pensar na existência de uma cultura consolidada através de hábitos tradicionais que a caracterize. Todavia, ela (a região) não apresenta ou não transmite esta sensação, mesmo abrigando símbolos que identifiquem o período do início da colonização em terras brasileiras, o que pode ser explicado pelo fato de que “um hábito no presente, pode ou não ter sido prática cotidiana no passado ou ainda, não ter qualquer representatividade no futuro.” (ALMEIDA; VARGAS, 1998, p. 475) Isto que dizer que a sociedade sempre se renova e com isso outros modos culturais são implantados ou sobrepostos sobre os outros criando uma estratificação que marca os períodos históricos. No processo de alfabetização da disciplina de História, nos ciclos iniciais, sempre foi repassado que só existe cultura quando se tem uma longa história. Então, posto desta forma, o Extremo Sul da Bahia deveria apresentar um traço cultural marcante. Contudo, ao mesmo tempo em que esta região tem a sua história amarrada no contexto nacional e estadual, ela também se encontra num momento de (re)construção de sua identidade que é montada a partir da fixação de tradições, e estas não precisam ser necessariamente seculares para existir. (GIDDENS, 2000) O pensamento de Giddens se encaixa no atual contexto do mundo em que vivemos, pois, a globalização e, por conseguinte, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e transporte está permitindo o deslocamento de um lugar para outro com intensidade e velocidade nunca antes observadas, onde “as sociedades modernas são por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente,” (HALL, 1997, p. 15) o que contribui para a não fixação de raízes culturais.

Esta dinâmica social que acontece em todas as escalas também é explicada por Cavalcanti (2002, p. 145) quando diz que “a humanidade encontra-se num momento de trânsito dentro do qual são cruzados tempos e espaços diversos” e este trânsito mantém uma fluidez que atualmente torna-se difícil mapear as culturas no espaço. A intensidade dos deslocamentos que acontece nos nossos dias favorece a uma maior integração ou intercâmbio entre os diferentes povos, fazendo com que

os lugares abertos, livres de grandes barreiras burocráticas sejam potenciais receptores de culturas, levando em conta que cada pessoa seja um produtor cultural, como sugere Featherstone (1995, p. 18):

[...] em certo sentido todos somos produtores culturais, uma vez que nos entregamos a práticas que não só reproduzem os repertórios culturais de que somos providos e de que necessitamos, enquanto percorremos a vida social, como também, até certo ponto, somos capazes de modificar e moldar tais práticas, enquanto elas se estendem através da cadeia ininterrupta de gerações que constituem a vida humana.

Assim, sob o prisma proposto por Featherstone, pode-se dizer que o Extremo Sul da Bahia se tornou um caldeirão onde a mistura de culturas é a sua tônica. Uma mistura que se processa desde as primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região, demonstrando que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção.” (LEFEBVRE, 1999, p. 17) Esta indefinição cultural fez da região uma zona de transição cultural, tal qual é a sua classificação dentro do mapa dos Domínios Morfoclimáticos do Brasil encontrado em Ab’Sáber (1970; 2003). Isto não implica em classificá-la como uma região menos rica que as outras onde há uma cultura definida, afinal as culturas só são diferentes. Em algumas regiões do Brasil não é difícil encontrar preconceitos com origens sociais, econômicas, religiosas, gênero, culturais e tantos outros, onde a xenofobia aparece em diferentes graus impedindo a prática ou segregando outras manifestações culturais não pertencentes a uma determinada região. De acordo com Maria Machado (2002, p. 342), este tipo de situação poderia ser definida assim: “a cultura apresenta-se como campo da luta multiforme entre o rígido e o flexível. Nesse campo indefinido, as tensões, os conflitos sociais, recursos e resistências manifestam-se.” No Extremo Sul da Bahia não se observou esta situação incômoda, talvez porque o desenraizamento sofrido pelas pessoas que escolheram esta parte da Bahia para morar pode ter provocado em cada uma delas o sentimento de tolerância. Uma tolerância não manifestada por ter obrigação de convívio com outras culturas, mas uma tolerância no sentido de compreender a diversidade que é intrínseca a qualquer região. Se em seus lugares de origem essas pessoas mantinham uma identificação cultural com o seu cotidiano, agora, no Extremo Sul, se veem com possibilidades de fazerem adaptações de seus costumes e vivenciarem outras práticas do cotidiano de uma nova região, um novo lugar. Esta dinamicidade que o indivíduo consegue estabelecer noutra território é própria da natureza do ser humano, tendo em vista que “de modo geral, a

migração impõe aos indivíduos a necessidade de mudar o modo de ver os mundos interno e externo, ressurgindo daí novos valores que vão orientá-los a se organizar no novo ambiente.” (CAVALCANTI, 2002, p. 157) Desta forma, no Extremo Sul e em todas as regiões abertas, a cultura de cada um vai sendo introduzida de uma maneira natural, onde há uma “coexistência pacífica entre grupos étnicos e culturalmente diferentes,” (MELLO, 2004, p. 12) construindo novos arranjos territoriais.

Chega-se à conclusão de que esta região baiana se encontra num estágio cultural que pode ser chamado de multiculturalismo, que segundo Gupta e Ferguson (2000, p. 33), este fenômeno “é ao mesmo tempo, um débil reconhecimento do fato de que as culturas perderam suas amarras a lugares definidos, e uma tentativa de subsumir essa pluralidade de culturas na moldura de uma identidade nacional.” Essa diversidade de culturas dentro do território do Extremo Sul está relacionada com todo o contexto histórico da sua formação, pois sempre foi, e continua a ser, um campo fértil para receber migrantes de outros estados. São migrações que ocorrem desde os tempos das atividades primárias até os dias atuais, influenciadas por novos setores econômicos como o do turismo, da fruticultura e da agroindústria de papel e celulose, destacados nas análises de Silva e Silva (2003). Acrescenta-se a esta lista, a chegada na região de Instituições de Ensino Superior (IES). Esses são dados do IBGE dos censos 1991/2000, adaptados de Silva e Silva. Esta luminosidade que ocorre nos municípios do Extremo Sul da Bahia pode ser explicada por ela ter se tornado uma região que conseguiu “atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização.” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p. 264) Ao compreender que esta dinâmica da população tem uma íntima relação com a dinâmica cultural nesta região, faz-se necessário voltar, ainda que sucintamente, nas atividades econômicas com o objetivo de tratá-las, agora, como uma variável importante na montagem deste multiculturalismo que caracteriza o Extremo Sul.

A extração de madeira nativa – do Complexo Mata Atlântica – foi a primeira atividade econômica que a região experimentou ainda no começo do século XVI, tendo o seu prolongamento até meados da década de 1980. As características desta atividade não permitem a fixação de uma cultura por muito tempo, pois, a derrubada da mata era, basicamente, tocada por aventureiros, homens de passagem com pouca intenção de se fixarem na região, mas que, de qualquer forma, se relacionavam com as mulheres nativas deixando seus descendentes por toda a região. Em conjunto com o desmatamento, ou limpeza das terras, tem-se a implantação de uma pecuária extensiva que utiliza vastas extensões de terras, formando os grandes latifúndios que são administrados sob o modelo coronelístico, não raro

baseado no emprego da violência, como Castro (2005, p. 102) descreve: “o motivo primeiro do acordo tácito em relação ao poder pode ser simplesmente o medo, e o instrumento do poder será então a coerção pela força a ameaça de destruição do outro, ou seja, a violência. Esta é a potência desse poder.” Contudo, a pecuária também vai atrair muitas pessoas para o Extremo Sul da região, mas não irá contribuir para uma formação do chamado “espaço identitário.” (ALMEIDA, 2005) Difícilmente as pessoas irão adquirir um sentimento de pertencimento num lugar marcado por atrocidades. A decadência deste tipo de conduta política vai favorecer novos tipos de manejo e uso da terra, como a implantação de outras de culturas, principalmente o cultivo de frutas com forte influência dos japoneses e seus descendentes, o que corrobora um perfil amorfo da cultura regional.

Seguindo a trajetória econômica do Extremo Sul da Bahia para explicar sua diversidade cultural, chega-se até as duas atividades econômicas que atualmente contribuem com esta profusão de culturas em seu território: o turismo litorâneo com sua sazonalidade e o complexo da floresta-indústria do eucalipto. A primeira atividade, sob o regime da diferenciação entre a alta e a baixa estação, transforma a região numa área receptora de várias culturas brasileiras e estrangeiras. A segunda, considerada nesta pesquisa como o novo ciclo econômico, fez com que o Extremo Sul da Bahia se tornasse um polo de atração populacional, contribuindo com o aumento da diversidade cultural, haja vista que para fazer funcionar todo o sistema de produção da fábrica foi preciso recrutar funcionários e empresas de outras regiões.

Em suma, pode parecer que a busca pelo desenvolvimento econômico suprimiu a criação de uma cultura local, porém, todas as etapas econômicas também fazem parte da construção de uma identidade, onde esta “vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso.” (CASTELLS, 2000, p. 23) Ainda que não exista, por parte de seus moradores, um sentimento de afetividade com o Extremo Sul da Bahia, porém, percebe-se no seu território algumas das variáveis listadas por Castells, e, neste sentido, parece haver um encaminhamento da formação de uma identidade regional. Esta análise cultural-econômica pode revelar que a identidade do Extremo Sul da Bahia está longe de ser conseguida na sua totalidade, pois não se percebeu um sentimento regional, um regionalismo que possa ser típico dela. No entanto, isto não quer dizer que os moradores não tenham um sentimento de pertencimento nos lugares em que vivem. A justificativa para que a identidade seja uma variável

fundamental na análise de um estudo que visa entender a dinâmica de uma região, um lugar ou um país pode ser explicada através de Moraes (2002, p. 103): “quanto mais fortes e disseminados (são os) laços identitários, maior a facilidade na construção de uma unidade político-cultural.” Talvez, o Extremo Sul da Bahia esteja encaminhando para a construção de sua identidade e unidade, mas, por enquanto, é apenas uma região bruta que cresce desorientada.

Através da amarração entre os vetores econômicos e culturais pôde-se verificar que eles contribuem efetivamente no processo da desterritorialização, que de acordo com Haesbaert (2002, p. 29) é “a perda de referenciais espaciais, concretos, sob o domínio das relações imateriais” e que está presente na atitude de pessoas que deixaram seus lugares de origem para estabelecerem na região. Por outro lado, há ao mesmo tempo um processo que vai desencadear a territorialidade, que está expressa nas “ações desenvolvidas por vários agentes sociais em uma determinada área geográfica e em um dado momento histórico.” (MACHADO, Mônica, 1997, p. 28) E estas ações podem ser tanto na forma de exercer um controle demonstrando poder, como também podem ser demonstradas através de gestos de afetividade, como entendem Ribeiro e Mattos (2002).

Desta forma, se a cultura é um elemento importante para o processo de reconhecimento das diferenças entre regiões, este livro reconhece a sua dificuldade em identificar o Extremo Sul sob o que se configurou como cultura baiana. Esta percepção está ligada a duas questões: a primeira se refere à efemeridade das atividades econômicas na região, que contribuiu para dificultar a sedimentação do caráter identitário. E a segunda pode estar no fato de que abra a mão de se discutir uma cultura regional e passa para o entendimento que numa região não exista uma só cultura, mas várias. Neste caso, seria mais ponderado dizer que “não existe uma cultura unificada, pois esta é feira de elementos retransmitidos e reinterpretados permanentemente, o que quer dizer que cada um desenvolve sua própria cultura em função do meio ambiente onde vive.” (CLAVAL, 2001, p. 50) A reflexão de Claval trazida para o contexto do Extremo Sul provoca alguns questionamentos, por exemplo, qual seria a importância de uma marca cultural para a região num mundo cada vez mais misturado, ainda que a globalização destaque as diferenças? Se o Extremo Sul não apresentar uma cultura que o caracterize qual seria o seu prejuízo? Ao tentar se fazer uma conexão entre o território e a valorização deste pelas pessoas que o habitam, entende-se que é através da identidade que os moradores adquirem com o lugar, aperfeiçoando “seus laços de coesão e solidariedade e, cada

vez mais importante, a tendência de se organizar social e politicamente em busca de objetivos comuns.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 10)

Assim, a importância da identidade de uma sociedade com a região serve para verificar se há uma relação de solidariedade entre seus moradores em busca de um bem comum, e de que dele faz parte a interação com os aspectos físicos e com os símbolos deixados por gerações passadas. Porém, em escala regional não se percebeu este panorama; o Extremo Sul da Bahia se apresenta neste momento apenas como uma área de experimentação econômica para pessoas e empresas. Deste modo, ela continuará em seu ritmo acelerado de crescimento econômico sem, no entanto, provocar vínculos afetivos.

Em todos os lugares do Extremo Sul foram encontrados fragmentos de culturas passadas, seja na forma material ou imaterial, e que ainda se acham presentes, por exemplo, através da corporeidade das pessoas que descendem diretamente de indígenas, que habitam de forma difusa o litoral da região ou estão em aldeias na parte continental dos municípios; e descendentes de antigos escravos que resistem dentro dos pequenos núcleos de quilombolas que estão ameaçados pela monocultura rural e pelo descaso das autoridades locais. Sem aprofundar em questões antropológicas, fez-se sucintamente um relato sobre essas duas culturas dentro do Extremo Sul baiano com o objetivo de contrapor a realidade econômica pela qual a região passa, que está levando a um grande processo de transformação espacial, e as condições atuais desses dois grupos étnicos que representam os resquícios da primeira fase da história da região.

Na região, como em todo o Brasil, os índios foram forçados a participarem, em algum grau, da urbanização, estando presentes na paisagem urbana, comercializando artesanato feito com elementos naturais que são encontrados em suas reservas precárias ou estão ocupando outras atividades urbanas. Para Corrêa (2005b, p. 27), isto se configura numa tendência em “uniformizar o comportamento dos diferentes grupos sociais dentro de um esquema universal, onde as tradições culturais pré-capitalistas tendem progressivamente a ser relegadas ao folclore, constituindo-se em novas mercadorias para o turismo.” Na verdade, este é o “fim” que esses povos estão tendo a partir do momento em que sua força de trabalho é alterada e sua distribuição pelo território se encontra totalmente dispersa, dificultando inclusive a continuidade de sua raça, e acabam sobrevivendo em pequenos focos e são obrigados a se adaptarem a vida moderna.

Dentro das aldeias os índios, de menor compreensão, talvez obedientes a uma hierarquia, controlados por seus chefes e que foram empurrados para as ruas

em busca de sobrevivência, comumente são vistos como objetos de decoração, estátuas vivas para a apreciação atônita daqueles que só os conhecem através das figuras de livros didáticos. Estes índios se tornaram um produto turístico não por estar exercendo hábitos que formam o seu arcabouço cultural, mas por seu biótipo, sua corporeidade. Dentro da classificação proposta por Ribeiro (1996, p. 489) para identificar o índio do Brasil moderno, os índios que vivem no Extremo Sul da Bahia seriam enquadrados na categoria de integrados, que são aqueles que “conseguiram sobreviver, chegando a nossos dias ilhados em meio à população nacional, cuja a [sic] vida econômica vão se incorporando como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados em certos artigos para o comércio.”

A presença de índios nas calçadas de Coroa Vermelha, bairro de Santa Cruz Cabralia, e nas margens da BR 101 com pequenos comércios montados em barracas onde são expostos adornos e alguma iguaria, faz parte de uma paisagem que expõe a fragilidade de políticas voltadas para esta etnia, não por estarem comercializando algo, mas da forma que é feita, sem amparo das autoridades dos municípios onde estão incluídos. Aliás, por ser responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai), a participação dos governos municipais que possuem tribos indígenas no seu território é nula, sem projetos de inclusão delas na sociedade, aparecendo somente por motivos comemorativos sobre o 19 de abril, geralmente fazendo parte de uma atividade escolar para comemorar o dia do índio, ou por algum protesto relativo às suas condições de vida. Mesmo com toda essa dificuldade de inserção na sociedade local, vale a pena ressaltar que há índios que se inserem através da política na sociedade dos brancos, assim, algumas câmaras municipais têm se tornado um espaço para a defesa de reivindicações no sentido de proteger o que resta do seu povo ou na conquista de direitos que a dinâmica social e econômica impõem constantemente, onde eles precisam se adaptar. Além disso, suas manifestações, suas lutas, também foram parar nos centros das cidades, imitando os movimentos sociais como os do sem-terras, demonstrando mais uma vez que a relação entre o campo e a cidade se modificou. Neste caso, não seria mais a relação entre espaços diferenciados na maneira de produção, mas a nova relação entre raças em que uma delas sofreu um intenso processo de desterritorialização. Para a SEI (2008, p. 38), “para as comunidades, o grande desafio está em garantir o direito essencial que se traduz no acesso à terra”, pois mesmo com uma divisão muito tênue com a sociedade branca a terra ainda tem um significado sagrado pra o índio.

Apesar de todas as dificuldades para sobreviver em espaços cada vez mais restritos com dificuldades que vão desde as precariedades no serviço de saúde até

as discussões sobre os limites de suas reservas, a população indígena tem registrado um crescimento significativo. No ano de 2005, o Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) apontou uma expansão de 25 mil índios divididos em 12 tribos, sendo que entre os anos de 1993 e 1994 era uma estimativa de 22 mil. No Extremo Sul da Bahia há dois grupos indígenas: os Tupinambá de Belmonte e os Pataxó, sendo que há a predominância do grupo indígena Pataxó. Como não há registro de que alguma tribo indígena que habita o Extremo Sul da Bahia viva em condições de isolamento total, o que se espera é que haja políticas para que os índios e seus descendentes tenham condições de participar mais atividade da dinâmica do cotidiano dos municípios ao quais pertencem. Que deixem de ser vistos como objetos de decoração para o turismo ou como alienígenas em terras que sempre fizeram parte de suas vidas.

O outro grupo de pessoas que merece relevância nesta discussão sobre este caldeirão de cultura que é o Extremo Sul Baiano, é aquele formado por pessoas que descendem de negros que tiveram um passado vivido sob o regime da escravidão. O distrito de Helvécia no município de Nova Viçosa é, talvez, o de maior referência para se mostrar a continuidade da segregação de uma etnia, que foi fundamental em diversos ciclos econômicos do país, mas que subjugada nos planos de desenvolvimento. No Extremo Sul da Bahia a população negra que vive confinada em pequenos remanescentes de quilombolas necessita lutar pelo reconhecimento e proteção de suas áreas, geralmente desprovidas de infraestrutura. Desta forma, as senzalas continuam a existir, sendo que a diferença está na retirada de suas paredes passando para uma prisão geográfica. Os distritos que abrigam as comunidades negras, com suas diversas origens, continuam a ser relegados a um plano inferior no que diz a sua inserção ampla. Uma explicação para este tipo de tratamento pode estar no fato de que a maioria dos administradores públicos, seja por descaso ou falta de conhecimento, não estabelecem projetos de preservação da cultura dos descendentes africanos; e, com isso, certamente, a extinção destes povos passa a ser questão de tempo. Ainda vivem de migalhas federais, estaduais e municipais, recebendo um tratamento especial (aqui no sentido de discriminação) como se não fizessem parte da sociedade do município, da região, do estado ou do país.

A análise da variável cultura, no Extremo Sul, baseada em alguns hábitos das pessoas e no que elas produzem, serviu como uma ferramenta para que se entendesse a dinâmica interna e externa da região, pois a culturalização do espaço só pode ser feita por uma sociedade. A leitura sobre esta variável também permitiu apresentar suas diferenças entre a região e o estado da Bahia, afirmando que

há uma miscigenação cultural sem que nenhuma sobressaia para caracterizar a região na sua totalidade. O que há nesta região, como ocorre em todo o Brasil, é prevalência de alguma forma de poder, principalmente o político e o econômico. Afora esta característica perversa, cada pessoa ou grupo pratica o seu sotaque, agregam expressões do seu vocabulário, consomem algo típico da sua terra natal e vai procurando se adaptar a algumas manifestações culturais, não tão antigas, disponibilizadas geralmente em eventos municipais, como a festa de São Pedro, em Eunápolis, o chamado Pedrão, onde o forró predomina como estilo musical. Este tipo de evento se torna importante na medida em que “a cidade e a festa são elementos primordiais e permanentes da civilização, porque nelas os homens se encontram e alcançam os mais altos níveis de cooperação, criação, solidariedade e sociabilidade.” (FERNANDES, 2004, p. 55) Neste sentido, as festas populares quando abertas, sem nenhum tipo de mecanismo que reafirme o abismo social existente na sociedade, se tornam um espaço uno, onde todos podem assumir a sua ou uma outra cidadania e a exaltação ao lugar onde vivem.

Eunápolis e Teixeira de Freitas: as regiões do Extremo Sul

O Extremo Sul tem uma particularidade que a diferencia de outras regiões da Bahia e até mesmo de alguns estados brasileiros. Ela possui três cidades que são referenciais para o restante dos municípios, seja no turismo, no comércio, na indústria ou na educação. Dificilmente, particularmente em Estados considerados como atrasados no que se refere ao seu nível de desenvolvimento, se verifica uma estrutura urbana como a que se apresenta nesta região da Bahia. Sem a preocupação de estabelecer uma ordem de importância, tendo em vista que cada uma tem uma função dentro da organização regional, tem-se o seguinte tripé: Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas. A primeira cidade teve sua análise no capítulo 5, por isso ela ficou fora desta análise que terá como ênfase as duas últimas e suas relações com os demais municípios que estão sob suas áreas de influência.

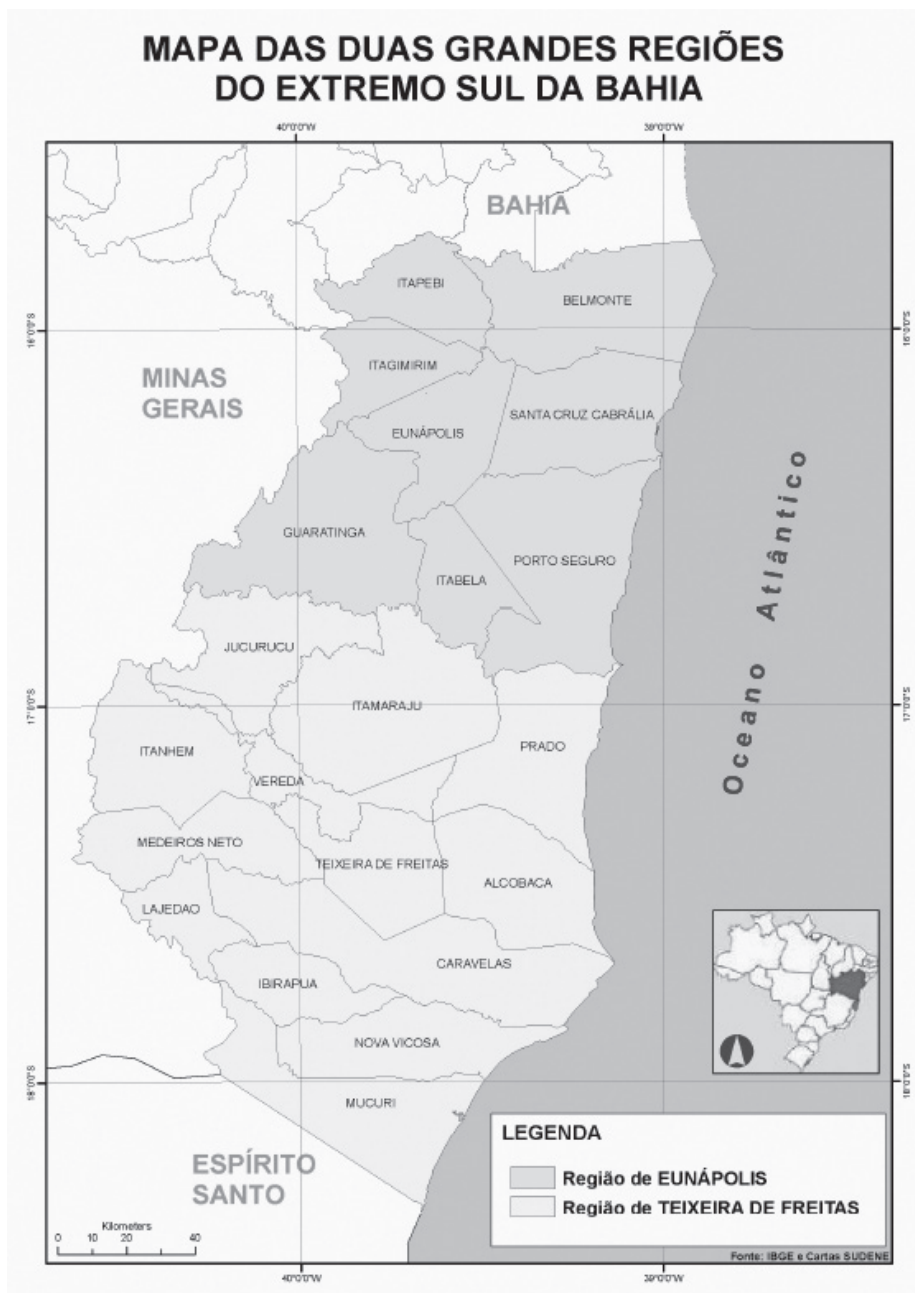
A partir do final da década de 1980 “Eunápolis e Teixeira de Freitas se consolidaram enquanto centros polarizadores, estabelecendo, a partir de então, diferentes áreas de influência e subordinação.” (BAHIA, 1994, p. 21) No final da primeira década de 2000, esta situação descrita pelos estudos do Governo da Bahia, Teixeira de Freitas e Eunápolis continuam mantendo e consolidando cada vez mais as suas posições de cidades-polos no Extremo Sul da Bahia. As interferências e trocas destas duas cidades ultrapassaram os limites da região e pene-

taram nos municípios dos estados vizinhos, por isso optou-se por dividir o Extremo Sul em duas grandes regiões com o objetivo de entender as peculiaridades concernentes aos vetores responsáveis pela integração interna e externa. Desta forma, a região é subdividida em outras duas: a região de Eunápolis e a região de Teixeira de Freitas, ambas delimitadas pelos municípios que são influenciados por cada uma delas (Figura 12).

Antes de ser a maior cidade do Extremo Sul da Bahia, no que concerne a seu crescimento econômico, Eunápolis foi, até antes de sua emancipação política no ano de 1988, conhecido como o maior povoado do mundo. Alguns historiadores da região dizem que o povoado, que atingiu uma população de 1 100 habitantes no ano de 1951, originou-se a partir um local conhecido como Gabiarra (hoje um distrito do atual município). A ascensão à cidade não foi um processo simples, pois as terras que dariam origem a um dos maiores municípios da Bahia resultaram da concessão de terras de outros dois municípios: Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. O primeiro cedeu 80% das terras e o segundo 20%, o que criou uma situação inusitada, onde Eunápolis ficou sendo governado por dois administradores, um de cada município, que cederam as terras. Depois de grandes discussões, inclusive com um plebiscito contra a emancipação do povoado, em 12 de maio de 1988 o decreto de número 4770, assinado pelo ex-governador Waldir Pires emancipa o povoado que passa a ser denominado oficialmente de Eunápolis. Neste processo de transformação, de povoado à cidade, foi preponderante a construção e o asfaltamento da BR 101, que se deu a partir de 1973, possibilitando um maior fluxo de pessoas e mercadorias, bem como o contato com outros centros da Bahia e de outros estados.

O maior povoado do mundo, chamado de “km 64” (pois essa é a distância entre Eunápolis e Porto Seguro), continuou na sua escala de grandeza, se tornando agora uma das mais importantes cidades do estado da Bahia e um dos polos do Extremo Sul. Numa dinâmica constante, com fluxos de negócios e de pessoas, gravitam ao redor de Eunápolis os municípios de Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebí, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, perfazendo uma área de 12 133 km². O campo de influência de Eunápolis cresceu tanto que ultrapassou as barreiras do seu limite geográfico, onde municípios mineiros como Salto da Divisa, Santo Antônio do Jacinto e Santa Maria do Salto estabeleceram fortes trocas com Eunápolis nas áreas de educação, saúde, pecuária, por exemplo. Comparando os números do crescimento da população desta região entre os anos de 1991 e a última contagem realizada pelo IBGE em 2007, é construído o seguinte panorama (Tabela 13):

Figura 12 - Divisão das grandes regiões do Extremo Sul da Bahia



Fonte: Elaborada por Ronaldo R. Porto (2008).

Tabela 13 – Crescimento da população da região de influência de Eunápolis entre os anos de 1991 a 2007

Municípios	1991	2007
Belmonte	22.068	21.435
Eunápolis	70.561	94.354
Guaratinga	25.282	22.306
Itabela	20.738	25.821
Itagimirim	7.850	7.025
Itapebi	11.091	11.494
Porto Seguro	34.564	114.344
Santa Cruz Cabralia	6.545	24.755
TOTAL	198.699	321.534

Fonte: Elaborada pelo autor (2008).

A Tabela 13 mostra que em dezesseis anos a região de Eunápolis teve um crescimento de sua população em 122 835 habitantes. Observa-se que no município de Porto Seguro a população mais que triplicou, tendo como vetor principal o turismo. E em Eunápolis a atividade do eucalipto contribuiu para que a população aumentasse em 23 793 habitantes. É importante destacar que nenhum destes municípios estava dotado de infraestrutura para ter este inchaço populacional. Este aumento da população que acompanha o caminho que o capital foi abrindo na região tem suas origens no extrativismo vegetal, na construção da BR 101, na atividade turística, no plantio de eucalipto e transformação da celulose, no comércio e na diversidade da sua produção rural. Todas estas atividades foram desenvolvidas, algumas nos mesmos períodos históricos, outras em momentos diferentes, sem haver conexão, isto é, um desenvolvimento setorizado como o que ainda ocorre em todo o Extremo Sul da Bahia. Na dinamização espacial da região de Eunápolis algumas das atividades mais antigas sobreviveram, outras extinguíram na renovação do uso do solo ou migraram para outros lugares, e novas formas de capital vão sendo introduzidas.

Considerando que a BR 101 é o elemento com características mais de fixo, ela ficou sendo uma espectadora privilegiada e ao mesmo tempo uma condutora das transições econômicas pelas quais os lugares que compõem a região de Eunápolis passaram. A seguir são destacadas as atividades que foram preponderantes, na história passada e na construção da atual, para explicar as novas configurações, através de suas mobilidades nesta fração do Extremo Sul da Bahia. Nesta análise ficam de fora as atividades do eucalipto e do turismo, por terem sido discutidas em capítulos anteriores.

Com o fim da extração de árvores nativas, por motivos de escassez em algumas áreas ou pela formação de reservas e áreas de proteção, a criação de bovinos passa a ser a maior referência da economia desta região. Em 1994, ainda tratada como sub-região, os estudos realizados pelo governo baiano mostram que “Eunápolis tem uma tendência crescente à pecuarização.” (BAHIA, 1994, p. 37) Neste período, havia tanto o gado de leite como o de corte, porém, devido a uma maior rentabilidade do gado criado para o abate tinha a preferência dos criadores. Mas, para oferecer uma visão ampla da pecuária na região de Eunápolis, esta análise está considerando o total do rebanho, independentemente, do tipo de criação. Em 1990 o total de cabeças criadas nesta região foi de 295 397, quatorze anos depois este número subiu para 622 915 cabeças, confirmando a previsão dos estudos do Governo da Bahia, no sentido de que a região tinha uma vocação para esta atividade. Mas a produtividade da pecuária irá ter suas oscilações, ora pelo preço do gado ou por redução de sua área em consequência da introdução de outras culturas, principalmente o eucalipto. No censo agropecuário de 2006 os números da pecuária na região de Eunápolis são os seguintes (Tabela 14):

Tabela 14 – Criação de gado bovino na região de influência de Eunápolis em 2006

Municípios da região de Eunápolis	Cabeças de gado (efetivo)
Belmonte	52.170
Eunápolis	98.200
Guaratinga	152.571
Itabela	51.364
Itagimirim	82.946
Itapebi	68.833
Porto Seguro	73.060
Santa Cruz Cabrália	23.570
TOTAL	602.714

Fonte: Elaborada pelo autor (2008).

Comparando os dados do ano de 2004 com o ano de 2006, percebe-se que houve uma pequena redução na produção bovina na região de Eunápolis. Em 1990 os municípios que mais se destacavam nesta atividade foram os de Itapebi, Guaratinga e Itagimirim, que juntos eram responsáveis por 67% da produção, em 2004 estes mesmos municípios passam a concentrar 49,7% de todo o rebanho desta região, no entanto, Eunápolis vai assumir a posição de Itapebi, ficando com o terceiro lugar no *ranking* da produção. A partir de 2006 somente Guaratinga consegue manter o padrão de maior produtor. A sua posição geográfica, fora das margens da

BR 101, pode ter contribuído para que Guaratinga continuasse a ser a referência pecuária do Norte do Extremo Sul da Bahia. Nesta queda de produção da região, que foi da ordem de 20 201 cabeças, dois fatores devem ser levados em conta, o avanço das áreas produtoras de eucalipto e a falta de investimento em ciência na produção do gado, tanto de corte como de leite. O modelo que predomina na pecuária da região se caracteriza por ser praticada de forma extensiva, concentração fundiária e com baixo nível de produtividade, tendo em vista que o uso dos avanços da genética é encontrado em pouquíssimas propriedades. No geral, o gado ainda é criado de forma natural no meio do pasto. Mesmo com vocação voltada para a pecuária, a região perde muito com a falta de um frigorífico que atenda as especificações da inspeção federal, assim, a maior parte do gado é vendido vivo, o que não agrega nenhum valor na comercialização, fazendo com que a região perca mais na arrecadação, que tem uma relação direta com o desenvolvimento dos municípios. Os maiores compradores do rebanho eunapolitano são os municípios de Simões Filho, Santo Antônio de Jesus, Itapetinga, Salvador, Feira de Santana e Teixeira de Freitas.

Quanto à prática da agricultura, esta teve suas limitações para se desenvolver na região, foi realizada de maneira difusa, em ilhas, e somente alguns produtos sobressaíram. Na região de Eunápolis alguns municípios se destacam em produtos que são insignificantes no volume de sua produção: abacaxi (Itabela), arroz (Santa Cruz Cabralia), borracha e goiaba (Porto Seguro) e Urucum (Eunápolis). Estes produtos se resumem a pequenas áreas plantadas como complementação da renda de pequenos agricultores, não tendo força diante das novas formas de uso das áreas rurais. De qualquer forma, no trabalho de campo, pôde-se constatar que duas culturas estão conseguindo abrir alguns espaços, o mamão, que retoma a sua importância como um produto de exportação, e o café, que cresce em ritmo acelerado e aproveita a proximidade com a BR 101 para facilitar o escoamento da produção.

O município de Eunápolis já foi um dos maiores produtores de mamão do Brasil, no entanto, com a chegada de novas atividades no campo, esta cultura migrou para outros lugares, por exemplo, Itabela. Relatos de campo e pesquisas em estudos oficiais do governo da Bahia mostram que a produção de mamão sofreu um impacto negativo com a falência da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), em 1994, que prestava assistência técnica aos seus associados e se responsabilizava pela comercialização do produto em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Aracajú e Maceió. (BAHIA, 1994) Esta relação com três capitais do Sudeste reafirma, mais uma vez, a forte influência desta região no Extremo Sul baiano que, por sua vez, também estabelece trocas comerciais com algumas capitais nordesti-

nas, servindo realmente como uma zona de transição, uma ponte, entre o Nordeste e o Sudeste do país.

Com relação à expansão da cafeicultura, é possível visualizar ao longo das margens da BR 101 que há áreas significativas desta lavoura que se aproveita estrategicamente do principal eixo rodoviário da região. A variedade do café plantado no Extremo Sul é da espécie conilon, que faz o mesmo trajeto das antigas serrarias, saindo do Espírito Santo, entra numa parte do Leste Mineiro e sobe em direção à Bahia. Dessa forma, o Sudeste dá continuidade ao processo de transformação espacial do Extremo Sul da Bahia.

Tomando como referência a lista dos produtos mais cultivados na agricultura do Extremo Sul da Bahia, pode se chegar à seguinte explicação para a não consolidação desta atividade na região de Eunápolis: a) a região não foi povoada por pessoas que tinham vocação para trabalhar com a agricultura; b) a tentativa de sua prática pode ter sido sufocada pela pecuária e pela cultura do eucalipto; c) ao rever o processo de povoamento da região de Eunápolis não se constata uma tradição do uso do solo rural para a agricultura de grande produtividade, alguns especialistas vão dizer que há uma baixa fertilidade do mesmo, o que necessitaria de muitas correções, implicando na inviabilidade de investimentos; d) a falta de incentivo por parte dos governos em todos os níveis.

Dos setores econômicos aqui listados, talvez, o que tenha tido maior transformação foi o da indústria. No auge da exploração de matas nativas, as grandes madeireiras e serrarias representavam a industrialização da região, as fumaças expelidas pelas suas chaminés significavam que o progresso havia chegado ao lugar. Todos os oito municípios participaram deste processo seja na forma de apenas fornecer a matéria-prima e/ou abrigando os parques industriais. Independentemente da repercussão negativa que esta atividade pode ter causado sobre o meio ambiente, entretanto, ela é uma atividade econômica que fez parte da construção dos lugares da região. Por outro lado, quando se enxerga o desmatamento apenas como uma ação predatória, deve-se dividir esta culpa com o Governo do estado da Bahia que transformou o município de Itabela, no ano de 1974, num polo madeireiro contendo mais de 50 serrarias.

De acordo com estudos do Governo do estado da Bahia (1994), na região de Eunápolis existem perspectivas de exploração de alguns minerais como granito e mármore em Guaratinga, e uma espécie de areia rica em sílica, cobiçada pela indústria de vidros, que se encontra em grande quantidade no município de Belmonte com potencial para extrair 60 milhões de toneladas de areia com teor de sílica

em torno de 99%. Mas, por carência de maquinário e pessoas qualificadas para tal atividade, a exploração destes se dá em escala bem reduzida, aquém da capacidade das jazidas. Apesar de ser uma fonte de renda para o Estado, esta atividade na região de Eunápolis não passaria de fornecedora de matéria-prima. E assim como o gado que é vendido vivo não agregaria valor, diminui a capacidade de geração de emprego e de renda para os municípios. Além disso, esta atividade requer um plano de manejo que obedeça rigorosamente os estudos de impactos ambientais, tendo em vista as profundas cicatrizes ela deixa no relevo, com possibilidades de causar instabilidade geológica através da sismicidade induzida e contaminação do lençol freático, por exemplo.

A atividade pesqueira se concentra na Costa do Descobrimento, onde Porto Seguro contribui com 70% do pescado, Santa Cruz Cabrália com 21% e Belmonte com o nível mais baixo, 4%. Apesar de a região abrigar vários corpos hídricos de grandezas diferentes, inclusive o rio Jequitinhonha, a pesca nas águas fluviais não apresenta dados relevantes, servindo somente as comunidades ribeirinhas e abastecendo os restaurantes locais. Percebe-se que, “[...] a pesca ainda não é uma importante atividade econômica para a Sub-região, devido, principalmente, ao seu caráter artesanal, associado à falta de apoio governamental e à frágil infra-estrutura de apoio à produção e à comercialização.” (BAHIA, 1994, p. 53) Um sinal de que esta atividade não se desenvolve muito bem na região de Eunápolis pode ser observado na vida de privações em que muitos pescadores se encontram, utilizando equipamentos precários para o exercício da pesca e o fechamento de várias cooperativas.

O outro polo da região é o município que recebeu o nome do estatístico baiano, fundador do IBGE, Mário Augusto Teixeira de Freitas, e, assim como a maioria dos outros municípios do Extremo Sul baiano, teve sua origem em decorrência da exploração de madeiras nobres do Complexo Mata Atlântica. Sua emancipação política ocorreu apenas três anos antes da emancipação de Eunápolis através da Lei 4.452 em 9 de maio de 1985. Uma outra particularidade que faz este polo ter história semelhante ao seu polo oposto é a de que também sua área territorial tem procedência de outros dois municípios. Para Teixeira de Freitas existir como município foi preciso que Alcobaça e Caravelas (localizados no litoral, bem como aos que deram origem a Eunápolis) cedessem parte de suas terras, por isso, no seu início também teve uma administração dividida. Localizado nas margens da BR 101, Teixeira de Freitas irradia sua influência para os municípios de Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itanhém, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Itamarajú, Jucuruçu e Vereda. Esta região “invade” Pedro Canários e Montanha, no estado do

Espírito Santo e Bertópolis e Serra dos Aimorés em Minas Gerais. O crescimento econômico de Teixeira de Freitas vai fazer com que o município de Nanuque (MG), que em outras épocas foi uma cidade regional no estado de Minas Gerais e referência para o comércio de grande parte do Extremo Sul da Bahia, fique isolado e perca a sua condição de cidade-polo.

A região de Teixeira de Freitas pode ser vista por dois ângulos que se contra-põem: um onde a região pode ser vista como sendo a porta de entrada para a expansão dos investidores da grande região Sudeste do país, e o segundo seria a região “engolindo” municípios mineiros e capixabas. A segunda opção de análise seria o caminho contrário da sua colonização? E se fosse, configuraria numa expansão baiana? A dificuldade de oferecer esta resposta está na característica cultural da região, que é sua condição de amorfa. Diferente da região de Eunápolis, Teixeira de Freitas pôde ser influenciada ou influenciar em áreas com maiores dimensões. Enquanto a região Norte é composta por oito municípios que se juntam a mais três de Minas Gerais (total da área de abrangência: 14 016 km²), na parte oposta do Extremo Sul a Tabela 15 apresenta os seguintes dados sobre a sua área total de influência:

Tabela 15 – Área de abrangência da região de influência de Teixeira de Freitas

MUNICÍPIOS	ÁREA (km ²)
Alcobaça	1.506
Caravelas	2.306
Ibirapuã	786
Itamarajú	2.370
Itanhém	1.445
Jucuruçu	1.438
Lajedão	614
Medeiros Neto	1.246
Mucuri	1.775
Nova Viçosa	1.326
Prado	1.665
Teixeira de Freitas	1.154
Vereda	829
TOTAL DA REGIÃO (BA)	18.460
Pedro Canário (ES)	434
Montanha (ES)	1.099
Bertópolis (MG)	426
Serra dos Aimorés (MG)	215
TOTAL / OUTROS ESTADOS	2.174
ÁREA TOTAL DE ABRANGÊNCIA	20.634

Fonte:Elaborada pelo autor (2007).

Esta dilatação do território de Teixeira de Freitas é explicada assim: a) Cultura – sendo a cultura um elemento importante para definição de algumas fronteiras, percebe-se que a indefinição cultural no estado do Espírito Santo não criou barreiras para que pudessem abrir canais de comunicação com a Bahia. Por exemplo, a parte Norte do Extremo Sul da Bahia não conseguiu penetrar na zona cacauífera com que tem fronteiras, pois a forte presença dos elementos culturais desta região, ainda que o cacau se encontrasse em crise, inibiu qualquer projeto que a descaracterizasse. b) Distanciamento do Governo de Minas Gerais no Vale do Mucuri, principalmente da cidade de Nanuque que, alijada das ações do Governo Mineiro, se tornou uma ilha, ainda que haja uma cultura é impregnada de tradições, assim, Teixeira de Freitas será também uma referência na saúde e educação.

Historicamente, pode-se encontrar muitas semelhanças entre esta região e a região de Eunápolis, por exemplo, o surgimento de suas cidades, que tiveram como ponto inicial a derrubada de matas em conjunto com a construção da BR 101 e paralelamente a introdução da pecuária. Isto poderia fazer dela uma região única, no sentido da uniformidade de seus componentes que construíram todo o seu arranjo espacial. Porém, o tempo se encarrega de estabelecer diferenciações, e foi isso que aconteceu com estas duas grandes regiões do Extremo Sul baiano.

Se antes os números tinham pouca importância quando da sua formação, pois o que interessava era a transformação pela transformação, não se fazia conta, por exemplo, de quanto custaria mudar o meio, agora eles são essenciais no acompanhamento das modificações em cada um dos seus lugares. Podemos de maneira simples realizar a primeira diferença quantitativa através dos números de municípios que cada região abriga. Dos 21 que compõem todo o Extremo Sul, 13 estão na região de Teixeira de Freitas. Isto faz da cidade homônima da região um lugar centralizador, seja na economia (indústrias e comércio), política (maior número de eleitores), educação (escolas de todos os níveis de ensino, inclusive faculdades e universidades), no setor rural (agricultura e pecuária), no deslocamento de mercadorias e pessoas. A quantidade de lugares que compõe esta região e seus atrativos vai ter repercussão direta no número de habitantes. Em linhas gerais a região, no período de 1991 a 2007, manteve o seu contingente, como mostram os dados da Tabela 16.

Tabela 16 – Crescimento da população da região de influência de Teixeira de Freitas de 1991 a 2007

Municípios	1991	2007
Alcobaça	15.462	19.732
Caravelas	19.485	21.435
Ibirapuã	8.303	7.553
Itamarajú	64.400	65.368
Itanhém	23.246	20.808
Jucuruçu	16.022	10.633
Lajedão	3.821	3.454
Medeiros Neto	23.035	21.714
Mucuri	17.687	33.106
Nova Viçosa	25.532	34.792
Prado	22.496	25.590
Teixeira de Freitas	85.227	118.678
Vereda	8.927	7.098
TOTAL	333.643	400.594

Fonte:Elaborada pelo autor (2007).

Ao verificar os números da Tabela 16, percebe-se que na região de Teixeira de Freitas três municípios se destacaram no que se refere ao aumento populacional: Mucuri, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas. Todos eles tiveram os números das suas populações alterados em decorrência da Bahia Sul Celulose S/A, hoje Suzano Bahia Sul Papel e Celulose S/A. Assim, como na região de Eunápolis os municípios desta região também não estavam preparados para que o seu território sofresse modificações abruptas. Tendo um maior número de municípios, esta região pôde se desenvolver em outros ramos econômicos. Enquanto a parte Centro-Norte do Extremo Sul passou a ser caracterizada economicamente pelo comércio, pela cultura do eucalipto e pelo turismo concentrador em Porto Seguro, a região Centro-Sul terá em seu território, além dessas economias, uma forte tendência às atividades rurais, tanto na pecuária como na agricultura (Quadro 5). Aliás, a agricultura vai ocupar um lugar de destaque de maneira que ela vai concentrar os maiores números na produção dos principais produtos de todo o Extremo Sul, como pode ser observado na lista que a SEI divulgou em seu site no ano de 2005.

No Quadro 5 foram destacados somente os municípios que estavam em primeiro lugar na produtividade de cada cultura para estabelecer um comparativo entre as regiões. Dos 27 produtos cultivados no Extremo Sul da Bahia, a região de Eunápolis possui relevância somente em três produtos (arroz, borracha e manga), o que acaba por não influenciar substancialmente na economia da região. No

entanto, há uma importância para o abastecimento, pois os produtos podem ser comercializados em feiras-livres, ou são vendidos em pequenas quantidades para outros municípios vizinhos.

Quadro 5 – Produtos agrícolas e seus principais produtores

Produto	Município (principal produtor)	Região
Abacaxi	Prado	Teixeira de Freitas
Amendoim	Alcobaça	Teixeira de Freitas
Arroz	Santa Cruz Cabrália	Eunápolis
Banana	Itamarajú	Teixeira de Freitas
Batata-doce	Caravelas	Teixeira de Freitas
Borracha	Porto Seguro	Eunápolis
Cacau	Itamarajú	Teixeira de Freitas
Café	Prado	Teixeira de Freitas
Cana-de-açúcar	Caravelas	Teixeira de Freitas
Castanha de Caju	Caravelas	Teixeira de Freitas
Coco da Baía	Caravelas	Teixeira de Freitas
Dendê (coco)	Caravelas	Teixeira de Freitas
Feijão em Grãos	Alcobaça	Teixeira de Freitas
Fumo (em folha)	Itanhém	Teixeira de Freitas
Goiaba	Porto Seguro	Teixeira de Freitas
Laranja	Caravelas	Teixeira de Freitas
Limão	Caravelas	Teixeira de Freitas
Mamão	Prado	Teixeira de Freitas
Mamona	Medeiros Neto	Teixeira de Freitas
Mandioca	Alcobaça	Teixeira de Freitas
Manga	Guaratinga	Eunápolis
Maracujá	Caravelas	Teixeira de Freitas
Melancia	Caravelas	Teixeira de Freitas
Milho	Alcobaça	Teixeira de Freitas
Pimenta-do-reino	Itamarajú	Teixeira de Freitas
Tomate	Caravelas	Teixeira de Freitas
Urucum (semente)	Alcobaça	Teixeira de Freitas

Fonte: Elaborado pelo autor (2008).

A criação de diversos animais também vai acompanhar os números da agricultura. Os maiores produtores bovinos são: Ibirapuã, Itanhém, Lajedão e Medeiros Neto, com predomínio do gado de corte sobre o leiteiro, da mesma forma como acontece na região de Eunápolis. A dedicação ao gado de corte em detrimento do gado de leite afetou toda uma cadeia de produção, industrialização e comercialização do leite. Um exemplo concreto foi a falência de dois grandes laticínios, a Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) e a Sociedade Produtora de

Alimentos Manhuaçu (SPAM) localizados no município de Nanuque, no estado de Minas Gerais. Esta “quebra” destes dois laticínios foi um dos fatores preponderantes na desestabilização da cidade mineira que, até então, exercia forte influência nesta parte da Bahia. Ao mesmo tempo em que este panorama ia se configurando, ocorreu o cerco do eucalipto em torno das fazendas produtoras de leite, que, isoladas, não tiveram outro fim senão se tornarem áreas de fornecimento de matéria-prima para as grandes fábricas de papel. Nesta troca de atividade rurais, que afetou sobremaneira os pequenos produtores, não se pode deixar de citar a falta de proteção por parte dos governos federal, estadual e municipal que nada fizeram para preservar esta classe.

Mas a região de Teixeira de Freitas não está somente sob o domínio do eucalipto, há também uma rápida expansão das lavouras de cana-de-açúcar que têm por objetivo principal servir as usinas que se dedicam à transformação da cana para produção estritamente do etanol (álcool combustível) visando inclusive à exportação. O que justifica investimentos para a construção de dez novas usinas na Bahia, sendo que seis na região de influência de Teixeira de Freitas, nos municípios de Itamaraju, Medeiros Neto, Lajedão, Teixeira de Freitas e Prado. Os investimentos são estimados em R\$ 3 bilhões e terão participação dos capitais nacional e internacional. No município de Medeiros Neto já existe uma usina para álcool combustível, a Santa Maria (Figura 13), controlada pela Quanti Participações Ltda., considerada a maior produtora de álcool da Bahia e possui grandes clientes como a BR distribuidora, Shell, Esso, Cia. Ipiranga, Total Distribuidora, Petroserra, Petrobahia, Soll Distribuidora, Alesat, por exemplo.

Figura 13 - Usina Santa Maria, município de Medeiros Neto



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Mas o Complexo Cana-Álcool está assumindo proporções e tendo repercussões sociais, ambientais e econômicas semelhantes às mesmas produzidas pelo plantio do eucalipto, assim, a sua produção está também desalojando famílias do campo, modificando as relações de trabalho, desfigurando a paisagem natural (Figura 14), abrindo estradas, criando suas redes. Mas há duas diferenças que chamam a atenção quanto ao tratamento que é dado à cana em relação ao eucalipto no Extremo Sul baiano. Uma é a relação da atuação dos movimentos sociais do campo, e a outra está na venda da sua imagem. Sobre a primeira situação: as fazendas de cana-de-açúcar têm donos com nome e sobrenome, o que dificulta, ou inibe, o aparecimento de conflitos no campo, nesta região, onde geralmente os maiores plantadores de cana são pessoas tradicionais na região e de grande influência política e econômica.

Por outro lado, o conflito com as empresas de eucalipto é mais possível, pois se combate a empresa, não o nome de uma pessoa influente, pois apesar de toda evolução das relações humanas e políticas, ainda existe no Extremo Sul da Bahia resquícios do modelo antigo de governar as pessoas e de administrar a terra. A outra situação que favorece o alastramento da cultura na cana na região de Teixeira de Freitas está vinculada ao forte apelo para que o uso do etanol seja utilizado em larga escala dentro e fora do país, em nome de uma menor poluição sobre o meio ambiente, inclusive tendo o atual presidente da república como um dos maiores vendedores do produto, mesmo sob fortes críticas da Food and Agriculture Organization (FAO), que questiona o aumento da área destinada à plantação de cana em detrimento do cultivo de alimentos fundamentais para a sociedade mundial.

A volta da produção da cana-de-açúcar no Brasil e particularmente no Extremo Sul da Bahia, excluindo a tecnologia com a qual é produzida atualmente, parece continuar com algumas características de quando era plantada no período das Capitânicas Hereditárias, sendo que a mais visível é a sua forma concentradora. As grandes áreas ainda estão sob o controle de uma pequena parcela da população. Neste momento talvez a única diferença entre ela e as florestas de eucalipto é que a cana está dividida entre alguns produtores, enquanto que o eucalipto pertence a um único grupo. Porém, a cana também não apresenta nenhum projeto para que os pequenos agricultores sejam inseridos no seu complexo de produção, e ainda não se viu nenhum projeto que beneficie as comunidades que estão no entorno das usinas.

Figura 14 - Avanço da cana-de-açúcar sobre um residual de Mata Atlântica no município de Lajedão



Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

A velocidade com a qual os canaviais estão se estendendo pela região (basta comparar os dados da produção do ano de 1992 e 2005 na Tabela 17) acaba por produzir uma paisagem tão homogênea quanto as que são produzidas pelas florestas de eucalipto. É importante lembrar que os principais produtos da cana, que são o açúcar e o álcool combustível, também não envolvem grandes benefícios para a maior parte da população brasileira, ao contrário, eles são utilizados pelos usineiros como uma grande moeda de troca no mercado que dita para qual finalidade a cana será utilizada, da mesma forma com que o papel produzido pelas indústrias do eucalipto tem o mercado internacional como primeira opção de comércio.

Os números da Tabela 17 mostram que houve uma nítida transferência da lavoura canavieira da região de Eunápolis para a de Teixeira de Freitas, onde hoje estão localizados os maiores produtores e as usinas. Ao estabelecer uma comparação histórica da produção da cana na região pode-se constatar que havia uma concentração do seu cultivo nos municípios pertencentes a regional de Eunápolis, e este panorama irá ser alterado em consequência de vários fatores, mas, principalmente pela chegada do eucalipto. Atualmente, todos os 13 municípios que compõem a região de influência de Teixeira de Freitas produzem cana-de-açúcar com uma grande tendência para o aumento da produção, haja vista que ela é matéria-prima de uma das fontes de energia limpa e renovável. Para atender toda a região produtora, tal qual o eucalipto fez no Extremo Sul da Bahia, a lavoura canavieira vai tecendo sua rede na parte sul da região com abertura e revitalização das estradas e é mais um

setor da economia que contribui com o aumento da urbanização dos municípios que estão sob seu raio de influência.

Tabela 17 – Produção de cana-de-açúcar no Extremo Sul da Bahia, 1992 e 2005

Municípios	1992		2005	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Alcobaça	10	400	150	7.050
Belmonte	2.420	94.380	70	2.800
Caravelas	20	800	5.900	371.700
Eunápolis	1.500	58.500	3.170	158.500
Guaratinga	600	23.400	300	12.000
Ibirapoã	43	2.408	389	21.789
Itabela	500	19.500	130	5.200
Itagimirim	50	1.950	20	800
Itamarajú	15	600	170	7.905
Itanhém	78	4.368	220	12.320
Itapebi	260	10.140	190	7.600
Jucuruçu	15	600	320	14.400
Lajedão	41	2.296	1.452	81.312
Medeiros Neto	-	-	2.879	161.224
Mucuri	-	-	5.501	308.056
Nova Viçosa	-	-	1.950	109.200
Porto Seguro	120	4.680	180	7.200
Prado	25	1.000	160	7.520
Santa Cruz Cabrália	1.500	58.000	900	36.000
Teixeira de Freitas	484	27.104	280	15.680
Vereda	-	-	53	2.968
TOTAL	7.681	310.099	24.384	1.351.224

Fonte: Elaborada pelo autor (2007).

Nesta analogia entre as duas grandes regiões do Extremo Sul da Bahia pode-se perceber que elas apresentam semelhanças, como sua história econômica com seus atores, as características fisiográficas, a homogeneidade da monocultura, os empreendimentos vindos da região Sudeste do país, a conduta dos governos municipais. Contudo, estas características não implicam em dizer que ela seja uma região integrada, ao contrário, ainda há um longo caminho para que isso ocorra. Mas, se fosse para estabelecer uma diferença econômica, a mais palpável, poderia dizer que a região de Eunápolis tem a predominância do eucalipto, comércio e do turismo; e a região de Teixeira de Freitas, mais heterogênea, com a cana-de-açúcar, o eucalipto, comércio, agropecuária diversificada e um turismo feito discretamente, com possibilidades de crescimento.

Analisada de forma geral, o Extremo Sul da Bahia é uma região que adquiriu características próprias, cresceu economicamente e demograficamente e saiu de um estágio de periferia em relação ao estado da Bahia para exercer influência em municípios de outros estados que estão nas suas fronteiras (Figura 15). O que se pode observar neste processo histórico de reordenação da região é o fato de que houve um caminho inverso, no sentido de que, se antes municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo exerciam grande influência nesta região baiana, o que se assiste agora é o Extremo Sul não só influenciando no sentido econômico, mas ampara alguns municípios mineiros e capixabas através da saúde e da educação sem sequer haver um convênio formal, demonstrando que os limites geográficos não se impõem quando há um pensamento livre de bairrismos regionais ou estaduais.

Seja a região vista como uma importante categoria de análise (SANTOS, M., 1996), um fenômeno (HAESBAERT, 2005), uma periodização escalar (SILVEIRA, 2004), uma área econômica, uma porção física do espaço, ou com caráter político-administrativo, ela tem a sua dinâmica através dos processos de dilatação e contração, que depende, atualmente, das interferências econômicas que são introduzidas no ambiente urbano, rural e natural. Mas, ao estabelecer uma análise regional levando em consideração, tão somente, a sua principal atividade econômica, deve-se estar atento para o fato de que esta classificação será efêmera. Pois, uma determinada região que foi caracterizada pela economia do café, por exemplo, pode ser, em outro momento histórico, a região da laranja e, mais no futuro, se tornar um polo fabricante de produtos tecnológicos, e assim, o país, as regiões e os lugares vão se modificando.

Os estudos geográficos que se dedicam a entender as regiões, desde La Blache, mostram que uma região é feita de lugares, e estes são diferentes entre si, pois são construídos por pessoas. Desta forma, é natural que o interior das regiões estaduais seja carregado de diferenciações, como é o caso do Extremo Sul da Bahia, uma região repleta de diversidade ambiental, social, cultural e econômica, ultrapassando medidas territoriais e econômicas de algumas unidades federais, características inerentes a toda grande região, e, talvez por isso que sua unicidade ainda é apenas um desejo. Todavia, Massey (1981, p. 52) diz que “a análise do desenvolvimento regional desigual pode contribuir para os debates sobre movimentos regionais separatistas.” Apesar de ser um pensamento sobre a dinâmica do Reino Unido, este tipo de movimento pode acontecer em qualquer parte do mundo.

Figura 15 - Áreas de influência do Extremo Sul da Bahia em outros estados



Fonte: Ronaldo R. Porto (2009).

Faz-se necessário estabelecer que, quando se pensa numa região una, está se falando em uma solidariedade interna, não está no fato de que ela seja homogênea, mas que chegue o mais próximo de um desenvolvimento equilibrado e justo, onde os moradores que pertençam (não só o pertencer geograficamente) a mesma região tenham a preocupação com o desenvolvimento de todos, estendendo este sentimento para outras regiões do país e do globo para daí se pensar, também, num Brasil integrado. Então, é preciso promover atitudes onde o desenvolvimento de Eunápolis, com o maior IDH da região, possa beneficiar de alguma forma o de-

envolvimento de Jucuruçu, menor IDH, (região de Teixeira de Freitas), e isto, não acontece. São vários os motivos para que este panorama continue na sua forma original, quer dizer, disputas ferozes e desiguais pelo desenvolvimento entre os lugares. Mas, talvez a variável que mais impede uma reorganização pautada num desenvolvimento mais participativo são as vaidades pessoais, que falam mais alto na ambição de ser uma referência estadual ou nacional, num determinado produto, e no jogo do poder da política. E este comportamento pode estar relacionado com a falta da intervenção do Estado, pois, de acordo com Britto (1986, p. 10), “cabe ao Estado regulamentar e combinar as relações existentes no seio dos grupos políticos que o cercam, seja os grupos territoriais, seja os grupos funcionais, como os partidos políticos ou os grupos de pressão.”

Este cenário que está configurado atualmente no Extremo Sul da Bahia colabora cada vez mais com a ascensão do localismo; e o localismo competitivo (MASSEY, 2000) se torna uma das principais barreiras para que o Extremo Sul seja uma região una no seu sentido mais amplo. Com isso, as atividades econômicas que são o sustentáculo do desenvolvimento regional também agem de forma isolada, sem sincronismo uma com a outra, setorial, simplificando cada vez mais os lugares. Este tipo de relação ou a falta da relação pode gerar o seguinte cenário: “a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam.” (SANTOS, M., 1982, p. 29) Isto facilita que a população das pequenas cidades se mude para os polos regionais ou cidades maiores. Neste caso o sentimento de pertencimento é substituído pelo sentimento da necessidade.

A condução de um desenvolvimento que privilegia o local tem suas compensações como o cuidado maior com os elementos naturais e a cultura, por exemplo, mas por outro lado cria situações de dismantelo da organização maior, a região. Amaral Filho (2002, p. 17) diz que há um “exagero em se privilegiar as aglomerações de empresas como elemento central na dinâmica industrial de um certo território [...]. (como também há) um certo abuso de se focar o local em detrimento do regional e mesmo do nacional ou federal.” Num mundo onde o ideal deveria ser a busca por uma comunidade global mais integrada, com menos desigualdade, o localismo representaria um caminho oposto. Grande parte do problema da desintegração regional se deve a inoperância do Estado. De acordo com B. Santos (1999, p. 67) “a relativa miniaturização ou municipalização do Estado no interior desta nova organização política é normalmente concebida como erosão da soberania do Estado e das suas capacidades regulatórias.” No caso da Bahia “infelizmente, a exemplo

de outros Estados periféricos, apesar de alguns esforços, não conseguiu implantar uma relevante política estadual de desenvolvimento regional.” (SILVA; SILVA, 2003, p. 58) Isso pode provocar o afloramento de propostas de redivisão do próprio estado e, por conseguinte, se estendendo para o país que, atualmente, também se mostra deficiente na promoção de projetos de integração interna, privilegiando alguns lugares com a venda desses para o mercado externo.

A região do Extremo Sul da Bahia tem despertado um grande interesse por parte de empresas que buscam novos territórios para desenvolver suas atividades, o que contribui para que a mesma se torne uma área de atração populacional, e é também um campo fértil para a realização de pesquisas acadêmicas em todos os níveis e em várias áreas do conhecimento, pois, apesar de abrigar uma área onde teve início a colonização portuguesa, é uma região onde tem tudo por fazer. Esta região da Bahia apresenta algumas particularidades interessantes e que chamam a atenção, por exemplo, a sua história de formação econômica e cultural, que no primeiro momento parece ter uma individualidade, isto é, não foi forjada sob um projeto baiano. Isto conduz a pensar que existe uma coerência na indagação feita por G. Machado (2000, p. 27): seria o Extremo Sul da Bahia “apenas uma divisão administrativa, ou econômica, ou realmente trata-se de uma região que possui uma lógica própria de formação e povoamento, que lhe dá um caráter de unidade?” Para tentar responder a este questionamento, oferece a seguinte análise: revendo o passado de formação da região, não deixa dúvidas de que a sua formação não ocorreu de forma organizada, não foi pensada estrategicamente, a região nasce de um desmembramento, de certa forma natural, da grande região Sul da Bahia.

No atual contexto do período histórico pela qual a região está vivenciando, pode-se dizer que o Extremo Sul da Bahia é, geograficamente, pertencente ao maior estado do Nordeste, mas também tem uma história que a difere das outras demais regiões que pertencem à Bahia. Mas ter uma história própria é inerente às regiões estaduais, principalmente em estados que possuem grandes territórios. Criar uma unidade federal somente através das características do seu povoamento não se configura numa variável decisiva para o processo. A criação de outras unidades pode ser pensada para ajustar a uma nova dinâmica de uma sociedade regional que necessita e exige de um amparo maior por parte de quem decide os rumos do desenvolvimento no país. Por enquanto, o Extremo Sul da Bahia é o retrato do Brasil no que se refere às desigualdades entre os lugares. Assim como o Brasil não se tornou uno, o Extremo Sul baiano cada dia mais se fragmenta sob os interesses financeiros e políticos, caminhando na direção contrária da integração. Para alguns

estudiosos, esta fragmentação generalizada que ocorre pelos espaços seria uma das principais características do fenômeno da globalização. Mas até que ponto a globalização influenciou na fragmentação do Extremo Sul em relação à Bahia?

A REGIÃO E A GLOBALIZAÇÃO

Os capítulos anteriores foram dedicados a explicar a dinâmica interna do Extremo Sul da Bahia com as suas interações e contradições históricas, econômicas e culturais. Para que esta região seja diagnosticada na sua amplitude torna-se necessário estabelecer uma análise que a insira no chamado fenômeno da globalização. De certo que a “[...] globalização pode não ser uma palavra particularmente atraente ou elegante. Mas absolutamente ninguém que queira compreender nossas perspectivas no final do século pode ignorá-la.” (GIDDENS, 2000, p. 18) Para Hansen (2003, p. 105), “essa diluição do termo globalização atuou de um modo que sua utilidade enquanto categoria analítica passou a ser questionada, porém ela ainda é uma palavra difícil de se esquivar.” Não se deve temer ou negligenciar o debate sobre este fenômeno, mas aprofundar discussões sobre as suas repercussões produzidas a partir de quem ocupa o topo da pirâmide econômica ou política no mundo.

Para abrir este debate, tomo como referência a definição que M. Santos (2000, p. 23) elaborou para explicar o que ele considera como o apogeu das relações comerciais pelo mundo: “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista.” Vista por esse ângulo, pode-se entender, também, que a globalização se constitui numa etapa da dinâmica do capital pelo mundo. Sendo uma etapa, a globalização daqui a algum tempo poderá vir a ser mais um dos fenômenos econômicos que aconteceram em escala mundial, contudo, como ela faz parte de todo o processo de transformação dos territórios, sua abordagem se torna de fundamental importância para o reconhecimento de quem está dentro ou fora, de que forma está ou não inserido e identificar os seus elementos benéficos e danosos à sociedade. Um dos temores que a globalização

poderia causar, na visão de alguns estudiosos, seria o risco da homogeneização do planeta, mas os que acreditaram nessa teoria “[...] foram surpreendidos e rebatidos pelos acontecimentos geopolíticos ocorridos logo nos primeiros anos do século XXI.” (MORAES, 2002, p. 190) Superada esta concepção inicial de que o processo de globalização tenderia a uma unificação mundial, apagando as fronteiras e uniformizando a sociedade sob um só pensamento de desenvolvimento, agora a maioria dos estudos sobre o tema direciona na análise dos contrastes, da simplicidade de cada lugar, mesmo porque “a universalização não suprime os particularismos. Leis mundiais, definidas pelas necessidades do sistema em seu centro, agem sobre sociedades já desiguais pela ação anterior do capital, contribuído para manter ou agravar as diferenças.” (SANTOS, 1982, p. 23) O mundo ficou cada vez mais dividido com novas geografias, onde a cada instante os continentes estão em ebulição com o aparecimento de novos países, o turismo contribui com novos mapeamentos, as grandes corporações fazem surgir lugares.

Haesbaert (1999) entende que a globalização é, de certa forma, uma barreira para que haja áreas mais coesas e integradas. Assim, cai por terra a ideia de que o mundo seria único, num sentido de uma uniformização imposta, onde os lugares teriam um mesmo comportamento econômico ou cultural, por exemplo. O que ocorre é que este fenômeno cada vez mais retalha o globo, pondo em evidência grandes desníveis socioeconômicos. Desníveis estes que não são sentidos somente quando estabelece uma comparação entre países, mas, dentro dos países, de suas regiões e no interior dos seus lugares. O avanço da tecnologia nos meios de comunicação e a maior velocidade dos transportes que deslocam pessoas e mercadorias, pilares centrais da globalização, se encarregaram de escolher os lugares que serão integrados dentro daquilo que o capital se propõe a utilizar.

A análise de Benko (2001, p. 8) em relação à globalização corrobora com a ideia anterior, onde, segundo ele, “a globalização não significa, portanto, homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização.” Isto porque se tem o pensamento de que, neste mundo cada vez mais competitivo, quando a região ou os lugares se especializam, a tendência é o aumento da produção que vem acompanhada de uma maior qualidade, portanto, seria mais fácil a inserção no exigente mercado mundial. O mais interessante é que o mundo sempre foi diferente desde seus atributos físicos (relevo, clima, vegetação, hidrografia) até os culturais, a diferença é que ele foi especializado com o discurso que tem como pano de fundo a promoção do desenvolvimento e a sobrevivência de alguns poucos lugares.

Se o termo internacionalização tem o mesmo significado e partilha de interesses que norteiam a globalização, Brandão (2003, p. 1) dirá que este processo é altamente maléfico à integração de países, por exemplo, como o Brasil, pois, “de um modo geral debilita os centros nacionais de decisão e comando sobre os destinos de qualquer espaço nacional.” Neste sentido, há a quebra de uma hierarquia promovendo o, quase total, desaparecimento da figura, por exemplo, do poder estadual (governador) no desenvolvimento de suas regiões. A escala regional fica suprimida pela local, tendo em vista que dentro de uma região o lugar é escolhido para se desenvolver, não a região como um todo. Assim, os governantes municipais passam a ter um poder de negociação maior que o do governador. O papel integrador que os governos teriam que ter não se realiza, pois as grandes empresas escolhem suas áreas de atuação, têm estudos prévios das fraquezas locais, principalmente as financeiras e morais de alguns governantes, e acabam agindo num determinado lugar que, na maioria das vezes, não tem um planejamento urbano para suportar empreendimentos de grande porte. Pode-se dizer, então, que a debilidade dos governos aliada aos interesses das grandes empresas aprofundam as desigualdades não apenas em escala global, mas também nas regionais.

Therborn (2001, p. 125) diz que

[...] a globalização é mais do que um conceito, ela é também um modo de enfocar a realidade ou uma perspectiva analítica, e em termos mais amplos, discursiva. Como tal, é utilizada em algumas das mais influentes visões de mundo, nas quais ela pode ser apreendida com o auxílio de duas dimensões. Uma delas, que podemos denominar como dimensionalidade, diz respeito a como o conteúdo atual da globalização é percebido, predominante, fundamental e basicamente, como sendo econômico, cultural ou ecológico ou, como irreduzível, possível e contraditoriamente multifacetado. A outra pode ser chamada de historicidade. A globalização está sendo considerada como uma ruptura básica na história humana moderna e, alternativamente, sua forma corrente é vista como uma nova versão de um fenômeno histórico mais antigo, ou como a manifestação presente dos processos permanentes de transformação social.

A análise proposta por Therborn parece tentar fechar todo o universo no qual a globalização pode ser entendida ou debatida, haja vista que quando se fala em global pode-se remeter a uma escala de análise, no sentido de dimensão; desenvolvem-se críticas sobre a ação do capital; apresenta diversidades culturais; na

questão ecológica tenta mostrar que vivemos numa aldeia global; e, a globalização vista sob a óptica de ser mais uma etapa em que a sociedade é analisada através da sua postura perante as novas dinâmicas que ela mesma impõe no território, o que representa a continuidade da evolução das transformações sociais.

Refletindo sobre uma situação que envolve o binômio econômico-regional, Amaral Filho (2002) diz que a globalização está provocando, capitaneada sempre pelo capital, o reordenamento das regiões, onde há um processo desvalorização de antigas áreas tradicionalmente centros industriais, e a criação ou a valorização de regiões, até então, sem grande importância econômica. Esta reflexão reafirma a ideia de que, neste momento histórico que se vive, são as empresas globais que estão desorganizando ou reorganizando os espaços. Criticando a mundialização que não consegue atingir a equidade, mas que aprofunda as diferenças entre as nações e até impede o acesso de muitos países aos blocos desenvolvidos, tendo em vista que houve um aumento da “apropriação numa única direção, concentrada sobre um número de beneficiários cada vez mais restrito, enquanto a presença ativa considerada necessária, e, por conseguinte, retribuída, dos outros atores também decresce.” (FORRESTER, 1997, p. 40) As palavras de Forrester lembram o pensamento crítico que construído por aqueles que combatiam não a globalização, mas a forma de agir de quem comanda este processo, que nos moldes que se apresenta se torna perverso por ser excludente, como enfatizava M. Santos (1996).

Para oferecer uma contribuição que auxilie na decodificação do fenômeno da globalização e suas repercussões pelo espaço, Giddens (2000), primeiramente, expõe o confronto de duas correntes antagônicas denominadas por ele de céticos e radicais. Para os primeiros, o mundo não mudou e continua com as mesmas diferenças que sempre teve. Sendo assim, a globalização não provocou nenhuma mudança nas relações entre os países, sempre existiram os isolados e os incluídos. A segunda corrente é formada pelos radicais que sustentam a ideia de que a globalização existe e seus efeitos são sentidos em todas as partes do mundo, pois o mercado com todo o desenvolvimento tecnológico “ignora” as fronteiras. Diante deste painel de discussão, Giddens (2000, p. 23) vai dizer que “[...] a globalização não é, portanto um processo singular, mas um conjunto complexo de processos. E estes operam de uma maneira contraditória ou antagônica.” Percebe-se que a globalização, assim como outros grandes eventos econômicos da história mundial, provoca discussões, o que deve ser entendido como saudável, justamente por existir uma heterogeneidade de pensamentos proporcionando uma multiplicidade de caminhos.

Saindo um pouco da discussão das ideias que reafirmam que a globalização expõe as diversidades e não a homogeneização do mundo, Ianni (1996) sugere mais uma via para se enxergar a globalização, que é pautada pelo reconhecimento que o homem deve ter sobre o espaço em que vive, a Terra. Para Ianni (1996, p. 94), “a forma pela qual a globalização provoca uma nova consciência de que todos habitam o planeta Terra cria também desafios teóricos.” Esta visão de aldeia global, explícita no pensamento de Ianni, que parece estar longe, se constituindo apenas numa utopia. Os mecanismos a serviço da globalização deveriam oferecer uma chance para que este sonho fosse realizado. Enquanto isso não acontece, o mundo continuará tendo sua leitura ora na visão dos céticos, ora na visão dos radicais.

Quando Bhabha (2003, p. 25) analisou a cultura e as fronteiras nesta era da globalização, ele teceu o seguinte comentário: “o impressionante no novo internacionalismo é que o movimento do específico ao geral, do material ao metafórico, não é uma passagem suave de transição e transcendência.” Observa-se que o autor fala de uma ruptura bruta que acontece dentro da sociedade mundial, isto é, assim como não houve um processo que preparasse os escravos para o regime de liberdade, também não ocorreu um estágio que pudesse preparar as culturas para este fenômeno. Assim, esta nova concepção de desenvolvimento (a globalização) invade e força os diferentes lugares do mundo a participar, como atores principais ou simples figurantes, de sua expansão.

Estudando o esfacelamento da cultura em vários níveis sob a dinamicidade das modernidades globais, Featherstone (1995, p. 21) dirá que “[...] a globalização sugere simultaneamente duas imagens da cultura. A primeira pressupõe a extensão de uma determinada cultura até seu limite, o globo [...]. E a segunda aponta para a compressão das culturas.” A primeira visão pressupõe a existência de uma cultura que dominasse todo o mundo, seria uma unificação tal qual a noção inicial de globalização teria como proposta pensada por aqueles que comandavam o processo. O que não ocorreu. Na sua segunda análise, Featherstone fala da cultura como se ela estivesse disposta em camadas, da mesma forma que as camadas de solo estão depositadas ao longo dos períodos geológicos. Assim, a cultura passa ser estratificada, ficando nos níveis iniciais aquelas que não se adaptarem aos novos costumes da sociedade global. Umas se manifestam por mais tempo que outras, mas é natural que as primeiras sejam abandonadas por não servirem às necessidades de cada sociedade que se renova, estas ficam perpetuadas através de pesquisas ou por símbolos físicos que se tornam perenes num dado território, como as pirâmides do Egito, construídas com grandes blocos de rochas. Por fim, o jornalista

Carvalho (2000, p. 7) pensa que a globalização só existe em decorrência da “adoção de formas semelhantes de pensamento político e econômico por líderes de vários países.” Isto quer dizer que a globalização tem um rosto e de certa maneira unifica aqueles que detêm o poder de uma das variáveis, mormente econômica e tecnológica, que alimentam e sustentam este fenômeno.

Não há um consenso sobre quando e como surgiu a globalização, e talvez isso tenha pouca relevância em relação ao seu sentido maior sonhado por aqueles que vislumbraram ou ainda pretendem viver num mundo com menos desigualdades socioeconômicas. Esta seria a tônica da convivência numa aldeia global, porém o que assiste no momento não é a solidariedade dos aldeões que a habita. Para Moraes (2002, p. 192), a utopia da aldeia global “não se realiza num mundo cada vez mais dividido pelo acesso diferenciado aos benefícios da modernidade, o que distingue os países entre si e cada um internamente.” Seria injusto negar que não houve uma expansão da modernização dos meios de comunicação e de vias de transportes em lugares até então desprovidos de uma simples rede de energia elétrica ou de telefonia, mas, o que se critica é quanto tempo as sociedades marginalizadas têm que esperar por benefícios desta modernidade traduzida como globalização.

Magnoli (1997) tem uma visão interessante sobre o significado de globalização. Ele entende que a globalização, enquanto uma expressão surge quase como obrigatória e única para explicar todos os acontecimentos políticos e econômicos do final do século passado, o que não deixa de ser uma maneira de periodizar a transição de uma dinâmica para outra. Mas, se enxergada assim de maneira despretensiosa, sem um rigor teórico para explicá-la, ela “corre o risco de ser apenas uma moda” (SANTOS, M., 2003, p. 58) e toda moda tem o seu tempo e seus acessórios caem no desuso.

Como se pôde ver anteriormente há inúmeras possibilidades de fazer uma leitura sobre a globalização. Mas existe uma forma de pensar que se vive num único mundo, contanto que para isso abra-se mão de qualquer variável, como a economia, a política, a cultura, a sociedade, que servem de parâmetros para análises comparativas sob diferentes olhares científicos. Basta retornar àquele conceito ingênuo da geografia, uma geografia infantil onde a Terra, o planeta, assume significados como mundo (mapa mundi) e globo (o terrestre), então todos, independentemente do lugar que habitam, seja num vilarejo no Deserto do Atacama ou num bairro mais urbanizado de Eunápolis, são cidadãos globais. Mas como a realidade exige mais do que um simples olhar de criança, não se permite afastar de algumas premissas que estão estabelecidas sobre a compreensão da globalização, interna-

cionalização ou mundialização, pois ela exige “dos geógrafos permanente atenção, sobretudo neste momento em que a geografia encontra-se afetada pelo cenário de intensas crises e mudanças locais.” (MENDONÇA; KOZEL, 2002, p. 188) Um cenário perfeito, se pensar que quando se fala em crise, é porque algo está acontecendo no espaço, portanto, pertinente às pesquisas geográficas que se interessam pelos ciclos econômicos e sociais que se dão em determinado período da história.

Ao se tomar como referência a economia, com todo o seu fluxo e amparo técnico, percebe-se que o Extremo Sul da Bahia está seguindo o modelo de globalização que é praticado em grande parte do planeta, expondo suas diferenças socioeconômicas, a importância das grandes empresas para o desenvolvimento em detrimento da debilitação do poder público, e todas outras variáveis que fizeram da globalização uma arma contra os pobres. Mas usar a globalização como ator dá a impressão de que está se falando de um sujeito indeterminado que, a grosso modo, na gramática é aquele sujeito que não se reconhece ou não se quer identificar. Talvez isso aconteça porque pessoas ou empresas não desejem assumir que são responsáveis pela globalização no seu sentido mais contestado, que é a de provocar o aumento das desigualdades num determinado território. É como a alfabetização econômica que condicionou as pessoas a falar do mercado, que é abstrato na sua fisionomia, mas que regula ou dita a economia por todo o globo. M. Santos (2000) irá dizer que este mercado que dita a dinâmica da economia global não seria um ator, mas uma ideologia, um símbolo.

Seguindo a trajetória natural da evolução do homem e dos lugares, vai se perceber que a troca do natural pelo artificial possibilitou o aparecimento de aldeias, embriões de um complexo que mais tarde daria origem às cidades e, que, agrupadas por diversas variáveis (ambiental, cultural, econômica) formaram as regiões até se chegar à configuração de um país. Nesta história, alguns lugares evoluíram, outros nasceram e outros desapareceram, contudo, os homens ainda continuam a gerar novos lugares, novas regiões e novos países. Um exemplo desta evolução é a atual divisão político-administrativa do Brasil, com seus 26 Estados, o Distrito Federal e os atuais 5 564 municípios, que é fruto de um processo de um longo processo de colonização que ainda se dá por todo o território nacional. Outras culturas, amparadas pela economia ou não, virão e continuarão a redefinir novos traçados geográficos através dos quais serão oferecidas orientações para se estudar um lugar, independentemente da rotulação de um fenômeno.

O estado da Bahia, com seus 417 municípios, carregado de histórias, também apresenta uma evolução das configurações geográficas, que vem desde o seu sur-

gimento com as Capitânicas Hereditárias, passando pela regionalização econômica até a proposta mais recente que é a divisão do Estado em 26 territórios de identidade. Assim, como em todo o Brasil, o surgimento dos lugares na Bahia se deu ora obedecendo a uma lógica da produção e do capital, e ora não apresentando nenhuma justificativa que amparasse a criação de novos municípios, simplesmente sujeitas ao acaso de decisões meramente políticas.

A diversidade física e cultural do território baiano contribui para que também haja uma descontinuidade na sua ocupação, isto é, não há uma linearidade, uma sequência lógica na transformação dos lugares, mesmo porque a fragilidade dos planos de integração impede ou retarda uma distribuição igualitária dos projetos de desenvolvimento regional e, por conseguinte, dos lugares. Esta descontinuidade também deve ser remetida aos fatos históricos de cada lugar, pois é natural que os lugares não surjam simultaneamente no espaço e tendo um mesmo advento histórico como causa. Para Ianni (2002, p. 11) ter ou não ter uma continuidade não quer dizer muita coisa, haja vista que “[...] a trama da história não se desenvolve apenas em continuidades, seqüências, recorrências. [...]. A mesma dinâmica das continuidades germina possibilidades inesperadas, hiatos inadvertidos, rupturas que parecem terremotos.” Essas rupturas podem se dar em vários sentidos e direções e se desencadear por motivos diversos, a própria quebra de hierarquia entre os lugares é um dos sinais de ruptura nas relações espaciais; e é, talvez, dentro do contexto de diferenciações entre lugares que a globalização se torna um termo quase que unânime para balizar as análises das transformações dos lugares, deste modo, os lugares são ou não globalizados. São globalizados porque possuem tais variáveis, e a falta destas classificam os lugares como alijados da dinâmica global. Quando o conjunto de variáveis que dão formato ao estágio do que se denomina globalização se instala num lugar ou numa região cria neles uma sensação de liberdade, de autonomia, onde suas decisões não levam em consideração a difusão do desenvolvimento, mas a concentração.

A história da divisão territorial da Bahia e de outros estados brasileiros revela que a construção e reconstrução dos lugares são processos inexoráveis, e que ocorre anteriormente a qualquer processo de informatização dos espaços. Quando se faz um retorno na história da Bahia, verifica-se que o seu território sofreu modificações desde o período em que suas regiões administrativas estavam divididas no modelo de Capitânicas Hereditárias. Atualmente a Bahia apresenta mesorregiões, microrregiões, regiões econômicas, regiões identitárias. Não se pode afirmar que a globalização seria responsável por essa reorganização espacial, tendo em vista

que ela sempre ocorreu. Seguindo este raciocínio, sobre as formações das regiões, o mesmo pode ser transferido para a formação dos municípios baianos. Dentro do território baiano a criação ou o aparecimento dos municípios também se deu num processo gradativo, saiu de 41 cidades no ano de 1827 para 417 no ano de 2002. Para que tal multiplicação ocorresse, vários municípios tiveram que ceder parte do seu território original, contudo, devido a este fato, não se assistiu a grandes celeumas, e se houve, ao tempo coube a tarefa de estabilizar. No entanto, quando são mencionadas propostas para a criação de outros estados dentro do território nacional, as relações e reações se mostram conturbadas tanto para quem vai ceder parte do seu território quanto para quem está requerendo uma autonomia espacial. Isto acontece, talvez, porque “os interesses regionais, os atores políticos e as políticas públicas fundados regionalmente são contendores críticos na luta por alterações no sistema político.” (SOUZA, Maria, 2006, p. 7) Todavia, não se pode temer em provocar o debate sobre a proposição de uma redivisão territorial partindo de estados que possuem grande extensão de área, pois provocar o debate não significa somente pedir ou incitar um separatismo, mas abre uma questão sobre a má administração ou a incapacidade destes governos em estabelecer políticas de desenvolvimento estadual no sentido amplo, e não a política de privilégios regionais. Aliás, a redivisão da Bahia não é um assunto recente. Freitas (2000, p. 35) descreve porque este pensamento foi colocado em pauta na metade do século XX:

O desenvolvimento regional passou a se dar como que de costas para o velho núcleo de poder [no caso, Salvador]. A população interiorana que não migrou, criou e desenvolveu laços com os estados vizinhos, passando a viver sob a influência direta dos mesmos, construindo nova regionalidade. Quanto aos chefes locais chegara a cultivar propostas separatistas – nas regiões cacaueira e sanfranciscana, por exemplo, com o desejo de criar os Estados de Santa Cruz e do São Francisco – visando a uma autonomia simples ou à anexação de parte do território baiano ao de algum Estado vizinho, como foi o caso do extremo-sul com relação a Minas Gerais nos anos 50.

Portanto, negar este debate seria não oferecer nenhuma explicação para a evolução administrativa que o território nacional sempre teve. Qual justificativa teórica apresentar para explicar a evolução do modelo administrativo baseado no Sistema de Capitânicas para a adoção de um sistema que criou estados, territórios e o Distrito Federal? Evidentemente que houve evolução da sociedade, da economia,

dos meios de transporte, da comunicação, a especialização da produção, para que outros mapas fossem traçados no espaço brasileiro.

Trazendo a sugestão de Monteiro (1981, p. 124) sobre o tipo de comportamento que o Brasil deveria ter em relação às novas tendências de uso do território, no que concerne a questão ambiental, para uma análise das novas perspectivas e opções de novos mapas dentro do espaço brasileiro, talvez fosse o caso, também, de “desatarmos-nos do passado, tão curto e tão pouco frutífero [e passar a] incorporar as suas boas aquisições e, em vez de lamentar os ‘desvios’ havidos, reconhecer a possibilidade de haver ‘atalhos’ em direção a um futuro melhor.” Dentro desta vertente que procura um outro período de análise que não só o passado, M. Santos (2005, p. 163) faz a seguinte reflexão: “vivemos todos estes séculos acorrentados à idéia de que o passado seria o cimento das sociedades e o seu fio condutor para o porvir. Custa-nos, agora, admitir que esses papéis possam ser representados pelo futuro.” Portanto, não é buscar no confinamento de ideias ultrapassadas pela dinâmica social, econômica e política que irá se encaminhar para uma melhor organização espacial, independentemente da sua escala. Novas regiões estão aparecendo no Brasil, entretanto, elas não são planejadas pelos governos, mormente pela dinâmica econômica. Assim, o país se divide espontaneamente, dificultando ainda mais a sua integração. Por outro lado, pode-se perceber que o surgimento de municípios e regiões é um processo que independe de um evento global.

Se alguns estudiosos consideram que foi a partir das grandes navegações dos séculos XV e XVI que nasceu o embrião do que seria a globalização hoje, pode-se dizer que ela chegou nesta região da Bahia por intermédio das grandes madeiras, que exploravam as matas nativas e remetiam para outros países grandes quantidades de toras brutas, isto é, em estado natural ou já transformadas em chapas de compensados, por exemplo, como fazia a multinacional Brasil Holanda S.A. (Bralanda). Atualmente, os sinais da globalização no Extremo Sul da Bahia podem ser vistos nas bandeiras dos postos de combustíveis, na exportação do mamão, nas grandes empresas de eucalipto e celulose, no turismo, nas usinas de álcool, e numa variedade de franquias estrangeiras, onde se destaca os ramos de veículos automotores, alimentação e vestuário. Estes sinais se manifestam de maneira desigual pelo território, pois os vinte e um municípios do Extremo Sul não participam igualmente dos lucros que estes segmentos geram, onde alguns assumem o papel de protagonistas do processo, enquanto outros são apenas coadjuvantes ou menos ainda, simples figurantes. Esta é a mesma dinâmica que ocorre no âmbito global, portanto, as regiões são o reflexo da escala planetária.

É interessante perceber que o resultado desta bipolarização do território, onde de um lado estão os que mandam, e de outro, os que obedecem (SANTOS; SILVEIRA, 2005), causando ou expondo as desigualdades, se encontra em escalas ainda menores como nas cidades, onde os contrastes entre bairros explicitam a estratificação econômica da sociedade; mostra, por exemplo, os trabalhadores do chamado mercado informal em frente às lojas e bancos, onde ficam expressos na paisagem urbana os contrastes entre os circuitos superiores e inferiores da economia, elaborados por M. Santos (1979), em “O Espaço Dividido”; mendicância em diversas faixas etárias nas maiores cidades da região; e, no principal símbolo de integração do Extremo Sul da Bahia, a BR 101, a paisagem que se formou nos perímetros urbano e rural tem como símbolos famílias vivendo em condições subumanas, onde a esperança de alimento se apega na caridade de viajantes. Estes exemplos levam em consideração apenas o motivo econômico, que é o vetor que norteia o pensamento geral da sociedade quando se fala em globalização. Esta lista de situações do cotidiano das cidades do Extremo Sul da Bahia demonstra que a região apresenta problemas da mesma ordem de regiões ricas do Brasil e de outros países, sendo o principal deles a falta de trabalho para as pessoas; o que pode ser explicado “em função de uma grande mudança estrutural em escala mundial, derivada da Terceira Revolução Industrial.” (SINGER, P., 2003, p. 105)

Analisando por este prisma, pode-se considerar que o Extremo Sul está globalizado no que se refere à crise do emprego formal, mormente aquelas ocupações que necessitam que o trabalhador tenha uma maior qualificação. Mesmo com todo o crescimento econômico pelo qual a região está desfrutando, há grandes diferenças entre os municípios, onde a maioria deles ainda é o principal empregador. Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, do ano de 2005, sobre a distribuição de empregos na região mostram a seguinte configuração, por ordem de maior empregabilidade: setor de serviços (28,4%), administração pública (25,4%), comércio (19,0%), agropecuária (16,5%) e indústria (10,7%). No entanto, estes dados gerais sobre o Extremo Sul não podem servir como base para a aplicação em cada município da região, haja vista que alguns destes setores não estão presentes na maioria dos municípios. Mas, internamente, todos os municípios que compõem a região têm situações semelhantes no que concerne aos altos índices de pobreza, tanto de situação de moradia quanto de formação profissional e educacional.

Retomando as características de desigualdade social, citadas anteriormente, dentro dos municípios do Extremo Sul baiano, o mais preocupante é que este pa-

norama considerado “normal” nas grandes cidades brasileiras esteja sendo tratado com uma normalidade também em cidades como Teixeira de Freitas, onde o número de habitantes não ultrapassa 120 000, menor que muitos bairros de regiões metropolitanas. Um administrador público de qualquer cidade desta região não pode querer justificar que a pobreza, a miséria, os baixos níveis de escolaridade (pelo menos no ciclo básico) e a violência fazem parte de qualquer lugar nos dias de hoje, e que por isso seja aceitável que a cidade tenha os mesmos problemas nas mesmas proporções que Salvador ou de qualquer outra grande cidade do mundo. Será que as cidades do Extremo Sul terão que utilizar dos mesmos mecanismos de grandes cidades brasileiras para conter a criminalidade? Este é um dos perigos de se realizar uma analogia geral entre os lugares. E aí se reside uma das críticas de M. Santos (1991) em relação às análises comparativas, tendo em vista que elas acabam por generalizar os problemas sem levar em conta as particularidades que cada lugar possui. Para M. Santos (1991, p. 18), “um remédio que convém a uma dada situação pode não servir para outra doença.” Também não se trata de fazer somente estudos pontuais, mas, o planeta possui lugares em que a Geografia ainda não chegou e não se sabe se todos eles serão atingidos para que, juntando este grande quebra-cabeça, possa se ter uma noção, ainda superficial, do mundo em que vivemos.

Se por um lado, os mecanismos que conduzem a globalização mostraram que os lugares do mundo são diferentes, por outro lado, eles também contribuíram, de certa forma, para que houvesse uma uniformização de comportamento entre os lugares onde o capital é o motor do desenvolvimento. Por exemplo, algumas paisagens em determinados períodos do dia são regionais, nacionais e globais, como a prostituição, a mendicância nas calçadas e praças, as barracas dos vendedores informais. A própria mídia, com as suas variações de veículos de informações, se encarrega de ampliar essas paisagens mutantes e degradantes em diferentes partes do Brasil e do mundo. Mas a crítica que se coloca aqui é a ideia de se acomodar em pensar que cidades que tenham 10 000 habitantes, por exemplo, que apresentam situações de riscos socioambientais estejam fora do controle de quem as administra. Visto sob esta ótica, pode-se dizer que a globalização cuida de explicar todas as situações de desigualdades internas e externas, ou são as formas de governos que não privilegiam o bem-estar da sociedade que estão globalizadas. É comum ver ao longo das margens da BR 101, no trecho do Extremo Sul da Bahia, uma das variáveis que serve como parâmetro de verificação da desigualdade socioeconômica que existe na região. São moradias precárias, com pessoas que passam necessidades básicas como a alimentação, e que fazem parte da paisagem do principal eixo de

integração regional e nacional, mas que paradoxalmente estão excluídas de um convívio social, excluídas de uma geografia urbana, conseqüentemente, habitadas por marginalizados que estão desamparados de qualquer política social dos municípios. Este seria um dos sinais que mais caracterizam a globalização perversa (SANTOS, M., 1996) no Extremo Sul da Bahia, tal qual ela se apresenta em relação às trocas entre os países, onde exclui um grande número de pessoas daquilo que ela pode oferecer de melhor e ao mesmo tempo segrega quem não tem condições de participar do seu processo. Mas qual seria a influência maléfica da globalização em governos que pautassem pelo tratamento ético com o seu povo?

Se a globalização, no seu sentido mais amplo, significaria utopicamente que haveria uma possibilidade de integração entre todos os povos que vivem no planeta, então, da mesma forma, numa escala menor deveria também se ter este mesmo pensamento voltado para as políticas regionais internas. Dentro desta analogia, a extremosulização é também um desejo de que o Extremo Sul da Bahia seja uma região desenvolvida, com mais equidade entre seus municípios. No entanto, a extremosulização é apenas uma cópia reduzida do processo de globalização, tendo em vista que o que se percebe é a forma desigual como esta se dando o crescimento desta parte da Bahia. Este panorama na região baiana é a reprodução da brasilização. Porém, existe outro caminho de análise para estes fenômenos, que pode estar no fato de que eles podem provocar discussões sobre redefinições dos mapas internos do país. Afinal, o Brasil tem apenas um pouco mais de quinhentos anos, e ao contrário do embasamento cristalino sobre o qual são criados novos lugares, a população está em constante movimentação, causando e desenhando novas fronteiras. É “possível dizer que a construção do Estado no Brasil é um processo ainda em andamento.” (SOUZA, Maria, 2006, p. 37) Uma construção que corresponde com a relação que o Estado deve estabelecer com a sociedade e que tem implicações diretamente na administração do território.

A desigualdade no que tange ao acesso de alguns itens que promovem o desenvolvimento não é um privilégio desta sociedade modernizada, ela está presente na trajetória histórica das relações humanas e comerciais do nosso planeta. Contudo, não há como negar que com a melhoria da locomoção de pessoas e da informação ficou mais fácil conhecer, mais detalhadamente, alguns pontos que diferem uma sociedade da outra, não somente nos traços físicos e culturais, mas também na escassez de equipamentos que proporcionam o conforto de parte da sociedade moderna. Construir um rol de populações que ficaram e estão à margem da evolução dos serviços de transporte e comunicação seria impossível devido à infinidade

de exemplos globais. Dentro desta lista, com certeza, estariam cidadezinhas do interior do Extremo Sul baiano, como Vereda e Jucuruçu; as tribos de esquimós; os nômades dos desertos do Saara ou do Atacama; as comunidades que vivem no sopé das montanhas da Mongólia; ribeirinhos da Amazônia, onde as vias principais de deslocamento são os rios. Os traços daquilo que se convencionou chamar de globalização são pouco presentes ou não têm nenhuma evidência dentro da maioria dos exemplos citados. Ou será que eles não devem fazer parte da análise global? Uma pesquisa que tenha como objeto de estudo o Extremo Sul da Bahia deveria ater-se somente aos seus polos de desenvolvimento?

Não é pretensão desta reflexão minorar os efeitos da globalização e tampouco tratá-la com indiferença, pois é inegável que ela serve como balizamento para se entender a dinâmica dos lugares. Mas, em certos momentos de reflexão sobre o que se estudou a cerca deste fenômeno, até o presente, chega-se a conclusão que ela em si, enquanto fenômeno, não une e muito menos diferencia os lugares. São a instantaneidade da informação, através do aprimoramento tecnológico, e a locomoção mais rápida pelo espaço que apresentam, para aqueles que têm acesso a esses meios, as diversidades de paisagens naturais e artificiais, bem como as desigualdades proporcionadas pelo capital.

Diferenciar espaços não é algo recente proporcionado pelo fenômeno da globalização, a Geografia, nos trabalhos de campo de antigos pesquisadores, já realizava esta tarefa pelo mundo. Refletindo sobre algumas metodologias sugeridas para a análise espacial, citando Magge e Popper, Monteiro (1976) mostra que houve um determinado momento da formulação de conceitos em que a geografia teve uma corrente onde a fragmentação imperava nas análises. De acordo com Monteiro (1976, p. 75) havia um “consenso geral dos adeptos da nova Geografia, uma preocupação em revelar individualidades excepcionais acentuando as diferenças dos arranjos espaciais na superfície da Terra.” Críticas à parte sobre esta opção da Geografia em estudar o espaço, o fato é que se a globalização for tratada apenas como uma técnica ou uma metodologia para diferenciar os espaços, sua contribuição não acrescentaria muito para quem conviveu com uma ciência que promoveu os estudos das dicotomias das paisagens, como explicam Silva e Silva (2003, p. 9) sobre a contribuição da Geografia nesta vertente dos estudos espaciais: “A Geografia, no contexto das demais disciplinas, tem contribuído bastante para a produção de um conhecimento que permita a explicação e a compreensão de toda essa dinâmica global-regional-local.” Quando citam a contribuição de pesquisadores como Alfred Hettner, Vidal de La Blache e Richard Hartshorne,

Silva, Silva e Coelho (2008) mostram que a Geografia Regional Tradicional priorizou as diferenciações regionais através de critérios como a homogeneidade, funcionalidade e de intervenção.

Por outro lado, se a globalização pode também ser entendida como um meio, uma possibilidade ou um caminho para unir todos que vivem no globo, então, antes de enfatizá-la, deveria, em primeiro lugar, pensar que outros níveis de conexão devem ser construídos, como a Eunapolização para o município de Eunápolis, a Extremosulização para a região do Extremo Sul da Bahia, a Baianização para o estado da Bahia e a Brasilização pensada por todo o território brasileiro. É muito difícil pensar ou querer um desenvolvimento, seja ele em qualquer escala, sem que haja políticas que visem minorar as diferenças, entre outras a infraestrutura que permita o melhor deslocamento de pessoas e de mercadorias, principalmente em municípios que não têm sequer acesso pavimentado.

A Figura 16 mostra um dos gargalos que impedem a integração do Extremo Sul da Bahia, onde municípios que têm sua economia basicamente pautada na produção rural são limitados no escoamento da produção e no deslocamento de pessoas, inclusive para dispor de serviços de saúde e educação, por exemplo, por causa das péssimas condições de algumas rodovias que deveriam integrar os municípios. No período de chuvas, esta via fica intransitável. Por outro lado, o município de Jucuruçu já dispõe de internet, que pode ser considerado como um símbolo da globalização. Mas qual é privilégio de se estar conectado à rede mundial de computadores se as pessoas não podem se deslocar para outros municípios?

Figura 16 - Estrada entre Itamaraju e Jucuruçu, 100 km sem pavimentação



Fonte: A Tarde (2008).

Discutir a globalização no Extremo Sul através dos seus polos de produção, sem sequer levar em conta a falta de entrelaçamento entre os seus lugares, muitos deles polos de pobreza, não seria queimar uma etapa do desenvolvimento para simplesmente atender um modismo? Talvez, seja necessário começar a pensar a integração dos povos partindo das áreas mais carentes do globo, elas devem ser as referências. Essas áreas estão presentes dentro das cidades, independentemente da sua classificação de grandeza. Os dirigentes que decidem sobre os rumos da União Europeia dizem que não poderá haver um bloco forte com países apresentando grandes índices de pobreza. Da mesma forma, tem que se pensar que não há uma cidade desenvolvida com a maioria dos seus bairros sendo cinturões de miséria; também não existe uma região rica com lugares opacos; não há um estado integrado sem que suas regiões recebam atenção com igualdade pelo governo; e o sentimento de pertencimento fica comprometido num país fragmentado em vários outros.

Considerando que o fenômeno da globalização, no seu sentido econômico, não pode ser negligenciado quando se fala em novas configurações espaciais, e tendo em vista que o Extremo Sul da Bahia é uma região que está inserida na economia mundial, seja através da importação ou exportação, promove-se neste tópico uma discussão sobre a influência direta deste fenômeno neste pedaço do território baiano. Mas, o que pode ser considerado próprio da globalização no que tange as suas interferências nos arranjos espaciais? Caso não houvesse surgido este fenômeno com este nome os lugares não se modificariam?

Então, partindo da ideia de que a dinâmica regional é um reflexo do que acontece em escala mundial, pelo menos esta é a percepção daqueles que acreditam que vivemos numa aldeia global – o que pode ser questionado, não pelo fato de que naturalmente estamos no globo terrestre, mas pelas atitudes humanas – discute-se possíveis situações que podem subsidiar este pensamento. Uma das características mais apresentadas sobre a influência da globalização no espaço, com certeza, é a que se refere ao seu poder de fragmentação. Analisado sob este aspecto, o Extremo Sul pode estar se encaminhando para se tornar uma região autônoma, onde as ações e causas dos grandes empreendimentos colaboram para solidificar este panorama.

O mapa mundial sempre sofreu grandes modificações que são capitaneadas por questões políticas, religiosas e econômicas. No Brasil, ao longo de sua história, muitas fronteiras foram desfeitas e outras construídas, o que ainda é passível de acontecer, levando em conta que o tamanho da sua área, a falta de integração regional e a debilidade do poder central e dos estados são fertilizantes para novas

redefinições territoriais. E esta situação de falta de unidade do país não é recente; desde 1820 nas cortes de Porto “ninguém falava de uma unidade brasileira ou de uma posição unitária da vontade política desse reino, do qual cada um representava um parte fragmentada.” (MORAES, 2002, p. 142) Ainda que esta seja uma questão polêmica, não se deve negligenciar a dinâmica espacial que é comandada por interesses políticos, culturais e econômicos. Não discutir questões que apontem para uma redivisão da Bahia seria cristalizar o Extremo Sul baiano dentro de um cenário de periferia e assim negar a sua evolução como região e dos seus lugares. S. Silva (2001, p. 75) fez o seguinte prognóstico sobre a região: “o Extremo Sul da Bahia, integrando fatores endógenos e exógenos, em apenas um quarto de século aparece como uma dinâmica e promissora região no contexto baiano e brasileiro.” A previsão do autor se confirmou, haja vista que o Extremo Sul baiano, atualmente, está se articulando internamente, isto é, entre seus municípios, dentro do estado e para além destas fronteiras. Uma situação pouco comum com as regiões estaduais que, em sua maioria, são vistas apenas como setores administrativos. No entanto, quando se coloca em pauta este tipo de questão não significa estar indicando um único caminho, o da fragmentação e formação de outra unidade federal, por exemplo, para resolver problemas como o da falta de integração, mas, objetiva também provocar questionamentos sobre o tipo de administração que está sendo realizada nas regiões tanto em escala nacional como estadual.

Esta explosão econômica na região aliada com a quebra de hierarquia ordenada pela lógica do capital contribui de certa forma para que o Extremo Sul seja pensado sob uma nova perspectiva dentro do cenário brasileiro, com uma autonomia e ao mesmo tempo uma interdependência comum a todos os territórios, demonstrando que a região ultrapassou seu estágio inicial de zona de exploração primária do Estado. Se os meios de comunicação e os de transportes atuais são elementos principais para que se dê o processo de globalização, então, pode-se dizer que a região está sendo contemplada, ainda que parcialmente, por estes benefícios. Uma globalização relativizada como diriam Santos e Silveira (2005) ou também pode ser compreendido uma etapa natural do desenvolvimento dos lugares. Outra dinâmica que pode ser atribuída à globalização no Extremo Sul, é a chegada de grupos de outras nacionalidades e de fábricas nacionais, que por sua vez interferem decisivamente num novo ordenamento urbano.

Nos trabalhos de campo se comprovou que o surgimento de bairros, planejados ou não, nas cidades polos como também em cidades menores, tem como causa principal a presença de grandes empreendimentos. E, por mais contradições que

possam aparecer sobre as ações dos grandes projetos, eles são parte da culturalização espacial. Por outro lado, se a mobilidade das grandes empresas pelo espaço pode definir um estágio de globalização num determinado lugar, então como as cidades foram se transformando antes deste fenômeno? Às vezes, dá-se a impressão de que a globalização se tornou o único viés de análise espacial nos dias atuais. É como se o homem não tivesse produzido nada antes do aparecimento do pensamento global. O Extremo Sul da Bahia teve sua configuração atual e sua expansão em função deste modernismo econômico? Ou este modernismo não deve ser encarado como mais uma etapa de uma evolução territorial, cujas fases, estágios ou termos ainda estão por ser (re)inventados?

Pode-se compreender a globalização através de duas faces distintas, uma que seria um sonho daqueles que desejam um mundo único, sem barreiras e menos desigualdades entre os povos; e outra que é a realidade do território mundial da forma que se apresenta neste começo de século, onde se observa uma constante fragmentação que pode resultar no aparecimento de novos mapas. No entanto, é importante pensar que o mundo nunca foi único e o surgimento de lugares, regiões, Estados e países se dá desde o momento em que o homem começou a delimitar territórios para administrar, explorar e produzir. A única diferença é que as mudanças ocorrem em velocidades diferentes num momento histórico, o que é próprio de cada lugar.

A crise é interna

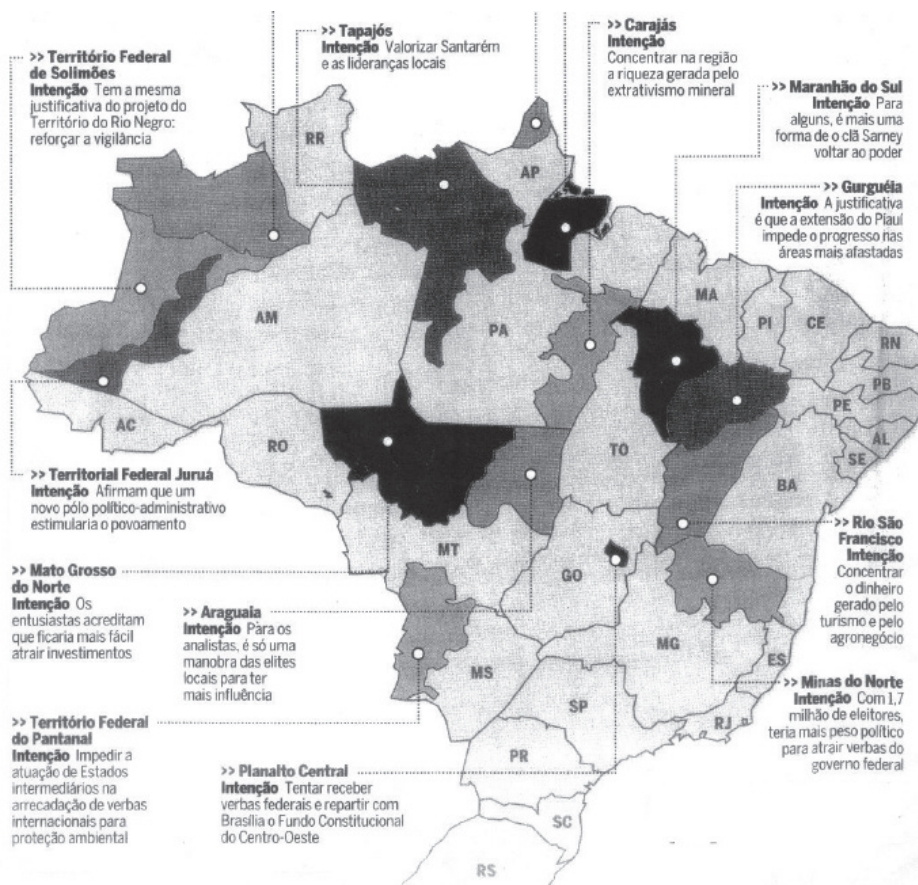
Não é deste momento histórico pelo qual o Brasil passa que está a origem de pensamentos que oferecem outra via de divisão político-administrativa, mas não há como negar que nas últimas décadas do século XX os afloramentos destes discursos têm surgido com mais intensidade pelo território nacional e com ressonância em estados que possuem uma extensão de terra que se apresenta como um dos empecilhos ao desenvolvimento e a integração de suas regiões. Mesmo em estados que já têm a sua área territorial definida, ainda há espaço para debater demarcações que ficaram pendentes quando das suas criações, como no caso de Goiás e Mato Grosso do Sul que disputam no Congresso Nacional uma área de 16 mil hectares que fica na divisa dos dois estados. Este problema teria surgido após o desmembramento do estado do Mato Grosso, onde a Lei n. 31 de 1977 definiu o limite deste estado com o de Goiás, mas não definiu as fronteiras com o Mato Grosso do Sul.

Outro exemplo que mostra a ebulição no que concerne a demarcação de fronteiras no Brasil é a questão da delimitação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima. Sem entrar no mérito da questão sobre direitos ou não de partes de indígenas ou de arrozeiros; e analisando tão somente o surgimento de um novo território, se ela for feita de forma contínua se tornará um território exclusivamente indígena. E, ainda que algumas leis garantam a presença do poder oficial dentro desta área, há um grande risco de que ela se torne um território “independente” dentro do Brasil em decorrência da histórica fragilidade administrativa do Poder Federal. Pensar que somente uma decisão judicial irá fazer com que haja um controle de uma determinada área, principalmente, na região da Amazônia Legal onde é de conhecimento público a inoperância do Estado, seria não reconhecer a debilidade e outras deficiências, que são históricas, da conduta político-administrativa do país.

Mas existem discussões em escala maiores dentro do Brasil, como a que propõe a criação de mais uma grande região além das cinco já existentes. A nova proposta seria criar uma região que abrigasse os estados de Rondônia, Acre, Amazonas e Roraima. A sugestão para a demarcação de uma nova grande região, a Noroeste, demonstra que a atual divisão do Brasil em Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste está em dissonância com as exigências atuais para uma melhor administração territorial. Estas regiões não são mais “puras” no sentido de que nelas só vivem nativos ou ainda têm sua economia, basicamente, em produtos internos. Com a expansão e a abertura das fronteiras internas do país, hoje, é possível ver que atividades agropecuárias e industriais migram pelo território nacional. Entende-se, assim, que todas essas grandes regiões são híbridas econômica e socialmente, e isto requer uma atualização dos planos de gerenciamento das políticas de desenvolvimento regional. No que tange a uma redivisão do território brasileiro, atualmente existem no Congresso dezesseis propostas de criação de novas unidades federais e territórios. Numa reportagem na Revista Época, de 26 de março de 2007, é apresentado um mapa do Brasil dividido com as possíveis indicações de criação de estados e territórios (Figura 17).

Deixando de lado as questões sobre se há ou não interesses perversos dentro desta proposição, o ponto central da discussão está no fato de que o Brasil deve repensar sobre a sua dinâmica e o modelo de gestão de políticas públicas que ainda é praticada de forma concentradora. Para Nonato e Cataia (2004, p. 1) “a explosão do número de municípios e as diversas propostas de criação de novos estados e territórios federais atestam a crise da federação, já que esse sistema não satisfaz a totalidade do território.” E se há uma crise é porque algo está acontecendo. Por-

Figura 17 - Mapa do Brasil com propostas de criação de estados e territórios



Fonte: Época (2007).

tanto, é necessário que os pensamentos antagônicos sobre uma possível redivisão de algumas regiões e estados brasileiros continuem a dialogar para que se chegue a uma contribuição aplicável ao caso brasileiro, isto é, sem fazer menção a nenhum exemplo estrangeiro. Dentro do Extremo Sul da Bahia é possível verificar manifestações explícitas em meios de comunicação, como a internet, através de colunistas independentes, sobre a viabilidade e a necessidade de elevar a região à categoria de unidade federal. A justificativa se embasa no descaso e no distanciamento que Salvador (no sentido de Governo) tem desta região. Uma situação muito parecida com a que fomentou toda a retórica sobre a formação do estado do Tocantins, que, por sinal, nas suas primeiras décadas de vida viveu sob um modelo de administração tradicional, onde em muitos casos a força física era utilizada para pôr “ordem”

no mais novo estado do Brasil. E, talvez, esta seja uma das duas maiores preocupações (a primeira de ordem econômica) que os críticos se apoiam numa teoria de não redivisão do território brasileiro, o medo da formação de novos feudos, pois “o regionalismo oligárquico que acabou debilitado por ciclos sucessivos de centralismo intervencionista, embora, como Fênix, esteja sempre pronto a renascer das cinzas, cada vez que tem início um novo ciclo de abertura política.” (CAMARGO, 2001, p. 31)

A preocupação com este modelo é pertinente, pois o Brasil vivenciou muitas experiências neste sentido. Por outro lado, a história mostra que o povo brasileiro também se renova e é capaz de modificar uma determinada situação política que não esteja condizente com as novas perspectivas de uma sociedade que busca uma melhoria na qualidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico e uma condução política mais democrática e, sobretudo, honesta. O outro componente desta evolução está dentro do próprio sistema político, que mesmo com falhas, propiciou a fundação de vários partidos que pudessem representar classes sociais antes à margem das decisões municipais, estaduais e federal. Quanto ao continuísmo da prática do clientelismo, que é outra variável utilizada para rejeitar a criação de novos Estados, principalmente aqueles que nascem carentes de desenvolvimento, Maria Souza (2006, p. 32) diz que esta prática “tem sido erroneamente identificada com as representações dos estados mais atrasados. [...], o clientelismo é um recurso utilizado igualmente por todas as forças regionais.” Portanto, seria um preconceito justificar a não redivisão do Brasil amparado na temeridade de continuidade das formas antigas de governar, afinal, estados brasileiros constituídos de uma história que se confunde com a própria história do país ainda não conseguiram erradicar essa anomalia da política nacional.

É importante lembrar que, para o Extremo Sul da Bahia, não existe nenhuma proposta homologada no Congresso Nacional, portanto, o que se faz aqui é somente uma análise das discussões que surgem na região. Mas, a criação de Minas do Norte agregaria os municípios do Extremo Sul. Outra proposta que também tiraria municípios do território baiano é a possibilidade da criação do estado do São Francisco. Nesta proposta a Bahia perderia uma de suas cidades-polos, Barreiras, que atualmente é uma referência estadual e nacional na produção de grãos. A outra variável, e talvez a que mais tenha um apelo consistente para o retardamento do debate sobre novos mapas estaduais, é a de ordem econômica. Estudiosos do assunto que defendem a ideia da permanência da atual configuração alegam que seria muito oneroso para os cofres públicos bancar toda uma estrutura para a con-

tratação de servidores públicos, bem como criar órgãos como Assembleia Legislativa e Tribunais de Contas do novo Estado e dos municípios, por exemplo. Estima-se que o estado do São Francisco nasceria com um déficit anual de 195 milhões de reais (este cálculo foi apresentado por Antônio Ribeiro, especialista em finanças públicas, numa reportagem do Jornal *A Tarde*, em 2 de setembro de 2007).

Nesta atual conjuntura econômica, onde países que comandam o mercado internacional passam por uma grande crise, comparada com a de 1929, e que tem rebatimento em outros países, com diferentes graus de intensidade, este argumento dificilmente será contestado. Entretanto, ao levar em consideração tão somente os números de uma equação para definir a criação ou não de novos estados pode incorrer no risco de gerar críticas semelhantes quando da proposta de Mário Augusto Teixeira de Freitas, sugerindo que o Brasil fosse dividido sob os cálculos geodésicos. A principal contestação neste tipo de metodologia é que ela não observa as características naturais e culturais dos lugares. Nesta discussão um ponto é comum entre as correntes antagônicas, o fato de que independentemente da quantidade de territórios ou estados, a divisão política administrativa é fundamental para os planos de desenvolvimento, afinal seria praticamente inviável governar um país de dimensões continentais sem os seus mapas estaduais. No entanto, se existe uma crise sobre este assunto tanto no meio político quanto acadêmico é porque ela ainda não foi totalmente solucionada, e assim continua a fazer parte da história do país, portanto, intrínseca às questões internas, justamente porque o Brasil é rico em diversidade cultural e ambiental. E o grande desafio é fazer com que esta diversidade ao invés de dividir, una o país sob um sentimento maior de pertencimento nacional, independente da quantidade de unidades federais e territórios.

Não inventar geografias

Quando se observa a letra da canção *Fruto do suor*, de 1982, imortalizada pelo grupo Raízes de América e considerada como um hino para os imigrantes latinos radicados no Brasil, encontram-se frases que ajudam a esclarecer algumas das causas da fragmentação que se vive atualmente dentro das cidades, nos estados, nas regiões e no mundo. Ainda que seja uma visão poética, um desabafo, a canção reflete ao mesmo tempo o desejo e a decepção de não se viver numa América Latina sem fronteiras, e que poderia ser estendido a todo o Planeta. Todo este sentimento é retratado muito antes de se falar em globalização seja como um sentimento de um mundo uno ou vista como um aprofundamento das barreiras geográficas. Para

fechar esta discussão sobre a participação ou não da globalização na dinâmica que envolve questões relativas às diferenciações espaciais, utilizou-se trechos da letra da música *Fruto do suor*, de autoria de Tony Osanah e Enrique Bergen, como subsídio para apontar algumas causas, na sua maioria históricas, da falta de unidade regional e nacional.

A terra nova era um paraíso. O milho alto e os rios puros. Dormia o ouro a cobiça ausente. Era o índio o senhor do continente. Foram chegando os conquistadores. Os africanos e os aventureiros. O índio altivo se mesclou ao escravo: Nascia um novo tipo americano. *O interesse fabricou carimbos. O ódio à toa levantou paredes, A baioneta desenhou fronteiras, E a estupidéz nos separou em bandeiras.* Tenho um filho desta terra. Foi um amor sem passaporte. Se o gestar foi brasileiro. Não me chames de estrangeiro. Cada pedra, cada rua. Tem um toque de imigrantes. Levantaram com seus sonhos. Um país que não tem donos. O suor fecunda o solo. E a semente não pergunta Brasileiro ou imigrante? Só o fruto é importante. Não me sintas forasteiro. *Não me invente geografias.* Sou tua raça, sou teu povo, sou teu irmão no dia-a-dia. (grifo nosso)

A história contada e cantada nestes versos mostra que não se deve atribuir a um fenômeno, no caso a globalização, a situação de intransigências religiosas, étnicas, políticas que se vive atualmente. Os carimbos que podem ser tanto os passaportes para que um povo possa passar de um país para outro, quanto podem representar, por exemplo, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que aponta quem deve pagar mais ou menos pela produção ou venda de um produto. Ainda que este produto seja brasileiro, porque todos são brasileiros. Não existe produto baiano, mineiro, paulista. Mas o ICMS provoca a chamada guerra entre os lugares, mostrando que uma parte do povo brasileiro ainda deve ser tratada como uma colônia por produzir matéria-prima, e a outra parte que a transforma em produto como a metrópole.

Talvez não o ódio, mas o medo e o preconceito, hoje em dia, fizeram com que grandes paredes fossem erguidas para separar mundos diferentes numa mesma cidade. Numa região tão nova quanto é o Extremo Sul da Bahia, no que se refere a desenvolvimento, já é possível verificar, em algumas cidades, o surgimento de grandes condomínios residenciais, mostrando uma separação de uma sociedade que ainda está sendo gestada e que poderia ser mais integrada, tendo em vista que a maioria da população é formada por pessoas de várias regiões do país, bem como de outras partes do mundo. Estão todos no Extremo Sul para ter uma vida melhor,

em busca de uma oportunidade de trabalho, ajudando a construir os lugares. Assim, não importa em que cidade da região estejam morando, seja nos polos ou nas cidades com menor expressividade econômica, cada um tem a sua participação na formação desta parte que pertence a Bahia, mas sobre tudo ao Brasil.

Foi-se o tempo em que as baionetas desenharam nossas fronteiras. Hoje, elas são desenhadas pelas “canetas” que são guiadas por interesses, principalmente, econômicos e políticos. A criação de novos municípios e novos estados é permeada não por estudos que indicam a necessidade ou não de novos mapas dentro do mapa brasileiro, mas pela cobiça e manutenção do poder, o que pode explicar a postura de alguns estudiosos que são contra novas redivisões do território brasileiro.

Há, dentro do Extremo Sul da Bahia, uma movimentação de alguns distritos para se tornarem cidades, por exemplo, Posto da Mata que pertence ao território de Nova Viçosa. O distrito de Itabatan, no município de Mucuri, já se abriu uma discussão quanto a sua emancipação. Em Arraial D’Ajuda também já se cogitou a intenção de se separar de Porto Seguro, inclusive sob a alegação de que no distrito há uma vida independente do município sede. De certo que estes três exemplos têm argumentações muito fortes para os seus desejos, no entanto, é um tanto complicada a desvinculação, pois estão envolvidas várias questões, entre elas a perda de tributos por parte do poder central dos municípios. Pode-se até se admitir a criação de outros municípios no Extremo Sul da Bahia, mas também poderia ser criado o município de Helvécia, uma comunidade quilombola que pertence ao município de Nova Viçosa, e que pela falta de uma política de desenvolvimento não passa de uma senzala a céu aberto. Aí se criaria um município com a finalidade de libertação, tendo em vista que esta sociedade ainda continua à margem do crescimento da região e não é assumida pelo governo municipal. Socialmente, seria muito mais justo oferecer a emancipação de Helvécia do que a de qualquer outro distrito.

Não foi a globalização que reconfigurou o Extremo Sul da Bahia, e tampouco vem provocando desmembramentos de territórios. Cada novo cenário que mostra o surgimento de propostas de criação de estados, municípios e territórios é uma consequência de diferentes processos históricos construídos por governos e pela sociedade. Raffestin (1993, p. 152-153) vai dizer que “todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder.” Diante da constante mutação nos espaços produzidos pela sociedade, pode-se afirmar que a globalização pode ser encarada como um fenômeno que passará e será substituído por outro que receberá mais um nome para explicar o estágio de desenvolvimento das sociedades.

Não inventar geografia não significa não rever os mapas no território nacional, mas não construir barreiras que vão dificultar a integração de um povo ou dos povos. A criação de novos municípios ou estados pode, de um lado, significar a construção de mais fronteiras, mas também pode significar respeito pela diversidade e individualidade dos lugares, como também o acompanhamento da evolução da dinâmica espacial. O Brasil é um país novo e os responsáveis pelo seu desenvolvimento precisam estar cientes de que ainda tem muito que evoluir, principalmente, no que diz respeito às novas configurações dentro do seu território visando o aprimoramento da sua divisão político-administrativa. Neste sentido, é fundamental que os administradores públicos estejam conectados com algumas propostas de desenvolvimento pensadas como uma possibilidade de integração. Na Bahia existe uma proposta elaborada por Silva e Fonseca (2008) voltada para o fortalecimento urbano e regional e que, se aplicada, poderia contribuir na diminuição das disparidades entre as regiões. No Quadro 6 foram condensadas as propostas e suas principais metas.

Quadro 6 – Propostas que visam maior integração entre municípios e regiões

PROPOSTA	OBJETIVOS
Consolidação e criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento.	Devem ser deliberativos, pois estimulará a sociedade local e regional a participar das reuniões e dos debates. O pressuposto é o de fortalecer o capital social e, conseqüentemente, criar uma atmosfera regional de engajamento e de participação em torno dos conselhos.
Incentivos à implantação de Consórcios Municipais.	Permite que os municípios possam firmar consórcios não somente com os outros lugares do seu entorno regional, mas, também, com o Estado e com a União.
Implantação de um Fundo de Desenvolvimento Urbano-Regional.	Ampliar e consolidar as verbas orçamentárias objetivando atender, de forma mais eficiente, aos projetos propostos e implantados nas cidades médias.
Realização de Fóruns de Desenvolvimento Urbano-Regional das Cidades Médias.	Nos fóruns será definida, de forma participativa, a destinação orçamentária dos fundos. Representa, também, o momento de debates, discussões e elaboração de projetos que serão financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano-Regional.
Realização de Seminários de Integração das Ações para os Centros Urbanos.	Nestes seminários seriam discutidos: 1) a integração e coordenação das diversas ações implantadas nas cidades médias e nas suas áreas rurais. 2) integração de todas as Secretarias e órgãos do Estado, evitando a sobreposição de funções, de ações e de deliberações.
Fortalecimento da densidade institucional e informacional dos centros urbanos.	Agilizar, tornar mais flexível e dar maior velocidade à gestão pública local para que esta possa tomar decisões e resolver problemas com maior certeza e habilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado em Silva e Fonseca (2008).

As propostas de Silva e Fonseca (2008), mostradas no Quadro 6, são ainda complementadas por mais duas: uma dedicada às aglomerações no polo Ilhéus-I-tabuna e em Feira de Santana; a outra proposta está não revisão do planejamento metropolitano de Salvador. A aplicabilidade destas sugestões de gerenciamento do território baiano mostra que elas ultrapassam qualquer limite intermunicipal ou inter-regional respeitando as características dos lugares. Assim, o limite de um mapa não significa ou não deveria significar uma barreira para a adoção de projetos de integração. O que faz um país ou uma região fragmentada não é a quantidade de divisões do seu território, mas a ausência de políticas que estimulem a percepção de uma sociedade mostrando que todos os lugares são interdependentes.

CONCLUSÃO

Não é simples fazer a conclusão de um estudo quando o seu objeto (o espaço) é parte de um sistema maior (o planeta), e que este sistema se encontra numa constante ebulição econômica, social e ambiental. A todo o momento em que havia uma atualização de dados, principalmente aqueles dos órgãos oficiais de pesquisa socioeconômica, era preciso também atualizar e refazer as análises sobre o que estes novos dados poderiam representar na dinâmica do Extremo Sul da Bahia. O que está sendo apresentado neste livro é uma leitura, que apesar de atual é também temporária, até mesmo pela própria característica da geografia, mas que, no entanto, contribui para entender como está se movimentando esta fração da Bahia, uma fração que possui dimensões de alguns países.

O Extremo Sul baiano teve uma história que o levou à construção de um panorama onde a região poderia ser uma nova unidade federal formada somente pelos seus municípios, isso se levar em consideração sua dimensão territorial, mas que também poderia ser construída através da aglutinação por afinidade de relações com alguns municípios do estado de Minas Gerais, nos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha e municípios do Norte do Espírito Santo. Evidentemente que esta afirmação pode causar tanto o desconforto para alguns, como perspectivas para outros, porém ela deve ser considerada quando se começa a fazer uma leitura sobre as novas configurações que o país está adquirindo através da maior fluidez da economia pelo espaço.

Por outro lado, também, não é simples fazer mais um recorte no mapa do Brasil somente para atender a uma vontade política ou mesmo a conclusão de uma pesquisa científica. Dessa forma, como oferecer somente uma via de pensamento seria fechar a questão e poderia causar a sensação de que haveria se chegado à resposta de uma equação e que assim estaria solucionado um problema de insatis-

fação administrativa. Neste momento histórico e econômico há duas possibilidades de análise sobre a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia, que são dois caminhos distintos para o futuro da região: a) que ela pode se tornar uma nova unidade federal ou fazer parte de uma outra unidade através de alguns projetos que tramitam no Congresso Nacional; b) a região continua a pertencer ao estado da Bahia, mas gerenciada com outro modelo diferente deste que se pratica no decorrer da história do Estado.

A seguir são apresentados alguns vetores que dão sustentação a estas duas propostas de análise, onde a ordem de suas abordagens não significa a preferência do caminho mais viável para o futuro da região.

Quando os discursos e propostas sobre a criação de novos estados começam a ocupar pautas nos diferentes meios da sociedade é necessário se ter uma atenção e procurar saber o porquê do aparecimento deste tipo de posicionamentos. E, afirmar que estes posicionamentos têm origens somente nas cobiças de políticos é ignorar a dinâmica social e econômica pelo espaço. E, se por um lado, essa não seja a preocupação de muitos administradores públicos, todavia, com certeza, pertence aos estudos do geógrafo. A proposta de criação de novas unidades federais pode ser comparada como se fosse a Deriva dos Continentes, porém, ao invés de ser provocada por forças físicas da natureza, os novos estados nascem por desgastes nas relações dos modelos de administração dos governos federal e estaduais, provocando o aprofundamento das fissuras socioeconômicas que podem ser concretizadas no aparecimento de novos mapas. No caso do Extremo Sul da Bahia pode-se falar em deriva no sentido de que o Estado foi omissivo no seu desenvolvimento a partir do momento em que a região foi tratada como periferia deixando-a à margem dos projetos de inserção estadual.

Os estudos regionais têm a sua importância elevada para o planejamento de integração nacional a partir do momento em que expõem as especificidades das regiões, desde a sua formação, a sua dinâmica atual e em que ela poderá se tornar observando o trajeto das atividades econômicas e da urbanização dos lugares. O território do Extremo Sul da Bahia é o resultado de todo um processo de organização e evolução do uso e ocupação do solo bem como da administração pública. Diversas transformações territoriais aconteceram para que a Bahia tivesse sua delimitação enquanto um estado, para depois passar a se organizar internamente demarcando suas macrorregiões, suas regiões econômicas até que se chegasse aos 26 territórios de identidade, sua mais recente divisão.

Dentro desse processo de organização do território baiano, o Extremo Sul da Bahia é uma das 15 regiões econômicas do estado, que pertencem à macrorregião Sul, e no mapeamento dos territórios de identidade continuou com a mesma dimensão de área, enquanto que algumas regiões tiveram seus mapas modificados para atender uma proposta de agrupamento de lugares em função da variável cultural. No entanto, culturalmente, o Extremo Sul, enquanto um território de identidade, não apresenta uma cultura que a identifique na sua amplitude, isso levando em consideração hábitos, manifestações populares, culinária, por exemplo. O que há são resquícios de culturas antigas presentes em comunidades descendentes de escravos ou em pequenas aldeias indígenas, que merecem um mapeamento antropológico mais aprofundado. Quanto à relação com cultura baiana, não foi possível encontrar nenhum elo que pudesse identificar a região com os elementos que são considerados como símbolos culturais do estado, frequentemente relacionados às manifestações que acontecem na cidade de Salvador.

Dentre os vetores que fizeram com que o Extremo Sul tivesse a sua individualidade, o cacau foi, com certeza, o ponto inicial, pois a não vocação da região para tornar a cacauicultura como símbolo da região fez com que houvesse uma cisão na grande região Sul do estado, fazendo com que o Extremo Sul se tornasse autônomo e que passasse a experimentar outras atividades econômicas. O Extremo Sul, que foi “planejado” para ser uma extensão das plantações de cacau para fornecer ao centro comercial Itabuna-Ilhéus, não conseguiu se adaptar para esta função, sendo que um dos motivos para este fracasso pode ser remetido ao fato de que a região ou seus colonizadores não teriam vocação para o cultivo do cacau. Desta maneira, o que aconteceu é que com uma proximidade de relação muito mais com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a região passa a ser configurada, economicamente, por investidores do Sudeste.

Diante deste cenário é correto afirmar que o Extremo Sul nunca foi, efetivamente, uma área de projeto de desenvolvimento da Bahia, mas um prolongamento das atividades do Sudeste. Algumas situações podem corroborar com esta afirmação. Por exemplo, a relação centro-periferia nos moldes antigos entre Salvador e a região, os investimentos por parte de mineiros e capixabas, o sucateamento e a ineficiência de alguns órgãos públicos e deficiência nos meios de comunicação e vias de tráfego.

Enquanto o governo central da Bahia dispensava um tratamento de periferia ao Extremo Sul, a região se tornava um eldorado para empreendedores de todos os setores da economia e de diferentes portes. Pessoas com capital para abrirem uma

simples oficina mecânica até a construção de condomínios luxuosos. De certo que todas as regiões dos estados brasileiros estão abertas àqueles que tentam opções para realizar investimentos, no entanto, não houve para o Extremo Sul da Bahia uma política estadual que possibilitasse esta atitude ao morador local.

A história da região mostrou que os madeireiros capixabas e pecuaristas mineiros foram os principais atores quem modificaram e construíram a paisagem do Extremo Sul, tanto no meio rural quanto no urbano. Nos dias atuais o Sudeste continua a ser o principal investidor na região, através das grandes empresas do eucalipto, fábricas de sapato e de material esportivo, instituições de ensino superior e escolas de ensino médio e fundamental.

Existe uma precariedade em recursos humanos e materiais em todos os setores do Estado, e isto prejudica o atendimento da segurança, dos técnicos de órgãos que dão assistência ao produtor rural, ensino de qualidade duvidosa, sistema de saúde congestionado, para citar alguns exemplos. Em muitos municípios do Extremo Sul a presença do Estado baiano está apenas representada por uma escola, um posto de saúde, uma delegacia de polícia, geralmente com estruturas avariadas. A simples presença dos fixos construídos pelo Estado não consegue refletir uma qualidade de atendimento à sociedade.

As redes de comunicação e de deslocamento de pessoas e mercadorias foram construídas a partir da região cacaueteira em direção ao Norte, o que causou um isolamento do Extremo Sul em relação à capital do estado. Por outro lado, através da BR 101, obra do governo Federal, passou a ser utilizada como porta de entrada para os empreendedores do Sudeste.

Pode-se argumentar que para os grandes empreendedores, independente do seguimento econômico, não existem barreiras geográficas ou limites nos mapas. Assim os investimentos não teriam que partir exclusivamente de uma ação interna. Mas pode se discutir a omissão do governo em ter uma função mais efetiva no desenvolvimento regional. É muito simplório realizar viagens para o exterior “vendendo” o estado como argumento de que está abrindo fronteira. Ademais, existem hoje prospecções feitas por meio da internet, onde grandes empresas não necessitam de visitas de chefes-de-estado para organizar seus empreendimentos. Este tipo de comportamento do administrador público, que assume o papel de corretor do estado, parece causar um conformismo sobre sua atividade perante o território que administra. E, constantemente, há a preferência por uma determinada região quanto ao repasse de verbas para investir no desenvolvimento, causando perturbações entre as localidades e as regiões dificultando a integração do estado.

Os dados demográficos mostram que ao longo da sua história o Extremo Sul vem sendo colonizado desde a época da chegada dos portugueses no litoral brasileiro. A região ainda continua a ser colonizada, pois se tornou uma das áreas brasileiras que mais se desenvolve economicamente. Apesar de ser uma das áreas mais antigas no que tange ao povoamento do Brasil, o Extremo Sul não conseguiu ter uma cultura que a caracterizasse, o que pode ter contribuído para que a região fosse aberta e receptiva a pessoas de outras regiões do país e de outras nacionalidades. E, talvez, essa seja a tendência regional para que haja menos barreiras étnicas, culturais e econômicas. Uma região “pura” culturalmente pode ser um entrave à integração quando praticada de maneira radical.

Sem dúvida que a atividade que mais desperta interesse ou chama a atenção no território do Extremo Sul da Bahia é a que tem no eucalipto sua matéria-prima. O eucalipto transformou o campo e o urbano nas localidades que estão no entorno de suas plantações ou fábricas. Despertou alegrias e contestações nos diferentes meios da sociedade. O eucalipto é um ciclo econômico no Extremo Sul da Bahia, e apresenta suas contradições como qualquer outro ciclo que se instala numa região. A eucaliptização do Extremo Sul é decorrente de vários processos históricos de ocupação do território.

Entre os problemas mais evidenciados pela chegada do eucalipto na região, recebem uma atenção especial o aumento da prostituição, crescimento da criminalidade, desterritorialização de parte da sociedade rural, aumento dos imóveis e perturbação no meio ecológico. A maior parte destas consequências pode ser constatada nos trabalhos de campo e por pesquisas e artigos escritos sobre o Extremo Sul da Bahia. Entretanto, é importante fazer algumas considerações sobre esta atividade econômica não no sentido de elaborar alguma defesa sobre seus malefícios nesta parte do Brasil. Interessante lembrar que o eucalipto chega numa região desprezada e debilitada politicamente e desgastada ambientalmente pela exploração da Mata Atlântica. Logo, no Extremo Sul da Bahia o eucalipto encontra uma terra fértil para sua expansão. Uma expansão que foi proporcionada por vários fatores, tais como, o financiamento da atividade pelo Governo Federal através de liberação de verbas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); as dificuldades de obtenção de crédito por parte do pequeno agricultor, e sem condições de melhorar sua produção a tendência é desfazer da terra, se tornar empregado, inclusive das empresas do eucalipto, inchaço das cidades, diminuição da produção rural.

Não se pode pensar que o eucalipto chega ao Extremo Sul logo após as primeiras derrubadas de matas efetuadas no começo do século XVI. Até a chegada

desta atividade houve outras atividades econômicas tão danosas ao meio ambiente quanto ao ser humano que exploraram esta região, no entanto, também responsáveis pela urbanização regional. Não se sabe ao certo o quanto irá durar o ciclo do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, porém, é preciso haver a construção de novas posturas que visem uma maior integração entre as empresas e os municípios. Contudo, em entrevista com lideranças políticas de várias localidades, percebeu-se que é muito mais fácil o acesso ao presidente de uma grande empresa por parte dos políticos locais do que marcar uma audiência com o governador do Estado. Com isso, conseguem a reforma de uma escola, a construção de uma creche, a aquisição de ambulâncias, por exemplo. Isto tende a distanciar, cada vez mais, a região do poder central baiano e pode criar uma relação, entre empresa e municípios, onde o bem-estar da sociedade não seja o objetivo final.

Sobre as atividades econômicas que se destacam pelo território causando modificações sociais e ambientais, há equívocos no que se refere às atitudes advindas do setor público, da sociedade, dos empresários e por aqueles que fazem uma análise pautada somente em posturas radicais, na maioria das vezes política e ambiental, oferecendo pouca contribuição para a solução dos problemas. Daí, a importância da adoção de uma postura dialética.

A outra atividade que caracteriza a economia do Extremo Sul baiano é o turismo. Uma atividade que recebe poucas críticas, talvez porque é vista sob uma óptica que não transmite a realidade dos seus efeitos sobre moradores e meio ecológico, mas que pode provocar tantos danos quanto uma das grandes empresas que transformam o eucalipto ou de outro segmento. O turismo também provoca o aumento dos preços dos imóveis, favorece a prostituição, degrada áreas consideradas como de proteção ambiental, principalmente através de construções irregulares realizadas por todas as classes sociais.

Da mesma forma que as empresas do eucalipto, o turismo também não é realizado respeitando as características locais, ele acontece de maneira desordenada ou organizada pelos grandes grupos econômicos que monopolizaram, principalmente, o município de Porto Seguro. No entanto, como o turismo representa um estado de festa, percebe-se que um olhar crítico sobre esta atividade é mais disfarçado e suportável que as críticas direcionadas a cultura do eucalipto. Porém, as pessoas que vivem e desfrutam do turismo estão pouco dispostas à discutir os problemas que o turismo causa nos municípios, entre eles, a favelização e os diversos tipos de preconceitos que aparecem principalmente no principal polo turístico da região. O turismo da forma que está sendo conduzido não privilegia a interação,

mas ao localismo, tendo em vista que a distribuição de verbas oficiais ainda está concentrada em Porto Seguro e seus distritos.

A mais nova atividade que está ocupando grandes extensões de terras no Extremo Sul da Bahia é a cana-de-açúcar. A lavoura canavieira está ocupando e destruindo áreas de matas nativas. Pode-se dizer que brevemente fará frente à quantidade de área ocupada pelo eucalipto. Todavia, esta atividade está “protegida” pelo discurso do combustível ecologicamente correto, e que tende a contribuir com as exportações do Brasil, ainda que isso possa custar a diminuição da produção de alimentos no campo.

Tanto o eucalipto quanto o turismo e a cana-de-açúcar são atividades que necessitam do espaço para existirem e de acordo com os planos de quem as dirigem vão modificando, criando e recriando lugares. Nesta dinâmica espacial promovida por elas surgem naturalmente as contradições sobre as repercussões ambientais, sociais e econômicas no território do Extremo Sul da Bahia. É inegável que todas elas são os principais vetores propulsores do desenvolvimento da região. Como também não se pode negar que a falta de planejamento e a setorização criam condições para que sejam sempre questionadas perante a sociedade e que sejam um campo fértil para a realização de pesquisas acadêmicas.

Mas o que é o Extremo Sul da Bahia neste começo de século XXI? O Extremo Sul, geograficamente, é uma região da Bahia que cresce desordenadamente ou na ordem do possível, como afirmava M. Santos (1996). Esta região da Bahia passou a ser um dos pontos de atração populacional do Brasil, prova disso é que a sua população no censo de 2000 era de 664 850 e no censo de 2010 atinge 742 619 hab.; e que foi conquistando sua autonomia a custos de muitas modificações políticas e econômicas, recebendo investimentos, em grande parte, advindos da iniciativa privada.

No que tange à cultura, não se pode dizer que há um elemento, dentre tantos que os estudos culturais podem apresentar, que identifique a região. Existe uma cultura, percebida através da corporeidade e de alguns costumes de indígenas ou negros, que ainda é conservada em pequenos municípios e distritos que se encontram fechados ou fora dos polos de desenvolvimento da região, mas que aos poucos vai sendo enterrada com a morte dos moradores mais antigos ou tentam sobreviver, às vezes de modo caricato, para atender ao turismo. Ou, ainda, se tornaram apenas ruínas de alguma arquitetura rústica ou cemitérios degradados, por exemplo.

A corrosão de alguns símbolos culturais desta região provocada pelo desgaste natural ou pelo desenvolvimento econômico pode comprometer a análise da sua evolução, enquanto uma área de referência para a colonização do país, como

também perde um referencial de cultura para a nova geração que nasce na região ou para aqueles que migram para ela. Numa análise ampla, o estado da Bahia perde, pois se percebe que a região tem alguma afinidade com o que seja considerado como cultura baiana, que tem sua expressão máxima nas manifestações realizadas na cidade de Salvador. Assim, o Extremo Sul da Bahia segue sua trajetória cultural com perdas e ganhos, como acontece em qualquer região de qualquer estado brasileiro onde a transformação espacial se mostra necessária e irreversível. Desta forma, a análise cultural tem maior relevância nos municípios do que na totalidade da região, pois sendo o Extremo Sul da Bahia uma região com dimensão territorial equivalente a alguns estados parece ser natural que não haja uma homogeneidade cultural; e que os símbolos das culturas passadas tenham sua preservação diferenciada de acordo com o seu estágio de urbanização.

Quanto à atividade turística, é cristalino que ela tem uma grande importância social e econômica no Extremo Sul da Bahia. No entanto, sua dinâmica deve estar inserida num contexto maior, que é o planejamento territorial de todos os municípios que podem utilizar de seus atrativos naturais e históricos como fonte de geração de emprego e renda. Não se pode haver um planejamento turístico se não existir um plano diretor ou uma legislação municipal que oriente todo o desenvolvimento do município. O que se percebeu durante a realização desta pesquisa é que nos lugares que têm vocação para o turismo, existe uma preocupação com o melhoramento do chamado *trade* (que são todas as atividades ligadas ao turismo), mas sem consonância com o restante dos vetores que compõem o cotidiano municipal. Desta forma, o planejamento para o turismo se torna mais um evento setorial e excludente.

Mas, este panorama onde cada atividade busca seu desenvolvimento de maneira individual, é consequência de administrações públicas que não possuem equipes técnicas com formação adequada para promoverem um plano de ação onde todas as secretarias trabalhem em conjunto, e não buscam nas Instituições de Ensino Superior parcerias onde a ciência poderia contribuir efetivamente com soluções de problemas ambientais, sociais e econômicos gerados pela atividade turística. O planejamento para o turismo tem que estar incluído com as demais atividades econômicas que o município ou a região procuram desenvolver. Estas políticas setoriais sem uma amarração com o objetivo maior, que neste caso busca possibilidades de crescimento municipal ou regional, não têm trazido benefícios para as sociedades locais, ao contrário, estão criando muros entre cidadãos de um mesmo município e de uma mesma região. É necessário que o turismo no Extre-

mo Sul da Bahia seja pensado criticamente, que respeite as características sociais e ambientais das localidades, pois enquanto ele for comandado por grandes empresas, sem a participação ética daqueles que estão à frente do desenvolvimento regional, os lugares não passarão de colônias de exploração como no início da história do país, onde esta parte da Bahia conhece bem este processo.

A dinâmica atual mostra que o Extremo Sul da Bahia está longe de ser uma região unificada, tanto no sentido cultural quanto no sentido econômico. O localismo impera nas ações de cada governante municipal. São homéricas as disputas para a atração de empresas. O fato mais recente foi sobre uma fábrica de calçados, que inicialmente seria instalada no município de Eunápolis e que depois de alguns acordos políticos aliados com os objetivos do grupo empresarial, a fábrica foi instalada no município de Itamarajú. Isto provocou uma celeuma no primeiro município, tendo em vista que Eunápolis pretende ser um polo industrial. Este tipo de desenrolar reflete que não existe um sentimento regional de desenvolvimento. Ora, o que se deveria comemorar é a permanência da fábrica na região, não importando em qual município ela se instalaria. Seria interessante também que os administradores municipais da região brigassem pela vinda de escolas federais em todos os níveis, pela construção de *campus* da universidade do estado. Mas, talvez, uma sociedade mais intelectualizada não seja interessante numa região que, em alguns municípios, os fantasmas do coronelismo continuam a assombrar parte da sociedade.

Em escala regional o Extremo Sul da Bahia se apresenta num processo de deriva que não é recente, e internamente a região ainda é incipiente no que concerne a projetos de integração. Colocar em debate a proposição de novas delimitações internas nos mapas estaduais não é uma tarefa fácil, pois mexe com muitos interesses políticos e econômicos, tanto para quem deseja manter suas influências numa determinada área, quanto para quem deseja experimentar o poder de governar. Mesmo no meio acadêmico não há um consenso sobre esta questão. Talvez a busca por uma estabilidade no sistema da administração do território nacional sobreponha a uma proposta de novos mapeamentos, tendo em vista que isto criaria novas movimentações da população e dos empreendimentos, o que de certa forma abala o que parece estável. No entanto, o movimento é próprio da sociedade e da economia mundial.

A globalização não é um estágio onde um determinado lugar tem que chegar, o estágio a que se deve chegar é uma melhor educação, melhorias na saúde, uma urbanização pensada nas pessoas e no meio ambiente. A tecnologia em comunicação e nos transportes deve ser utilizada neste conjunto de melhorias, mas não é

prioritária como alcance de uma sociedade. Talvez o primordial no contexto da uma diminuição das desigualdades regionais passe pela adoção de um comportamento ético na aplicação dos projetos de desenvolvimento. Não se pode negar que houve planos de integração tanto no nível nacional quanto no estadual, contudo o que se percebe é que o comportamento individualista, clientelista e de honestidade questionável é responsável diretamente para que se tenha, no país e em estados como a Bahia, regiões-colônias para servirem aos centros mais desenvolvidos.

Se a globalização, no seu sentido utópico, busca uma sociedade mundial mais justa, então trazendo este processo para a escala regional – o que se chamou neste livro de Extremosulização – há uma esperança de contrariar a proposta de fragmentação do território. Um caminho está bem delineado nos estudos de Silva e Fonseca (2008), quando os autores sugerem como proposta de integração regional a consolidação e criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento; implantação e Consórcios Municipais e de um Fundo de Desenvolvimento Urbano-Regional; realização de Fóruns e Seminários das Cidades Médias e para integração das ações para os Centros Urbanos; e o fortalecimento das Instituições Públicas e do Sistema informacional dos Centros Urbanos. A outra possibilidade seria a criação de Superintendências Regionais, do mesmo modelo que existia no país para o desenvolvimento e integração das cinco grandes regiões. Onde o estado da Bahia pudesse implementar políticas públicas que atendessem as necessidades e as características de suas regiões. Como referência pode-se pegar emprestada a ideia que Celso Furtado (1974) pensou para o desenvolvimento do Nordeste através da criação da (Sudene). As duas propostas apresentadas são, no momento, as alternativas mais viáveis para que se evite uma possível deriva da região do Extremo Sul em relação à Bahia. Contudo, elas também são passíveis de contestação porque ambas propõem a destinação e utilização de recursos econômicos, que podem ter origem tanto no setor privado quanto público, o que frequentemente no Brasil são conduzidos de forma ilícita. Porém, não se pode colocar as anomalias do comportamento dos gestores públicos na frente dos interesses de toda uma sociedade e pensar que não haverá mudanças, pois, ainda que dure muito tempo, as mudanças e o aperfeiçoamento dos modelos de gestão pública e da participação da sociedade fazem parte da história de qualquer povo.

Evidentemente que Instituições como as Superintendências Regionais que o Brasil teve ficaram desgastadas por escândalos, pela má conduta de uma parte de políticos e de funcionários públicos, no entanto, é preciso entender que as instituições, os conselhos, enquanto órgãos com suas estruturas físicas e humanas não têm

responsabilidade pelas falhas no processo do desenvolvimento socioeconômico. Os objetivos principais dessas instituições, que são criadas para servir como um braço do governo em regiões distantes e geralmente alijadas do desenvolvimento, foram desviados e acabaram por interromper ideais de pessoas que pensavam na possibilidade de um país com menos desigualdades, uma distribuição mais difusa com menor concentração das oportunidades do desenvolvimento, por exemplo, Celso Furtado.

O que se pode afirmar sobre a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia, é que atualmente a região saiu de uma posição de periferia e se aflorou como parte de todo o processo que se pode enxergar na dinâmica das desigualdades (aqui, sem o sentido de expor o contraste entre ricos e pobres) que ocorre planejada ou aleatoriamente pelo território baiano, nacional e dentro da própria região, no que tange a cada reordenamento espacial que surge em decorrência de vários fatores, mas, primordialmente, pelos agentes econômicos que, mesmo com a atual crise, ainda têm o poder de desorganizar, reorganizar e organizar os espaços.

Conclui-se também que o Extremo Sul da Bahia não saiu de um isolamento regional e foi para a globalização, pois se por um lado, a região foi preterida dos planos de desenvolvimento da Bahia, por outro lado, esta região sempre teve a injeção de investimentos advindos da região Sudeste, através de Minas Gerais e Espírito Santo, por parte da iniciativa privada com as atividades de extração vegetal e pecuária. O cenário que se vê na região é de grande efervescência econômica com a implantação e continuidade de grandes projetos no turismo, na cultura do eucalipto e cana-de-açúcar. Prevê-se com isso, o inchaço das cidades polos, maior urbanização das cidades menores e conseqüentemente maior uso dos elementos naturais que poderá produzir grandes impactos no meio ecológico, bem como a previsão de muitos conflitos entre os movimentos sociais do campo com as usinas de álcool e com as fábricas de celulose. Contudo, os conflitos sempre existiram no Extremo Sul da Bahia, desde os tempos das derrubadas da mata nativa, portanto são parte da história da região no que concerne ao seu desenvolvimento econômico e enquanto uma área de produção dos lugares.

Quanto à dinâmica de municípios e distritos, há uma tendência que de que alguns distritos, que possuem dinâmicas e estrutura de cidades, se emancipem de municípios que não conseguem administrar seu território. Esta percepção se deve à coleta de depoimentos em distritos como os de Posto da Mata (Nova Viçosa), Itabatan (Mucuri), Arraial D'ajuda e Trancoso (Porto Seguro) onde uma parte da sociedade se sente, de certa forma, com uma autonomia por viver num local que ultrapassa a simples estrutura de um povoado ou distrito; e por compreender que

o poder central do município não chega até essas comunidades. Uma consciência local, mas que é o reflexo do que acontece com a administração precária do território nos âmbitos federal e estadual.

No que se refere à dinâmica da região em sua totalidade, ainda que não haja um projeto específico para que a região venha a ser uma nova unidade federal, não se pode descartar a possibilidade de que se as propostas de redivisão do mapa brasileiro forem aprovadas, o Extremo Sul possa ser atingido. Assim, longe de ter alcançado a globalização, como sentido do ápice do desenvolvimento, esta região brasileira pode estar na rota da crise do federalismo, que provoca novas configurações político-administrativas. Entretanto, independentemente de pertencer ao estado da Bahia ou ser integrado a um outro estado, ou ainda ser um novo estado, o Extremo Sul será sempre um território que tem a função de estabelecer uma ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste no sentido longitudinal, através do traçado da BR 101; e também funciona como uma faixa de transição entre o litoral e Minas Gerais, um estado importante economicamente, mas carente em alguns pontos tanto para o escoamento da sua produção, como o da sua população. Por tudo isso, o Extremo Sul da Bahia representa um território preponderante para a integração do Brasil.

A percepção que se deve ter sobre o Extremo Sul da Bahia, assim como qualquer outra região, é que antes de pertencer a uma Unidade Federal ela está no território nacional. Assim, da mesma forma que se torna imprescindível produzir propostas de integração estadual (papel do Governo da Bahia), deve-se criar também mecanismos de acompanhamento sobre as transições espaciais que acontecem no país. Assim, o desmatamento na Amazônia ou a supressão do bioma do Cerrado, por algumas culturas, antes de ser visto somente a espoliação da natureza é também uma reorganização espacial, uma transição do uso do espaço. Investir ou implantar mecanismos de coerção pode ser apenas parte do processo de organização espacial da contrapartida do poder público, mas não é o suficiente para estabelecer uma política de integração, seja qual for a escala que estiver sendo adotada.

Este estudo representa uma leitura sobre a dinâmica do Extremo Sul da Bahia até a primeira década do século XXI. Uma dinâmica que oferece uma gama de possibilidades de interpretações das transformações espaciais por diferentes variáveis em diferentes períodos da história. E, tendo em vista que o objeto de estudo da geografia não é estático, é provável que vários resultados apresentados aqui sejam irrelevantes perante a atual velocidade dos meios que organizam e reorganizam o espaço.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz N. *Geomorfologia – províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Instituto de Geografia, 1970.
- AB'SÁBER, Aziz N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AFONSO, Cíntia M. *Uso e ocupação do solo na zona costeira do estado de São Paulo: uma análise ambiental*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1999.
- AGROPECUÁRIA que não desenvolve. *A Tarde*, Salvador, 18 set. 2008.
- ALMEIDA, Maria Geralda. Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*, [S. l.], n. 2, p. 102-114, 2005.
- ALMEIDA, Maria Geralda; VARGAS, Maria Augusta. A dimensão cultural do sertão sergipano. In: DINIZ, José A. F.; FRANÇA, Vera L. A. (Org.). *Capítulos de geografia nordestina*. Aracaju: NPGEO/UFS, 1998.
- AMARAL FILHO, Jair. A grande transformação e as estratégias de desenvolvimento local. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7; COLÓQUIO LATINO AMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 2. Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s. n.], 2002. p. 1-21.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica*. São Paulo: Atlas, 1998.
- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike. *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Trad. Atílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BAHIA. *Plano de Referência Urbanística da Zona Turística de Porto Seguro – PRUA*, Urplan, [S. l.: s. n.], 1997.
- BAHBHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de L. Reis e Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). *Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia*. Salvador: [s. n.], 1994. (Série Cadernos CAR, 3).
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (CAR). *Sul da Bahia: perfil regional*. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS. Salvador: [s. n.], 1995. (Série Cadernos CAR, 7).
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, nov. 2003.
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.
- BECKER, Berta. Não basta preservar a floresta. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, [s. l.], ano 2, n. 11, p. 10-14, jun. 2005.
- BENKO, Georges. A recomposição dos espaços. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 7-12. mar. 2001.
- BOHRER, Cláudio B. de A. O manejo de florestas tropicais e o desenvolvimento sustentável no Brasil. *Território Territórios*, Niterói, p. 231-256, 2002.
- BORGES, André. Governança e política educacional: a agenda recente do Banco mundial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 18, n. 52, p. 125-138, 2003.
- BRAGA, Roberto. Sobre o conceito de cidade média. *Território e Cidadania*, Rio Claro, ano 4, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <[http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territoriocidadania/Artigos/Braga %207.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/planejamento/territoriocidadania/Artigos/Braga%207.htm)>. Acesso em: 14 jul. 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. *A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. 2003. 206 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.
- BRITTO, Luiz Navarro de. *Política e espaço regional*. São Paulo: Nobel, 1986.
- BRUNELLI, Luiz H. Turismo de massa e patrimônio cultural: reflexões sobre o caso de Porto Seguro Bahia. In: MESQUITA FILHO, Odilon P. (Org.). *Turismo em Porto Seguro – BA: aspectos*. Itabuna: Via Litterarum, 2006. p. 65-73.
- BUARQUE, Cristovam. Nordeste: quinhentos anos de descoberta. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P.S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 370-393.
- BUNGE, Mário. *Ciência e desenvolvimento*. Trad. Cláudia R. Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- CAMARGO, Aspásia. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P.S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 306-347.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- CARVALHO, Bernardo de A. *A globalização em xeque: incertezas para o século XXI*. São Paulo: Atual, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Trad. Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTILHO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 9., 2003, México. *Anais...* México: [s. n.], 2003.
- CATAIA, Márcio A. *Território e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro*. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAVALCANTI, Helenilda. O desencontro do ser e do lugar: a migração para São Paulo. In: BURITY, Joanildo A. *Cultura e identidade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CERQUEIRA NETO, Sebastião P. G. Uma nova urbanização para a Costa do Descobrimento – litoral do Extremo Sul Baiano. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO DE GEOGRAFIA DO NORTE DO PARANÁ: XX SEMANA DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 1., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: [s. n.], 2005.
- CERQUEIRA NETO, Sebastião P. G. *Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque – MG*. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2001.
- CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Org.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. *Economia e desenvolvimento regional*. São Paulo: Atlas, 2000.
- CORIOLOANO, Luzia N. M. T.; SILVA, Sylvio C. B. M. *Turismo e geografia: abordagens críticas*. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.
- CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Turismo e degradação ambiental no litoral do Ceará. In: LEMOS, Amália I. G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: Castro, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005a.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajatórias geográficas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.
- COSTA NETO, Canrobert. Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica. In: FROEHLICH, José M.; DIESEL, Vivien. *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- CRUZ, Rita de C. A. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália I. G. (Org.). *Turismo: impactos socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, F. J. *La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*. Barcelona: CCCB, 1998.
- DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira. In: LIMONAD, E. et al. (Org.). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, 2004.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná et al. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DIAS, Noilton Jorge. Os impactos da moderna indústria no Extremo Sul da Bahia: expectativas e frustrações. *Revista Análise e Dados*, Salvador: SEI, v. 10, n. 4, p. 320-325. mar. 2001.
- DICKINSON, R. E. *Ciudad, región y regionalismo*. Barcelona: Ediciones Omega, 1961, p. 26 (Original de 1947).
- DINIZ, Célio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte: FACE/UFMG, p. 35-61, set. 1993.
- DREW, David. *Processos interativos homem-meio ambiente*. Trad. João Alves dos Santos. São Paulo: Difel, 1986.
- FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. Trad. Carlos E. M. de Moura. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1995.
- FERNANDES, Nelson da N. A cidade, a festa e a cultura popular. *Revista Geographia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11, p. 55-61, dez. 2004.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONTES, Ednice de Oliveira. *Organização do espaço e desenvolvimento regional no Extremo Sul da Bahia: os segmentos produtivos da celulose e do turismo*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2006.
- FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- FRANTZ, Walter. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 242-264, jul./dez. 2001.
- FREITAS, Antônio F. G. Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea. *Revista Análise e Dados*, Salvador: SEI, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar. 2000.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). *De portas abertas para o desenvolvimento sustentável*: Veracel Celulose. São Paulo, [s.n.], 2007.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.
- GALLI, Ana Paula. Uma discussão que divide o país. *Revista Época*, [S. l.]: Editora Globo, n. 462, 26 mar. 2007.
- GALVÃO, A. C.; BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento. In: GONÇALVES, M. F.; GALVÃO A. C. F.; BRANDÃO, C. A. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: ANPUR: UNESP, 2003.
- GEORGE, Pierre. *Geografia da população*. Trad. Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: Difel, 1974.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol*. Trad. Maria Luiza X. de A. Broges. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GONÇALVES, Carlos W. P. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Berta et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309-333.
- GONÇALVES JUNIOR, A. J. et al. *O que é urbanismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius, 2000. p. 30-47.
- GUERRA, Antônio J. T.; CUNHA, Sandra B. *Geomorfologia: uma atualização das bases*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GUIMARÃES, José R. Soares. A insustentável leveza da urbanização e do êxodo rural da Bahia. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, p. 179-189, dez. 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SPÓSITO, E. S. *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente: Gasper, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *Território Territórios*, Niterói, 2002.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, [S. l.], ano 1, n. 1, p. 15-39, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

- HANSEN, Dean L. Educação e desenvolvimento local. In: FALCÓN, Maria Lúcia O.; HANSEN, Dean L.; BARRETO JÚNIOR, Edison R. (Org.). *Cenários de desenvolvimento local: estudos exploratórios*. Aracajú: Secretaria Municipal de Planejamento, 2003. p. 97-123.
- HISSA, Cássio E. V. Introdução ao estudo da dinâmica espacial da população: perspectivas teóricas. *Revista Geografia e Ensino*, Belo Horizonte: IGC/UFMG, v. 5, n. 1, p. 7-12, 1993.
- IANNI, Octávio. *A era do globalismo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IANNI, Octávio. Globalização e diversidade. In: FERREIRA, Leila da C.; VIOLA, Eduardo (Org.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.
- LARAIA, Roque de B. *Cultura: um conceito antropológico*. 12. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LOURENÇO, José Seixas. Amazônia: trajetória e perspectivas. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 348-369.
- MACHADO, Gustavo B. Do território produtivista ao território multifuncional. *Revista Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 933-950, mar. 2004.
- MACHADO, Gustavo B. *Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 – 2000*. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. In: BECKER, Berta et al. *Geografia e meio ambiente no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 181-217.
- MACHADO, Maria C. T. Cultura popular: por um contínuo refazer de práticas e representações. In: PATRIOTA, R.; RAMOS, A. F. (Org.). *História e cultura: espaços plurais*. Uberlândia: Aspectus, 2002.
- MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. *Globalização: estado nacional e espaço mundial*. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARTINE, George. *População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional*. Campinas: UNICAMP, 1996. p. 21-41.
- MARTINE, George; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. *Os impactos sociais da modernização da agricultura*. São Paulo: Caetés, 1987. p. 19-39.
- MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. [S. l.], v. 3, n. 5, p. 51-59, set. 2002.

- MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Revista Espaços e Debates*, São Paulo. v. 11, n. 4, p. 50-83, 1981.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.
- MAY, Peter H.; ROCHA, Rui B. O sistema agrossilvicultural do cacau-cabruca. In: LOPES, Inez V. et al. *Gestão ambiental no Brasil: experiências e sucesso*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- MELLO, Beliza A. de Arruda. Cultura popular e multiculturalismo. *Revista Vivência*, [S. l.], n. 27, 2004.
- MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (Org.). *Elementos da epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.
- MENDONÇA JÚNIOR, Érico P.; GARRIDO, Inez Maria D. A.; VASCONCELOS, Maria do Socorro M. *Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia-Brasil*. Salvador: Omar G., 2000.
- MONTEIRO, Carlos A. de F. *Teoria e clima urbano*. 1976. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, 1976.
- MONTEIRO, Carlos A. de F. *A questão ambiental no Brasil (1960-1980)*. São Paulo: IGEO/USP, 1981.
- MORAES, Antônio C. Robert. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- NASCIMENTO, Dária M. C.; DOMINGUEZ, José M. L.; SILVA, Sylvio B. de Mello. Mudanças na ocupação econômica do litoral sul da Bahia: os exemplos de Belmonte e Canavieiras, Bahia. *Revista Desenhahia*, Salvador: Desenhahia: Solisluna, v. 5, n. 10, 2009.
- NONATO, Rita de C.; CATAIA, Márcio. *Manifestações territoriais da crise da federação brasileira: propostas de criação de novos estados*. Disponível em: <www.igeo.uerj.br/VICBG>. Acesso em: 2004.
- NUNES, Eduardo J. F. *Ordenação do território e desenvolvimento regional sustentável no Extremo Sul da Bahia 1960 – 2000*. Tese (Doutorado em geografia) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (Org.). *Geografia do Brasil*. 3. ed. São Paulo: USP, 2000.
- OSANAH, Tony; BERGEN, Enrique. Fruto do Suor. *Fruto do suor*. [S. l.]: Gravadora Estúdio Eldorado, 1982. 1 LP. Lado B, faixa 1.
- PEDREIRA, Márcia S. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso da Região do Extremo Sul baiano. *Revista Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 1005-1018, mar. 2004.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 45. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- RANGEL, Inácio. *Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Trad. Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAYKIL, Cristiano. Impactos socioeconômicos da monocultura do eucalipto e produção de celulose no Extremo Sul da Bahia. In: KOOPMANS, José. *Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul*. Teixeira de Freitas: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2006. p. 235-255.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIBEIRO Miguel A.; MATTOS, Rogério B. *Territórios da prostituição de rua na área central do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2002.
- RODRIGUES, Flávia Santana. O emprego formal segundo os territórios de identidade da Bahia. *Conjuntura e Planejamento*, Salvador, n. 157, p. 16-24, out./dez. 2007.
- ROMEIRO, Ademar R. Progresso técnico, organização da produção e condições de trabalho na agricultura. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro. jul./set. 1992.
- ROSS, Jurandyr L. S. *Geomorfologia: ambiente e planejamento*. São Paulo: Contexto, 1997.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento – crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes (Org.). *Crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1999.
- SANTOS, A. R. dos; PRADINI, F. L.; OLIVEIRA, A. M. S. *Limites ambientais do desenvolvimento: geociências aplicadas, uma abordagem tecnológica da biosfera*. São Paulo: Associação Brasileira de Geologia e Engenharia, 1990. 20 p.
- SANTOS, Gustavo A. G.; DINIZ, Eduardo J.; BARBOSA, Eduardo K. Aglomerações, arranjos produtivos locais e vantagens competitivas locais. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 151-179, dez. 2004.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton. Região: globalização e identidade. In: LIMA, Luiz C. *Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 1982.
- SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad. Myrna T. R. Viana. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Uso atual das terras: bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha*. Salvador, 2008. (Série Estudos e Pesquisas, 8).
- SILVA, Domingos N. Aspectos da formação do espaço agrário brasileiro. *Revista Bahia Agrícola*, v. 2, n. 3, nov. 1999.
- SILVA, Bárbara-Christine N. et al. *Atlas geográfico: espaço geo-histórico e cultural*. 2. ed. João Pessoa: Grafset, 2004.
- SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA, Sylvio B. M. *Elaboração de projetos de pesquisa em geografia*. Salvador: Edufba, 1985.
- SILVA, Lenyra Rique da. *Do senso-comum à geografia científica*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SILVA, Leonardo Thompson. *Cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo – Trancoso, Porto Seguro, Bahia*. 2006. 160 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus: UESC, 2006.
- SILVA, Sylvio C. B. M.; FONSECA, Antônio Ângelo M. Políticas territoriais de integração e fortalecimento urbano e regional para o estado da Bahia. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano 10, n. 17, 2008.
- SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Bárbara-Christine N.; COELHO, Araori Silva. *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*. João Pessoa: Grafset, 2008.
- SILVA, Sylvio C. B. M.; SILVA, Barbara-Christine N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: Edufba, 2003.
- SILVA, Sylvio B. M.; SILVA, Barbara-Christine N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. Salvador: Edufba, 2006.
- SILVA, Sylvio B. M. Formação de uma região dinâmica: o exemplo do Extremo Sul da Bahia. In: BENEDICTO, J. L. L.; SPINOLA, N. D. (Coord.). *Desarrollo Regional*. Barcelona: Xarxa Temàtica, 2001.
- SILVEIRA, Maria Laura. Escala geográfica: da ação ao império? *Revista Terra Livre*, Goiânia, ano 20, n. 2, p. 87-96, 2004.

- SINGER, Hans W. *Países ricos e países pobres*. Trad. José R. B. Azevedo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1979.
- SINGER, Paul. *Globalização de desemprego: diagnóstico e alternativas*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SIRKIS, Alfredo. *Ecologia urbana e poder local*. Rio de Janeiro: Fundação Ondazul, 1999.
- SOUZA, Álvaro José de. *Geografia lingüística: dominação e liberdade*. São Paulo: Contexto, 2001.
- SOUZA, Marcelo L.; RODRIGUES, Glauco B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.
- SOUZA, Maria do C. Campello de. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 61, jun. 2006.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- SPOSITO, Maria E. Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. São Paulo: Contexto, 1994.
- SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: gestão e marketing*. São Paulo: Aleph, 2000.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP; Salvador: Edufba, 2001.
- TELLES, Vera. *Porto Seguro: história, estórias*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1987.
- THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, n. 6, p. 122-169, jul./dez. 2001.
- TRICART, Jean. *Econdinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE: SUPREN, 1977.
- YÁZIGI, Eduardo. *Turismo: uma esperança condicional*. 2. ed. São Paulo: Global, 1999.

Formato: 170 x 240mm
Tipo do texto: Milo OT / Klavika
Papel do miolo: Alta Alvura 75g/m²
Papel da capa: Cartão Supremo 300g/m²
Impressão: Edufba
Capa e acabamento: Gráfica Cian
Tiragem: 400 exemplares

O livro pode ser lido por pessoas de diferentes níveis de formação e de diversas áreas do conhecimento, sobretudo, as ciências que utilizam o território em suas análises. Toca em uma problemática que é difícil de ser enfrentada perante a sociedade e a política, e que, na mídia, não encontra uma grande repercussão, que é a fragmentação do território baiano, onde o Extremo Sul, maior que o estado de Sergipe em 8.000 km², se apresenta como uma região autônoma, com configuração e dinâmica maiores que em alguns estados brasileiros.

ISBN 978-85-232-1296-4



9 788523 212964